



ESTUDOS CULTURAIS em cidades e florestas

Agenor Sarraf Pacheco (Org.)



NEPAN

ESTUDOS CULTURAIS EM CIDADES & FLORESTAS:
Poder, Trabalho, Memórias e Sociabilidades na Amazônia

ORGANIZADOR

AGENOR SARRAF PACHECO

AUTORES

DANIELA REBELO MONTE TRISTAN

DIANA PRISCILA SÁ ALBERTO

ELIDA MOURA FIGUEIREDO

JOÃO VICTOR DA SILVA FURTADO

JOSÉ IVANILSON DA LUZ RODRIGUES

LUCAS AYRES CARDOSO

LUÍS ALBERTO FREIRE DOS SANTOS FILHO

MARCOS ALEXANDRE ARAÚJO RIBEIRO

PEDRO MARCOS MANSOUR ANDES

RENAN NASCIMENTO REIS

ROBERVAL AMARAL NETO

STEPHANIE LOPES DO VALE

ESTUDOS CULTURAIS EM CIDADES & FLORESTAS:
Poder, Trabalho, Memórias e Sociabilidades na Amazônia

Agenor Sarraf Pacheco
Organizador

Nepan Editora
Rio Branco - Acre
2019



N E P A N

Nepan Editora

Diretor administrativo:

Marcelo Alves Ishii

Conselho Editorial

Agenor Sarraf Pacheco - UFPA
Ana Pizarro - Universidade Santiago/Chile
Carlos André Alexandre de Melo - UFAC
Elder Andrade de Paula - UFAC
Francemilda Lopes do Nascimento - UFAC
Francielle Maria Modesto Mendes - UFAC
Francisco Bento da Silva - UFAC
Francisco de Moura Pinheiro - UFAC
Gerson Rodrigues de Albuquerque - UFAC
Hélio Rodrigues da Rocha - UNIR
Hideraldo Lima da Costa - UFAM
João Carlos de Souza Ribeiro - UFAC
Jones Dari Goettert - UFGD
Leopoldo Bernucci - Universidade da Califórnia
Livia Reis - UFF
Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro - UFAM
Marcela Orellana - Universidade Santiago/Chile
Marcello Messina - UFAC
Marcia Paraquett - UFBA
Maria Antonieta Antonacci - PUC/SP
Maria Chavarria - Universidad San Marcos
Maria Cristina Lobregat - IFAC
Maria Nazaré Cavalcante de Souza - UFAC
Miguel Nenevé - UNIR
Raquel Alves Ishii - UFAC
Sérgio Roberto Gomes Souza - UFAC
Sidney da Silva Lobato - UNIFAP
Tânia Mara Rezende Machado - UFAC



Núcleo de Estudos das Culturas Amazônicas e Pan-Amazônicas - Nepan
Todos os trabalhos reunidos nesta edição são de responsabilidade de seus autores.

Projeto Gráfico e Arte final: Raquel Ishii

Diagramação: Marcelo Ishii

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82e Estudos culturais em cidades e florestas: poder, trabalho, memórias sociabilidades na Amzônia / organização Agenor Sarraf Pacheco; Daniela Rebelo Monte Tristan [et al.]. – Rio Branco: Nepan, 2019.

208p. : il.

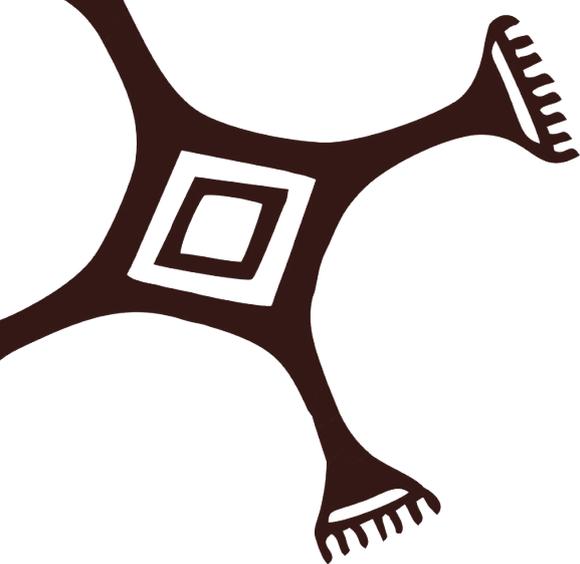
Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 978-85-68914-44-1

1. Cultura – Estudo. 2. Memória e cultura. 3. Amazônia – História. I. Sarraf-Pacheco, Agenor. II. Tristan, Daniela Rebelo Monte. III. Título.

CDD: 302

Os Estudos Culturais constituem um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, algumas vezes, contra-disciplinar que atua na tensão entre suas tendências para abranger tanto uma concepção ampla, antropológica, de cultura, quanto uma concepção estreitamente humanística de cultura. Diferentemente da antropologia tradicional, entretanto, eles se desenvolveram a partir de análises das sociedades industriais modernas. Eles são tipicamente interpretativos e avaliativos em suas metodologias, mas diferentemente do humanismo tradicional, rejeitam a equação exclusiva de cultura com alta cultura e argumentam que todas as formas de produção cultural precisam ser estudadas em relação a outras práticas culturais e às estruturas sociais e históricas. Os Estudos Culturais estão, assim, comprometidos com o estudo de todas as artes, crenças, instituições e práticas comunicativas de uma sociedade. (NELSON, TREICHLER e GROSSBERG, 1995, p. 13)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA & ESTUDOS CULTURAIS: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E PESQUISA

AGENOR SARRAF PACHECO9

EIXO I: PODER

O PODER RÉGIO NAS COLÔNIAS: A CULTURA POLÍTICA E OS ESTUDOS CULTURAIS NA CAPITANIA DO PARÁ DO PERÍODO POMBALINO

STEPHANIE LOPES DO VALE20

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CADEIA PÚBLICA DE BELÉM NO EDIFÍCIO DE SÃO JOSÉ: CÁRCERE E RESISTÊNCIA NO GRÃO-PARÁ (1838-1856)

JOÃO VICTOR DA SILVA FURTADO37

“LEI SARNEY DE TERRAS”: CONFLITOS FUNDIÁRIOS E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO

ROBERVAL AMARAL NETO54

EIXO II: TRABALHO

AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS PARA A ANÁLISE HISTÓRICA DO ESTADO NOVO NO AMAZONAS (1937-1945)

PEDRO MARCOS MANSOUR ANDES72

**COMPOSIÇÃO DA CIDADE: CULTURA, MEMÓRIA E
EXPERIÊNCIA OPERÁRIA**

DANIELA REBELO MONTE TRISTAN..... 95

**ETNICIDADES, NACIONALISMOS, MODOS DE VIDA E
LUTA EM CIRCUITOS MARAJOARAS**

LUÍS ALBERTO FREIRE DOS SANTOS FILHO 108

EIXO III: MEMÓRIA

**UM RAMAL PARA O MAR: HISTÓRIA E MEMÓRIA
NA RESEX MARINHA DE MARACANÃ, NORDESTE
PARAENSE**

ELIDA MOURA FIGUEIREDO 124

**A UFPA E AS MEMÓRIAS DO CAMPI: O PROCESSO DE
REDEMOCRATIZAÇÃO EM NARRATIVAS ESTUDANTIS
(1979-1985)**

RENAN NASCIMENTO REIS..... 141

**DO CHÃO DO ARAGUAIA: OS CAMINHOS E A FÉ
COMBATENTE**

MARCOS ALEXANDRE ARAÚJO RIBEIRO 153

EIXO IV: SOCIABILIDADES

**MULHERES VIAJANTES E A HISTÓRIA DA CIÊNCIA NA
AMAZÔNIA: INCURSÕES NO CAMPO DOS ESTUDOS
CULTURAIS**

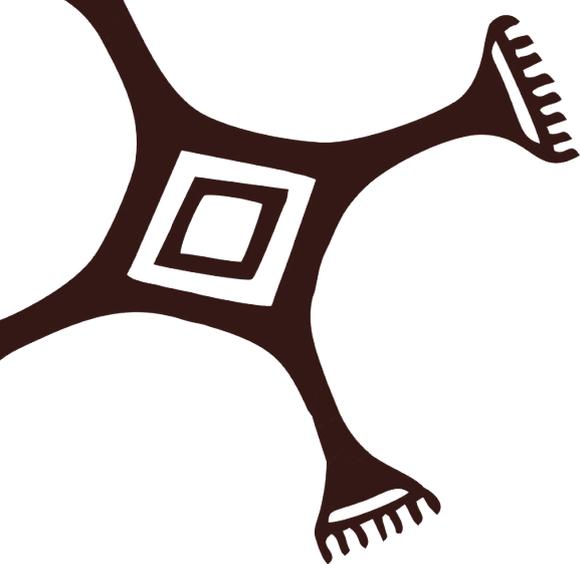
DIANA PRISCILA SÁ ALBERTO..... 172

**FESTIVIDADES OPERÁRIAS: RECREAÇÃO, MILITÂNCIA
E SOCIABILIDADES DA GENTE LABORIOSA (BELÉM,
1928 - 1935)**

JOSÉ IVANILSON DA LUZ RODRIGUES 186

**A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PRIMEIRO GOVERNO
CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA NO PARÁ (1891 –
1897).**

LUCAS AYRES CARDOSO 199



HISTÓRIA & ESTUDOS CULTURAIS: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO E PESQUISA

Agenor Sarraf Pacheco

Não se pode compreender um *projeto* intelectual ou artístico sem que também se compreenda a sua *formação*; que a relação entre um *projeto* e uma *formação* é sempre decisiva; e que a ênfase dos Estudos Culturais está precisamente em seu compromisso com ambos, ao invés de especializar-se em um ou outro (...). O *projeto* e a *formação*, nesse sentido, são maneiras diferentes de materializar – modos diversos, então, de descrever – o que é, de fato, uma disposição *comum* de energia e direção (WILLIAMS, 2011, pp. 171-172. Grifos meus).

As histórias do projeto e da formação do campo epistemológico e interdisciplinar dos Estudos Culturais Britânicos apresenta em seu nascedouro uma longa relação com a ciência de Clio, apesar de só muito recentemente ser apreendido pelos historiadores como área da Teoria da História. Se formos mapear, por exemplo, conferências, mesas redondas, seminários temáticos e minicursos nos eventos nacionais dos últimos 10 anos da Associação Brasileira de História, muito provavelmente detectaremos essa ausência ou uma tímida presença. Igualmente, se fizermos uma pesquisa com o tema Estudos Culturais na biblioteca eletrônica Scielo, encontraremos artigos escritos por Sociólogos, Comunicólogos, Educadores, Psicólogos, Geógrafos, Enfermeiros, entre outros profissionais de áreas diversas do conhecimento, mas nenhum por historiadores. Entre as revistas mais conhecidas em História, Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, de Uberlândia, é a única que procurou articular esses campos do conhecimento. Em outra direção, mas em conexão com essa, de maneira esporádica e sem explorar esse campo como uma Teoria da História, acompanha-se em planos de ensino nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História a utilização de autores e obras dos Estudos Culturais.

Na cronologia dos textos seminais, “A Formação da Classe Operária Inglesa”, de Edward Palmer Thompson, vinda a lume em 1963, raramente foi mencionada pelos professores de Teoria da História como importante referência na formação de um

pensamento epistêmico iniciado quase meio século antes da publicação dessas obras. Igualmente, há poucos anos atrás foi que Ciro Flamarion Cardoso (2012) procurou explicitar a influência dos estudos de cultura, desenvolvidos por Raymond Williams nas obras de Thompson. O historiador reconhece que apesar das influências constantes e nem sempre reconhecidas, as reflexões levadas a cabo pelo Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico também eram tributárias de leituras e interações com intelectuais dos Estudos Culturais e da Antropologia. A esse respeito, Hall (2003, p. 133) é esclarecedor:

Os Estudos Culturais não apenas levaram a “cultura” a sério, como uma dimensão sem a qual as transformações históricas, passadas e presentes, simplesmente não poderiam ser pensadas de maneira adequada. Eram em si mesmos “culturais”, no sentido de *Cultura e sociedade*. Eles forçaram seus leitores a atentar para a tese de que “concentradas na palavra ‘cultura’ existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte também responde de forma semelhante”.

Williams interessado em ultrapassar a oposição cultura erudita e cultura popular para sondar seus pontos de confluência na experiência humana, igualmente o estudo da cultura nos circuitos dos meios de comunicação, apesar de produzir escritos “instigantes e vigorosos”, Cardoso (2012, p. 111) aposta que o fato de ser um autodidata, “talvez explique por que os historiadores do grupo do partido comunista nem sempre reconhecessem toda a sua dívida com ele”.

Por que, então, aconteceu esse distanciamento entre História e Estudos Culturais? Apostamos que a lógica disciplinar fechou-se para escrituras interdisciplinares de intelectuais que ousaram problematizar os cânones da ciência, da arte e da literatura. A tradição historiográfica situa Thompson e suas obras dentro do grande campo da História Social Inglesa, da História dos Mundos do Trabalho ou dentro de uma História Vista de Baixo. Contudo, as conexões de Thompson com Richard Hoggart, Raymond Williams e depois com Stuart Hall foram silenciadas nessas narrativas do conhecimento no curso da trajetória das ciências humanas.

Curioso, contudo, é que “As Utilizações da Cultura”, de Richard Hoggart, de 1957, e “Cultura e Sociedade”, de Raymond Williams, de 1958, somaram-se à grande obra Thompsoniana na sistematização de uma nova forma de produção do pensamento histórico, social, intelectual e crítico, cuja matriz são as experiências de diferentes agentes sociais, com destaque para trabalhadores pobres, mulheres, mendigos, prostitutas, vagabundos, delinquentes, entre outros sujeitos subalternizados nas hierarquias da sociedade moderna. Igualmente, voltaram sua atenção para indícios do cotidiano da vida no trabalho e no lazer, no campo e na cidade, materializados em

outras fontes históricas como as produções midiáticas impressas, televisivas, radiofônicas, audiovisuais (HALL, 2003).

Neste texto de abertura da coletânea **“Estudos Culturais em Cidades & Florestas: Poder, Trabalho, Lutas e Sociabilidades na Amazônia”**, apresentamos inicialmente uma outra narrativa da emergência dos Estudos Culturais na Inglaterra, antes de sua internacionalização para os Estados Unidos e América Latina. Procuraremos contribuir para reatar fios rompidos pela tradição do saber histórico que se apartou, em sua trajetória dos últimos 50 anos, dos Estudos Culturais. Em seguida, compartilharemos a experiência de estudo e produção acadêmica com um grupo de alunos de pós-graduação que topou o desafio de adentrar e articular seus objetos/sujeitos de estudo com essa outra Teoria da História.

Inicialmente, é preciso assinalar que muito antes da formação do Centre for Contemporary Cultural Studies na Universidade de Birmingham em Londres, em 1964, a partir das obras seminais de Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson, seguido da presença de seu principal diretor entre as décadas de 1960 a 1980, Stuart Hall, uma história das margens do projeto e da formação, raríssimamente enfatizada, foi comungada (WILLIAMS, 2011).

Oriunda dos Estudos Literários ou dos estudos de Língua Inglesa, cujas inovações se deram nas bordas da educação formal, no final do século XIX e início do século XX, a primeira grande etapa de formação do projeto dos Estudos Culturais tem raízes e rizomas fincados e movente na Educação de Jovens e Adultos e na Educação de Mulheres. A experiência democrática da Educação de Jovens e Adultos nas periferias de Londres trouxeram à tona histórias e saberes de “pessoas que haviam sido privadas de qualquer oportunidade educacional continuada” (WILLIAMS, 2011, p. 173), as quais ao interagirem com determinadas literaturas traziam ao espaço escolar, do seu ponto de vista, esses universos de leituras, interconectando a vida ordinária com a reflexão livresca. Em outra direção, as mulheres sem acesso à educação superior, tornavam-se autodidatas em “literatura imaginativa” e lutavam para socializar visões e sensibilidades de mundo, motivadas por aquelas leituras em curso. Jovens e adultos e mulheres, então, passaram a exigirem de seus professores discussões das leituras que estavam realizando à luz das situações de vida, problemas e expectativas de resolução.

Assim, os cursos de extensão em Oxford, no correr dos anos de 1930 a 1950, abriram espaço para esses grupos externos ao espaço universitário, jovens, adultos e mulheres, adentrarem às trajetórias dos pais fundadores dos Estudos Culturais, seus parceiros de trabalho e militância política. Com isso, problematizaram o conteúdo das Filologia tradicional e da História de catalogação e abriram terreno para se estudar cultura e ficção popular, publicidade, jornais, raça, modos de vida e de luta da classe trabalhadora e suas relações com os meios de comunicação, campo e cidade,

intermediados pela crítica literária, abordagem textual, estudos de recepção e etnografia. Por esses termos,

os Estudos Culturais abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas. Compreendem um conjunto de formações, com as suas diferentes conjunturas e momentos no passado. Trata-se de um conjunto de formações instáveis. O centro e seus intelectuais tem uma grande diversidade de trajetórias. Operam com metodologias e posicionamentos teóricos diferentes. Caracterizam-se pela abertura disciplinar, mas não por um pluralismo simplista. Demonstram vontade em se conectar e tem interesse em suas escolhas (HALL, 2003, pp. 200-1).

Sem separar arte e sociedade, História, Literatura e Sociologia, o projeto piloto e o movimento de formação, expansão e consolidação dos Estudos Culturais na Inglaterra explicita “processos que tomam essas formas materiais diversas nas formações sociais de um tipo criativo ou crítico, ou, por outro lado, às formas reais do trabalho artístico ou intelectual” (WILLIAMS, 2011, p. 172). Certamente, muitas mudanças aconteceram, mas continuidades também se revelaram, entre elas a dimensão interdisciplinar, o foco na cultura como modos de vida e modos de luta, as preocupações com as agências de diferentes sujeitos sociais, a resistência, a negociação, as táticas, as temáticas marginais, entre outros.

Interessados em discutir os textos da **Linha 1 – Cidade, Floresta e Sertão: Cultura, Trabalho e Poder**, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, articulando com os campos dos Estudos Culturais e do Pensamento Pós-Colonial, procuramos analisar e refletir em *perspectiva geral*, a partir da centralidade do conceito de *cultura* (HALL, 1997), os modos de ser, pensar, agir, trabalhar, festejar, lutar, viver e morrer na cidade, na floresta e no sertão em suas dimensões materiais, espirituais e simbólicas. E em *perspectiva específica*, a disciplina pretendeu discutir os projetos de pesquisa dos alunos para contribuir em suas reflexões teórico-metodológicas, ampliações do levantamento historiográfico e mapeamentos acerca da seleção, usos e hermenêutica das fontes de pesquisa.

Com base nesse planejamento, mergulhamos em autores, livros, capítulos em livros e artigos que permitissem aproximações e exercícios analíticos com as temáticas: Estudos Culturais, Historiografia Periférica e Local/Global para pensar a Cidade; História Social, Estudos Culturais e Pós-Coloniais na Cidade Sensível; Historiografia da Cidade; Hoggart e Thompson: Cidade, Trabalho, Conflitos, Mudanças e Recepções; Estudos Culturais, Cidades Híbridas e Cultura Popular; Sertões, Cidades Simbólicas e Imagéticas, Educação e Modernização; Mary Pratt: Ciência, América e Zonas de Contato; Representação, Atlântico Negro e Gênero; Cidade e Floresta, Oralidade e Escrita entre Lutas e Sociabilidades; Bairro, Territorialidade e Memória;

Regime Civil-Militar: Olhar Político, Memória, Resistência e Subjetividade; Ensino Superior na Floresta: Trajetórias, Memória e História Oral.

Nesse percurso temático, alunos do mestrado e do doutorado de História Social da Amazônia, por intermédio das aulas expositivas e dialogadas, leituras, análises e interpretações dos textos acadêmicos, elaboração e apresentação de roteiros textuais para serem apresentados em seminários em sala de aula, foram desafiados a articular conceitos, argumentos e modos de abordagens dos campos dos Estudos Culturais e do Pensamento Pós-Colonial em suas pesquisas iniciais ou em andamento. Assim, depois de realizarem as leituras teóricas em simbiose com as leituras historiográficas de suas temáticas de investigação, o desafio expandiu-se para a produção de um ensaio que pudesse traduzir o diálogo entre esses campos epistemológicos, o chamado estado da arte sobre as pesquisas individuais e as fontes históricas. Para tanto, reservamos os três últimos encontros da disciplina para que cada aluno pudesse apresentar sua produção textual à luz dos diálogos, observações e sugestões de dois colegas de classe que tivesse proximidade e interesse no assunto em discussão. Ao encerrarmos a disciplina, os discentes retomaram as sugestões de seus leitores e as incorporaram, na medida do possível, nos ensaios.

Para a engenharia deste livro-coletânea, pensado, debatido e escrito a muitas mãos, optamos por organizá-lo a partir dos eixos temáticos que as pesquisas enfretaram. Deste modo, **Poder, Trabalho, Memória e Sociabilidade** constituíram-se nos quatro focos de debate nos ensaios apresentados pelos alunos que participaram de todas as etapas dessa experiência de ensino, pesquisa e produção de conhecimento.

No Eixo Poder, *Stephanie Lopes do Vale* em **O Poder Régio nas Colônias: A Cultura Política e os Estudos Culturais na Capitania do Pará do Período Pombalino**, explica que “a capitania do Pará vivenciou transformações em suas relações administrativas, passando a ser a sede do estado do Grão-Pará e Maranhão no período pombalino. As estruturas burocráticas do Império Ultramarino português eram realizadas nas práticas e experiências vivenciadas por esses agentes régios que, ainda que, funcionários coloniais não deixavam suas condições humanas de interesses e constituição de relacionamentos e rivalidades”. Nesse capítulo, Vale reapresenta “uma rivalidade entre o governador e capitão-general do estado do Grão-Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro, e o ouvidor da capitania do Pará, Pascoal de Abranches Madeira Fernandes, em meio aos exercícios de seus ofícios na região Amazônica dentro da perspectiva dos Estudos Culturais”.

De acordo com a pesquisadora, “as linhas teóricas e conceitos do campo são postas aos mundos coloniais ibéricos, mais precisamente luso, visualizando a necessidade da análise do contexto, do tempo e da capacidade transformadora das pessoas. Desse modo, tal análise focaliza o poder como uma prática entremeada dos usos

locais, de agência humana e das tramas entre os espaços coloniais e metropolitanos, observando a importância que comportamentos e posturas teriam nos exercícios do poder régio para limitar o próprio governador do estado”.

Em **Instalação e Funcionamento da Cadeia Pública de Belém no Edifício de São José: Cárcere e Resistência no Grão-Pará (1838-1856)**, *João Victor da Silva Furtado*, realinhava a trama para “a instalação da Cadeia Pública de Belém no Edifício de São José ocorrida em 1843, contexto em que no Brasil existia um projeto penal no qual se pretendia que a pena de Prisão com Trabalho se difundisse efetivamente. Neste contexto, a província do Grão-Pará se encontrava abalada ainda pela memória recente da Cabanagem, fator que contribuiu para uma política de controle social, na qual as prisões tiveram importante papel”. Na reta final do texto, o autor aborda “sobre a dimensão humana da prisão, reconstruindo histórias de indivíduos que passaram pela experiência da prisão, tais como as ações de resistência dos presos, seja para burlarem o sistema, seja para conseguirem melhores condições de vida”.

Este primeiro eixo encerra com a “**Lei Sarney se Terras”: Conflitos fundiários e resistência camponesa no Maranhão contemporâneo**”, de Roberval Amaral Neto. De acordo a narrativa histórica do pesquisador, “no final da década de 1960, o então governador do Maranhão José Sarney aprovou na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) a Lei Nº 2.979/69, que ficou conhecida como Lei Sarney de Terras. A justificativa para aprovação de tal lei era a modernização do setor agrário do estado, que vivia o mito político Maranhão Novo, visto pelo governador como a única saída para o desenvolvimento econômico do Maranhão. Assim, as terras devolutas do estado, ocupadas há séculos por posseiros, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e/ou seus descendentes foram mapeadas e postas à venda pelo governo, visando desmobilizar os movimentos sociais sob o pretexto de regularização jurídica das terras dos posseiros por parte do Estado. Isso provocou a insurgência de movimentos sociais e sindicais, invasão de terras camponesas, assassinatos de trabalhadores rurais e pistoleiros, prisão de lideranças populares e forte repressão dos governos militares no Maranhão”.

O segundo eixo traz o mundo do Trabalho. Inicialmente, em **As Contribuições dos Estudos Culturais para a Análise Histórica do Estado Novo no Amazonas (1937-1945)**, *Pedro Marcos Mansour Andes* “tem como objetivo debater as contribuições dos estudos culturais para a análise histórica do Estado Novo Vargas no Amazonas. No que diz respeito principalmente às relações entre o Governo Vargas na figura dos Intendentes Federais e os trabalhadores urbanos de Manaus”. Para tanto, “problematiza a relação das Associações e Sindicatos dos trabalhadores urbanos na cidade de Manaus com as políticas sociais de controle do Estado Novo (1937-1945), buscando analisar os processos de cooptação, atrelamento, associativismo, negociação e o uso desse aparato de controle social criado pelo governo Vargas. As categorias de aná-

lise dos estudos culturais como agência humana, experiência humana, o fazer-se dos trabalhadores urbanos, continuidades e táticas de resistências” são discutidas à luz do diálogo entre historiografia e evidências históricas.

No capítulo seguinte, *Daniela Rebelo Monte Tristan* em **Composição da Cidade: Cultura, Memória e Experiência Operária**, “apresenta reflexões sobre as memórias de operários de uma fábrica de tecelagem de Santarém, município do Baixo Amazonas, no início de seu funcionamento, entre os anos 1960 e 1970”. Em sua percepção, “tais memórias, ao apresentarem experiências cotidianas operárias no local de trabalho e na cidade, ressaltam a importância dessa fábrica na vida dos moradores”. Constituindo-se em uma das principais fontes de pesquisa para a composição de um quadro das relações experiências e eventos, a situação socioeconômica e o perfil urbanístico de Santarém, bem como as visões de outros moradores a respeito da fábrica e das mulheres que ali trabalhavam”, as memórias compartilhadas pelos operários com a historiadora ao serem cruzadas com a documentação produzida pela própria tecelagem e a imprensa local, permitiram olhar “a cidade pelo viés da memória e da cultura operária que se constituiu naquele período”.

Completa o quadro desse exercício com a temática do trabalho, **Etnicidades, Nacionalismos, Modos de Vida e Luta em Circuitos Marajoaras**, de *Luís Alberto Freire dos Santos Filho*. O capítulo procura “analisar etnicidades, modos de vida e de sobrevivência e construções de noções de nacionalidade/nacionalismos em cidades marajoaras entre os anos de 1840-1870”. Com base nas contribuições dos Estudos Culturais e do Pensamento Pós-Colonial, mapeia o caso registrado no “periódico Treze de Maio a respeito de uma festividade ocorrida na vila de Chaves em comemoração ao consórcio do imperador D. Pedro II. A partir deste caso, evidenciam-se os encontros culturais na Amazônia Marajoara, que podem ser acessados ainda que na escrita precária, hegemônica e oficial do periódico, bem como as estratégias de poder, colonização e desumanização de sujeitos e as relações de solidariedade e construção de identidades sejam elas locais ou nacionais ali vividas”.

A terceira parte deste livro-coletânea, mergulha no campo da Memória, categoria que atravessa todos os capítulos, mas para efeito de organização didática, preferimos apresentar aqui apenas três. Começamos com **Um Ramal para o Mar: História e Memória na Resex Marinha de Maracanã, Nordeste Paraense**, de *Elida Moura Figueiredo* que “aborda resultados iniciais de pesquisas centradas em torno de vivências cotidianas e construções simbólicas de moradores de comunidades da RESEX Marinha de Maracanã, especialmente da vila do 40 do Mocooca, última comunidade ligada a estrada Ramal do 40 (PA-430), a qual interliga as comunidades da referida RESEX”. Neste trabalho, a pesquisadora procura “evidenciar as percepções do homem local sobre a natureza, percebidas a partir de suas intervenções sobre o meio natural nas mudanças e continuidades numa área de reserva extrativista legalmente consti-

tuída”. Para dar conta desse exercício, explora o campo da “memória social dessas populações, sobretudo a oral, visando construir uma memória coletiva escrita, que permita compreender a partir da recordação e da tradição dessas pessoas, seus modos de vida, seus medos, sua relação com seu lugar de viver, e como são impactadas por transformações impostas por esses movimentos de regulação dos usos dos recursos naturais”.

Na sequência, a categoria memória é explorada por *Renan Nascimento Reis* em seu ensaio **A UFPA e as Memórias do Campi: O Processo de Redemocratização em Narrativas Estudantis (1979-1985)**. Neste trabalho, “sob o regime de exceção vigente, a Universidade Federal do Pará esteve sob vigilância dos governos militares desde o Golpe de 1964, o que se intensificou quando o Decreto nº. 477/1979, o chamado AI-5 das universidades, entrou em vigência”. O historiador esforça-se para discutir “como se operacionaliza os usos do passado presentes nas memórias dos estudantes que vivenciaram esse período no âmbito da Universidade Federal do Pará, tomando como foco a construção de uma identidade que se quer militante e vinculada às lutas políticas que se apresentaram nesse período, nesse espaço e com esses sujeitos, focando as lutas pela redemocratização e abertura política”.

Em terceiro tempo, **Do Chão do Araguaia: Os caminhos e a Fé Combatente**, *Marcos Alexandre Araújo Ribeiro* se propõe a tecer “uma reflexão acerca do processo de luta pela propriedade e posse da terra na região do Rio Araguaia, localizada na região sudeste do Estado do Pará. Neste cenário, diversos atores travaram conflitos, estratégias, ressignificações culturais e políticas, na perspectiva da relação do homem-trabalho-religiosidade. Assim, pequenos lavradores, a Igreja Católica e leigos, inspirados pela Teologia da Libertação, assumem papéis de protagonistas nos eventos e desdobramentos resultantes nesse processo histórico”.

A quarta parte do livro, mergulha no eixo temático das Sociabilidades, compreendendo-a como experiência social construída por encontros, afetividades, compartilhamentos e tensões. Por esse ângulo, **Mulheres Viajantes e a História da Ciência na Amazônia: Incursões no Campo dos Estudos Culturais**, *Diana Priscila Sá Alberto* procura mapear aspectos da trajetória de Elizabeth Agassiz, Emília Snethlage e Heloisa Alberto Torres, mulheres viajantes que enfrentaram o desafio de fazer parte da história da ciência na Amazônia, entre os séculos XIX e XX”. A discente aponta que com base nos Estudos Culturais, os estudos na “linha de pesquisa Cidade, Floresta e Sertão trouxeram novas perspectivas teóricas para pensar como desenvolver a escrita acadêmica cujo centro são mulheres que passaram, viveram, além de auxiliarem no fazer da ciência na Amazônia”. É preciso não olvidar que “naquele momento histórico não se via uma participação feminina tão ativa no âmbito, sociocultural, e muito menos no campo científico. Nesse campo epistemológico, a categoria gênero ganha relevância e ajuda a acompanhar ações, escolhas, dificuldades e superações vividas

pela ciência de saia no norte do Brasil. Explorando ainda que de maneira inicial as fontes já encontradas sobre essas mulheres como livros, biografias e artigos científicos, os resultados preliminares apontam essas agentes históricas em suas peculiaridades envolvidas direta e indiretamente na produção científica amazônica. As viagens realizadas mostraram-se fundamentais para consolidar visões de mundo, do trabalho e construir redes de sociabilidades em diferentes esferas da vida pessoal e profissional.

No próximo capítulo, *José Ivanilson da Luz Rodrigues em Festividades Operárias: Recreação, Militância e Sociabilidades da Gente Laboriosa (Belém, 1928 - 1935)*, cartografa “sociabilidades ocorridas no fazer da cultura festiva da gente operária. O objetivo foi “mostrar a relação: operariado, associações, estado e patronato na organização e efetivação de eventos festivos como, bailes carnavalescos, torneios esportivos, celebração do 1º de Maio, entre outros”. Para realizar esse objetivo, debruçou-se “à análise de documentos oficiais alocados no APEP – Arquivo Público do Estado do Pará e em jornais, como: A Pirralha, A crítica e Folha do Norte, à luz das premissas de Batalha (1997; 2004; 2012), acerca da história do trabalho, e ainda, de Thompson (1987; 1981) e Barth (2002), sobre as possibilidades inferir a cultura em dada conjuntura histórica”. A pesquisa permite visualizar “uma pluralidade de forças sociais coexistindo nos eventos da gente operária”.

Encerra o quarto eixo e conjunto dos textos, *A Política Educacional no Primeiro Governo Constitucional da República no Pará (1891 – 1897)*, de *Lucas Ayres Cardoso*. Neste trabalho, o discente esforça-se por “analisar como se desenvolveu o Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant e a atuação da Sociedade Propagadora do Ensino nos anos de 1891 a 1897, enquanto um projeto de intervenção educacional no primeiro governo de Lauro Nina Sodré”. Ganha destaque nesta abordagem, as ações governamentais mais destacadas e a relevância enquanto iniciativa de formação”. O centro do interesse da pesquisa é “o currículo do Lyceu Benjamin Constant e de outras escolas do período, considerando que se trata de uma escola voltada as “classes proletárias”, especificamente aos trabalhadores e de seus filhos, sendo o horário das 18:00 às 21:00 horas, todos os dias”.

Finalmente, movido pelo sentimento de gratidão aos alunos que aceitaram o desafio de vivenciar essa experiência de ensino e pesquisa, trazendo a escrita da História para um diálogo maior com os Estudos Culturais e o Pensamento Pós-Colonial, almejamos que este livro-coletânea circule pelo Brasil e pelo mundo, sempre aberto a críticas capazes de nos fazer crescer intelectual e humanamente.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion. O Grupo e os Estudos Culturais Britânicos: E. P. Thompson em contexto. In: MULLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012. p. 101-126.

GOMES, Renato Cordeiro. A Cidade, a Literatura e os Estudos Culturais: Do tema ao problema. **Ipotesi**: revista de estudos literários, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 19-30, 1999.

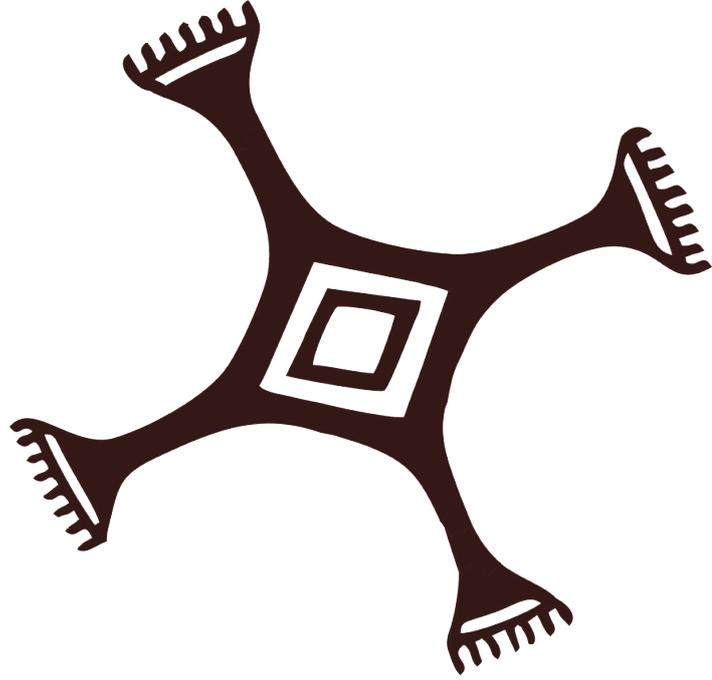
HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez., p. 15-46, 1997.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardiã Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Ed. Presença, 1973. v. 1 e 2.

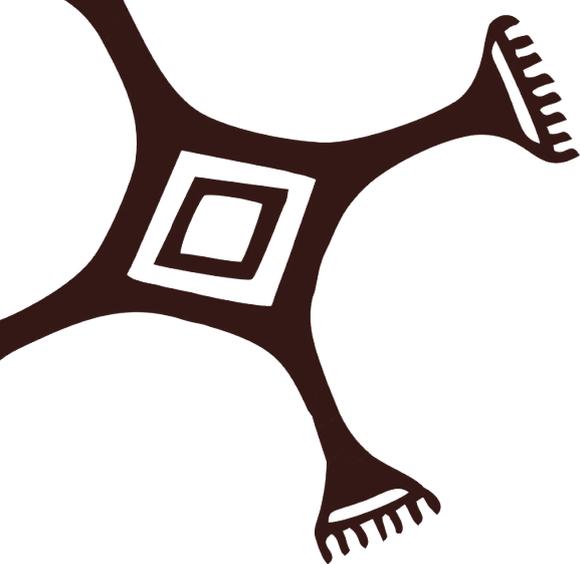
WILLIAMS, Raymond. **Política do Modernismo: contra os novos conformistas**. Tradução: André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade, 1780-1950**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.



EIXO I:

PODER



O PODER RÉGIO NAS COLÔNIAS: A CULTURA POLÍTICA E OS ESTUDOS CULTURAIS NA CAPITANIA DO PARÁ DO PERÍODO POMBALINO¹

Stephanie Lopes do Vale²

“[...] está o esboço de uma linha significativa de pensamento dos Estudos Culturais: dir-se-ia, o paradigma dominante. [...], ele conceitua a cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas práticas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana” (HALL, 2003, p. 141-142)

O que significaria, para um governador e capitão-general de estado, o ouvidor geral não retirar o chapéu ao passar por si? Quais são os espaços de disputa que levariam a prisão de um cabo da ronda noturna que prendera o meirinho que estava armado fora do momento permitido? Por que o ouvidor do Pará, Pascoal de Abranches Madeira Fernandes, entrou furioso na sala do governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, e na frente de vários oficiais proferiu insultos ao militar, pois, à revelia do bacharel, ele havia transferido indígenas da cadeia para o hospital?³

INTRODUÇÃO

O estado do Grão-Pará e Maranhão⁴ localizava-se na Amazônia portuguesa co-

1 Agradeço as leituras e observações de Daniela Rebelo Monte Tristan e Pedro Marcos Mansour Andes que contribuíram a feitura desta versão do artigo.

2 Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas e atualmente doutoranda em História Social da Amazônia na Universidade Federal do Pará. Trabalha com história colonial na Amazônia com ênfase no estudo dos poderes locais, ouvidoria e negociação.

3 Ofício do governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, em 30 de julho de 1759 – Pará. Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Caixa 45, Documento 4098.

4 Em 1624 foi definitivamente separada as colônias da América portuguesa (ainda que fosse momento da União Ibérica) em estado do Brasil e estado do Maranhão, posteriormente foi tornado estado do Maranhão e Grão-Pará e incluía capitanias como a do Ceará, Piauí para além da vasta região Amazônica. No período que tratamos, essa colônia tinha as capitanias do Rio Negro, Pará, Maranhão e Piauí sendo o estado do Grão-Pará e Maranhão.

lonial, tal espaço ocupava uma área que ia dos confins ocidentais⁵ até quase o Ceará durante muitas décadas, tal vasta região era outra possessão lusa e possuía vida e administração distinta do estado do Brasil. Na segunda metade do século XVIII, o, até então, estado do Maranhão e Grão-Pará passou por uma mudança, não apenas nominal, mas de sede e atitude política com as dimensões, fronteiras e sertões da Amazônia.

A capital do estado foi definitivamente transferida para Belém do Pará e a capitania do Pará perdeu o vasto sertão do oeste Amazônico com a criação da capitania de São José do Rio Negro, seu território foi dividido em duas capitanias. A fronteira com Espanha passou a obter atenções, com a implantação de fortes e fortalezas e a projeção de uma rede de vilas que agilizariam a comunicação, comércio e socorro aos vários pontos da nova capitania, fazendo uso da malha hidrográfica para ocupar pontos essenciais aos movimentos pela colônia Amazônica. Houve uma intenção fortemente estratégica nas políticas régias para a região, e a retirada da administração religiosa da vida e trabalho indígena foi essencial e marcante para o cotidiano das vilas e povoações.

As experiências vivenciadas pelo governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e o bispo do estado, D. Frei Miguel de Bulhões, resultaram no conhecido Diretório dos Índios (1757) (COELHO, 2005). Tal legislatura instituiu o diretor dos índios como um funcionário encarregado da direção e proteção dos índios, sendo determinada uma tutela sobre tais populações. A grande questão desse documento é como ele definia estruturas e rotinas para os nativos, que deveriam ser direcionados e orientados pelos diretores – não vamos aqui entrar no mérito da qualidade, ou na falta dela, dos diretores de índios, pois não é o foco do trabalho, mas temos em vista que a Diretoria teve problemas de execução e acarretou conflitos e violência contra os índios, sendo tema constante na historiografia.

Todavia, o Diretório dos Índios não representou a nulidade das Leis de Liberdade de 1755. Tais legislações (de 6 e 7 de junho) determinaram o fim da admistração espiritual e civil dos indígenas, nem padres ou leigos seriam senhores dos índios. Sendo os povos indígenas senhores de si e de suas coisas, tão logo, vassalos portugueses. Essa situação criou problemas de interpretação e não encerrou as tentativas de escravização com prática e uso local, assim, a Diretoria de Índios abria, no cotidiano, um espaço de poder e controle que se tornava quase absoluto para os agentes que exerciam esse cargo, pois, ainda que livres, os indígenas eram tutelados. Passou-se a ter vassalos d'el rei português, que poderiam ser funcionários na Câmara, na Milícia, Principais e em demais postos e posições sociais, tutelados.

O estado do Grão-Pará e Maranhão estava inserido nesse contexto, principal-

⁵ Expressão utilizada pelo professor Francisco Jorge dos Santos em sua tese de doutorado (SANTOS, 2012).

mente pelo processo de vassalização dos povos indígenas e da sua inserção como agentes da burocracia colonial. Estariam incluídos nas estruturas de estamentos e na composição da sociedade de Antigo Regime, ou era assim que se pretendia. A sociedade de Antigo Regime era compreendida como um corpo social (SUBTIL, 1998), sendo os signos de enobrecimento, as posturas e os títulos parte essencial da definição de diferenças e poder, mais valeria o capital simbólico que o financeiro. Portanto, uma das transformações pensadas para o espaço colonial amazônico era a apreensão desses mecanismos e estruturas por todos os moradores da colônia.

A organização nesses níveis sociais, que se organizavam no capital simbólico familiar e no serviço ao rei, aparentemente, explicaria o problema do comportamento do ouvidor, entretanto, as querelas frequentes entre governadores e ouvidores⁶ revelam que no nível das elites/dos poderosos locais ou, nesse caso mais específico, das nobrezas por serviço (espada e letras) as relações não eram uniformes. Investigar relações internas à burocracia colonial envereda pela observação de aparentes incoerências e contradições na estrutura administrativa – que acarretavam em brigas e disputas – que ao fim serviam para assegurar o pacto colonial e manter as conexões entre as colônias e a metrópole.

O que hoje soa confusão de atribuições ou superposição de jurisdições é elemento constitutivo e característico do Estado europeu entre os séculos XV e XVIII, do período que, de modo talvez impreciso, se convencionou chamar de Antigo Regime. Além disso, aquele era um mundo onde os “atos informais” importavam tanto ou mais do que os formais, onde os “poderes senhoriais”, a “autonomia municipal”, “os órgãos periféricos da administração real” eram decisivos (SOUZA, 2006, p. 48).

A proposta do presente artigo procura articular debates historiográficos da história colonial brasileira com produções dos Estudos Culturais, debates em torno de conceitos como “experiência humana”, “zona de contato” e “pós-colonialismo”. Escritas que inicialmente não teriam conexões por tratarem de momentos, contextos históricos e teóricos diferentes. Este texto explora o mundo colonial amazônico da segunda metade do século XVIII, enquanto muitos desses estudos se dirigem aos territórios de influência anglo-saxônica, que vivenciaram outros processos coloniais e trajetórias históricas diferentes das características caledoscópicas do Império Ultramarino Português.

⁶ Em “Burocracia e sociedade no Brasil colonial”, Stuart Schwatz trabalha os processos em torno da criação do Tribunal da Relação da Bahia e do estabelecimento de suas estruturas e funcionalato. Nesse trabalho, o historiador encontrou várias discordâncias entre os magistrados, nos quais desembargadores desatendiam os regimentos e as ordens defendendo suas interpretações e relações – o que mostrou posições discordantes a uma unidade de “classe”. Patrícia Melo, em seu trabalho “Espelhos Partidos” trata da Amazônia da segunda metade do século XVIII e sobre a questão apresentada diz: “No Brasil colonial, o entrelaçamento constante das instituições jurídicas e administrativas representou, na prática, um espaço de tensão e disputas” (SAMPALHO, 2012, p. 194).

Desse modo, as experiências coloniais portuguesas na “Amazônia” indígena tem muito a dizer dos processos de contato e significado dos pactos, a história indigenista tem se aproximado da antropologia e da doutrina do direito, fazendo uso das ideias de negociação e mediação cultural. Cabendo, assim, realizar um análise historiográfica consciente dos particularismos e da capacidade criadora de indígenas e demais colonos, que redefiniram a política colonizadora por fora e por dentro das estruturas do Império.

ESTUDOS CULTURAIS NA COLÔNIA AMAZÔNICA PORTUGUESA: OS AGENTES COLONIAIS

As produções da historiografia colonial têm observado, nas últimas décadas, as relações polifônicas no espaço colonial e os conflitos internos ao processo de estabelecimento do domínio como espaço de constituição das tramas sociais. Haveria diferenças entre os projetos coloniais e a colonização⁷, a maleabilidade marcou os variados tipos de colonização – que a medida da necessidade e das questões interatlânticas iam sendo instalados. O Atlântico e os sertões criavam espaços de autonomia que transformavam essas expectativas e exigiam habilidade adaptativa da Coroa e de sua burocracia.

O poder local e a legitimidade da relação colonial se formariam por esses campos de negociações e queixas, petições e denúncias ao rei. A correspondência entre os órgãos, do funcionalismo régio e dos súditos relevavam os usos das distâncias como áreas de respiro do controle e das variedades de questões tratadas e solicitadas as autoridades metropolitanas. Permitindo-me uma maior aproximação com a linguagem dos Estudos Culturais, esses lugares de negociação e disputas seriam a arena da Cultura aqui tomada como campo de lutas.

É a perspectiva ontológica pressuposta na reflexão de E. P. Thompson sobre o conceito de experiência histórica que evita lhe reduzir a um culturalismo frouxo ou a um idealismo plausível, tanto quanto considerar a estrutura material apartada do condicionante humano. Quando analisada pela concepção estruturalista, as ações coletivas empreendidas pelos sujeitos sociais perdem-se em meio a dados estéreis. Por outro lado, pensar as ações sociais apenas pelo viés cultural é dissolver o sujeito no contexto enquanto categoria explicativa. Desse modo, a explicitação dos fundamentos ontológicos da experiência histórica em Thompson contribui para afastá-la não

7 O uso do singular: “projeto colonial”, aproxima-se mais de visões clássicas de uma Coroa portuguesa soberana com ações impositivas e inconquistadas. As pesquisas históricas têm exposto relações coloniais dialéticas, mesmo que assimétricas, onde múltiplos modos de governo ocorriam no ultramar lusitano. A colonização faria uso, muitas das vezes, das estruturas anteriores de governo, aglutinaria as elites daquela sociedade ou mesmo realizava pactos que não ocasionavam sua permanência nas terras dominadas. Como processo as ações e agentes coloniais redefiniram práticas e esbarravam nos limites locais dos projetos, que deslocavam e transformavam o pretendido por uma Coroa que negociava e se punha como árbitro de todas as querelas (os dons da graça, da mercê e do perdão eram essenciais).

apenas da miséria do estruturalismo, mas dos vieses culturalistas, pós-estruturalistas e pós-modernistas⁸ (ALVES; ARAÚJO, 2013).

Tal perspectiva abre espaço aos conceitos de “experiência humana” e “agência”, tais instrumentos de análise quebram binômios e oposições de teses clássicas sobre a relação entre dominador e subalterno. Os conceitos thompsinianos destacavam o espaço da cultura popular, das manifestações e das revoltas como lutas conscientes dentro de seu momento histórico, segundo E. P. Thompson argumentou em sua produção os homens agiam mesmo que presos a estruturas e relações de domínio, “a ‘cultura’ era um lugar de convergência” (HALL, 2003, p. 134)⁹. A leitura de materialismo histórico e do marxismo de Thompson ia além da estrutura-superestrutura e de definições alienantes dos demais grupos sociais, os “de baixo” como reprodutores da ideologia dominante – as pessoas são tidas como dotados de agência e diversidade, há uma clara presença Gramsciniana nos trabalhos dos Estudos Culturais.

[...] Tal como Lukács e Thompson, Antonio Gramsci deparou-se com a questão teórica central do marxismo: a relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia. Primeiro, Gramsci rejeita toda visão determinista e mecanicista dessa relação. Não existe uma estrutura que mova de modo unilateral o mundo superestrutural das ideias; não há uma simples conexão de causa e efeito, mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser estudadas em seu concreto desenvolvimento histórico. [...] Na concretude histórica, há convergência entre os dois níveis [estrutura e superestrutura], uma convergência que conhece a distinção e a dialética, mas que se resolve numa “unidade real” (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 69).

A definição de cultura esta conectada às ações e práticas produzidas no cotidiano das relações que determinam e são determinadas pelos conflitos e acordos, nos quais os agentes podem tomar posições diferentes das esperadas. O que as evidências nos trazem (aos historiadores) são interpretações e posições tomadas pelos agentes, que narravam situações a partir de seus olhares e conflitos¹⁰. Havia a necessidade de se apresentar como leal súdito, pois isso implicaria em aprovação, apoio e benesses, pois ainda que o governador agisse fora das suas atribuições de ofício e adentrasse na

8 Segundo Stuart Hall: “ao destacar questões de cultura, consciência e experiência, e enfatizar o agenciamento, também rompeu decisivamente com certa forma de evolucionismo tecnológico, com o economicismo reducionista e com o determinismo organizacional” (HALL, 2003, p. 133).

9 [...] Eles [Raymond Williams, Hoggart e Thompson] forçaram seus leitores a atentar para a tese de que, “concentradas na palavra ‘cultura’, existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e as quais a arte responde também, de forma semelhante” (HALL, 2003, p. 133).

10 “Por ‘lógica histórica’ entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias’, ‘ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro” (THOMPSON, 1981, p. 49).

jurisdição do ouvidor, ele estaria fazendo por uma razão soberana a isso: a piedade cristã e a proteção do reino lusitano na Amazônia.

O modo, recorrente nos documentos coloniais, como os administradores se apresentam como leais vassallos fazia parte do protocolo, mas também da necessidade – pois uma avaliação negativa ou o desagrado poderia representar uma mácula na família e o fim no serviço régios, até com a perda de posses e bens. Quando o governador Manuel Bernardo de Melo e Castro alega humanidade e compaixão católica para com os detidos não estava defendendo a condição humana deles, mas a sua atitude que desrespeitou a alçada da Ouvidoria.

[...] sucedeu trazer o mesmo Cappitam/ muitos Indioz, *que* tambem eram culpadoz, e pornunciados na Devassa, *que* o mesmo Ministro tinha ti/rado na Vila de Barcellos, e com estes ficou a cadea muito maiz cheya, morrendo ao desamparo, e a fo-/me sem haver pessoa alguma, *que* os socorresse, nem de alimentoz *para* a vida, nem de remedioz *para* as queyxas,/ *que* padesciaõ de sorte, *que* todos os dias se estavam enterrando com mayor escandalo de todo este Povo,/ indo *para* a cova amarrados em hum páo, nus, pelas ruas desta cidade; como se foraõ qual *quer* animal/ immundo, e naõ homem baptizados como muitos delles eram.

Dando-se-me parte da mesma Cadeya, de *que* aquelles homens estavaõ morrendo ao desamparo sem/ socorro algum humano me resolvi a mandar passar *para* o Hospital dos Soldados desta Cidade os *que* estivessem em mayor necessidade para nelles serem curados, e assistidos de baixo da prizão, e depois a serem restituídos a mesma Cadeya, e como effeyto se passaraõ seis dos ditos Indios *para* o Hospital de baixo das mayores cautellas¹¹.

A verdade da piedade e de sincero socorro não é o objeto em análise, mas a motivação da apresentação do espírito cristão de Manuel Bernardo de Melo e Castro. O governador relata a situação e conecta com aspectos da decência e da humanidade para demonstrar a máxima urgência de suas ações, porque a demora de uma solução e da assistência resultava na morte dos presos. A gravidade superaria a morosa burocracia e, talvez, má vontade do ouvidor Abranches para permitir a transferência. Melo e Castro sentiu, por alguma razão, a necessidade de esclarecer, dessa maneira, a situação das cadeias e dos presos – observe-se que não apresentou uma mudança nas cadeias e de seus fornecimentos.

O governador era um português que havia sido nomeado por carta régia no cargo de governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, assumira o posto em 1759. Havia sido encarregado de continuar as reformas promovidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado – irmão do futuro Marquês de Pombal e naqueles anos secretário de estado Marinha e Ultramar – deveria manter e ampliar

11 Ofício do governador para o secretário de estado, em 30 de julho de 1759 – Caixa 45, Documento 4098.

as vilas e povoações, as guarnições e fortalezas e a produção e comércio de produtos agrícolas e da manufatura permitida, ainda estava em execução o Tratado de Madri. Segundo o historiador, Fabiano Vilaça dos Santos na atuação de Manuel Bernardo,

Não há sinal de que tomou rumo diverso do apontado pela metrópole. Nesse sentido, a palavra “autonomia” adquire sentido perigoso, uma vez que Manuel Bernardo era um dos governadores mais próximos do círculo pessoal de Sebastião José de Carvalho e Melo e de seu irmão e não desmentiu ou desmereceu as afinidades que desde muito cedo construiu com ambos (SANTOS, 2008, p. 97).

Melo e Castro possuía uma grande responsabilidade, mas basicamente nenhuma conexão com as tramas do poder local ou participação nos vínculos dessa parte do Império¹².

Como governador, sua proximidade com os órgãos na metrópole e o poder de representação régia lhe davam espaço, mas um espaço formal. Os indígenas que apareceram, nessa correspondência de 1759, como preocupação, não falaram por si. Temos o que alegavam os oficiais portugueses de suas rotinas e condição de vida. Segundo o capitão Miguel de Siqueira Chaves os indígenas haviam feito insultos e guerras na nova capitania de São José do Rio Negro. Logo, eles representariam perigo à ordem da capitania em instalação ao ponto de ser necessário seu deslocamento para o Pará, ou demonstrava que a situação de desestruturação da capitania era tal que não possuía cadeias – a própria rebelião era uma alegação do repressor.

Tomando o discurso do governador, a situação das cadeias era calamitosa sendo de conhecimento de todos a quantidade de mortes – que parece chocar mais por serem batizados a morrer sem sepultamento católico do que as reais condições da prisões ou a inocência de alguns ou todos. De modo inicial, as interpretações que essa sociedade tinha de si soam distantes e formais, todavia: o capitão Siqueira Chaves aparece, os comentários das pessoas da cidade de Belém, e os próprios nativos liderados pelo principal Manacassarý se movimentavam pelo estado – na condição de “subalternidade” realizaram uma guerra, faziam do governo instável¹³.

O documento é uma correspondência manuscrita do governador do estado para o secretário de estado de Marinha e Ultramar, nesta Melo e Castro defende sua postura e constrói uma imagem de si, não é uma escrita deslocada de normas dessa sociedade. O poder que exerceria no cargo decorria do poder régio e de sua legitimidade como articulador do corpo social, estava circunscrito aos espaços administrados

12 Santos (2008, p. 112), entretanto, pontua que: “Não obstante da longa amizade e as demonstrações de admiração e favor existentes nas correspondências entre Pombal e Mendonça Furtado de um lado, e Manuel Bernardo e Martinho de Melo e Castro [irmãos] de outro, não se podem desprezar as lutas internas pelo poder, as intrigas palacianas e as articulações e preferências no preenchimento de cargos estratégicos e de prestígio, como a Secretaria ocupada por Martinho de Melo e Castro”.

13 Ofício do governador para o secretário de estado, em 30 de julho de 1759 – Caixa 45, Documento 4098.

pelos seus funcionários coloniais e o controle sobre as ferramentas de governo e a fiscalização teve que incluir homens das colônias, entre eles os índios cristãos¹⁴.

Colaborar com os europeus e se integrar à colonização também podia significar resistir. Nessa perspectiva, é possível pensar os aldeamentos como algo mais do que um simples espaço de dominação e exploração dos colonizadores sobre os índios. É possível perceber em seu interior a gestação do que se pode chamar de uma cultura de resistência adaptativa, desenvolvida num processo histórico concreto em que a própria cultura é constantemente recriada. Além das perdas culturais e étnicas, os índios aldeados puderam aprender novas práticas culturais e políticas que lhes permitiram colaborar e negociar com a sociedade colonial na busca das possíveis vantagens que sua condição lhes permitia. O projeto colonial estava em construção, e os limites e possibilidades de sua realização dependiam das populações indígenas que, no contato com os europeus, aprenderam a manejar e manipular novos instrumentos em busca de seus interesses (ALMEIDA, 2013, p. 34).

O capitão, o cabo de esquadra e o meirinho, além dos moradores de Belém, não são nomeados como indígenas ou mestiços, entretanto, com as alterações promovidas na década de 1750 e forte presença indígena não seria de se surpreender que fossem pessoas de ascendência nativa (FERNANDES, 2015; ROCHA, 2013).

SUBALTERNAS¹⁵ EXPERIÊNCIAS: A “ZONA DE CONTATO” COMO NEGOCIAÇÃO E PACTO

Oficialmente a nomeação como “índio” nos documentos podem ter muitos significados, sejam depreciativos ou para respaldar que as leis de enobrecimento dos líderes indígenas e a assimilação nas povoações estariam ocorrendo. Não sabemos qual foi o parâmetro de Melo e Castro, que pode ter partido de ideia de “índio” como “revoltoso” e “selvagem” – já que estaria indo contra a civilidade. Muitos indígenas haviam sido alçados a cargos militares e militares das tropas regulares, enviadas nessas décadas, assentaram praça na região, constituindo famílias com indígenas locais. A lei de incentivo aos casamentos mestiços muito contribuiu para isso.

As desavenças ocorridas na capitania do Rio Negro podem dizer muito sobre os modos que os projetos e ações colonizadores estariam sendo implementados e significados nesse ambiente¹⁶. As hierarquias e lideranças indígenas deveriam ser as-

14 A referência é ao termo cunhado por Almir Diniz de Carvalho Junior (2005) em sua tese de doutoramento, “Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)”.

15 Faço uso da possibilidade ambígua da palavra, posto que até muito recentemente a leitura historiográfica da colônia como inerte frente às ordens metropolitanas e como espaço homogêneo e sem diversidade, relegado à imagem de escravidão negra, do genocídio indígena e de governantes poderosos, imagem esta forte até o momento, correndo fora dos debates acadêmicos. Não nego nenhum desses aspectos da vida colonial, entretanto, essas pessoas jogaram com as possibilidades e criaram e recriaram esses espaços.

16 “Ambos [Gramsci e Foucault] teriam concordado que o poder não pode ser capturado ao pensarmos exclusivamente em termos de força ou coesão: o poder também seduz, solicita, induz, ganha o consentimento.” (HALL, 2016, p. 196).

similadas as estruturas de poder, o processo colonial não estava concluído – talvez nunca o viesse a ser. A entrada dos nativos na administração não significaria um corte absoluto nas relações hierárquicas, tampouco, que a dominação e subalternidade do nativo fosse aparência e as relações igualitárias¹⁷.

Ao mesmo tempo em que a intervenção pombalina na colonização, principalmente através da implantação do Diretório, assumiu aspectos trágicos para os índios, também lhes permitiu a ascensão a vários cargos, inclusive de diretor de aldeamento, investindo-os de autoridade, o que lhes possibilitou travar a luta contra os dominantes em condições mais iguais (SOUZA JUNIOR, 2016, p. 282).

A ausência de questionamentos da devassa ou da legitimidade do cárcere dos indígenas, talvez, seria indicação de que estes povos eram tidos como participantes daquele universo e que as suas ações eram julgadas dentro das estruturas jurídicas do Antigo Regime português.

OS BANDOS COLONIAIS: ESPAÇOS DOS “DE BAIXO” NO PODER LOCAL

O privilégio monárquico do perdão e da graça era um instrumental de grande valor para respaldar a figura patriárquica da majestade no mundo português. Os governadores estariam investidos de tal qualidade como representantes dele.

Sendome permitido pelo [paragrafo] 36 do meu Regimento dar alguns perdoêz em nome de Sua/ Magestade pelo Nattal, e Indoenças, succedeu, que para este dia se juntaram muitas petiçoêz, e sendo alguaz // dellas de culpaz bem veniaes todas informou o dito Ministro contra, de sorte, que só dozes de que elle/ teve hum grande empenho do *Dezembargador Intendente* hé *que* informou de sorte, *que* {tiveram} perdaõ, mostran=/do com este facto, que só elle tinha poder, e ainda *que* eu em observancia do mesmo [paragrafo] não sou obrigado/ a conformarme com o seu parecer, não quis de forma alguá afastarme delle por não dar occasiã a/ mayores desordens, nem exporme a *que* não os passe pela Chancellaria [...]¹⁸.

A dádiva do perdão era um dos eixos do poder e uma das maneiras de apaziguar e demonstrar piedade, conectando os súditos e o rei – algo exclusivo e que deveria ser decidido na sua consciência. Em datas específicas, era possível o alívio de penas, uma dessas datas era o Natal e o fez o governador, porém, como dito no documento, o ouvidor emitiu pareceres e desfavoráveis. Manuel Bernardo do Melo e Castro não era obrigado a receber ou acatar os pareceres do magistrado, todavia, para evitar desavenças acatou o foi indicado. Também, desse modo, o militar apresentava uma relação

17 Karl Arenz sobre o período de missionação utiliza o termo “mediação cultural” da antropóloga Paula Montero: “o conceito de mediação cultural contribui para elucidar os múltiplos “códigos compartilhados” que, enquanto modos de pensar o “outro” e fazer acordos com ele, estabelecem um “jogo de comunicação” entre absorção e rejeição, mas sem atingir as culturas envolvidas em sua totalidade.” (ARENZ, 2014, p. 69).

18 Ofício do governador para o secretário de estado, em 30 de julho de 1759 – Caixa 45, Documento 4098.

frágil e desconforme as atribuições, segundo ele expõe, o ouvidor seguia por práticas não usuais na administração ditada nos regimentos e Ordenanças.

A centralização lusitana dos poderes locais e dos agentes às instituições metropolitanas, mesmo daqueles poderes que ocorriam por fora da influência da Coroa, demandava a percepção das negociações locais e da assimilação dos costumes às normas e das normas aos costumes. A amplitude do poder régio esbarrava na sua função: harmonizar as partes constituintes daquele corpo social. Fazer justiça era dar a cada qual o que era seu e assegurar que as funções e direitos de uns não invadissem ou retirassem os de outros (a cabeça não deveria substituir o braço e vice-versa). O que significaria, que mesmo o rei deveria manter-se em seu espaço de privilégio, para o governador era vetada a intromissão nos assuntos exclusivos de decisão da Justiça (SUBTIL, 1998).

As relações internas à burocracia colonial expõem aspectos essenciais para a compreensão do projeto de colonização e seus reveses, e de como a norma foi desviada por agentes e pela desobediência da população. Esses conjuntos de ordens e corpo de leis não se faziam em estruturas rígidas e desligadas dos oficiais nomeados nem das pressões locais.

Para Gramsci, existe uma dificuldade para identificar estaticamente, em cada momento concreto, a estrutura. Na realidade, a estrutura em si, separadamente do processo histórico, não existe: e, ainda que ela seja objetivamente identificável, trata-se de um movimento no interior da história, não de uma realidade externa à história e situada abaixo dela. Por isso, a política deve levar em conta as tendências de desenvolvimento da estrutura, mas isso não significa que todas elas devam necessariamente se realizar. Disso decorre a possibilidade do erro político, que o materialismo histórico mecânico não admite, considerando que todo ato político é rigidamente determinado pela estrutura (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 70)¹⁹.

Percebendo ações e reações dos funcionários às ordens, levando em conta suas inaplicações na Amazônia e a interpretação “divergente” dessas ordens pelos funcionários são possíveis aproximações aos deslocamentos desses agentes. Ambos, governador e ouvidor, ocupavam posições de importância e vasto poder, entretanto, rivalizavam. Seriam uma mesma “classe”, todavia, estavam em disputas e os elementos subalternos – indígenas e mestiços, agentes locais – também não estavam no mesmo grupo de forças em luta contra a imposição das reformas feitas para promover a colonização da colônia norte da América Portuguesa.

O PROJETO COLONIAL COMO PROCESSO HISTÓRICO: AGENTES COLONIAIS E ATORES SOCIAIS

As reformas do Secretário Sebastião José de Carvalho e Melo na estrutura buro-

¹⁹ “Na verdade, a categoria de experiência em Thompson carrega em si e para si a dialética da práxis social e da processualidade histórica” (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 70).

crático-administrativa do Império ultramarino português, a partir de 1751, atingiram diretamente a Amazônia Portuguesa (COELHO, 2005). Na região foram implementadas modificações na legislação indigenista, uma delas – a mais famosa – era o Diretório dos Índios, mas alguns anos antes ocorreram duas essenciais modificações: as leis de junho de 1755 que definiram a liberdade de si e de suas coisas aos índios, tais leis não foram anuladas com a tutela dos índios.

No Diretório e nas Leis de Liberdade constavam direcionamentos para que os agentes aglutinassem as autoridades indígenas nas malhas do poder régio. Os indígenas deveriam ser transformados em vassallos portugueses fiéis e cristãos, passando a ser os colonos que fariam a ocupação, defesa e produção do Estado, a administração régia e a Coroa seria fortalecida. Entretanto, o regulamento de 1757 condicionava a estes “ingênuos” vassallos do rei português uma tutela, sua rotina, comportamentos e coisas deveriam ser orientadas e protegidas por agentes coloniais leigos: os diretores dos índios (DOMINGUÊS, 2000). Determinando uma administração leiga e local para orientar e ajudar os agentes coloniais indígenas.

As práticas locais de populações mestiças em um mundo colonial eram permeadas de conflitos e acordos, que faziam sentido naquelas povoações – exigia-se dos funcionários o respeito às práticas locais. A política indigenista transformaria a atuação de bacharéis formados dentro de uma cultura jurídica distante da realidade colonial.

Na sua esteira, os juristas portugueses, embora reconhecendo a primazia, de princípio, da lei real, admitem a validade do costume, mesmo *contra legem*, numa longa série de situações. Questão diferente era a de relevância dos direitos locais (dos *statuta*) contra o teor da lei geral. Também aqui, a posição de princípio da doutrina é favorável à lei do príncipe, embora as *Ord. fil.* apenas considerem como nula a postura feita (*i. e.*, elaborada) em contradição com o disposto na lei, não se referindo à incompatibilidade substancial. Mas, a não ser que houvesse um rescrito real anulatório, as posturas obrigavam os juízes e oficiais das terras, não podendo sequer ser revogadas pelos corregedores. E que ele constituíam o direito próprio (*ius proprium*) da terra que, de acordo com a arquitetura do sistema jurídico de então, se impunha ao direito comum (*ius commune*) do reino, tal como este, teoricamente, prevalecia sobre o direito comum da doutrina europeia (HESPANHA, 2006, p. 135-136).

Tomemos por base análises como a de Antônio Manuel Hespanha, a adaptação e o respeito às práticas locais exigidos aos magistrados do monarca os colocaria em situações estranhas as tentativas de imposições de ordenamentos rígidos. O ouvidor Pascoal de Abranches se queixou, enfaticamente, do governador ter mandado reter os indígenas da cadeia sem a sua autorização passou ordem para o carcereiro não atender mais as ordens do governador, relata Bernardo de Melo e Castro que

No dia 19 do mesmo Mez de Março vindo o dito Ministro a minha casa, e achando todoz/ os Officiaes; e pessoas distinctas da terra para jantarmos por ser dia dedicado a São Jozê Nome de Sua Magestade/ diante de todo aquelle concurso me atacou dizendome, que eu tinha mandado buscar a cadeya seis In-/dios para o Hospital, cometendo nesta diligência hum attentado, por não ter jurisdição alguá para assim o fazer,/ porque elles não podiaõ sahir da Cadeya sem ordem sua, e que já a tinha passado ao Carcereyro para não en-/tregar maiz algum por aquella forma, compondo esta arenga com quantidade de insultos, que naõ/ repito a Vossa Excelência, por naõ fazer esta rellação ainda maiz fastidioza²⁰.

O governador Bernardo de Melo e Castro alegava que mesmo sabendo não possuir a jurisdição para tais ordens, o fez por consciência cristã, de ser caso conhecido a falta de condições da cadeia e dos casos de mortes sem adequado sepultamento de batizados. O militar constitui uma justificativa da desobediência dos regimentos de governadores e ouvidores, olhando por outro ângulo, o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão deliberadamente desatendeu as Ordenações régias e a jurisdição de seu ofício.

Em consequência, dirigiu uma correspondência relatando uma série de que-relas com o bacharel ouvidor. Os relatos poderiam funcionar como embaixadores de sua intenção em manter a paz na sua relação com o funcionalismo local e que age em tolerância, mesmo em situações extremas. Segundo Santos (2008), persistiriam essas situações de desacordos e desacatos

Em alguns momentos, a discrepância entre a sua formação e as exigências da administração ficou patente. Com seu gênio de militar pouco afeito aos atritos peculiares à relação entre governadores e oficiais régios, certa vez quase se perdeu em uma querela com o ouvidor Pascoal de Abranches Madeira Fernandes e o intendente-geral João Inácio de Brito e Abreu, em que se viu em “evidente precipício” e temeroso de “que em alguma hora me não possa conter e rompa em algum excesso” (SANTOS, 2008, p. 108).

Sendo um governador de recente posse, precisaria do apoio dos órgãos metropolitanos e prevenir-se de denúncias de impostura e desordem no estado – algo desastroso na carreira e para a linhagem de Melo e Castro.

[...], seu contexto político não era o mundo estabilizado da política dos reinos europeus, em que a justiça e o governo se enraizavam em tradições estáveis e duradouras e se formalizavam em processos e fórmulas fixadas pelo tempo. Pelo contrário, eles [governadores] atuavam num mundo estranho e não balizado, ele próprio subvertido nos seus estilos pela erupção dos europeus, num mundo em mudança, semelhante ao que Maquiavel descrevia no seu famoso tratado, em que a justiça tinha de ser criada, ex

20 Ofício do governador para o secretário de estado, em 30 de julho de 1759 – Caixa 45, Documento 4098.

novo, pela vontade do príncipe, tirando partido da oportunidade e das mutáveis circunstâncias dos tempos. Por fim, os governadores ultramarinos estavam isolados da fonte do poder por viagens que chegavam a levar anos, tendo necessidade de resolver sem ter de esperar a demorada resposta às suas demoradas perguntas (HESPANHA, 2001, p. 175).

A forma como Melo e Castro descreve a situação surpreende pela sua larga argumentação da urgência que movia sua atitude. As possessões coloniais lusitanas seriam “zonas de contato”. Segundo Mary Louise Pratt (1999), o contato promovido/forçado pela colonização realizou modificações entre ambos os elementos (“colono” e colonizador), o contato, inevitavelmente, transforma, ainda que sejam relações assimétricas de dominação e subordinação.

[...] espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográficas e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada. [...] zona de contato é uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam. Ao usar o termo “contato”, procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais [...] uma “perspectiva de contato” põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros (PRATT, 1999, p. 31-32).

Tal efeito não se daria somente entre os nativos e os colonizadores portugueses, uma leitura nesse sentido homogeneiza grupos discordantes como etnias diferentes, europeus de variar nacionalidade, colonos e religiosos, potentados locais e agregados. O espaço colonial transformou esses funcionários, nesse sentido, o bacharel ouvidor do Pará possuiria apoios e estaria entranhado (e respaldado) nas redes de compadrio e poder local. Os magistrados (ouvidor e intendente) estaria envoltos nas querelas locais, quanto ao governador, este teria feito escolhas divergentes aos interesses desse grupo de magistrados.

Tanto o *Dezembargador Ouvidor geral*; como o [risco] *Intendente* tem hú entranhavel odio ao *Bispo* e se declararaõ/ formalmente seus inimigoz, deixando de vizitalo, e murmurando publica, e particularmente de todas as suas/ acçoêz, ao mesmo tempo, *que* ellas tem os aplausos, e aceytação de todos, como a *Sua Magestade* e a *Vossa Excelência* he bem/ constante logo *que* estes homens entraram a ter trato comigo procuraraõ por todos os modos, por me de/ má-fé com o dito *Prelado* excogitando todos os caminhos; *que* podessem concorrer *para* eu não conservar com elle,/ a boa armonia, *que* meresse pelas suas distinctas qualidades, e *que* na conjunctura, em *que* se acha este Estado se fazia tal/ precisa²¹.

21 Ofício do governador para o secretário de estado, em 30 de julho de 1759 – Caixa 45, Documento 4098.

Mais adiante na carta, o militar relatou que o cabo de esquadra, que fazia a ronda, havia detido o meirinho da ouvidoria, que estava com espada, mas que foi solto uma hora e meia depois por ordem sua devido ao recado que recebeu do ministro da ouvidoria. O dito cabo, João Bernardes Buralho, acabou preso sem acusação por ordem do governador. Buralho armagou dias no calabouço e como forma de livramento de lá o governador propunha removê-lo para outro regimento. Essa situação, no mínimo, curiosa (exceto para João Buralho) ocasiona uma grande dúvida: por que o governador atenderia tão prontamente os desejos e parcialidades do ouvidor Abranches?

Consta no relato de Melo e Castro que o cabo teria proferido respostas aos questionamentos que Abranches fez a ele sobre a prisão, segundo o governador, de forma respeitosa.

Vindo este Ministro no dia seguinte a minha casa para huá Junta de Justissas, que se fez me não fal/lou no dito caso huá só palavra, e o Dezebargador Juiz de Fora me disse, que elle estava muito bravo por aquelle successo pro=/metendo vinganças no Cabo de Esquadra, e que queria huá publica satisfação; e sem eu attender a que o-/ Meyrinho não podia trazer a Espada fora do acto da ronda, por livrarme de mayores pertubaçoenz, e disputas, mandey prender logo ao dito Cabo de Esquadra no Calabouço aonde se acha sem que em todo este/ tempo me tenha falado por elle huá só palavra²².

Porém, tanto o meirinho como o cabo respondiam a agentes diferentes – transitando por eles e fazendo usos desses espaço como campo de respaldo e apoio. Haveria limites de interferência a ser respeitados, mesmo pela majestade, a Coroa era a matriz irradiadora de ordens e instruções aos funcionários reais, centro de decisão das querelas entre os vassallos e o piedoso produtor de graças e perdões²³. As disputas e argumentações dos governadores com os ouvidores e demais bacharéis do rei faziam parte das formas de equilíbrio e de constituição das tramas do poder, para além disso, dos mecanismos que perfaziam a cultura política dessa sociedade. “Analisando os comportamentos e decisões metropolitanas ante as diferentes capitánias, mostra como a estrutura administrativa e organizacional respondia a conjunturas históricas e a necessidades específicas, alterando-se quando necessário” (SOUZA, 2006, p. 46).

Os funcionários do rei vindos da metrópole encontravam nas colônias universos de agentes sociais em conflitos e disputas, cujos sistemas de significados e as lingua-

22 Offício do governador para o secretário de estado, em 30 de julho de 1759 – Caixa 45, Documento 4098.

23 Ainda no século XVIII, o direito português era um complexo e heterogêneo “conjunto” de legislações e ordens. A legislação era abarrotada de práticas de regulação localistas e ocasionais que limitavam a interferência régia e a compreensão geral da lei no Império, assim como, uma reformulação do Direito de modo a uniformizá-lo. Princípios e costumes locais, direitos donatários e privilégios imemoriais ou não-escritos limitavam o alcance de modificações régias, fazendo com que os funcionários coloniais tivessem que se adaptar às estruturas e negociar aplicações das ordens e normas.

gens eram pertencentes ao (nesse caso) mundo colonial amazônico. As práticas eram constituídas constantemente em meio a divergências, que não foram solucionadas pelas mudanças promovidas pelo gabinete de Sebastião José de Carvalho e Melo. As novas práticas de controle, fiscalização e regulação intentadas pelas reformas pom-balinas precisariam de variados mecanismos para não se fazer letra morta – eram projetos (GOUVÊA, 2001).

CONCLUSÃO

Quando partiam para os domínios portugueses extra-europeus, esses funcionários de alta hierarquia possuíam laços metropolitanos e impressões desse outro lugar. Os funcionários intermediários adquiriam para a Coroa o papel essencial que era a representação do rei e implantariam as ordens e leis, ocorria muito que as ações que motivavam motins e sublevações poderiam ser tidas como incompetência desses oficiais e as rebeliões eram contra esses poderes temporários, a nobreza da terra era um dos setores que transitava entre a rebeldia e o “emprego” na administração. Ter o apoio dos potentados locais garantiria um bom governo, de “paz” e ordem, e elogios nas cartas e petições enviadas ao reino pelas câmaras e indivíduos.

Nesse sentido, se explicaria a anuência dos oficiais ao verem a “invasão” do ouvidor (por que ele não estava no jantar?), a aparente normalidade do desacato dos magistrados com o bispo e o comportamento de aceitação “popular” das atitudes do ouvidor. Ou será que as coisas teriam ocorrido como Melo e Castro alega? A falta de apoio do governador parece flagrante na carta, mas poderia ser exercício de retórica para expor como necessitaria do apoio da corte.

As reflexões do historiador E. P. Thompson (1997) sobre a ideia de Lei e Justiça, muito nos dizem acerca das formas da cultura jurídica europeia do Antigo Regime. A presença e força do Direito Consuetudinário se impunha como uma barreira a mudanças nos parâmetros jurídicos e das lideranças locais, os agentes vindos da metrópole buscavam fundamentar e legitimar seus procedimentos e instituições.

As formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos de poder. Somente quando assim são vistas é pode ser útil em seu outro aspecto, a ideologia. [...] as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e status dos homens e contribuem para a autodefinição ou senso de identidade dos homens (THOMPSON, 1997, p. 338).

Quando o meirinho foi detido prontamente conseguiu contato com o ouvidor, que em menos de duas horas encaminhou sua soltura. O governador construía um relato para, entre outras coisas, explicar o motivo que buscava mandar o cabo de esquadra a outra localidade. Para esses agentes coloniais de nomeação metropolitana

atuarem nas colônias se exigia cotidianamente a negociação com o universo estabelecido de poderes. Era necessário fundamentar relações e lealdades, arriscar-se entre esses “partidos” sem ser elite implicava em riscos e vantagens.

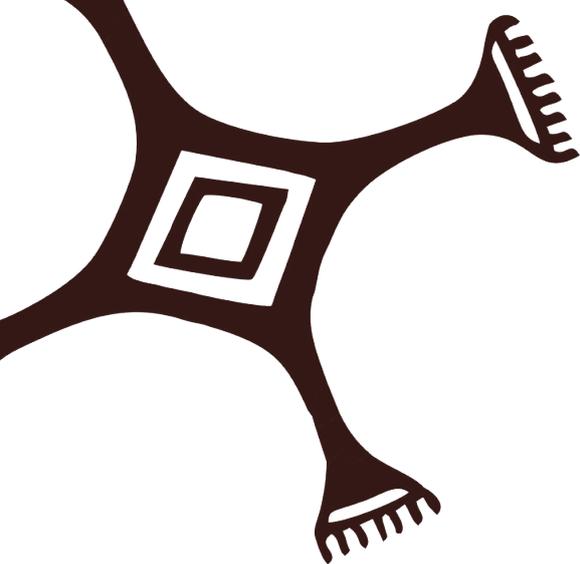
Como este Cabo de Esquadra se acha prezo a hum mez sem *que* o dito Ministro se dá por satisfeyto, / não tendo ele a menor culpa, receyo *que* lhe tenha maquinado algú supposto crime *para* o prender; e determi- / no passado mais algú tempo, mandalo *para* algum destacamento distante desta Cidade; por me livrar de / mayores historias, *que* todas me mortificaõ *muito* e a elle cauzaõ o mayor gosto, pois já chegou a proferir / na *minha* presença *que* nada o divertia tanto, como ter disputas com os Governadorez.²⁴

Burrinho e Melo e Castro estavam em posições desfavoráveis – um muito mais do que o outro. O governo desse governador estava apenas no início, também seus problemas com o ouvidor Abranches e o intendente Brito e Abreu. Não trabalho diretamente com os “de baixo”, a tutela, as normas e os preconceitos étnicos persistentes impediam indígenas e mestiços de assumirem determinadas posições na sociedade colonial, lugares que neste são o que observamos. Em termos gerais, essa é apenas uma correspondência, nada diz sobre a continuidade dessas querelas nem da rebeldia dos nativos ou de sua sobrevivência das cadeias, a carta não encerra nenhum aspecto que abriu sobre esse momento. Segundo Thompson, podemos levantar hipóteses, proposições...os vestígios não são as pessoas e “as pessoas não são tão estúpidas quanto supõe alguns filósofos estruturalistas” (THOMPSON, 1997, p. 355).

24 Ofício do governador para o secretário de estado, em 30 de julho de 1759 – Caixa 45, Documento 4098.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ALVES, Giovanni e ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência – um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-79, jul./dez., 2013.
- ARENZ, Karl. Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuítcos da Amazônia portuguesa (Séculos XVII e XVIII). **Revista História e Cultura**, Franca, v.3, n.2, p. 63-88, 2014.
- COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 285-316.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardiã Rende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuru, 2016.
- HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HESPANHA, António Manuel. **O Direito dos Letrados no Império Português**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: Edua, 2012.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA JUNIOR, José Alves. As autoridades indígenas nos aldeamentos no tempo do Diretório: principais e oficiais. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves (orgs.). **Novos olhares sobre a Amazônia colonial**. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- SUBTIL, José. Os Poderes do Centro. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). **História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4.
- THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CADEIA PÚBLICA DE BELÉM NO EDIFÍCIO DE SÃO JOSÉ: CÁRCERE E RESISTÊNCIA NO GRÃO-PARÁ (1838- 1856)

João Victor da Silva Furtado

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é elaborar uma reflexão acerca da História Social das prisões na Amazônia no contexto posterior a eclosão da Cabanagem, centrando a análise e discussão na instalação, funcionamento e nas condições de vida de sujeitos que passaram pela experiência da prisão na Cadeia Pública do Capital do Grão-Pará no edifício de São José em um recorte temporal que se estende de 1838 até o ano de 1856¹.

Ainda que a instalação da referida prisão tenha ocorrido apenas no ano de 1843, considera-se importante o retorno ao ano de 1838, em função de dois fatores: na documentação que dispomos, a primeira menção referente a necessidade de reformas no sistema prisional paraense - depois de proclamada a independência - é deste ano²; no Grão-Pará a discussão referente a situação prisional ganha força no momento de combate ao movimento cabano.

Já a data que marca o fim do recorte temporal da pesquisa corresponde a promulgação da Lei nº 303/1856³ que determinava uma modificação do regime peniten-

1 Funcionou como instituição prisional por mais de 150 anos, sendo que até o fim da década de 1990 - quando foi desinstalada e reformada para dar lugar ao Museu de Gemas e Polo Joalheiro do Pará São José Liberto - foi a principal prisão que teve a província, e depois Estado do Pará (COELHO, 2002).

2 Trata-se do discurso anual do então presidente da Província Soares D'Andrea, documento que fala sobre a necessidade de "huma boa, e segura Cadêa Civil, e além d'ella de huma Caza de correção para toda a província". Conferir em: PARÁ, Governo. Discurso com que o presidente da província do Pará Soares D'andrea, faz a abertura da primeira sessão da Assembleia Provincial no dia 02 de março de 1838. Pará, Typ. Restauradora de Santos, 1838, p. 28.

3 A referida Lei determinava a construção de uma Casa de Correção - instituição que prevê em seu regime de funcionamento a punição do trabalho em oficinas além da privação da liberdade - dentro dos parâmetros da Casa de Correção de Recife, para a aplicação da pena de prisão com trabalho, entretanto a mesma passa a ser aplicada na Cadeia de São José ora sob a denominação "Prisão com Trabalho", ora "Serviços Públicos". Cf.

ciário da instituição: esta deveria deixar de funcionar como Cadeia Pública passando a ser Casa de Correção. Consequentemente a rotina dos presos passaria por mudanças, visto que o incremento do trabalho penal seria institucionalizado a partir de então.

Nesse sentido, as perguntas que norteiam o texto são: quais motivos teriam levados a instalação da Cadeia Pública de São José? Qual a relação da Cadeia com a repressão ao movimento cabano? Quais as continuidades e mudanças no processo de funcionamento da prisão desencadeadas com sua instalação? Quais as condições de vida dos presos?

Para responder a tais perguntas, utilizo-me do método proposto por Edward Palmer Thompson, denominado “lógica histórica” que pode ser pensada como “um método de investigação adequado a materiais históricos destinados a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc e a eliminar procedimentos autoconfirmadores” (THOMPSON, 1981, p. 15), ou seja, o historiador deve estar munido de hipóteses prévias que devem ser pensadas à luz do diálogo entre conceito e evidência, aspecto importante para analisarmos a cadeia para além de seu funcionamento burocrático, mas evidenciando e considerando as diferentes experiências dos sujeitos.

Com esta prerrogativa, apresentamos como fontes de maior quantidade as contidas nas Coleções e Índices Alfabéticos de Leis da Província; os periódicos de circulação em Belém, tais como: o *Treze de Maio* e *O Planeta*; as falas e relatórios do governo da província Grão Pará e a documentação das áreas de Governo e Segurança Pública do Arquivo Público do Estado do Pará.

Para que o leitor possa compreender melhor nossa escolha teórico-metodológica, começamos debatendo a questão prisional nas produções historiográficas nos últimos anos, recorrendo ao trabalho de tese de doutorado de Albuquerque Neto (2015), que em sua introdução realiza uma discussão historiográfica acerca da temática, dividindo a história da historiografia das prisões em duas vertentes europeias, uma latino-americana e a atual maneira na qual os pesquisadores brasileiros veem pensando as prisões.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA DAS PRISÕES

Albuquerque Neto (2015) considera como “estudos clássicos” sobre prisões, os estudos europeus de viés marxista que propunham uma análise referente ao nascimento do sistema penitenciário na Europa como uma consequência das demandas sociais e econômicas do capitalismo, sendo as Casas de Correção, utilizadas como

Grêmio Literário e Recreativo Português (GLRP). Lei 303 de 15 de Dezembro de 1856. In: Índice Alfabético da Legislação Provincial da Província do Pará de 1854 a 1880 Compreendendo os Actos e Decisões do Governo da Província 1879 inclusive. Publicação Oficial. Belém. Typ. Commercial de Francisco da Costa Junior, à Rua Formosa N. S, 1880.

apêndices das fábricas, lugares destinados ao recebimento de elementos considerados perigosos ou improdutíveis.

Segundo o autor, também na Europa desenvolve-se outra vertente de estudos sobre o aprisionamento que por sua vez se popularizou pelo mundo e influenciou diversos estudos: trata-se dos estudos de Michel Foucault, que buscou compreender as prisões a partir da emergência de discursos sobre a função punitiva do encarceramento, no seio do que chamou de “sociedade disciplinar”. Para Foucault, lugares como hospitais, manicômios e escolas são exemplos de instituições responsáveis pela elaboração de conhecimento e adestramento dos corpos por meio da disciplina e começou a preponderar na Europa a partir do século XVIII (FOUCAULT, 2003; FOUCAULT, 2012).

Já no que diz respeito à historiografia latino-americana, Albuquerque Neto (2015) argumenta que a temática referente ao nascimento da prisão é o foco principal, porém diferentemente dos estudos europeus que consideram as demandas capitalistas ou a formação da “sociedade disciplinar” como a razão do surgimento das prisões, os estudos latino americanos entendem o surgimento das prisões como a necessidade de um efetivo controle social sobre as camadas mais pobres da população no contexto posterior aos processos de emancipação política dos Estados Nacionais durante a primeira metade do século XIX.

Ainda segundo o autor, esses estudos preocuparam-se em descrever as rotinas institucionais das prisões, buscando também a dimensão humana destas instituições, lançando olhares sobre presos, guardas e outros agentes externos que possuíam relação com a vida nas instituições penitenciárias. A contribuição destes estudos foi demonstrar a multiplicidades de temáticas possíveis de serem relacionadas aos estudos sobre prisão, tais como: estado, trabalho, conflito, mulher, dentre outras, ou seja, os estudos deixam de lado discussões meramente burocráticas ligadas ao funcionamento e a consequente ineficácia do sistema prisional, dando espaço para o debate referente aos agentes históricos que compõe o sistema prisional em diferentes sociedades na América Latina.

Nesse sentido, Albuquerque Neto apresenta suas observações a respeito da produção historiográfica no Brasil argumentando que atualmente os pesquisadores das prisões aqui veem sendo fortemente influenciados pela História Social, sobretudo pelas contribuições de E. P. Thompson e o conceito de experiência⁴, tornando-se o foco das discussões as pessoas que passaram pela experiência do cárcere, bem como

4 Thompson utiliza o conceito de experiência em todas as suas obras, porém no livro *Miséria da Teoria*, conceitua experiência, analisando que a inter-relação entre múltiplas evidências e o choque entre o ser social e a consciência social originam a experiência, que por sua vez compreende a “resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de ou grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15).

os agentes carcerários responsáveis pelas prisões, ou seja, as vivências de sujeitos passíveis de serem parcialmente reconstruídas.

A estas considerações acrescento que a historiografia das prisões no Brasil vem sendo fortemente influenciada pela noção de cultura como modo de vida e de luta, abordagem também proposta por Thompson (1998). É neste contexto que a pesquisa aqui proposta procura se enquadrar.

Diante do exposto, ressaltamos que o foco da pesquisa é a experiência dos sujeitos que compunham o sistema prisional belenense em meados do século XIX. Para iniciarmos nossa caminhada em busca deste objetivo, iniciaremos com uma contextualização histórica, tanto da funcionalidade empregada as prisões durante o século XIX quanto a situação em que Belém se encontrava no momento em que passa a funcionar a Cadeia Pública de São José.

AS PRISÕES MODERNAS E SUA CHEGADA AO BRASIL

Desde a antiguidade as prisões estiveram presentes nas sociedades ocidentais, porém como forma de custódia ou retenção de um condenado para que este permanecesse à disposição da justiça que o condenara. O encarceramento enquanto pena é criado apenas durante o século XVIII e neste contexto foi visto como uma evolução dos costumes morais, provenientes das contribuições do iluminismo e do liberalismo, quando filósofos e pensadores tais como Jeremy Bentham, Cessare Beccaria⁵, John Howard, pensaram as instituições prisionais para além de uma prerrogativa a serviço da preservação da autoridade do monarca, mas como direito da sociedade de defender sua propriedade e vida diante de indivíduos que viessem a apresentar perigo.

Religião, trabalho, isolamento, leitura foram alguns dos elementos propostos por esses três pensadores no sentido repensar as punições no mundo ocidental, além de considerarem os castigos corpóreos em demasia como inapropriados e reconheceram a necessidade de divisão de presos em tipos diferenciados. As prisões deveriam, portanto, serem vistas como espaços nos quais os detentos se tornassem indivíduos reformados com vistas a sua reintegração na sociedade.

Tais ideais contribuíram para a consagração de dois modelos prisionais difundidos na Europa e Estados Unidos: o sistema da Pensilvânia (1787), que em linhas gerais, propunha o isolamento dos presos durante o dia, com trabalho individual nas celas; e o de Auburn (1825) que previa trabalho em grupo durante o dia, porém sem comunicação entre os presos e com isolamento destes durante a noite, ambos desenvolvendo-se com facilidade em Estados com alto nível de industrialização, em função

⁵ O aristocrata considerado pai do iluminismo penal, publica a obra *Dos delitos e das Penas* (1764), marcadamente influenciado pelo contratualismo, para ele “a soma de todas as (...) porções de liberdade individuais constitui a soberania de uma nação e foi depositada nas mãos do soberano, como administrador legal” (BECCARIA, 2012, p. 12).

de que a mão-de-obra carcerária passaria a ser utilizada tanto para que os presos pudessem se sustentar dentro da prisão, quanto a serviço do governo para realizar obras públicas.

Para Marcos Luiz Bretas, durante o século XIX a discussão prisional adquiriu uma dimensão ainda mais notável (BRETAS, 2009), momento em que diversos congressos penitenciários foram realizados, onde diferentes Estados-nação enviavam representantes para mostrarem suas histórias de sucesso relatadas e admiradas, e outros enviavam observadores destas experiências afim de trazerem ideias a respeito da maneira como deveriam proceder para aderirem ao processo de Reforma Prisional.

Segundo Cláudia Moraes Trindade, o Brasil não ficaria de fora deste processo, sendo que ainda antes de proclamada a independência, as autoridades coloniais já pensavam mudanças na aplicação da justiça e no aprisionamento. Após 1822 esses debates ganhavam ainda mais espaço nas assembleias legislativas, estabelecendo-se que, nas palavras da autora: “fosse elaborado, o quanto antes, um código criminal que viesse a substituir o Livro V das Ordenações Filipinas, vigente no Brasil desde o início da colonização portuguesa” (TRINDADE, 2012, p. 37).

O Estado estabelece uma série de normas e dispositivos legais ligados à necessidade de reformas na justiça penal, resultando em 1830 no primeiro Código Criminal do Império⁶, documento que sugere a privação da liberdade como pena principal no território então emancipado, contribuindo para que se inicia-se no Brasil um projeto de Reforma Prisional que deveria ser aplicado em todas as províncias⁷, no qual as autoridades imperiais, imbuídas nas ideias dos reformadores europeus e estadunidenses, buscavam a afirmação do Brasil como um estado independente, que formulou sua estrutura penal em oposição às normas estabelecidas pela antiga metrópole portuguesa, buscando uma proximidade entre as normas de controle social e a realidade social brasileira quando da época de sua elaboração.

Albuquerque Neto (2008) argumenta ainda que este processo pode ser entendido como uma tentativa do Brasil de inserir-se no rol das nações civilizadas, a fim de mostrar-se ao mundo com ares de país moderno, cujo trato com o prisioneiro passa a ser o encarceramento e não mais o suplício⁸, contribuindo para que (na letra da lei)

6 Eram previstas no Código Criminal do Império as punições de: Prisões com trabalho; Multa; Prisão Simples; Suspensão de Emprego; Perda de Emprego; Galés; Desterro; Morte; Açoite e Banimento, como consta na Lei de 16 de dezembro de 1830. Título II: Das Penas - Capítulo I - Da qualidade das penas, das penas, e da maneira como se hão de impor, e cumprir. Cf. (PIEGENRELLI, 1980, p. 171).

7 Albuquerque Neto destaca que tal fator demandou a construção de Casas de Correção nas principais capitais do império (Rio de Janeiro – 1850; São Paulo – 1852; Pernambuco, São Pedro do Rio Grande do Sul - 1855). Cf. (ALBUQUERQUE NETO, 2008).

8 Para Foucault (2012) o suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder.

o crime e a punição adquirissem um caráter correcional, perdendo o seu cunho religioso e moral (característico das Ordenações Filipinas), passando a ser visto como um ente eminentemente jurídico.

Ainda que o Código Criminal tenha contribuído para que as punições fossem repensadas no recém-formado Império do Brasil, é necessário ter em mente que a emergência do sistema prisional no Brasil não se deu da mesma maneira que ocorreu na Europa, onde os projetos das primeiras casas de correção tiveram intrínseca relação com as necessidades da economia capitalista em ascensão e de incremento de mão-de-obra treinada para o cotidiano na fábrica. No Brasil o nascimento do aparato prisional se deu num contexto histórico bastante diferente em função das vicissitudes de uma sociedade escravista como era a brasileira no contexto do século XIX.

Tal fator garantiu a diferenciação na aplicação das penas mediante a condição socioeconômica dos indivíduos, bem como a manutenção de penas como: desterro, açoites e de morte, nos levando a uma reflexão acerca do espírito reformista do Brasil independente em oposição ao sistema legal português. Aqui, a pena de prisão representou um importante mecanismo de controle social num momento no qual o Estado Nacional encontrava-se em processo de consolidação, abalado no bojo de tensões políticas e sociais e um enorme medo de revoltas escravas aos moldes da revolta dos Cabanos ocorrida em Belém em 1835. Nesse sentido tornou-se imprescindível “a adoção de um sistema penal policalesco e disciplinatório, capaz de vigiar determinados segmentos da sociedade e subjugar a população cativa” (ALBUQUERQUE NETO, 2008, p. 103).

Vejam agora de maneira mais específica o debate prisional no Grão-Pará, seus desdobramentos na prática e em seguida, a experiência dos detentos diante deste processo.

CADEIAS E PRISÕES: ENTRE PROJETOS, “REFORMAS” E SITUAÇÃO PRISIONAL ENTRE FINS DA DÉCADA DE 1830 E INÍCIO DA DÉCADA DE 1840

Ao analisarmos os discursos dos presidentes da província é possível notar que no Grão-Pará a preocupação com construção de instituições de caráter correcional (cadeias e casas de correção) aparece nos discursos das autoridades provinciais quando em 1838 o General e Presidente da Província Soares D’Andrea falava na necessidade de uma “huma boa, e segura Cadêa Civil, e além d’ella de huma Caza de correção para toda a província”⁹, sendo que dois anos depois, já na administração de João Antônio de Miranda, o presidente afirma que “casas de Câmaras, Cadeias, e Matrizes, são as primeiras obras, ou edifícios públicos de uma Villa”, sendo que em sua edificação deviam ser notados os preceitos da arte “para que nem deixem de ornar os

⁹ PARÁ, *Op. Cit.*, 1838, p. 28.

respectivos municípios, nem tornem pesaroso o observador, nem causem finalmente arrependimento à sociedade, que as fez construir”¹⁰.

Com o passar dos anos a importância das instituições prisionais viria a ficar ainda mais evidente, levando as autoridades a apresentarem e realizarem projetos organizacionais para a questão prisional que, de maneira geral, tinham a intenção de que as cadeias existentes oferecessem maior segurança e capacidade de alocação de detentos, além da sistematização de uma maior vigilância sobre estes, expondo-os a uma rotina de ordem, disciplina e trabalho, elementos que na fala dos legalistas, eram necessários no processo de reabilitação do criminoso para que pudesse ser reinserido à sociedade.

Nesse sentido, as falas dos presidentes da província demonstravam que as cadeias deveriam servir para reabilitação do criminoso à sociedade, estavam em situação de frequentes reformas e eram ambientes predominantemente conflituosos. Vale ressaltar que se trata de um período no qual a então memória recente da Cabanagem se faz presente nas ações das elites paraenses em várias instâncias, levando as autoridades a elaborarem estratégias de repressão de focos rebeldes no interior afim de reestruturar a província.

No que toca às punições aos cabanos, as cadeias não ocupavam espaço destacado se comparadas a outras punições tais como: de desterro e degredo¹¹, a prisão-navio Corveta Defensora¹², e após 1838 os Corpos de Trabalhadores¹³. Ainda assim existem indícios de que as cadeias tenham recebido presos cabanos, tais como a notícia do periódico *Treze de Maio* de 23 de dezembro de 1843, que dizia: “desde a rebelião desta Província em 1835, e 1836 existem alguns infelizes jazendo esquecidos nas Cadeas; sem constar sua culpa, sem haver processo com elles”¹⁴. Outro indício de uma possível presença cabana nas cadeias diz respeito à desativação da Corveta Defensora ocorrida em 1840, ocasião em que 75% dos presos lá encarcerados foram distribuídos nas “prisões de terra”¹⁵.

Tais fatores nos levam a crer na possibilidade de que uma parte dos presos revol-

10 PARÁ, Governo. Discurso recitado pelo exm. Sr. João Antonio de Miranda, presidente da província do Pará, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de Agosto de 1840. Pará, typ. de Santos & Menor, 1840, pp. 93-111.

11 Shirley Nogueira demonstra que as punições de desterro e degredo tiveram um significativo aumento na década de 1840 (NOGUEIRA, 2009, p. 267).

12 Eliana Ramos destaca que a embarcação teve lugar privilegiado na política de punição aos revoltosos de 1835, recebendo aproximadamente 2.429 presos entre 1836 e 1840, sendo que destes presos a autora estima que 159 faleceram a bordo da embarcação (FERREIRA, 2010, p. 185).

13 Tratou-se de uma instituição de caráter paramilitar, instituída em 1838 e funcionando legalmente até 1859, foi um importante instrumento a serviço das autoridades provinciais no controle da circulação da população livre através do trabalho compulsório (FULLER, 2011, p. 52-66).

14 *Treze de Maio*, 23 de Dezembro de 1843, Pará: Parte Oficial, p. 1.

15 Expressão utilizada pelos presidentes da província para referirem-se aos arsenais, cadeias, fortalezas e quartéis (PARÁ, *Op. Cit.*, 1840, p. 53).

tosos agora iria para a cadeia pública da capital, sendo que até então este prédio não recebia presos cabanos, pois a política de punição para esta categoria de criminoso estava assentada no castigo corporal e no isolamento (prisão em navios, desterro, degredo), logo seu destino não seria a Cadeia Pública, que antes de funcionar no edifício de São José, estava localizada na Rua dos Mercadores, que segundo o biólogo naturalista britânico Alfred Russel Wallace (1823-1913), durante sua viagem a Belém entre os anos de 1848 e 1852 “é a via principal, concentra quase todas as boas lojas da cidade” (WALLACE, 1979, p. 19), localizava-se em um ponto central da cidade, habitado por comerciantes e vendedores, sendo que em suas redondezas existiam outros edifícios pertencentes ao poder público, tais como o Palácio do Governo.

Ainda que o número de cabanos presos na Corveta em 1840 estivesse bastante reduzido (em função do grande número de mortes a bordo da embarcação), neste ano a suposta tendência a evitar que estes rebeldes fossem encarcerados na cadeia pública parece acabar, talvez por não existir outra opção às autoridades. É possível que este fator tenha contribuído para que as cadeias ganhassem mais espaço nas falas das autoridades provinciais, visto que é justamente partir do início da década de 1840 que os debates nas assembleias legislativas do Grão-Pará ganham folego resultando em projetos de reforma para a questão prisional no Grão-Pará, como foi o caso da proposta do presidente liberal Bernardo de Souza Franco que em 1841 apresenta um projeto organizacional à Assembleia Legislativa Provincial para ser aplicado nos 26 termos que compunham a província do Grão-Pará na época em que escrevia, afirmando que:

Há ainda uma necessidade urgente á satisfazer, e que diz respeito á este ramo de serviço público, e he a factura de Cadêas seguras, e arejadas, ou o concerto das que actualmente existem e exigem reparos, mas eu vós proporia, que antes de deliberardes sobre este ponto, e de se continuar á distribuir modicas quantias, cuja exiguidade mesma as torna mal empregadas, fixasseis um sistema de prisões, e que fossem anualmente marcadas, empregadas nelas, seguido o método, que adiante designarei como vantajoso a adotar-se na factura dessas obras, e na das Igrejas Matrizes.

E mais adiante o presidente apresenta o projeto:

Parece-me, na impossibilidade em que estamos de ter uma boa cadêa para cada um dos 26 termos, que há na província e devendo have-las com as condizentes divisões = para os prezos em custódia = para os prezos sentenciados a termo breve e que não devam entrar para as Cazas de Correção = e para os de mais termo e sujeitos a correção; seria conveniente dividir a província em 6, 8 ou 10 grandes círculos, que tivessem por centro as Vilas mais populosas, ou as que por situação favorável tendem a se-lo, e que tomada a Cidade por centro comum destes grandes círculos se determinasse = a factura de uma única prisão na cidade com os cômodos, e

divisões para todos os presos da província, que estivessem na última classe apontada = uma em cada hum dos círculos referidos para os réus compreendidos na 2^o Classe = e em cada um dos outros Termos restantes uma pequena casa para Simples Custódia dos réus, ou mesma para as prisões de menos de três meses; devendo a prisão central conter divisões também para as duas classes pertencentes a seu circulo, e termo, e as dos círculos, comodidade e divisões para os réus de 1^a. Classe pertencentes ao termo em que esteja situada¹⁶.

Através da fala do presidente Bernardo de Souza Franco é possível identificar a presença do que Albuquerque Neto (2008, p. 104) afirma ser “um dos princípios básicos da pena de prisão aos moldes iluministas”: a classificação dos presos em categorias (presos em custódia, presos sentenciados a termo breve e que não devam entrar para as Casas de Correção, e os presos sujeitos a correção) bem como a divisão destes indivíduos em diferentes categorias de prisões: Correção, Simples Custódia, Prisões de menos de três meses. O reformador da época Jeremy Bentham, por exemplo, dizia que para evitar possíveis inconvenientes no que diz respeito à propagação de doenças e “infecção moral” dos detentos, é válido que se estabeleça uma política de separação dos prisioneiros segundo a sua idade, grau de perversidade de seu crime e a perversidade ou arrependimento que demonstrem:

Admitindo a distribuição dos prisioneiros por pequenas companhias formadas de acordo com as conveniências morais, é preciso ficar atento para jamais afastar-se deste princípio e não permitir, em nenhuma ocasião uma sociedade geral e confusa que poderia destruir todo o bem que se teria feito (BENTHAM, 1987, p. 16).

Assim como o presidente Bernardo de Souza Franco, outros políticos liberais também propuseram reformas penitenciárias em outras províncias do Império, porém essas propostas nem sempre eram aplicadas na prática, visto que a década de 1840 representa uma época na qual a preocupação com a *ordem* se torna prioridade da política imperial de modo que Matos (2004) afirma que a lógica econômica que vem a se definir no império brasileiro divide-se em três mundos: *o mundo do governo* (elite imperial, e demais segmentos componentes da “boa sociedade”), *mundo do trabalho* (escravos) e *mundo da desordem*, sendo que este último tratava-se de segmentos sociais que não se identificavam em nenhuma das duas primeiras lógicas.

Para Matos, estes “mundos” correspondem ao processo de constituição do Estado Imperial que possui intrínseca relação com a constituição de uma classe senhorial. Essa relação foi proporcionada pela intervenção saquarema que representou um avanço de uma política de características conservadoras no Império Brasileiro a partir do fim do período regencial. Nesse sentido, projetos prisionais de características libe-

16 PARÁ. *Op. Cit.*, 1841, p. 22-23.

rais, tais como o de Souza Franco não foram postos em prática durante a década de 1840, sendo que as ações governamentais visavam muito mais o estabelecimento de um controle social sobre as classes consideradas perigosas do que a reabilitação do criminoso.

Com base nas informações dos discursos, falas, relatórios anuais dos presidentes da província e do periódico *Treze de Maio* referentes ao início da década de 1840, constatamos que a cadeia pública de Belém se encontrava em condições de ruínas e a preocupação das autoridades provinciais era conseguir alocar a população carcerária, que possivelmente cresceu com a desativação da Corveta Defensora em um local no qual fosse estabelecido um controle sobre a vida desses indivíduos, de maneira que não oferecessem riscos de abalos a ordem, daí a utilidade do Edifício de São José, que durante o contexto estudado, localizava-se “nos limites da cidade”¹⁷, distante do centro da cidade e dos olhares da população em geral.

A transferência ocorre em 1843, possivelmente entre os dias 19 e 23 de outubro, sendo que no ano seguinte as autoridades provinciais informam através do discurso anual que ainda em 1843 o Edifício de São José passa por exame e vistoria realizada por peritos a mando da Câmara Municipal da Cidade de Belém, dando condições a posterior transferência dos presos.

Devo finalmente informar-vos sobre este objeto que os presos que se achavam na antiga e arruinada Cadêa, forão transferidos para o edifício de S. José em que se fizerão alguns reparos para segurança e comodidade dos mesmos presos¹⁸.

Depois determinado que a Cadeia Pública passaria a funcionar no edifício de São José, logo foi elaborado um Regulamento Provisório da Cadeia da Capital do Pará¹⁹, publicado na íntegra pelo periódico *Treze de Maio* entre os dias 24 e 28 de outubro e também no dia 1º de Novembro de 1843, sendo que segundo seu artigo nº 67 deveria ser utilizado em todas as cadeias da província. O documento foi publicado pelo periódico possivelmente para mostrar aos leitores as normas na qual deveriam ser organizadas as instituições prisionais, devido a necessidade de demonstração do controle em relação à criminalidade. Nesse sentido, é importante ressaltar que durante o século XIX os regulamentos penitenciários executavam um papel determinante como estratégia de controle social, pois através de sua análise é possível “estabelecer

17 Quando se planejava a construção de um cemitério em Belém no ano de 1850, a região do largo de São José, onde àquela altura já funcionava a Cadeia Pública, foi cogitada, pois estava nos “limites da cidade”. Cf. *O Planeta*, 15 de maio de 1850, *O Planeta: Epidemia Reinante*, p. 1-2.

18 PARÁ, Governo. *Op. Cit.*, 1844, p. 42.

19 Publicado na íntegra pelo periódico *Treze de Maio* nas seguintes edições: Regulamento para a Cadêa da Capital do Pará. Aprovado provisoriamente pelo Exm. Governo da Província em 12 de outubro de 1843, 24 de outubro de 1843, p. 1-2 / Continuação do Regulamento da Cadea que vem do n.º 356, 28 de outubro de 1843 – p. 2-3 / Continuação do Regulamento da Cadea que vem do n.º 357, 01 de novembro de 1843 – p. 2-3.

não apenas uma programação disciplinar para os sujeitos-alvo do sistema penal como também reforçar o caráter excludente e hierarquizante da sociedade escravocrata oitocentista” (ROIG, 2005, p. 44 *apud*. ALBUQUERQUE NETO, 2008, p. 103).

Uma das principais características do regulamento diz respeito a questão tratada anteriormente: a divisão de presos. Tal fator nos leva a crer que a “infecção moral” era uma das preocupações dos legalistas, visto que o artigo nº 45 determinava que os presos fossem alocados em celas de maneira estratégica e que poderia variar mediante as condições da cadeia na qual este princípio seria aplicado, por ordem apenas do Chefe de Polícia, como se vê na tabela a seguir:

Tabela 01 - Distribuição dos Presos na Cadeia Pública Do Pará mediante o Regulamento

Prisão	Categoria de presos
Nº1	Em Custódia; Recrutadas; Sem culpa formada (nos casos em que a prisão possuir lugar).
Nº2	Mulheres
Nº3	Menores de 14 anos
Nº4	Pronunciados
Nº5	Condenados
Nº6	Escravos

Fonte: Art. nº 45. Do Regulamento da Cadeia da Capital do Pará. Cf. *Treze de Maio*, 01 de novembro de 1843, Continuação do Regulamento da Cadeia que vem no nº 365, p. 2.

Ainda que o regulamento determinasse a separação dos presos mediante seu sexo e idade, os presos “em custódia, recrutadas, e os sem culpa formada” ainda dividem a mesma cela, indicando que mesmo diante da transferência dos presos para o edifício de São José, o governo provincial ainda enfrentava problemas com o contingente de presos em relação à capacidade da cadeia. A superlotação e a mistura de presos era um problema recorrente em todo o império brasileiro entre as décadas de 1830 e 1840, momento em que se encetou com vigor a reforma prisional nas principais capitais do império.

Diante das mudanças em suas realidades cotidianas, os “sujeito-alvo” dessas políticas também reelaboravam suas táticas de sobrevivência na prisão, o tópico seguinte tratará da questão.

ENTRE RESISTÊNCIAS, CARIDADE, REGALIAS E REBELDIA: A VIDA NA “CADEIA PÚBLICA EM SÃO JOSÉ”

Como vimos durante os tópicos anteriores, a maneira na qual os relatórios e falas das autoridades provinciais retratavam as cadeias era como ambientes que deveriam servir para reformar os indivíduos além de serem predominantemente conflituosos, sendo que diante de uma série de problemas estruturais a instituição passa

a funcionar em outro lugar, afim de que os presos tivessem melhores condições de higiene e segurança além de estarem melhor alocados.

Ainda assim, esta documentação é limitada no que diz respeito às vivências e experiências dos presos, visto que seu objetivo era relatar os problemas e elencar possíveis soluções para resolvê-los. Neste sentido, recorreremos aos ofícios da Cadeia Pública encontrados na documentação da Segurança Pública do Arquivo Público do Estado do Pará, além de outros periódicos - que diferentemente do *Treze de Maio* não reproduziam os discursos das autoridades provinciais - com o intuito de reconstruir as vivências dos indivíduos agora encarcerados na nova Cadeia Pública.

Começamos pelo caso dos presos José Joaquim Pedro e José Antonio Ferreira, relatado pelo carcereiro da cadeia Raymundo Gomes Costa através de ofício de 30 de agosto de 1848²⁰. Na documentação consta que tanto José Antonio quanto José Joaquim foram condenados à pena de “trabalhos públicos”, respectivamente a dois anos e 12 meses, e diariamente abasteciam as prisões (celas) com água, em concordância com o artigo 41º do regulamento provisório da Cadeia que determinava que: “O serviço exterior da Cadêa para fornecimento de agoa e limpeza das prisões será feito pelos presos condemnados ao serviço das obras públicas”²¹.

Não é possível saber quanto tempo de pena os presos já tinham cumprido, entretanto, se considerarmos que segundo o carcereiro ambos “diariamente” abasteciam a cadeia com água, é possível que os presos já tivessem tempo suficiente para estarem habituados a uma rotina específica de trabalho, o que não impede que realizassem outras atividades, mas criava a possibilidade de que analisassem a estrutura do prédio, bem como a possibilidades de fugas, visto que o poço destinado a cadeia se encontrava fora do edifício e diariamente, por alguns momentos, ambos encontravam-se fora do cárcere. O carcereiro dá continuidade ao seu relato dizendo que justamente na atividade de abastecimento de água os indivíduos em questão “evadiram-se do poço enfrente a esta cadeia aonde se acharão na condução d’gua [...] por detrás do edifício” e em seguida fugiram pela mata.

Além de indicar a possibilidade de estes presos terem pensado sua fuga se valendo de uma brecha determinada pelo próprio regulamento da cadeia, o documento em questão apresenta ainda uma outra possibilidade de interpretação referente a visão dos presos em relação ao funcionamento da nova Cadeia e a sua localização: é possível que a proximidade do edifício com os “limites da cidade” oferecesse maiores condições de fuga do que a antiga cadeia, que como vimos funcionava no centro da Cidade.

20 APEP. Fundo: Secretaria de Polícia da Província. Série: Ofícios da Cadeia Pública. Documentação Avulsa - Segurança Pública. Ofício do Carcereiro ao Chefe de Polícia de 30 de Agosto de 1848.

21 Cf. *Treze de Maio*, Continuação do Regulamento da Cadea que vem do n. ° 356, 28/10/1843, pp. 2-3.

Outro caso envolvendo indivíduos que compunham o sistema prisional belesense é de junho de 1849, no qual o periódico da época *O Planeta* relata que o carcereiro estava descumprindo uma determinação do regulamento da cadeia. Afirmava o jornal que apesar do regulamento de 1843 determinar celas diferentes para diferentes tipos de presos: “meramente detidos; promnunciandos e condenados ; além de prisões para menores, para mulheres e para escravos” existia um preso condenado que deveria estar em uma determinada cela (não indicada o número na publicação, possivelmente sendo a de número 5, segundo consta no artigo 45²²) porém o carcereiro permitia que o mesmo preso dormisse no espaço que deveria servir para os oficiais de polícia, que por sua vez, acabavam tendo que dormir em uma “tarimba, entre os soldados”²³.

Para compreendermos melhor a questão recorreremos às contribuições do sociólogo Erving Goffman em estudo no qual conceitua a prisão como uma “instituição total”, da qual entende-se um local no qual um grande número de “indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade [...] por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 2005, p. 11) chamando atenção para o fato de que é inapropriado pensar a prisão como um instituição fechada e estanque, visto que as instituições totais funcionam de maneira semelhante a um Estado, onde agentes prisionais, detentos e administradores estabelecem relações de aproximação e distanciamento social, fator que abre possibilidade para pensar as instituições prisionais de maneira menos impessoal e burocrática.

Nesse sentido, é importante considerarmos que em termos financeiros, o carcereiro ocupava a menor escala na hierarquia dos funcionários da cadeia, sendo que em muitas ocasiões provinha do mesmo estrato social que os detentos do qual tinha o dever de vigiar. Não se sabe os motivos da atitude do carcereiro, entretanto, é possível que exista uma relação de clientelismo entre o ele o preso. Tais evidências sugerem que mesmo diante de uma nova organização prisional mais comprometida com o controle da vida dos presos, existiam relações de aproximações e distanciamentos sociais que se davam em função das experiências das pessoas dentro da cadeia.

Devo acrescentar ainda que procuramos uma análise que não se limite ao que acontece dentro dos muros da cadeia, mas também sua relação com a sociedade na qual foi construída, nesse sentido, é muito importante considerarmos a ação de outras instituições e pessoas que também estavam inseridos na sua dinâmica de funcionamento, e conseqüentemente, influenciavam na vida dos indivíduos encarcerados.

Destaco a ação da Santa Casa de Misericórdia Paraense²⁴, da qual Arthur Vian-

22 Artigo 45º do Regulamento determinava que os presos condenados deveriam estar alojados na cela nº 5. Cf. *Treze de Maio*, Continuação do Regulamento da Cadeia que vem do n.º 357, 01/11/1843 – p. 2.

23 *O Planeta*, 28 de Junho de 1849, Denúncia, p.3.

24 Fundada em 1650, a Santa Casa funcionou primeiramente em uma enfermaria ladeada por uma igreja na

na (1992[1902], p. 244-245) afirma que “De todas as funções inerentes à Misericórdia uma das mais importantes [...] foi a sua assistência aos condenados à morte”, ressaltando ainda que nestas ocasiões, existia uma preparação que se iniciara no oratório, descrito por Vianna como “apartamento fúnebre [que] esteve locado durante muito tempo na cadeia pública, depois no convento de São José”.

Não apenas no que diz respeito às cerimônias de condenação à morte a Santa Casa esteve presente, mas também no tratamento de presos pobres que viessem a ser acometidos por doenças, sendo que mesmo depois de tendo-se instalado uma enfermaria dentro da nova cadeia, dados da fala anual do presidente Jerônimo Francisco Coelho de 1848 estipulam que 135 presos de justiça tenham sido tratados de diferentes enfermidades no Hospital da Santa Casa entre os anos de 1844 e 1848, sendo 128 curados e 7 falecidos, serviço descrito pelo documento como obra da “caridade e desinteresse” do médico Camilo José do Valle Guimarães²⁵.

Além da Santa Casa, existiam ainda outras instituições e pessoas que exerciam ações chamadas de “caridade e desinteresse” na cadeia. No ano de 1850, momento em que Belém passava por uma epidemia de febre amarela que assolara parte da população, o periódico *O Planeta* publica notícias sobre a situação de calamidade na qual a cadeia se encontrara diante da epidemia, demonstrando que as ações de caridade e filantropia tiveram destaque para o tratamento dos presos. Dizia a notícia:

Snrs. que estaes incumbidos de velar sobre a vida de vossos semelhantes, na quadra terrível em que nos achamos, lançai vistas a piedade para os presos da cadeia: ali há um carcereiro que não é o Chefe daquela casa, mas sim é pae de um dos desgraçados que ali cabem; mas ele só por si, nada poderá fazer! Há na cadeia um hospital [...] mas ainda não tem aquelle hospital um só servente, nem um cosinheiro: é o carcereiro que só de per-si, sem gratificação alguma, com seos filhos e sua Sra. por uma charidade subida, em um trabalho inaudicto em fazer aplicar os remédios, dietas, etc., etc., mas não lhes é possível continuar, também por doentes: aquele hospital precisa de um servente e um cozinheiro e que o fornecedor não falte como as vezes faz, com a dieta que o Médico prescreve²⁶.

Através dessa e de outras notícias podemos perceber que diante da epidemia e da situação de calamidade por ela causada, a caridade em alguns momentos foi mais

Rua Santo Antonio dos Capuchos, sendo que o serviço médico prestado só melhorou em 1807 quando os bens do Hospital Bom Jesus dos Pobres foram incorporados à instituição. Neste ponto destaca-se que durante boa parte do século XIX até o ano de 1900 a Santa Casa administrava importantes instituições no serviço médico paraense tais como o Hospício dos Lázaros do Tucunduba, o Hospício dos Alienados (depois Hospital Juliano Moreira), os Hospitais de Isolamento São Sebastião e Domingos Freire, assim como os cemitérios de Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel (MIRANDA, 2015, p.525-539).

25 PARÁ, Governo. Falla dirigida pelo Exm. Sr. Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província do Grão-Pará a assembleia legislativa provincial na abertura da sessão ordinária da VI legislatura no dia 01 de Outubro de 1848. Pará, typ. De Santos e Filhos, 1848, p. 95.

26 *O Planeta*, 04 de abril de 1850, Publicação à Pedido, p. 2.

notável que a própria ação das autoridades, constatando-se ainda que a ideia de caridade não se limita às ações da Santa Casa de Misericórdia, mas também partia da experiência histórica dos indivíduos que compunham o ambiente prisional ou que possuíam algum tipo de relação de identificação com os presos, tais como o carcereiro da cadeia. Tal característica nos proporciona abordar a dimensão humana da cadeia, em vista da lógica das ações dos agentes gestores, bem como dos sujeitos-alvo que compunham o ambiente carcerário em Belém entre as décadas de 1840 e 1850.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos nos tópicos iniciais, a instalação da Cadeia Pública de Belém no edifício de São José ocorre em um momento no qual a administração das instituições prisionais pode ser analisada à luz das disputas entre as ideias ligadas à Reforma Penitenciária proposta pelo Código Criminal de 1830 que previa que a pena de prisão com trabalho se tornasse punição por excelência no Império Brasileiro e o retorno de um sistema político autoritário marcado pelo empenho das autoridades provinciais para reestruturar a cidade abalada no bojo das agitações cabanas.

A questão prisional ganha espaço nos debates dos legalistas paraenses entre as décadas de 1840 e 1850, quando são realizadas reformas no sistema penitenciário de Belém, destacando-se a transferência dos presos da antiga cadeia pública para o Edifício de São José, sendo que o objetivo do texto foi apresentar experiências de sujeitos que estiveram envolvidos neste processo, pensando a cadeia para além do conflito e buscando uma análise do ambiente prisional em sua dimensão mais humana.

Diante das mudanças nas dinâmicas de prisão, os indivíduos “sujeito-alvo” dessa política de controle social reelaboram suas estratégias, seja para burlarem o sistema, seja para conseguirem melhores condições de vida. Tal fator evidencia possibilidades inesgotáveis de relações sociais entre agentes e detentos bem como entre os próprios detentos, tais como acordos e/ou negociações para alcançarem certas regalias, caridade e estratégias de fugas através de brechas encontradas no cotidiano prisional.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Carlos. Cárcere e Sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes *et al.* **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1. p. 35-78.
- ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti. **A Reforma Prisional no Recife oitocentista: da cadeia à casa de detenção (1830-1874)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- _____. **Punir, Recuperar, Lucrar: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1879)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- BECCARIA, Cessare. **Dos delitos e das penas**. Tradução: Neury Carvalho Lima. São Paulo: Hunter Books, 2012.
- BENTHAM, Jeremy. Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 199-229, mar./ago., 1987.
- BRETAS, Marcos Luiz. O que os olhos não veem: História das prisões do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá C.; BRETAS, Marcos Luiz; COSTA, Marcos (orgs). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 2. p. 185-214.
- COELHO, Alan Watrin. **São José Liberto, joias e artesanato do Pará: Pesquisa histórica acerca do Presídio São José**. Belém: SECULT, 2002.
- MIRANDA, Cybelle Salvador *et al.* Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.525-539, abr./jun., 2015.
- FERREIRA, Eliana Ramos. **Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará- 1835-1860)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- _____. **Vigiar e Punir**. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FULLER, Claudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 52-66, jul./dez., 2011.
- _____. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. 3, n. 1, p. 93-115, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. Coleção debates. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MAIA, Clarissa Nunes; ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcanti; BRETAS, Marcos; COSTA, Paulo (Orgs). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. vols. 1 e 2.
- MATOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo saquarema: a formação do estado imperial**. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **“A soldadesca desenfreada”**: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850). 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social do Brasil, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- PEREIRA, Ana Maria de Souza. A liberdade confiscada: um olhar histórico sobre os presos e as prisões em Belém. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (orgs.). **Terra Matu- ra: historiografia e história social da Amazônia**. Belém: Paka-tatu, 2002. p. 291-331.
- PIEGENRELLI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. Bauru: Javoli, 1980.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. v. 3.

RICCI, Magda. As batalhas da Memória ou a cabanagem para além da guerra. In: SARGES, Maria de Nazaré; RICCI, Magda Maria de Oliveira (orgs). **Os oitocentos na Amazônia**: política, trabalho e cultura. Belém: Editora Açai, 2013.

_____. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2019.

RICCI, Magda; OLIVEIRA, Sueny; BARRIGA; Letícia Pereira. Entre Tropas, Armas e Guerra: as ações militares na Cabanagem (1835-1840). In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (Orgs.). **História Militar na Amazônia**: Guerra, Militares e Sociedade (séculos XVII-XIX. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

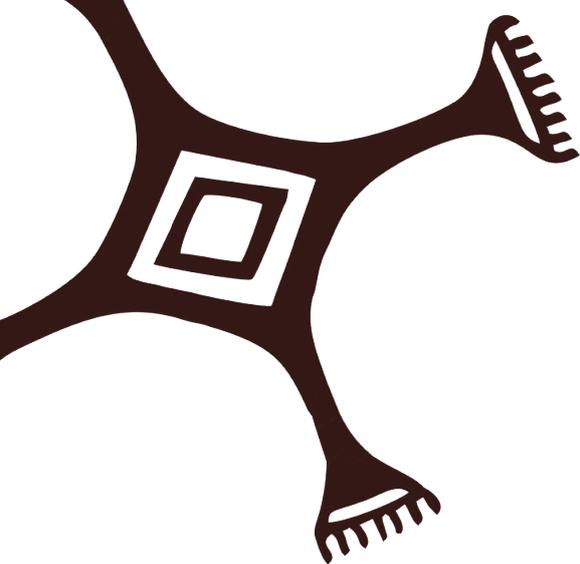
TRINDADE, Cláudia Moraes. **Ser preso na Bahia no século XIX**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A miséria da teoria ou o planetário dos erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense**: Notícia histórica 1650-1920. 2. ed. Belém: SECULT, 1992.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos Rios Amazonas e Negro**. Tradução de Eugenio Amado e apresentação de Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.



“LEI SARNEY DE TERRAS”: CONFLITOS FUNDIÁRIOS E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MARANHÃO CONTEMPORÂNEO

Roberval Amaral Neto¹

O INÍCIO DO CATIVEIRO DA TERRA NO MARANHÃO

E quanto à experiência fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social encontra realização e expressão (THOMPSON, 1981, p.188).

A extrema violência social praticada contra os trabalhadores rurais tem sua raiz histórica na Lei de Terras de 1850, que criou o fundamento da terra-mercadoria, onde é necessário o uso do dinheiro para possuí-la. Pode-se observar pelos desdobramentos econômicos estruturais do século XIX, como a passagem do trabalho escravo para o livre e a transição da Monarquia para a República, que a implantação do trabalho livre assalariado no Brasil se deu a partir de um direcionamento conservador da elite brasileira, alocada no Parlamento Imperial e orquestrada pelo partido conservador, sob a regência de Dom Pedro II, que visava a manutenção dos privilégios da aristocracia brasileira; ocasionando, assim, a exclusão do escravo liberto. Portanto, a premissa do trabalho era liberal, acompanhando a tendência do capitalismo nascente, mas os seus desdobramentos foram conservadores e autoritários. Nesse sentido, concordo com Caio Prado Júnior (2000, p. 75), pois “a grande propriedade, e a exploração comercial em larga escala [...] não são responsáveis apenas pelos obstáculos opostos ao progresso quantitativo da pequena propriedade”, mas um dos elementos estruturais das mazelas sociais e econômicas do campesinato brasileiro.

“O estado do Maranhão, assim como o restante do Brasil, não foge à lógica da grande concentração fundiária. Latifúndio, grilagem, expulsão e assassinatos de camponeses e superexploração de trabalhadores rurais”² constitui o enredo de um

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

² A citação apresentada foi extraída do texto “A questão fundiária no Maranhão: implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970”, página 03, enviado por mim, Roberval Amaral Neto, para publicação no XXIX Simpósio de História da ANPUH, realizado em julho de 2017 em Brasília. Entretanto, o texto

verdadeiro filme de terror, sendo os camponeses um dos sujeitos mais penalizados e injustiçados na sociedade brasileira. Esses conflitos agrários citados alhures, foram piorados após a lei do estado do Maranhão Nº 2.979 de 17 de junho de 1969, conhecida como Lei Sarney de Terras³. Assim, os contornos próprios e específicos da questão agrária maranhense, que tem como um dos vetores a concentração fundiária, constituem-se um dos elementos estruturantes deste artigo.

A manutenção histórica do latifúndio é o resultado de encaminhamentos econômicos conservadores da elite brasileira, num contexto de lutas políticas polarizadas de um lado pelos grandes proprietários rurais, que contam com o apoio das autoridades do Maranhão; e do outro, os camponeses brasileiros auxiliados por entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e movimentos sociais como o Movimento das Comunidades Quilombolas do Maranhão (MOQUIBOM) e Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão (Teia); ambos em permanente luta por espaços, sendo que estes apenas lutam por direitos constitucionais e justiça social, enquanto aqueles lutam para manter seus privilégios de classe.

Dessa forma, mesmo o Maranhão possuindo uma área de 331.937,450 km², sendo o oitavo estado brasileiro e o segundo do Nordeste em extensão territorial, a cobiça por terras é um dos elementos motivadores da elite maranhense; pois, apesar de possuir grande quantidade de terras agricultáveis, os conflitos fundiários envolvendo camponeses e latifundiários é uma das marcas profundas da sua história.

Mesmo com todo poder econômico e político nas mãos, os empresários rurais vêm enfrentando resistências dos trabalhadores, mesmo que muitos estejam próximos e/ou dentro de áreas urbanas. Percebe-se que as medidas impositivas das elites visam a exploração e dominação das classes subalternas, pois segundo Gramsci “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação” (2002, p. 135). A experiência histórica dos trabalhadores nos permite ver que “na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta” (*Ibid.*, p. 135) permanente, visto que as elites lhes impõem, em muitos momentos, o medo e ameaças inerentes à luta de classes.

Visando encontrar respostas aos meus questionamentos, este ensaio procura compreender as implicações sociais e políticas da suposta modernização do setor agrário maranhense, através da Lei de Terras, nas décadas de 1970 e 1980. Embora esta análise abarque duas décadas, a compreensão deste fenômeno se estende até aos dias atuais para melhor se entender a nova face dos movimentos sociais no campo e,

em questão foi publicado pela ANPUH sem autoria.

³ Por questões metodológicas, a partir deste momento, irei me referir a essa lei apenas por Lei de Terras do Maranhão e/ou Lei de Terras.

para tal, parte-se da seguinte problematização: Qual a origem da Lei de Terras do Maranhão? Quais as estratégias e táticas⁴ dos trabalhadores rurais do estado para resistir às profundas transformações trazidas pela Lei de Terras?

Bem, a Lei do estado do Maranhão Nº 2.979, de 17 de julho de 1969, “Dispõe sobre as terras do domínio do Estado e dá outras providências”⁵ e foi criada com a seguinte justificativa: disciplinar, sistematizar e racionalizar as terras públicas do Maranhão, promover desenvolvimento econômico e social e servir de atração aos grandes grupos empresariais do Brasil. Ou seja, segundo o governador José Sarney ela era a única solução para modernizar o Maranhão.

Ao analisá-la mais de perto observa-se algumas curiosidades na redação da mesma, que na realidade constitui importante evidência histórica. Vejamos os exemplos. Primeiro: A Lei de Terras foi homologada pelo governador do estado em 17 de julho de 1969, mas só foi publicada no Diário Oficial do Maranhão (DO/MA) em 10 de dezembro de 1969. Por que essa longa demora? Segundo: O artigo 45º da Lei de Terras enfatiza que “Ao possessor de terras do domínio público estadual [...], **será assegurada posse**, desde que não importe a formação de latifúndio, regularizando-se a mesma dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da vigência desta lei” (*Ibid.*, p. 04. Negrito meu.). Por que este artigo da lei foi jogado na lata do lixo pelas autoridades maranhenses?

Tanto no primeiro quanto no segundo exemplo citados alhures, são apresentadas incongruências que cercam a Lei de Terras: No primeiro caso, a minha hipótese é que Sarney esperou até o último momento para publicá-la no DO/MA, pois saiu do governo cinco meses após a validação legal da peça jurídica deixando para o seu sucessor a implantação da mesma. No segundo caso, o artigo 45º da lei mostra-se contraditório, pois o que se viu foram camponeses dos municípios de Santa Luzia do Tide, Pindaré-Mirim e Açailândia sendo expulsos e mortos por pistoleiros e policiais militares nos conflitos de terra nas décadas seguintes. Este e outros artigos da lei foram jogados na “vala da legalidade imoral” através das reinterpretações e jurisprudências que a mesma foi adquirindo ao longo da década de 1970.

Ao perscrutar o modo de vida e luta desses homens e mulheres do campo, optei pelo modelo *indiciário*⁶, numa perspectiva crítico-dialética⁷, sob a abordagem dos

4 “Determinada pela ausência de poder, a tática é a arte do fraco, por isso as opera golpe por golpe. A tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Vai caçar, cria, ali, surpresas, consegue estar onde ninguém espera; é astúcia” (CERTEAU, 1994, p.101).

5 Lei Nº 2.968 de 17 de junho de 1969. p. 01.

6 Cito aqui a profícua assertiva do historiador Carlo Ginzburg: “[...] o historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”. Nesse sentido, o saber historiográfico também apresenta a mesma característica da anatomia, isto é, “[...] necessita examinar os pormenores mais negligenciáveis [...] os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989. p. 157, 154).

7 Cito aqui duas importantes obras, às quais fundamentam, também, teórica e metodologicamente este artigo,

principais teóricos da história social da cultura. Assim, a práxis da pesquisa se constrói a partir do binômio articulado teoria-prática e não o contrário (THOMPSON, 1987), pois como assevera E. P. Thompson (1981) o que move todas as categorias, instâncias e instituições é a luta de classe, ou seja, o seu resultado se manifesta de diferentes maneiras e podem aparecer, também, como histórias distintas, destaque para a micro-história onde a totalidade é articulada com suas partes.

A EMERGÊNCIA DA LEI DE TERRAS

Teve realmente necessidade de o Maranhão aprovar a Lei de Terras em 1969? Esta foi realmente imprescindível para a modernização do estado? Pode-se iniciar esse processo de compreensão da problemática maranhense a partir de duas outras perguntas: Tal emergência da lei justifica o total desmantelamento da vida campesina? e: Caso fosse realmente necessária, quem se beneficiou com as mudanças?

Esclarecer esse problema não é fácil, pois as evidências são fragmentárias, o que dificulta a análise do fenômeno em sua totalidade. Para começar, vou revisitar a campanha de 1965 para governador de estado, em que José Sarney foi eleito governador do Maranhão (a gestão vai de 31/01/1966 a 14/05/1970). Isso nos permite observar as forças políticas responsáveis por sua vitória e, para tal, recorro a análise de Wagner Cabral (2002), o qual assevera que “A vitória das Oposições somente foi possível porque contou com o apoio decisivo da ditadura militar, que se instalara no Brasil em 1964 para reprimir as mobilizações sindicais e populares” (COSTA, 2002, p. 13).

No Maranhão a oligarquia Sarney, que cresceu e se fortaleceu à sombra dos militares, foi escolhida pela ditadura para implantar o seu projeto de modernização conservadora da Amazônia através da agropecuária. Ou seja, o novo governo promoveu a incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar que optou pelo modelo de grande propriedade rural como elemento central da modernização da Amazônia. Isso “significou ainda uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária” (*Ibid.*, p. 14). Dessa forma, a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras fizeram parte do pacote de maldades distribuído pelos governos da oligarquia maranhense ao longo de sua trajetória no poder.

A heterogeneidade dos sujeitos políticos que participavam da campanha de José Sarney era uma regra: jovens intelectuais, pequenos e grandes comerciantes, fazendeiros, políticos com mandatos e sem mandatos, pequenos e grandes agricultores, etc. Do lado oposto, estavam os candidatos Costa Rodrigues e Newton Bello, ambos apoiados pelo governo do estado e pela mais importante figura política do Maranhão

a saber: “A miséria da teoria ou um planetário de erros”, de E. P. THOMPSON (1981) e “O capital: crítica da economia política: livro I”, de Karl Marx (2005).

naquele período, o senador Vitorino Freire. Acusações de fraudes, irregularidades, compra de votos, troca de favores, listas de eleitores fantasmas, etc. foram entoadas pelos dois grupos políticos; todavia, Sarney tinha algo novo que o outro lado não possuía: o apoio político irrestrito dos militares, já instalados no poder através do golpe civil-militar de 1964, o qual foi decisivo para a sua vitória em 1965.

A HEGEMONIA SARNEY NO MARANHÃO

Como demonstrado alhures, o grupo Sarney chega e se consolida no poder à sombra dos governos militares. Daí em diante Sarney ascende hegemonicamente no cenário político maranhense, sempre apoiando incondicionalmente todos os governos militares. A partir desse momento, o grupo que chegou ao poder começa a executar seu projeto político-econômico para o estado.

Assim, para modernizar o setor agrário do Maranhão, José Sarney criou a Lei Nº 2.979/69. Esta traz em seu “Art. 14º - Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial”.⁸ Ou seja, “[...] A mentalidade dessa lei era dizer que só os capitalistas poderiam desenvolver o Estado, pois o lavrador maranhense é atrasado e rudimentar. É a mentalidade de que a empresa deve ocupar a terra, e o lavrador deve ser o peão [...]” (ASSELIN, 1982, p. 149). Nos anos seguintes a Lei de Terras foi mantida e ampliada, visando unicamente entregar as riquezas do estado aqueles que eram considerados os emissários do progresso e da modernidade capitalista: os empresários rurais. E logo após sua homologação, foram criadas as Delegacias de Terras, objetivando disciplinar e organizar a ocupação das terras livres⁹ do Maranhão e titular áreas reservadas à colonização.

A imensa maioria das terras devolutas do estado foram destinadas aos grupos empresariais que formaram grandes latifúndios, o que levou milhares de maranhenses a migrarem para outros estados¹⁰, motivados pelos conflitos fundiários nas décadas de 1970 e 1980.

Nesse contexto, os 90.000 km² de terras devolutas da Amazônia maranhense e 100.000 km² de terras livres de outras regiões do estado (ALMEIDA; MOURÃO, 1976) eram vistas pela classe dominante como a solução para modernizar o setor agrário e deveriam funcionar como polo de atração aos grupos empresariais nacionais que alavancariam a economia do estado a partir do setor agrário. Assim, “[...] incorporar as

8 Lei Nº 2968 de 17 de junho de 1969. p. 01.

9 Na concepção do Direito Positivo, as terras não tituladas estavam vazias. Esse tipo de Direito não consegue perceber a dinâmica social e cultural das populações camponesas, muito menos os marcadores que definem fronteiras e linhas de ocupação do espaço geográfico.

10 Segundo o governo do Estado do Maranhão em 1975, havia cerca de cem mil peões originários do estado trabalhando nas fazendas da Amazônia (MARTINS, 2009, p. 77).

terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista tornou-se uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo, a partir da década de 1960” (ASSELIN, 1982, p. 23) visando a expansão do capital agrário no estado.

A questão descrita em linhas anteriores casa perfeitamente com a análise de Karl Marx (2001) a respeito da acumulação primitiva de capitais, pois o progresso do “século XVIII consiste em ter tornado a própria lei veículo do roubo das terras pertencentes ao povo, embora os grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares” (MARX, 2001, p. 838). Assim, o roubo assume a forma legislativa que lhe dão as “leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se apresentavam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo” (*Ibid.*).

Na década de 1970, a mesorregião oeste¹¹ maranhense, composta pelas microrregiões Gurupi, Pindaré e Imperatriz, foi estremecida por conflitos fundiários, numa empreitada sem trégua dos grandes proprietários rurais contra os camponeses. Tais regiões se tornaram o epicentro dos conflitos devido, principalmente, aos fluxos migratórios de camponeses expulsos de outras regiões do estado, bem como de outras regiões do Nordeste devido a questões climáticas, sociais e econômicas. O governo do Maranhão criou vários projetos de colonização, objetivando assentar milhares de famílias camponesas na região centro-oeste do estado, englobando parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia, Amarante do Maranhão e Barra do Corda como era previsto pela Lei de Terras, porém a maioria deles nunca saiu do papel.

Grandes empresas, mediante anúncios de terras baratíssimas sem concorrência pública e sem leilão e financiadas por bancos estatais, compraram grande parte das terras do Maranhão. Alguns grupos empresariais, objetivando comprar maior quantidade de hectares, organizaram várias empresas de fachada para conseguir propriedades de até 100 mil hectares. Logo, a institucionalização da grilagem completada pela Lei Federal Nº 6.383/76, Lei das Ações Discriminatórias promoveu, dentre outras questões, um imenso êxodo rural de famílias camponesas que não conseguiram permanecer nas suas antigas posses, devido principalmente ao não cumprimento dos prazos jurídicos e administrativos, editais e portarias disciplinadas por essa peça jurídica que concedia certos direitos aos posseiros.

Visando acelerar ainda mais esse processo de exclusão do camponês, o governo

11 A mesorregião do oeste Maranhense é uma das cinco mesorregiões do estado brasileiro do Maranhão. É formada pela união de 52 municípios agrupados em três microrregiões. Atualmente, apresenta os seguintes dados geográficos e econômicos: “Área: 87.042 km²; População: 1.361.681 hab.; PIB per capita: R\$ 2.408,96” (IBGE, 2010). Mesorregiões limítrofes: Centro Maranhense, Sul Maranhense, Norte Maranhense, Nordeste Paraense (PA), Sudeste Paraense (PA), Ocidental do Tocantins (TO).

do estado criou em 06 de dezembro de 1971, através da Lei Nº 3.230, a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) que imediatamente incorporou 1.700.000 hectares de terras devolutas localizadas na Amazônia maranhense e que englobava parte dos atuais municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante; e mais ainda 400.000 hectares dos municípios de Maracá e Turiaçu destinados a implementar o projeto agrário das elites.

O Maranhão, assim como a Inglaterra hanoveriana do início do século XVIII, passou por um duro processo de mudança no regime de propriedade, devido aos interesses econômicos e políticos de uma minoria privilegiada detentora de poder. Nesse sentido, E.P. Thompson assevera que “Nesse contexto, podemos ver a aprovação da Lei Negra como uma severa medida dos negócios do Governo, servindo acima de tudo ao interesse dos seus próprios defensores mais próximos” (THOMPSON, 1987, p. 281)¹². Isso representou “um passo a mais na ascensão dos duros Whigs hanoverianos, e em particular na carreira pessoal de Walpole. Dessa forma, o que vemos é sua evolução contingente” (*Ibid.*). Mas, tal peça jurídica não seria possível “sem um consenso anterior sobre os valores da propriedade na mente de toda a classe dirigente. Como observou Radzinowicz, a aprovação da Lei Negra coincidiu com a ascendência da doutrina da retribuição crua e indiscriminada” (*Ibid.*). Com ou sem o Primeiro-Ministro Walpole, a Lei Negra foi constantemente renovada e ampliada, tanto a nível legislativo quanto jurídico.

E no Maranhão após a homologação da Lei de Terras, foi criada a burocracia administrativa para executar os principais pontos dessa peça jurídica. Assim, além da COMARCO foram criados os seguintes órgãos: em 1972, a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE); alguns anos depois, em abril de 1979, a Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA); em 1980, o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT), os quais complementarizam o trabalho do INCRA no Maranhão (ASSELIN, *op. cit.*, p. 135), colocando, dessa forma, milhares de trabalhadores rurais na rota da concentração fundiária, grilagem e marginalização social. Dos 1.700.000 hectares administrados pela COMARCO 300.000 seriam destinados à dez mil famílias camponesas e o restante seria vendido às grandes empresas, que deveriam modernizar o setor agrário utilizando, para isso, mão de obra barata de milhares de trabalhadores rurais sem-terra.

Se fizermos uma comparação de temporalidades distintas, observa-se que os impactos sociais que resultaram da Lei Negra, da Revolução Industrial e da Lei de Terras do Maranhão “não transformou só a cidade e o campo: elas se basearam num

12 A Lei Negra foi aprovada na Câmara dos Comuns, em maio de 1723, sob o pretexto de combater os Negros (receberam esse nome por causa das máscaras e fuligem que usavam no rosto) das florestas e parques reais. Todavia, os motivos foram outros associados à nova mentalidade de propriedade capitalista que iniciara com a consolidação do capitalismo.

capitalismo agrário altamente desenvolvido” (WILLIAMS, 1989, p. 12), gerando novos conflitos de classe e aprofundando outros já existentes; ou seja, a classe trabalhadora foi ao mesmo tempo sendo moldada e moldando o sistema capitalista, que de forma avassaladora transformou campo e cidade. Tanto no Maranhão do século XX quanto na Inglaterra do século XVIII, os camponeses foram perseguidos e excluídos, mas não aceitaram passivamente tais manobras da elite dominante.

Lá na Inglaterra, “em 1721, tentaram um procedimento jurídico novo e incommum, processando os ladrões de cervos no Tribunal da Fazenda. Mas essas medidas sucessivas, seguindo-se à investida contra os costumes florestais nos tribunais respectivos” (THOMPSON, 1989, p. 75) proporcionaram grande união e solidariedade aos habitantes da floresta descontentes com as autoridades de Sua Majestade o Rei Jorge I. O descontentamento dos povos das florestas estimulou a formação de sociedades e grupos secretos, levando ao “roubo isolado e independente de cervos a ceder lugar a ataques de numerosos cúmplices disfarçados a cavalos. Em consequência, a autoridade dos funcionários florestais se esfacelou à sua volta” (*Ibid.*).

Já no Maranhão na década de 1970, contrários ao poder do capital que se instalava no campo com o apoio incondicional dos militares, um dos cânticos camponeses mais entoados no Brasil veio das florestas do oeste maranhense e foi criado pelo camponês Vila Nova: “O risco que corre o pau, corre o machado/ Não há o que temer/ Aquele que manda matar/ Também pode morrer” (ASSELIN, *Op. cit.*, p. 195. Colchete meu). Esse cântico, segundo Stedile (2005), inspirou trabalhadores rurais do Brasil inteiro, oxigenou a luta de homens e mulheres do campo a conquistarem o sonho do “pedacinho de terra” e contribuiu para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década seguinte.

Nas palavras de Victor Asselin (1982), “ao longo daquele sangrento processo político [o ano era 1985], somando os dois lados, foram registrados pelo menos, 54 mortes: 26 lavradores e 28 pistoleiros” (ASSELIN, 1982, p. 196). Acrescenta, ainda, que na região de Santa Luzia do Tide e do Pindaré “o descontrole e a convulsão social foram de tal ordem que houve um episódio onde um lavrador foi preso e o povo invadiu a delegacia, quebrou tudo e tirou o preso de lá. O próprio Vila Nova sofreu três atentados” (*Ibid.*) contra sua vida.

Nesse contexto, os trabalhadores rurais criaram a nível estadual a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (FETAEMA)¹³ objetivando expandir o movimento sindical no estado. Desde então ela se destaca nos debates, em nível estadual e nacional, sobre temas de interesse do campesinato: agricultura familiar, previdência social, trabalhador assalariado rural, conflitos agrários, etc.

13 Histórico FETAEMA. Disponível em: <<http://fetaema.org/sobre-nos>>. Acesso em: 21 de ago. 2018.

Como forma de prejudicar os camponeses e favorecer os empresários, os editais da COMARCO destinados aos posseiros eram divulgados em jornais de São Luís e/ou afixados nos murais da sede da empresa, o que levou milhares de camponesas a perderem os prazos legais para a compra de suas posses; ou seja, ela criou um ardid meticuloso com uma única finalidade: expulsar os trabalhadores de suas terras e vendê-las aos grupos econômicos. Assim, contraditoriamente, a Lei de Terras aduz que: “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial”¹⁴. Pelo exposto, percebe-se que a letra fria da lei beneficiava apenas os proprietários rurais detentores de grande capital, necessário aos investimentos principalmente de natureza agropecuária. E quando a lei não beneficiava as elites, a justiça se encarregava de criar a jurisprudência necessária aos seus interesses.

No intuito de melhor compreender o avanço do capitalismo no Maranhão e, conseqüentemente, a expropriação dos trabalhadores, faz-se uma analogia entre as realidades maranhense e inglesa buscando elementos comuns que ajude compreender a progressiva mudança no regime de propriedade comunal para a propriedade privada capitalista. Pois, segundo E.P.Thompson (1987) foi “o deslocamento da autoridade, e não o antigo delito de roubo de cervos, que constituía uma emergência aos olhos do Governo” (THOMPSON, 1987, p. 246) que possibilitou a criação de leis contra o direito paternalista. Esse fenômeno levou a aprovação da Lei Negra em 1723, sendo os maiores beneficiados os Whigs hanoverianos que acabaram com os direitos costumeiros dos trabalhadores do campo e criaram o moderno regime de propriedade capitalista. E no Maranhão, a insurgência de movimentos sindicais e sociais constituíam obstáculos à expansão capitalista na Amazônia.

Assim como aconteceu na Inglaterra georgiana, guardando todas as singularidades temporais e espaciais, o Maranhão foi abalado em 1969 pela aprovação da Lei de Terras. De um ano para outro, posseiros seculares, quilombolas, ribeirinhos e indígenas tiveram suas terras de uso costumeiro vendidas de forma fraudulenta e invadidas por fazendeiros.

A grilagem no Maranhão reduziu os 300 mil hectares destinados à reforma agrária para cerca de 150 mil levando, assim, os trabalhadores rumo ao abismo social. Para completar a estratégia de abandono ao camponês, os recursos financeiros da COMARCO foram alocados em diferentes secretarias de governo, com o objetivo de formar um grande contingente de peões e oferecer mão de obra barata para os latifundiários.

Segundo Victor Asselin (2009), uma das maiores grilagens do mundo ocorreu

14 MARANHÃO. Lei Nº 2.969, de 10 de dezembro de 1969. Caput. III, Art. 14, p. 01.

na microrregião de Pindaré. O chamado grilo da Fazenda Pindaré foi uma ação criminosa que evidencia os conflitos mortais da luta pela terra. A dimensão da grilagem foi tão extensa que até nos dias atuais não deixa de causar surpresas pela grande quantidade de terras tomadas dos posseiros e indígenas que viviam naquela região. “Existem diversas declarações de propriedades, todas da mesma Fazenda Pindaré, e todas cadastradas no INCRA. Descobrimos sete declarações principais, todas distintas uma das outras, porém todas da Fazenda Pindaré” (*Ibid.*, p. 56). As dimensões da dita fazenda são a seguinte: 1) “73 mil alqueires geométricos – 353.320 hectares; 2) 350 mil alqueires geométricos – 1.694.000 há; 3) 3.518.320 hectares; 4) 242 mil hectares; 5) 125 mil hectares; 6) 3/4 de imóvel (sic); 7) uma faixa de terras na Açailândia-Santa Luzia (sic)” (*Ibid.*).

Dessa forma, “Não há dúvida de que a grilagem tinha o propósito de apropriação de todas as terras ainda não incorporadas ao sistema capitalista e que, até aquele momento, eram terras de trabalho e não terras de negócio” (*Ibid.*). Mas, o capital que pretendia se alojar na Amazônia não queria saber disso, visava apenas a incorporação das posses camponesas seja para instalação de unidades agropecuárias e extrativas ou simplesmente para especulação fundiária.

Nas palavras de Karl Marx (2001, p. 827) a acumulação primitiva de capitais “desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso, o pecado contaminou a humanidade inteira”. Tomo emprestada esta metáfora para explicar o processo de acumulação de capitais através da Lei de Terras do Maranhão.

Pelo exposto percebe-se que a Lei de Terras foi um importante elemento utilizado por José Sarney para obter apoio político e eleitoral necessários à perpetuação da oligarquia Sarney¹⁵.

A LUTA CAMPONESA PELA TERRA

Em meados da década de 1970 surge duas grandes lideranças camponesas: Vila Nova e Manoel da Conceição. O primeiro já era uma figura conhecida no Maranhão, mas ascende como um grande líder. Já o segundo era ligado ao CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural), uma organização que, segundo ele, “atuava naquela conjuntura com o objetivo de tomar os sindicatos das mãos dos pelegos e organizar a luta pela terra. O CENTRU foi a instituição onde os lavradores se encontravam para refletir juntos e planejar sua ação” contra a grilagem.

Ainda na década de 1970 é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo

15 Hegemonia para Gramsci é o conjunto das funções de domínio e direção exercido por uma classe social dominante, no decurso de um período, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia (MOCHCOVITCH, 1992).

como princípio religioso a Teologia da Libertação. Deste então, associou o seu trabalho às já existentes organizações camponesas, assessorando os trabalhadores rurais na criação e/ou ampliação dos movimentos sociais; constituindo-se, assim, uma importante instituição na defesa dos trabalhadores.

Segundo Clemens (1987) no auge dos conflitos pela terra no Maranhão, muitos camponeses foram queimados vivos dentro de suas casas, por pistoleiros a mando dos fazendeiros e/ou grileiros do oeste maranhense. Outra prática de extrema violência praticada contra os posseiros de Santa Luzia do Tide era a de jogar sementes de Braquiária, manualmente ou de avião, junto à plantação de arroz para lhes causar prejuízos. Logo, a pistolagem e outros métodos de violência foram utilizados de forma pública, contando inclusive com o apoio do Estado através de instituições que se empenhavam em garantir que a lei fosse cumprida.

Essas relações são complexas e envolvem exploração, dominação, violência, resistência, negociação, conformação, etc., e não possuem apenas um único polo; ao contrário são cheias de lacunas, zonas opacas e variadas formas de atuação política. Nesse tocante concordo com Moraes Silva (2004), pois “às relações de dominação, torna-se evidente que elas não são estáticas. Na verdade, essas relações são conflituosas e contraditórias. Não existe um polo dominador e outro extremamente dominado” (MORAES SILVA, 2004, p. 57). Ou seja, “Ainda que o poder seja assimétrico, [...] ainda que os dominantes tenham uma dose maior de poder, os dominados conseguem reter uma fatia desse poder” (*Ibid.*).

Logo, “Essa dinâmica contraditória engendra as mais diferentes estratégias de recusa por parte dos dominados. Muitas delas ocorrem nos microespaços, outras são silenciosas” (*Ibid.*). As ações de resistências dos camponeses foram sendo moldadas no tempo ao sabor das contingências, mantendo algumas, criando e adaptando outras de acordo com o momento da luta.

No município de Santa Luzia do Tide, uma das táticas dos posseiros era cortar ou queimar durante a noite as cercas de arame farpado das terras desapropriadas e ocupadas por latifundiários ou, ainda, queimar as achas de madeira antes de fixá-las no chão. Tais exemplos ilustram um pouco do cotidiano desses trabalhadores que vivem, sonham, lutam e fazem opções que moldam e definem suas vidas.

O mais impressionante é que em nome da modernização, camponeses foram violentados, assassinados e expulsos de suas terras. E “os diversos tipos de alteridades que compõem essas relações são elevados a um nível mortal, perdendo de forma irracional aquilo que tem de mais belo: a diferença” (AMARAL NETO, 2016, p. 174). Esses conflitos sangrentos, movidos em nome da propriedade capitalista, vêm de longa data e remontam à Europa do século XVII; ou seja, constata-se que os mesmos

processos de expropriação de trabalhadores ingleses foram observados no Maranhão na segunda metade do século XX.

Ao fazer tal constatação, pretendo evidenciar que, mesmo distantes no tempo e no espaço, trabalhadores ingleses e maranhenses foram expropriados pelo capitalismo. Dessa forma, os cercamentos e o fim do direito paternalista assim como a grilagem, a violência e o fim do direito de posse dos camponeses são fenômenos historicamente assimétricos, mas constituem e fazem parte da longa marcha de avanço do capitalismo, seja nas áreas politicamente centrais ou periféricas do mundo.

Outro momento importante da resistência camponesa no Brasil foi 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel (PR), com o objetivo de fundar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desde então está presente em todos os estados brasileiros e se tornou, a nível nacional, o mais importante movimento social que luta pela reforma agrária.

Em 1995, as trabalhadoras rurais maranhenses organizaram, conjuntamente com os estados do Pará, Piauí e Tocantins, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), como reação ao latifúndio e na busca por alternativas de sobrevivência, visto que há décadas estas mulheres extraem amêndoas de coco babaçu, tanto para complementar a alimentação de sua família quanto para a venda do produto *in natura*, sendo esta atividade a principal fonte de renda, identidade e resistência das quebradeiras de babaçu.

A discussão política acerca do acesso livre aos babaçuais ganhou força em 1997, quando foi aprovada no município maranhense Lago do Junco a Lei do Babaçu Livre. Ainda no mesmo ano, o MIQCB em parceria com o deputado federal Domingos Dutra (PT/MA) apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Federal Nº 231/2007 (Lei do Babaçu Livre), “visando conceder o direito de livre trânsito aos babaçuais e o não assédio moral dos proprietários rurais” (*Ibid.*, p. 188) às quebradeiras de coco, mas o mesmo encontra-se parado no Congresso. Segundo Amaral Neto (2016) “Não existe atualmente nenhuma lei federal que ampare as quebradeiras de coco babaçu, ficando à cargo dos municípios e estados arbitrar sobre o ‘coco preso’ ou ‘coco livre’ através de legislação específica” (*Ibid.*). Por isso, “muitas quebradeiras de coco são obrigadas a trabalharem de meeiras e vender a sua produção aos donos dos babaçuais e/ou comerciantes de babaçu” (*Ibid.*).

Os embates pela terra fizeram as comunidades negras maranhenses se aglutinarem em volta da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ), movimento social pioneiro na organização e conquista dos direitos quilombolas. A ACONERUQ tem sua formação, enquanto representação quilombola, “associada ao processo de organização do movimento negro no Maranhão a partir da década de 1970, com o surgimento do CCN/MA”. (SOUSA, BLOG KADILA -OB-

SERVATÓRIO DA TRANSUMÂNCIA, 2017). A partir da sua formação e consolidação teve início os estudos e pesquisas de comunidades quilombolas, realizados por pesquisadores e militantes ligados às comunidades; entre os quais se destacam os estudos antropológicos realizados nas décadas 1970 e 1980 sob a influência de Maria Raimunda Araújo (ou Mundinha Araújo como muitos a denominam). “Tal iniciativa consistia na documentação de memórias do pós-escravidão, formas de posse da terra, manifestações culturais e religiosas no interior do estado, em meio às comunidades rurais principalmente” (*Ibid.*).

O referido projeto foi apresentado ao CCN/MA como ponto de partida para o levantamento de material antropológico das comunidades quilombolas. Todavia, devido à falta de recursos financeiros para custear as pesquisas e estudos não houve continuidade sistemática, mas apenas um arremedo de execução do projeto, por meio de trabalhos voluntários e a tentativa de organização de dados empíricos a partir de visitas às chamadas comunidades negras, precarizando-o sobremaneira.

Dessa forma, a ACONERUQ foi concebida pelo movimento negro maranhense como portadora de uma pauta social legítima, pois era liderada por representantes das próprias comunidade quilombolas. “Nesse sentido, a ACONERUQ teve importante articulação para efetivação de garantias territoriais” (*Ibid.*) junto aos diferentes órgãos fundiários, principalmente ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ambos responsáveis pelas titulações de territórios quilombolas em nível federal e estadual.

O ano de 2002 trouxe profundos abalos à ACONERUQ, pois começam a ocorrer os primeiros problemas relativos à prestação de contas da entidade, bem como suspeitas de desvio de verbas e danos ao Erário Público por parte de seus gestores. “Nesse sentido, como parte do processo de mobilização das comunidades quilombolas, surge no primeiro semestre de 2011, com protestos em São Luís, um novo movimento quilombola maranhense que se autodenomina MOQUIBOM” (*Ibid.*).

O Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), diferentemente da ACONERUQ, tem primado pela reivindicação do território como ponto primordial para reprodução socioeconômica e cultural das comunidades. Enquanto outras entidades negociam com o poder público a inserção em programas vinculados às políticas assistenciais, “o diferencial do MOQUIBOM é a luta pela terra, ou melhor, pela titulação de seus territórios” (FURTADO, 2012, p. 269). Com o lema “Território Quilombola Livre, Já!” ele vem se constituindo, desde a década de 2000, como o principal movimento quilombola do estado.

E, mais recentemente no Maranhão, os movimentos sociais formaram em 2013, a Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão, com o objetivo de discutir e articular demandas comuns às diversas populações tradicionais do estado, entre

camponeses, quilombolas, indígenas, pescadores e quebradeiras de coco. A Teia¹⁶, como muitos militantes o chamam carinhosamente, é pioneiro no Brasil e, por meio de seus embates, vem demonstrando o quanto é predatório o modelo de desenvolvimento capitalista imposto aos territórios étnicos. Sem uma pauta única, dialoga com todos os movimentos sociais do estado, apresentando uma defesa ampla do direito ao acesso e permanência dos trabalhadores na terra mesmo que, em muitos momentos, contra a vontade de autoridades públicas. É o que revela o depoimento de Dona Menina da comunidade camponesa Forquilha, no município maranhense de Benedito Leite, que teve sua residência violada por policiais militares de forma ilegal uma vez que não possuíam mandato judicial. Segundo seu relato eles “reviraram tudo aqui em casa, minha menina estava com um mês que tinha ganhado neném e eles a interrogaram, perguntaram se a gente não tinha medo de morrer” (BLOG DO MINARD, 2017).

Ao narrar as estratégias e táticas individuais e coletivas dos trabalhadores do campo, faço minhas as palavras de Gerson Rodrigues a respeito desses sujeitos de baixo: “Não posso deixar de considerar, que ao entrar na vida social desses trabalhadores da mata, dialogando com os significados de suas práticas, saberes, tradições e valores” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 34), negando muitos pressupostos da historiografia tradicional “caminho no sentido da formulação de uma história em aberto, em construção, atenta à globalidade das ações humanas e à dinâmica das relações sociais”. Ou seja, “Uma história posicionada em que concepções e categorias que suscitam mais indagações do que produzem certezas” (*Ibid.*). E também “Uma história que não está preocupada em explicar tudo, porque nada explica tudo, nada é finito (*Ibid.*).

Assim como “As modalidades do agir e do pensar, como escreve Paul Ricoeur, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas do poder” (CHARTIER, 1990, p. 34), os trabalhadores rurais vêm empreendendo sua maneira de viver e lutar a partir de sua cultura, ora conquistando importantes vitórias para a sua categoria, ora enfrentado doloridas derrotas, mas igualmente importantes no processo de democratização da sociedade brasileira.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Entre as décadas de 1970 a 1990, um bom termômetro para se compreender a situação social maranhense é a comparação da distribuição da riqueza do estado nesse período (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003, 2010),

16 A Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais é um nome forte e sugestivo. “Teia” de tecido, arranjo, estrutura, organização, enredo, cadeia. São povos e comunidades tradicionais, com suas historicidades, que se ligam, compartilhando pontos em comum. Da Teia da Vida, de Fritjof Capra à Theia, na Mitologia Grega, a deusa traçadora. É a identidade originária do Maranhão que cresce, articula-se, organiza-se e forma vínculo entre si, enquanto os cumpridores de mandatos eletivos ficam a ver navios do Porto do Itaqui, emaranhados em seus interesses privados.

pois isso nos ajuda compreender a luta de classes entre ricos e pobres. Em 1970, os 10 % mais ricos detinham cerca de 48% das riquezas do estado; já em 1990 detinham 54,7%. Ainda segundo o IBGE, nesse mesmo período, o Maranhão aumentou exponencialmente sua concentração fundiária, o que originou e sustentou numerosos conflitos agrários. Daí, é possível concluir que os mecanismos criados e sustentados pelo Estado garantiram as condições econômicas e políticas para o enriquecimento de sua elite.

Apesar de mudanças ocorridas nas últimas décadas, desenvolvidas através de política públicas federais, elas atingiram, na maioria dos casos, apenas as pequenas e médias propriedades, fato que revela a proteção ao latifúndio. Dessa forma, no início da década de 1970 o grupo de propriedades de até 10 hectares compunha aproximadamente 87.6% dos estabelecimentos rurais, perfazendo cerca de 5.6% da área total do estado. Já na década de 1990, como resultado dos desdobramentos agrários das décadas anteriores, a proporção do número de estabelecimentos desse grupo caiu para 76.9% da área total do estado, 3.1% da área total das terras maranhenses.

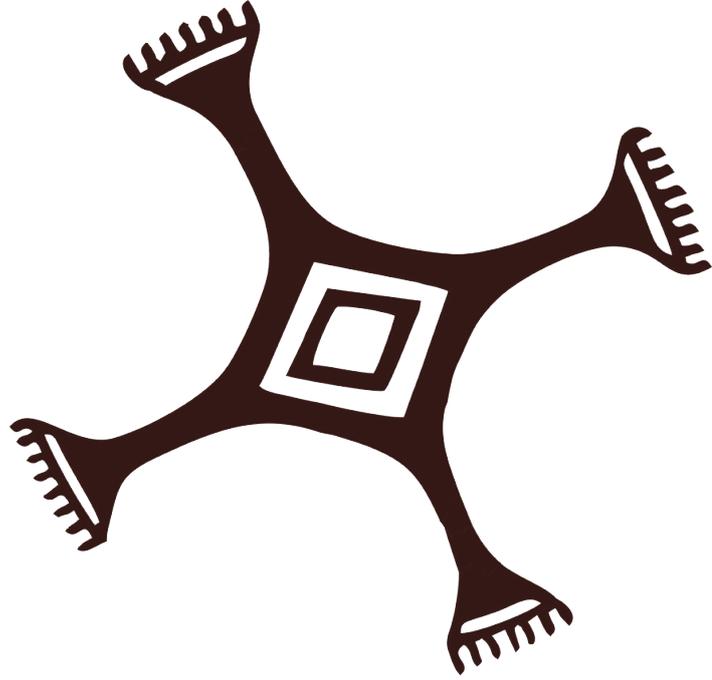
A Lei de Terras não alterou apenas a vida dos camponeses, mas de todas as comunidades tradicionais como as dos quilombolas. Assim, passados quarenta e nove anos da sua aprovação, ela continua impondo grandes restrições às comunidades negras que lutam pela demarcação e titulação de seus territórios, o que demonstra a resistência quilombola contra o regime de propriedade imposta por tal lei (CRUZ, 2012).

Outro exemplo de denúncia contra os direitos das comunidades e povos tradicionais está expresso na Carta de São Luís, divulgada em 09 de maio de 2014 por ocasião do Seminário Internacional Carajás 30 anos, distante quarenta e quatro anos da aprovação da Lei de Terras do Maranhão. Nesse sentido, a carta-denúncia de São Luís aduz que “O agronegócio é inimigo da sociedade, com suas práticas destrutivas da natureza e dos modos de vida da agricultura familiar camponesa e dos povos das florestas, das águas e das cidades” (CARTA DE SÃO LUÍS, 2014, p. 19). E acrescenta mais: “Esse processo de espionagem, criminalização e violência é uma manifestação da ditadura do capital que se expressa, dentre outras formas, através da censura e manipulação da grande imprensa” (*Ibid.*, p. 20). E finalizo com a voz de uma das mais emblemáticas lideranças camponesas, Manoel da Conceição, “Enquanto houver fome haverá luta!” (*Ibid.*, p. 21).

REFERÊNCIAS

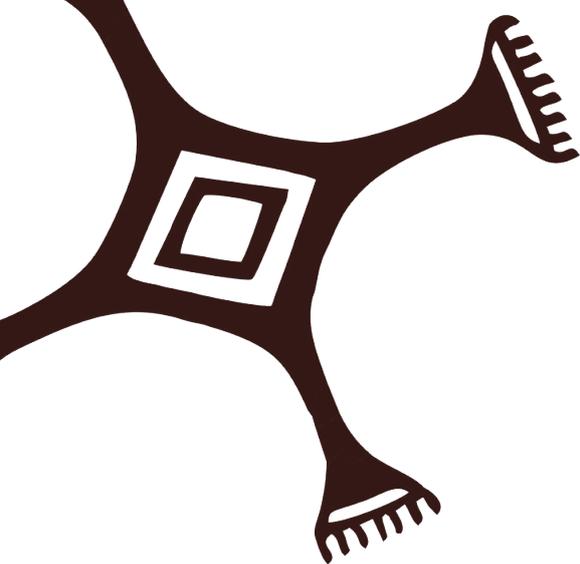
- ACERVO FOLHA. Primeiro Caderno: Governo paga 'ágio' de 24. 801% por terra. **Folha de São Paulo**, 16 nov. 1997. Sem paginação. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/16/2/>>. Acesso em: 09 fev. 2016.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras**. Rio Branco: EdUFAC, 2005.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. **Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo**. São Luís: mimeo, 1976.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: Guerra dos Mapas**. Belém: Editora Falangola, 1994.
- AMARAL NETO, Roberval. **A escravidão Contemporânea no Campo: um elo na modernização de Goiás e Maranhão**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e violência em terras do Carajás**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.
- BLOG DO MINARD. **Teia lança relatório de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão**. [S. I.]. 2017. Disponível em: <<http://www.ma10.com.br/minard/2017/09/teia-lanca-relatorio-de-povos-e-comunidades-tradicionais-do-maranhao>>. Acesso em 10 de set. de 2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista: o país do futuro já está aqui. **Revista Época**, ed. 575, p.71-74, 25 mai. 2009.
- CARTA DE SÃO LUÍS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS: Resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental, 2014, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: EDUFMA, 2014.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo- Brasil- 1985**. Goiânia: CPT Nacional, 1986.
- _____. **Conflitos no Campo- Brasil 1989**. Goiânia: CPT Nacional, 1990.
- _____. **Conflitos no Campo- Brasil 1990**. Goiânia: CPT Nacional, 1991.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil - 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2016.
- CHARTIER, Roger. À Beira da Falésia: A história entre incertezas e Inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CLEMENS, Carolina. É bom lembrar: um pedacinho da história das CEB no Maranhão. São Luís: Minerva, 1987.
- COSTA, Wagner Cabral da. Novo Tempo/Maranhão Novo: Quais os tempos da oligarquia? In: SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002.
- CRUZ, João (Org.). Hoje tem festa de tambor: Estamos em Campo a tratar da nossa libertação. In: CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional, 2012.
- FEIX, Plínio José. **O pensamento marxista no projeto político dos dirigentes do MST**. Campinas: UNICAMP (s. data).

- FURTADO, Marivânia Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão**: um Rio Grande de (im) possibilidades. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GISTELINCK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís: Gráfica Minerva, 1988.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- _____. **Censo Demográfico 2000**: migração e deslocamento - resultado da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. **Censos Demográficos 1991/ 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- MARANHÃO. Delegacia Regional do Trabalho. **Relatório de inspeção das relações e condições de trabalho nas carvoarias e siderúrgicas do estado do Maranhão**. São Luís, 1998.
- MARANHÃO. Lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.
- _____. **Lei do Estado do Maranhão nº3.002, de 13 de outubro de 1970** (governador Antônio Dino).
- _____. **Lei do Estado do Maranhão nº3.230, de 6 de dezembro de 1971** (governador Pedro Neiva de Santana).
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MOCHCOVITCH, Laura Galano. **Gramsci e a Escola**. São Paulo: Ática, 1992.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004.
- SOUSA, Igor Thiago Silva de. **Construindo o movimento**: um estudo sobre o processo de mobilização do MOQUIBOM e ACONERUQ no Maranhão. Kadila- Observatório da Transumância. Disponível em: <<http://kadila.net.br/diasporasafricanas/fugasresistenciaselutaslibertarias/construindo-o-movimento-um-estudo-sobre-o-processo-demobilizacao-domoquibom-e-aconeruq-no-maranhao/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **A formação da classe operária inglesa I**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



EIXO II:

TRABALHO



AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS PARA A ANÁLISE HISTÓRICA DO ESTADO NOVO NO AMAZONAS (1937-1945)

Pedro Marcos Mansour Andes¹

INTRODUÇÃO

A minha pesquisa “*Negociação e Conflito – O Movimento Operário na Manaus do Estado Novo (1937-1945)*”, que propus para o PPHIST da UFPA surgiu das inquietações que brotaram durante as pesquisas ligadas a elaboração da minha dissertação de Mestrado, principalmente, com as leituras e análises dos jornais e dos memorialistas da cidade de Manaus, que formaram o conjunto de fontes principais para identificar as paredes das diversas categorias de trabalhadores da urbe manauense. Minha pesquisa de mestrado intitulada “*Trabalhadores em Movimento: Associativismo e Paredes de trabalhadores em Manaus (1945-1967)*”, tinha como objetivo principal identificar as associações e os sindicatos dos trabalhadores urbanos e os movimentos grevistas organizados pelos trabalhadores no referido período estudado. Durante nossa pesquisa foram identificados várias associações e sindicatos de trabalhadores urbanos, que estavam organizados desde o apogeu da Era Vargas. Esses sindicatos organizaram várias greves e inclusive alguns deles participaram ativamente da campanha queremista em apoio à permanência de Vargas do poder após 1945.

Os periódicos e jornais do período que circulavam na cidade, algumas obras dos memorialistas da cidade, que viveram a Manaus dos anos 40, 50 e 60 do século XX, possibilitaram o rastreamento do espaço citadino de circulação e atuação das categorias de trabalhadores manauenses. Nesse sentido, entendemos que a ambiência da cidade e o cotidiano de seus habitantes, rastros voluntários deixados pelos memorialistas, podem ser encontrados na literatura local (GINZBURG, 2017)². Embora

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestre e Especialista em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, professor de História da Rede Pública Estadual de Ensino (SEDUC/AM) e Historiador da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC/AM).

2 Para o autor, faces do cotidiano podem ser identificados nos romances, pois estes podem conter “testemunhos históricos involuntários”. Nesse sentido entendemos que os memorialistas produzem testemunhos histó-

saibamos que a memória é seletiva e tende a certa idealização do passado, cremos que podemos perscrutar sobre a constituição física da cidade; suas ruas, avenidas, jardins e praças. Os hábitos culturais de seus moradores, as relações de vizinhança e seu cotidiano; as relações familiares, as formas de casamento; o vestuário e os esportes da época. Também podem ser reveladas por essas obras da literatura de memória as formas de trabalho, as demandas e as organizações dos trabalhadores de Manaus do período analisado. Além disso, a análise desses memorialistas também pode nos indicar permanências e rupturas tais como identificamos na obra “*Manaus: como eu a vi e sonhei*”, do memorialista Jefferson Peres (2002). Pois ao falar dos trabalhadores urbanos da cidade e seu poder de organização, nos traz uma visão sobre os mesmos carregada de preconceito e limitações. Na sua fala Peres nos informa que,

Quanto ao proletariado, era um conjunto amorfo, disperso em pequenas fábricas e oficinas ou subempregos em mil e uma atividades, sem consciência de classe e sem organização sindical, desprovido das mínimas condições para fazer ouvir como grupo reivindicante (PERES, 2002, p. 24).

Essa informação trazida pelo memorialista nos causou profundas inquietações, pois, nas últimas décadas do século passado novas pesquisas, que revisaram a historiografia tradicional da cidade, principalmente, durante o apogeu da economia da borracha, trouxeram à tona os mundos do trabalho de Manaus, que era marcado por forte organização, mobilização e luta por direitos sociais dos trabalhadores da cidade. Em destaque podemos citar duas dessas obras que marcam essa transformação no olhar e no enfoque historiográfico sobre os agentes históricos da cidade de Manaus, a obra “*Cidade sobre os Ombros*” da historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999) e a obra “*Quando viver ameaça à ordem urbana*” da pesquisadora Deusa da Costa (2014), essas duas pesquisas que foram realizadas na última década do século XX, nos trazem um novo olhar sobre a Manaus da *Belle Époque* e, acima de tudo, trazem para o debate histórico os mundos do trabalho e os trabalhadores urbanos da cidade de Manaus, que antes não apareciam nas pesquisas historiográficas tradicionais. Essas pesquisas apontam os caminhos das organizações, das lutas, das mobilizações, dos anseios e do cotidiano do proletariado da cidade.

Sendo assim, podemos afirmar que havia certa experiência de organização e mobilização dos trabalhadores urbanos em Manaus antes da eclosão da Era Vargas no Brasil. O trabalhador manauara era herdeiro dessas organizações do movimento operário e, acima de tudo, tinha adquirido experiência de mobilização grevista na cidade.

Durante a pesquisa de mestrado, foi construída toda uma trajetória de luta, mobilização e organização dos trabalhadores urbanos em Manaus no período da Experiência Democrática (1945-1967). Nesse sentido, foram identificadas diversas As-

ricos voluntários. Cabendo, portanto, ao historiador cruzar tais documentos com outras tipologias de fontes.

sociedades e Sindicatos de várias categorias de trabalhadores, mapeamos os principais movimentos grevistas por eles organizados, identificando as causas desses embates com o patronato. Enfim, havia na cidade antes e depois da Era Vargas toda uma organização dos trabalhadores, que tinha o intuito de lutar pela garantia dos direitos, principalmente, após a criação da CLT em 1943.

Dentro desse contexto, o estudo da trajetória dos trabalhadores urbanos de Manaus durante o Estado Novo Vargas, se torna peça fundamental nesse processo de construção dessa rede de elementos históricos que formam os mundos do trabalho e a própria história dos trabalhadores e do seu poder de organização e mobilização social e política na cidade.

FONTES DA PESQUISA E METODOLOGIA

O período histórico que compreende o Estado Novo é marcado por forte opressão dos direitos democráticos, perseguições políticas, torturas, formulação de uma política social para atender os trabalhadores, criação de uma Legislação Trabalhista, entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e criação de um projeto de industrialização. Compreender como esse processo ocorreu e se consolidou no Amazonas e entender suas consequências para os trabalhadores urbanos se faz necessário à análise de diferentes fontes históricas.

O meu primeiro grupo de fontes para o estudo dessa pesquisa serão os jornais e periódicos que circulavam em Manaus durante nosso recorte cronológico. Foram identificados nesta fase os seguintes jornais em circulação na cidade: O jornal, O Diário da Tarde, A Tarde, A Nação, Tribuna Popular e o Jornal do Comércio além da Revista Sintonia. Havia outros jornais, porém, seu período de impressão foi muito curto, entre 1 a 2 anos no máximo. Esses jornais e revista serviram como meu contraponto para analisar, principalmente, as falas dos administradores públicos na esfera estadual e municipal, e, forneceram as bases para a teia que tentarei montar sobre os trabalhadores, os mundos do Trabalho e a cidade, parafraseando Thiago de Mello (2004), dos “deserdados da Borracha”.

Nesse caminho ao tratarmos a imprensa como fonte histórica, faço o diálogo com o pensamento de Zicman (1985), que informa,

De fato, a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc. Seu estudo é enriquecedor, sobretudo quanto se tem interesse pela História Social, História das Mentalidades e História das Ideologias (ZICMAN, 1985, p. 89).

A análise do noticiário dos jornais nos possibilitará identificar as categorias de

trabalhadores que formavam os mundos do trabalho em Manaus durante o Estado Novo, verificar se suas demandas eram noticiadas nesses periódicos, mapear suas organizações associativas e sindicais, pontuar suas reclamações frente ao poder público e sua relação com as políticas sociais varguistas.

Ainda com relação à imprensa como fonte histórica, as orientações de Maria Helena Capelato (1988), são de fundamental importância para a construção de nossa análise historiográfica, pois conforme a autora, desde sua origem a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e as elites, principalmente, no século XX, sempre a utilizam e temeram a imprensa. Devido esse poder, as relações entre os poderes públicos e a imprensa, tem uma relação que perpassa entre a aliança, a vigilância, o controle e a punição. “Os que manejam a arma-jornal tem uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar de rumo” (CAPELATO, 1988, p. 13).

Outro grupo de fontes importante para nosso estudo são os documentos oficiais produzidos pelos agentes públicos durante o Estado Novo em Manaus. Identifiquei na primeira visita ao Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT 8) no município de Ananindeua cinco rolos de processos trabalhistas da 1ª Junta de Conciliação de Manaus do período que compreende a instalação da mesma na cidade 1941 até 1949. Esses processos jurídicos serão de fundamental importância para que eu possa mapear as principais disputas entre os trabalhadores e o patronato em Manaus. Também analisarei as mensagens e relatórios de todos os Interventores Federais e Intendentes Municipais, esses documentos serão fundamentais para a pesquisa, pois me darão condições de identificar e mapear as políticas sociais criadas e colocadas em práticas pelo governo varguista no Amazonas, em especial em Manaus, capital do estado. Com isso, poderei verificar até que ponto os trabalhadores urbanos foram contemplados em suas demandas sociais e trabalhistas pelo poder estatal. O Diário Oficial do Amazonas também se constitui uma fonte importante para a pesquisa, pois, além do discurso oficial nesta fonte podemos encontrar vários Estatutos dos Sindicatos e Associações dos trabalhadores da cidade de Manaus e também de outros municípios do Estado. Em relação aos estatutos das entidades sindicais já temos alguns digitalizados para fazermos nossa análise. Vale ressaltar que a partir dos Decretos-Lei de 1939 e 1941, respectivamente n.º 1.402 e 3.037, os estatutos das organizações sindicais tiveram que se enquadrarem as novas normas definidas pelo Ministério do Trabalho, sendo na sua grande maioria revisados e refeitos para se adaptarem as condições impostas aos sindicatos pelo governo Vargas.

Apesar de serem documentos oficiais podemos realizar uma leitura a contrapelo dos mesmos a partir do cruzamento com as outras fontes analisadas durante a pesquisa.

As literaturas de memória da cidade produzidas pelos memorialistas fazem parte também do conjunto de fontes que serão analisadas para montarmos o mosaico do mundo do trabalho, dos trabalhadores urbanos, suas organizações sindicais e assim entendermos como esses agentes históricos estavam circulando no espaço da urbe manauara. Nesse sentido, serão analisadas as obras de Thiago de Mello (2004) “*Manaus: Amor e Memória*”, a obra de Moacir Andrade (1985) “*Manaus: Ruas, fachadas e varandas*” e Jefferson Peres (2002) “*Evocação de Manaus: como a vi ou sonhei*”, além da obra de Aviz Valente (2005), ex-líder sindical, “*Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas*”, essa obra traz um quadro com todas as organizações sindicais e associações de trabalhadores no período varguista. Essas quatro obras nos fornecem várias indicações sobre as características e mazelas da cidade, que afligiam as camadas mais populares, identificar vários aspectos da tipologia de trabalhadores e dos mundos do trabalho.

Essas obras dos memorialistas servem de apoio para analisarmos as transformações ocorridas na cidade nessa fase e, também, observarmos a visão que os agentes históricos que ocupavam o espaço urbano e vivenciaram os mundos do trabalho tinham sobre a cidade e os trabalhadores urbanos desse período.

Com relação aos locais onde estão às fontes citadas. Iremos continuar nossas pesquisas nos acervos da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, a Biblioteca da Fundação Rede Amazônica, a Biblioteca do IGHA, do Centro Cultural dos povos da Amazônia e pôr fim a Biblioteca do Diário Oficial do Estado do Amazonas. Nesse acervo em particular serão levantados os dados sobre os estatutos das associações e sindicatos dos trabalhadores assalariados da cidade publicados no Diário Oficial. O Jornal do Comércio se encontra todo digitalizado no acervo digital da Biblioteca Nacional e na página digital do próprio jornal, o acesso ao acervo deste periódico foi facilitado com sua digitalização. Vale ressaltarmos, que grande parte dessas fontes já foi digitalizada faltando apenas algumas que poderão auxiliar o meu estudo.

O ESTADO NOVO E OS TRABALHADORES URBANOS

Problematizar a relação das Associações e Sindicatos dos trabalhadores urbanos na cidade de Manaus com as políticas sociais de controle do Estado Novo (1937-1945), visando analisar os processos de cooptação, atrelamento, associativismo, negociação e o uso desse aparato de controle social criado pelo governo Varguista.

De acordo D’Araújo (2003), a partir da “Revolução de 1930” tem início a política de intervenção do Estado nas questões referentes ao mundo do trabalho, marcando o início da autonomia sindical e da relação sistemática dos sindicatos com o poder central através do Ministério do Trabalho. “Os sindicatos passavam a ser órgãos de colaboração com o Estado e qualquer manifestação política ou ideológica ficava proibida” (D’ARAÚJO, 2003, p. 223)

Conforme Mattos (2003), durante o governo Vargas foi difundida a proposta, dentro dos discursos dos dirigentes da época, de convivência harmônica entre trabalhadores e patrões, sendo o Estado o regulador, protetor e interventor da Legislação Social. Para o governo Varguista evitar o conflito entre patrões e empregados era um dos objetivos de sua política na busca pela paz social.

Nesse sentido minha pesquisa tem como tese a seguinte afirmação: Durante o Estado Novo na Cidade de Manaus o movimento operário se utilizou dos mecanismos de controle social criados pelo Estado para buscar garantir direitos sociais e manter sua própria existência dentro de um período político de exceção.

Deste modo, o objetivo central da pesquisa é analisar o processo histórico de desdobramento do Estado Novo (1937-1945) no Amazonas dentro do contexto da elaboração e execução das políticas sociais, destacando a relação do poder político central representado pelos Interventores Federais no estado com as organizações sindicais que representavam os trabalhadores urbanos em Manaus.

O Estado Novo se configurou como o ápice do governo Varguista, “se constituiu em decorrência de uma política de massas que foi definido no Brasil a partir da Revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas” (CAPELATO, 2003, p. 109).

Conforme D’Araújo (2003), os anos 1930 marcam o início de uma política institucional no mundo do trabalho, agora o Estado é o regulamentador e o controlador das relações entre capital e trabalho. E essa novidade ficou intimamente ligada a toda produção de políticas sociais do estado brasileiro. É durante esse período que o governo varguista será mais interventor no campo econômico e mais centralizador politicamente, tomando uma conformação autoritária.

Nesse sentido, Capelato (2003) nos mostra que a política social adotada por Getúlio Vargas estava dentro do contexto histórico que se formou após os impactos da Primeira Guerra Mundial e a eclosão da Revolução Bolchevista de 1917. De acordo com a historiadora essas políticas sociais, que tinham como intuito criar novas formas de controle das massas, representavam uma preocupação das elites conservadoras em tentar evitar o avanço de novas revoluções socialistas no mundo capitalista, dentro desse quadro, de acordo com a autora essas políticas foram,

Uma das soluções propostas era o controle social através da presença de um estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem. Essa política foi adotada em alguns países europeus, assumindo características específicas em cada um deles. Regimes como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha foram construídos nessa época. O sucesso das experiências italiana e alemã serviu de inspiração para reformas políticas que ocorreram em alguns países latino-americanos: Brasil e Argentina especialmente (CAPELATO, 2003, p. 109).

Como ficou claro o modelo de “controle social” adotado pelo Varguismo durante o Estado Novo estava ligado diretamente à preocupação das elites burguesas conservadores internacionais e nacionais, ao medo do avanço das revoluções comunistas vira bandeira de luta contra qualquer tipo de reivindicações das camadas mais populares das sociedades capitalistas por todo o mundo.

Conforme Alexandre Fortes (2007, p. 64), “o sistema corporativista de relações de trabalho permanece como legado institucional mais durável deixado pelo Estado Novo”. Segundo o autor esse processo ocasionou,

[...] um efeito inclusivo que transformou de forma duradoura o sistema político do país, de outro criou sérios obstáculos para os projetos políticos baseados em concepções classistas e autônomas, limitando o potencial de crescimento da esquerda e desfigurando a experiência do chamado “intervalo democrático” (1945-1964) (FORTES, 2007, p. 64).

Dentro desse quadro, a historiadora Ângela de Castro Gomes nos fala, que a partir de 1935, principalmente, após o movimento organizado pela ANL denominado de Intentona Comunista, a questão social e a relação Estado/Classe trabalhadora viraram questão de segurança Nacional. Segundo Gomes (2005) inaugurou-se

[...] a partir de 1935 um novo quadro na vida política brasileira e, em especial, na dinâmica das relações Estado/classe trabalhadora. Se em 1920 a questão social foi definida como uma questão de policial – e os anarquistas foram apontados como o inimigo objetivo – em 1935 ela iria ser definida como uma questão de segurança nacional, o mesmo tipo de discurso acusatório iria se voltar contra uma nova categoria: os comunistas [...] (GOMES, 2005, p. 177).

Conforme Mattos (2003), o Estado Novo impôs limites rígidos ao movimento operário, com isso, houve uma forte restrição de qualquer possibilidade de reivindicações. Segundo o autor,

Os rígidos limites impostos pelo governo restringiam em muito a possibilidade de reivindicações. A instalação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, se fez acompanhar de uma Constituição de matriz fascista, que retomava o modelo do sindicato único. Em 1939, uma nova lei de sindicalização foi decretada – a Lei Orgânica da Sindicalização Profissional – o seu objetivo de controle sobre os sindicatos foi explicitado na exposição de motivos de decreto que instituiu: Com a instituição desse registro, toda a vida das associações profissionais passará a gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão, com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão (MATTOS, 2003, p. 19).

Como podemos perceber o controle das Associações e Sindicatos de trabalhadores urbanos durante o Estado Novo vai ser um dos objetivos do governo Varguista.

Esse controle terá como base a legislação trabalhista que será implantada e a atuação efetiva do Ministério do Trabalho em busca da paz social.

Durante a Era Vargas, uma das novidades mais marcantes será a proposta difundida nos discursos dos dirigentes da época de convivência harmônica entre trabalhadores e empresários, regulamentada pelo Estado que seria o regulador e protetor, apresentando-se como inventor da Legislação Social.

A legislação social desse período, ainda segundo Mattos (2003), era composta por quatro núcleos, que estavam assim divididos,

- a) a legislação previdenciária, generalizada as primeiras experiências dos anos 1920 com as Caixas de Aposentadorias e Pensões, mais tarde chamadas de Institutos, que, com contribuições do estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc.; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categorias e região [...] a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista (MATTOS, 2003, p. 11-12).

Como já foi dito, o modelo doutrinário adotado pelo Varguismo, nesse período, para inspirar o sindicalismo brasileiro, foi o corporativismo. Para os representantes dessa corrente o capitalismo era visto como produtor de desigualdades e formador de conflitos e lutas entre as classes sociais. O socialismo era entendido como um falso criador de igualdades, pois, a ditadura do proletariado era entendida como uma solução equivocada, por que criaria novas formas de opressão e desigualdades, gerando com isso, novos conflitos sociais.

Dentro desse contexto D'Araújo (2003), afirma que a proposta corporativista visava manter as hierarquias, diminuir as desigualdades sociais, evitar o conflito e banir a luta de classes, gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz social. Sendo assim, a proposta corporativista foi apresentada como uma saída intermediária entre os dois sistemas. Porém, para que isso ocorresse, o Estado deveria possuir mais poderes, ou seja, centralização política através de um golpe.

A relação entre trabalhadores e o Estado durante o governo Vargas viveu várias fases. A primeira delas foi, no período que compreende 1930-1934, este momento ficou marcado pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, também foi nesse período que foram geradas praticamente todas as leis do Trabalho que irão fazer parte da CLT, criada em 1943. O novo modelo de sindicato oficial, que terá o

reconhecimento do Estado, porém, estará sobre sua tutela, será difundido nesse momento pelo Ministério do Trabalho.

Entretanto, dentro deste contexto não podemos deixar de ressaltar, que uma parcela significativa dos trabalhadores não estava disposta a aceitar a tutela do poder público, como nos afirma Mattos,

[...] uma parcela expressiva do setor organizado da classe trabalhadora não parecia disposta a trocar suas tradicionais entidades de classe pelos sindicatos oficiais controlados pelo MTIC, exceção feita para os que sempre defenderam a adesão ao Estado e ao patronato, ou para os setores sem qualquer tradição sindical (MATTOS, 2003, p. 13).

A denúncia contra a lei de sindicalização, que obrigava os trabalhadores a se ligarem a sindicatos “pelegos”, era feita por anarquistas e comunistas que ressaltavam o caráter fascista e controlador dessa legislação. A partir de 1934, com a possibilidade de participação política na Assembleia Nacional Constituinte, muitos sindicalistas combativos buscaram a sindicalização estratégica, pois, assim poderiam lutar por uma legislação mais justa.

Com a Constituição de 1934 ocorreu um curto período de normalidade institucional, que seguiu até o segundo semestre de 1935. Neste momento, aconteceram várias mobilizações sindicais, com crescimento do número de greves e o engajamento dos trabalhadores organizados na luta pela democratização do país, representados pela ANL.

Com o levante da ANL, a “Intentona Comunista”, o governo de Vargas decretou a Lei de Segurança Nacional, denominada pelos sindicalistas de “Lei Monstro”, que instalou o estado de exceção, ao criar mecanismos e tribunais especiais para presos políticos. Com essa lei procurou-se eliminar as lideranças mais radicais do movimento operário, através da cassação de direitos, prisão e eliminação física. Esse fato possibilitou a desmobilização do movimento sindical nos anos posteriores.

Como afirma Mattos (2003), com relação à desmobilização da classe operária que ocorreu na Era Vargas,

Entre 1935 (portanto antes mesmo do golpe de 1937) e 1942 viveu-se uma fase de completa desmobilização sindical. Dirigentes totalmente submissos às orientações do Ministério do Trabalho foram elevados à direção dos sindicatos, não houve greves por categorias e a participação das bases nas atividades sindicais reduziu-se a quase nada (MATTOS, 2003, p. 18-19).

Com a instalação da ditadura do Estado Novo (1937), acompanhada de uma Constituição de origem fascista, foi retomado o modelo de sindicato único, que havia sido modificado a partir da Constituição de 1934. A Lei Orgânica da Sindicalização

Profissional, decretada em 1939, trazia de forma bem explícita seu objetivo de controle dos sindicatos.

Com a entrada no Brasil na guerra e o crescimento das oposições contra a ditadura do Estado Novo, forjou-se o discurso trabalhista que procurava ressaltar a ideia de que o Estado e Vargas eram os protetores dos trabalhadores. Nesse contexto, a legislação social varguista era destacada como uma concessão aos trabalhadores, ou seja, uma antecipação do Estado às pressões sociais. É importante ressaltarmos que durante a guerra a CLT não foi colocada em prática, ou seja, se tornou letra morta, pois as explorações, as péssimas condições de trabalho e o desrespeito à legislação continuaram.

Como suporte teórico no processo de identificação e visualização dos trabalhadores urbanos, suas organizações sindicais, suas demandas, e suas relações com o poder dos Interventores Federais em Manaus no período estudado, utilizaremos a perspectiva Thompsoniana, que será a pedra de toque para entendermos como as diversas categorias de trabalhadores construíram suas identidades e suas táticas de resistências contra as ações do patronato e do estado varguista que buscava controlar suas atividades.

De acordo com Thompson (1981), podemos entender como o termo ausente, a experiência humana, pois,

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Conforme Pesavento (2005), ao abandonar a visão clássica que vinha da definição marxista-leninista de classe, que procurava identificar as classes pela posição que ocupava junto aos meios de produção, Thompson ampliou o conceito de classe, entendendo que a categoria deveria ser analisada a partir de seu fazer-se, no acontecer histórico e na sua experiência. Com isso, resgatou para o historiador a dimensão do empírico: a pesquisa de arquivo é indispensável, e nesse ponto se abriam não só novos enfoques temáticos como nova documentação.

Dentro desta visão teórica, a tentativa de identificar a voz dos silenciados pela historiografia tradicional, é um dos papéis do historiador comprometido com a corrente da História Vista de Baixo. A recuperação desses agentes históricos como

possuidores de um papel ativo no próprio processo por eles vivenciados, não sendo, portanto, meros joguetes nas mãos dos setores dominantes, se configuram um dos objetivos das pesquisas historiográficas atuais. Nesse sentido, a minha pesquisa tem como norteador a corrente da História Vista de Baixo.

OS ESTUDOS CULTURAIS E O ESTADO NOVO NO AMAZONAS

Os debates dos Estudos Culturais ingleses surgem nas décadas de 50 e 60 do século passado. Três obras são consideradas seminais para esses estudos. A primeira dessas obras é “As utilizações da Cultura” em dois volumes de Richard Hoggart (1973) na qual reconhece a força da cultura de massa no meio da classe trabalhadora, principalmente no pós-guerra, entretanto, destacou a continuidade de vários padrões de comportamento e valores tradicionais de classe. Conforme Matos (2012), o centro da preocupação da obra é a análise da circulação e da repercussão de revistas, livros e periódicos considerados populares, produzindo uma rica descrição etnográfica da vida familiar comunitário da classe operária britânica. A segunda obra seminal é “Cultura e sociedade” de Raymond Williams que propõe uma abordagem crítica do marxismo vulgar quanto da visão idealista de cultura como produto das mentes educadas dos artistas e literatos. De acordo com Hall (2003), Williams em outra obra “A Longa Revolução”, indicou claramente que o modo de reflexão cultura-e-sociedade só poderia ser completado e desenvolvido a partir de outro lugar um análise significativamente diferente. Outra obra seminal para os Estudos Culturais é “A Formação da Classe Operária Inglesa” de E. P. Thompson editada em três volumes, segundo Matos (2012), é um estudo que dá ênfase na dimensão cultural da classe e faz uma rica análise de importantes aspectos da vida comunitária dos trabalhadores ingleses antes do processo de industrialização do século XVIII. Deste modo, as categorias de análises produzidas pelos Estudos Culturais ingleses como experiência, fazer-se, permanências, táticas de resistência entre outras serão fundamentais para a realização deste estudo. Após essa limitada apresentação, vamos analisar alguns aspectos do Estado Novo a luz dos Estudos Culturais.

De acordo com Maria Helena Capelato (2003), a partir de 1937 foi colocado em prática o projeto varguista que pensava o Estado como agente da política econômica e a nova Constituição garantiu a intervenção do poder público na economia para coordenar os fatores da produção, principalmente, a industrial. Vale lembrar que uma das justificativas para o golpe do dia 10 de novembro foi à necessidade de produzir mudanças capazes de levar o Brasil para um local de destaque no progresso material para se equiparar com os países mais ricos do mundo. Deste modo, a ordem e a racionalização do mundo do trabalho e o controle social eram outro pilar da política estado-novista, sendo assim se fazia necessário reprimir os agentes da subversão (anarquistas, liberais, socialistas e comunistas).

A política social e a legislação trabalhista foram uma das armas do regime para evitar o conflito entre patrões e empregados na esfera pública. O Estado seria o grande agente conciliador da sociedade no Estado Novo, todas as ações do governo varguista neste período foram pensadas para controlar as atividades dos sindicatos que eram até esse momento independentes. De acordo com Capelato (2003), essa política,

[...] acabou por dividir o movimento sindical. Uma parcela significativa mostrou-se satisfeita com as “benesses generosamente” concedida pelo chefe do governo, como alardeava a propaganda governamental, e outra parcela tentou reagir ao controle do Estado e à perda da liberdade política. Mas essa corrente foi sufocada porque o regime autoritário impedia as manifestações de oposição em todos os níveis. Com o pretexto de manter a ordem e acabar com a subversão, muitos sindicalistas que se opuseram à nova política foram perseguidos, presos, torturados ou exilados durante o Estado Novo (CAPELATO, 2003, p. 120).

É dentro deste quadro de tentativa de controle por parte do Estado Novo Varguista do movimento dos trabalhadores urbanos que nossa tese se aplica, com o intuito de identificar as táticas de resistência dos trabalhadores de Manaus a este processo de apropriação pelo governo estado-novista do seu lugar de luta. Entretanto, devemos entender que essa política varguista também atendeu e resgatou ideias, crenças, valores, autoestima e lutas que foram construídas pelos trabalhadores e vinham defendendo desde a República Velha. Neste sentido, como nos mostra Ângela de Castro Gomes (2011), houve o reconhecimento dos trabalhadores como agentes do processo histórico e cidadãos ativos isso teve um impacto absurdo no que se refere à dignidade do trabalhador brasileiro.

Neste processo, além da CLT e das leis sociais, o Governo Varguista utilizou a propaganda política e a produção cultural na tentativa de controlar o movimento dos trabalhadores urbanos no país. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi fundamental para colocar em prática o projeto ideológico de Getúlio Vargas. Conforme Capelato (2003, p. 124), “a propaganda, além de enaltecer a figura do líder e sua relação direta com as massas, demonstrava a preocupação do governo com a formação de uma identidade nacional coletiva”. Ou seja, um processo de homogeneização das culturas brasileiras.

Dito isso, posso agora adentrar nos pontos que os Estudos Culturais serão elementares para minha pesquisa. Como pano de fundo das relações entre o governo varguista – representado em Manaus pelos interventores federais, em destaque Álvaro Botelho Maia³ – é o espaço da urbe manauense o primeiro aspecto que os Estudos Culturais serão essenciais para o meu estudo.

3 Álvaro Botelho Maia (1893-1969), político, poeta, escritor advogado e professor. Ocupou o poder como Interventor Federal entre novembro de 1930 e julho de 1931, Governador Constitucional de fevereiro de 1935 a novembro de 1937, Interventor Federal durante o Estado Novo de novembro de 1937 a novembro de 1945

O memorialista Jefferson Peres⁴ (2002), nos apresenta uma visão da cidade oposta daquela construída durante o apogeu da economia da borracha, agora o que vemos é um discurso que destaca e mostra uma cidade pequena e provinciana segundo a visão do memorialista. Nesse sentido o autor afirma,

Em meados dos anos 40, Manaus era um modesto aglomerado urbano, de pouco mais de 100 mil habitantes, com todas as características de uma típica capital de província. A vida fluía sem pressa e sem sobressaltos, num ritmo ditado pelas condições físicas, econômicas e culturais de uma comunidade pequena, com três décadas de estagnação e obediente a valores tradicionais (PERES, 2002, p. 23).

A Manaus cosmopolita e moderna apresentada no discurso oficial da época áurea da economia da borracha, ao analisarmos a fala de Peres, se torna nos anos 30 e 40, uma cidade provinciana, de ritmo lento e, defensora dos seus valores tradicionais. Se fizermos uma análise conjunta com outros memorialistas, a cidade voltou a ser ela mesma com o retorno de aspectos da cultural local, que a partir da expansão e consolidação da economia gomífera haviam sido substituídos por valores europeus. Sobre as dimensões espaciais da cidade Peres (2002), destaca,

As dimensões da cidade não eram pequenas apenas em termos demográficos, mas também espaciais, alcançando a leste os bairros de Educandos e Cachoeirinha, ao norte a Vila Municipal (hoje Adrianópolis), e a oeste São Raimundo. Mas esses eram subúrbios relativamente distantes. A rigor, a área urbana compreendia o espaço delimitado por esses bairros, nervo e coração da cidade, onde se concentravam o comércio, as repartições públicas, os centros culturais e mundanos, e onde residia maciçamente a classe média [...] (PERES, 2002, p. 23).

Nossa perspectiva de interpretação do espaço urbano manauense se filia ao proposto pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento (2001), pois, entendemos que o processo de construção do espaço urbano é carregado de conflitos entre as inúmeras personagens que compõem o cotidiano da cidade, que esses conflitos não se limitam apenas a ocupação e produção da urbe, mas também na própria construção dessas personagens e de suas formas de pensar e vivenciar a cidade. Sendo assim,

A cidade que se estrutura e constrói não o faz somente pela materialidade de suas construções e pela execução dos serviços públicos, intervindo no espaço. Há um processo concomitantemente de construção de persona-

e, finalmente foi Governador eleito pelo voto livre entre 4 de janeiro de 1951 a 25 de junho de 1954. Com o crescimento do PTB no Amazonas, principalmente, com Plínio Coelho e Gilberto Mestrinho foi alijado da vida política do Estado, entretanto, ainda foi eleito pelo Amazonas ao Senado Federal em 1945 e foi nomeado, em 1966, como senador biônico pela ARENA (SANTOS, 1997).

4 José Jefferson Carpinteiro Peres (1932-2008), político e professor amazonense, formado em Direito e administração pela Universidade Federal do Amazonas onde atuou como professor no Curso de Economia. Ficou conhecido nacionalmente pela sua atuação política em defesa da ética no Congresso Nacional durante seus mandatos como Senador da República.

gens, com estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes dá sentido preciso. Os chamados *indesejáveis*, *perigosos*, *turbulentos*, *marginais* podem ser rechaçados e combatidos como inimigo interno, ou, pelo contrário, pode se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença (PESAVENTO, 2001, p. 12).

Cabe salientar, que no período do apogeu da economia gomífera, houve por parte do poder público, a criação de políticas urbanísticas que acabaram excluindo do espaço da urbe, os chamados “marginais”, trabalhadores, população mais pobre e todos aqueles que de alguma forma perturbavam a ordem estabelecida. Porém, as táticas de resistências a essas políticas de limpeza do espaço foram inúmeras e os indesejáveis criaram suas condições de permanência nesses locais agora desodorizados. Durante o Estado Novo Vargasista, a presença das camadas mais populares nos espaços urbanos⁵, que antes foram elaborados para receber a elite da cidade se fazia muito presente do que era desejado pelos administradores da cidade. Essa presença se fazia através da ocupação das margens dos igarapés do mestre Chico e Bittencourt, localizados no centro da cidade, além de ocuparem as margens dos igarapés da Cachoeirinha e do Educandos e, pelo surgimento da Cidade Flutuante⁶ na orla do rio Negro⁷.

De acordo com Thiago de Mello⁸, outro memorialista do período, ao falar sobre a Manaus dos anos 30, 40, 50 e 60, nos aponta que apesar da crise econômica que assolava a região os moradores mantiveram seus costumes tradicionais, pois mesmo após o processo de ocupação europeu da região e a reafirmação do eurocentrismo cultural na *Belle Époque*, os habitantes das camadas populares da cidade conseguiram manter muitos hábitos herdados de seus antepassados. De acordo com o poeta,

Manaus, batida pela estagnação, teve tempo e teve, mais que tudo, força para afirmação cotidiana de um delicioso estilo de vida que se amparava em valores culturais que lhe eram próprios. Valores que não se deixaram amassar, submissos, pelos elementos poderosos da cultura europeia colonizadora. Ao contrário, sempre foram os ingredientes dominantes no processo de aculturação, tão bem levada com os costumes e hábitos de vida

5 Verificar os mapas da expansão urbana de Manaus do apogeu da economia da borracha ao Estado Novo (Anexos).

6 Com a crise da Borracha na década de 1920, o êxodo rural para Manaus aumentou enormemente, dentro desse quadro a maioria das pessoas que vieram para Manaus eram das camadas populares, que por não terem onde morar, construíram casas flutuantes feitas de madeira com cobertura de telha de barro, zinco e palha. Foram construídas sobre grandes troncos de árvores em frente à escadaria da Praça dos Remédios. Com a ampliação dessas moradias no local os moradores de Manaus começaram a chamar essa favela flutuante de “Cidade Flutuante”, que durante a década de 1960 chegou até 12.000 moradores.

7 Sobre as formas de resistência as políticas públicas de ordenamento da urbe manauara verificar a obra da pesquisadora Deusá da Costa (2014), e também o trabalho da professora e historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999).

8 Amadeu Thiago de Mello, poeta, escritor e tradutor amazonense, nascido em 1926 no município de Barreirinha. Foi perseguido e preso durante a Ditadura Militar (1964-1985), exilou-se no Chile, morou também durante o exílio na Argentina, Portugal, França e Alemanha. É autor de várias obras entre elas seu poema “Os Estatutos do Homem”, um dos mais conhecidos.

que trouxeram, sobretudo a partir dos últimos anos do século passado, os portugueses provincianos pobres e os árabes de bolsos vazios (MELLO, 2004, p. 44).

Na fala de Thiago de Mello, alguns apontamentos sobre os aspectos do cotidiano da cidade que estavam ligados aos valores culturais da urbe de origem afroindígena e, que sofreu um processo de europeização, principalmente durante o período da *Belle Époque*, porém, segundo ele, as tradições caboclas resistiram a esse processo e estavam presentes no cotidiano da vida dos habitantes da cidade. Durante o Estado Novo está política de embelezamento ao estilo eurocêntrico é retomada, respeitando as devidas proporções econômicas e políticas do período.

Ao identificarmos na escrita do poeta Amazonense continuidades das tradições e costumes ribeirinhos na primeira metade do século XX sendo praticados em Manaus após um período onde a cultura europeia foi imposta como padrão de modernidade demonstra que, como afirma Célia Rocha Calvo (2010), estas práticas e experiências sociais é o fazer histórico de muitos e diferentes agentes e buscar investigar essas alternativas concretas, desconstruindo consensos, armando um olhar político, procurando as dissidências e fissuras dentro do processo social diante da Globalização é o papel do historiador. As sociedades capitalistas globalizadas tendem a homogeneizar práticas e vivências, definindo padrões culturais visando ocultar as tensões e os conflitos sociais.

Os costumes e tradições das populações afroindígenas⁹ ou populares, que continuaram sendo praticados em Manaus, e ainda são até o momento, constituem exemplos vivos das dissidências e fissuras a esse processo de homogeneização cultural. Nesse sentido, partilhamos com Hall (2003, p. 263), o entendimento de cultura popular como sendo, “um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e resistência”. Neste modo, as habitações de taipa nua¹⁰ e os flutuantes na orla de Manaus se configuram exemplos destes embates entre o popular e modelo elitizado que estava sendo imposto na cidade desde o apogeu da economia gomífera.

Esse embate traz à tona as questões levantadas por Gilmar Arruda (2000), entre a contraposição Cidade e Sertão. Como afirma o autor,

A cidade é moderna, progressiva, representante de valores novos no qual a atividade política se desenvolve segundo os padrões da moderna democracia, usa-se a razão para convencer, há livre expressão e liberdade de opção. É o lugar de vivência e atuação de cidadãos livres e conscientes. O

9 Um dos exemplos de costumes e tradições afroindígenas foram os modelos de habitações adotados pelas camadas populares ao longo do século passado como os flutuantes nas margens do rio Negro e dos igarapés que circundam Manaus. Aqui também é importante destacarmos o conceito de “afroindígena” adotado no corpo deste artigo, partilho com a proposta apresentada pelo historiador Agenor Sarraf Pacheco (2016).

10 Taipa nua era uma alusão às paredes feitas de barro e terra das casas das camadas populares da cidade de

sertão é arcaico, o lugar da ação do clientelismo político, dos coronéis, do populismo, da violência e de onde não há possibilidades de ação política de cidadãos livres e conscientes (ARRUDA, 2000, p. 13).

Essa visão dualista entre a cidade e o campo também é debatida por Raymond Williams (2011), em sua obra clássica *“O Campo e a Cidade”*, o autor afirma que,

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações e luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitações. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica (WILLIAMS, 2011, p. 11).

Os dois autores no decorrer de suas obras apontam as fragilidades desse esquema dualista que limita o entendimento das contradições dessas duas criações das sociedades humanas. Entretanto, quando nos referimos à primeira metade do século XX, o discurso de desqualificação do campo/sertão/floresta fez parte de diversos projetos de poder de grupos políticos e econômicos no país. Inclusive durante a ditadura Vargas, a superação dos aspectos agrários da sociedade nacional era uma das propagandas fundamentais do regime estado-novista.

Dentro deste quadro, o uso da propaganda pelo governo Vargas, principalmente, após a consolidação do DIP, é um dos pontos da minha temática que os Estudos Culturais podem auxiliar a pesquisa. Como já afirmei os elementos usados nesse processo foram; fotografia, cinema, jornais, revistas e rádio. Conforme Capelato (2003, p. 123), “a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda foi fundamental [...] Ele tinha o encargo de produzir material de propaganda, incentivando a produção de cartazes, objetos, espetáculos, livros e artigos enaltecendo o poder”.

Toda a produção cultural do país era controlada pelo DIP, ou melhor, o DIP tentou controlar. Ocorreu uma organização de diversos setores das artes no país. Em relação aos trabalhadores urbanos o uso da comemoração do 1º de Maio, o dia do Trabalhador, foi fundamental para aproximação entre o Líder e as categorias dos diversos trabalhadores urbanos.

A historiadora Maria Celina D’Araújo (2003), nos relata que o governo Vargas utilizou o dia do Trabalhador para anunciar a criação do salário mínimo, em uma grande festa cívica no estádio de São Januário, que foi o palco de vários eventos que tinham o sentido de exaltar o regime e seu líder máximo. Em Manaus o 1º de Maio foi comemorado também sempre em grande estilo através de festividades em alguns pontos da cidade como as Praças de São Sebastião e General Osório (Anexos).

Manaus. O termo “nua” reforça o uso apenas do barro na construção dessas moradias com cobertura feita de palha extraídas das palmeiras amazônicas como o buritizeiro.

Nestes eventos foram produzidos diversos registros fotográficos que compõem parte das fontes que irei analisar para tentar montar a teia das relações entre o Estado Novo e os trabalhadores urbanos de Manaus a partir do cruzamento das mesmas com outros grupos de fontes como os jornais que circulavam na cidade. Sendo assim, partilho da tese de Anne Marie Granet-Abissett (2002), que afirma,

De modo geral, uma fotografia considerada isoladamente é pouco utilizável como tal pelo historiador. Para um procedimento rigoroso, é preciso recorrer a um verdadeiro *corpus*, que permite comparações e conclusões a partir de séries. Procuraremos, então, temáticas adaptadas. O confronto com outras fontes, orais e escritas, administrativas e privadas, é também condição fundamental para ressaltar, ao mesmo tempo, a especificidade da contribuição da fotografia e extrair verdadeiras análises. Enfim, é preciso saber que, com esse tipo de fonte, as conclusões que podemos produzir continuam modestas e suscetíveis de releitura (GRANET-ABISSETT, 2002, p. 24).

A partir da análise de Granet-Abissett (2002), podemos fazer a análise a contrapelo das fotografias produzidas durante o Estado Novo em Manaus, buscando identificar os elementos que destoam do discurso oficial de unidade cultural nacional. Deste modo, Beatriz Sarlo (1997), mostra que um olhar político crítico nos possibilita questionar a legitimidade e imposição dos processos de hegemonia das grandes linhas culturais. Mostrando-nos que essa contestação do novo pode levar-nos a pactos culturais situados nas margens dos limites dos pactos legitimados. Para Sarlo, o olhar político se fixaria nos discursos, nas práticas, nos atores, nos acontecimentos que baseiam o direito de intervir na unificação.

Para finalizar essa pequena análise da importância dos Estudos Culturais para a minha pesquisa das relações do Estado Novo com os trabalhadores de Manaus é importante lembrarmos a fala de E. P. Thompson,

[...] E quanto à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou no Marx de *O Capital*, visa excluir): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, no certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1981, p. 189)¹¹.

11 THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 189.

Em suma, a produção intelectual dos estudos culturais e pós-coloniais abriu novas possibilidades de análises para minha pesquisa, principalmente, no que se refere ao fazer-se e às táticas de resistências elaboradas pelas diversas categorias de trabalhadores frente ao projeto estado-novista de homogeneização cultural dos trabalhadores brasileiros. As leituras das obras de E. P. Thompson, Richard Hoggart, Raymond William, Stuart Hall, Beatriz Sarlo, Néstor Garcia Canclini, Anne Marie Granet-Abissett entre outros, ampliou o olhar sobre a temática estudada, me fazendo pensar em questões que anteriormente fugiam das preocupações da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Moacir. **Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas**. Manaus: Humberto Calderaro, 1985.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: Entre a história e a memória**. Bauru/SP: EDUSC, 2000.
- CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: Culturas, memórias e territórios da cidade. **Revista História e Perspectiva**, Uberlândia, n. 42, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de Novo? *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores em Manaus -1890/1915**. 1. ed. Manaus: Editora Valer, 2014. v. 1.
- D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.
- FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus: revista de História, Juiz de Fora**, v. 13, n. 2, p. 61-86, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- GRANET-ABISSET, Anne Marie. O historiador e a fotografia. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 1, n. 24, p. 9-26, jun., 2002.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura: aspectos da vida cultural da classe trabalhadora**. Lisboa: Ed. Presença, 1973. v. 2.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **O Sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- MATOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- MELLO, Thiago de. **Manaus: amor e memória**. Manaus: Editora Valer, 2004.
- PERES, Jefferson. **Evocação de Manaus: como eu a vi e sonhei**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. 1. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999. v. 1.
- SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. Tradução: Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 1997.
- THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VALENTE, Aviz. **Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas: antecedentes e protagonistas**. Manaus: Editora Travessia, 2005.

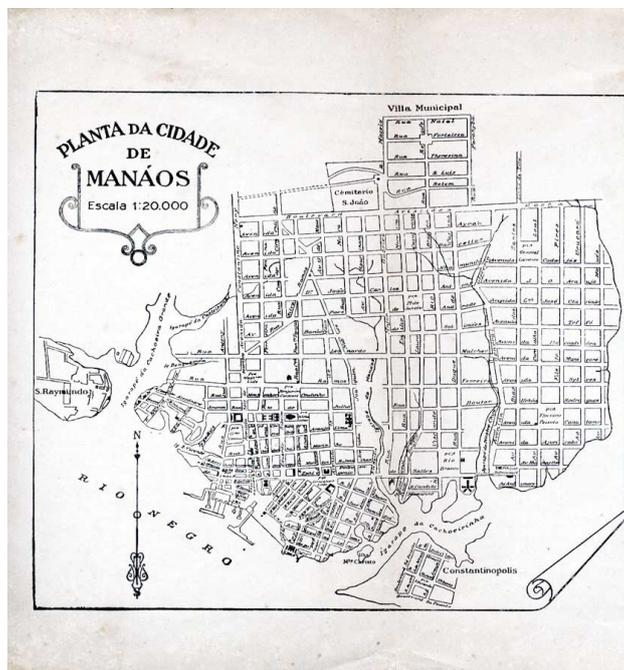
WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZICMAN, Renée Barata. **História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. Projeto História**, São Paulo, n. 4, 1985.

ANEXOS



Mapa de Manaus produzido em 1915 pelo Dr. Alfredo da Mata durante a campanha de combate a febre amarela. Fonte: Acervo digital do DPH/SEC-AM.

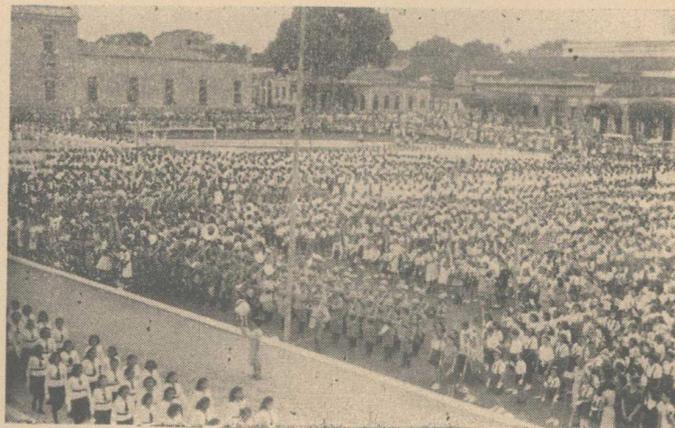


Mapa de Manaus retirado da Mensagem do Prefeito de Manaus o Agrônomo Antônio Botelho Maia apresentada à Câmara Municipal de Manaus em 15 de abril de 1937. Fonte: Acervo Digital DPH/SEC.



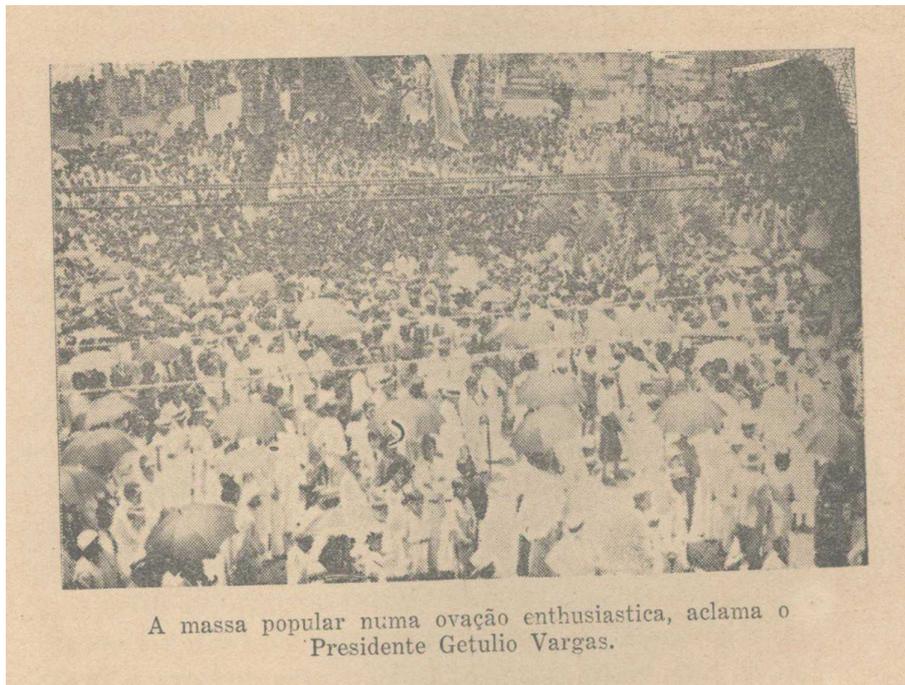
O Presidente Getúlio Vargas a caminho do Palácio Rio Negro ao lado do Interventor Alvaro Maia, agradece a saudação do povo.

Getúlio Vargas e Álvaro Maia em 1940 durante a visita do ditador a Manaus. Fonte: A Visita do Presidente Vargas e as esperanças de resurgimento do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, Propaganda Amazonense, 1940. Acervo digital: Pedro Marcos Mansour Andes.



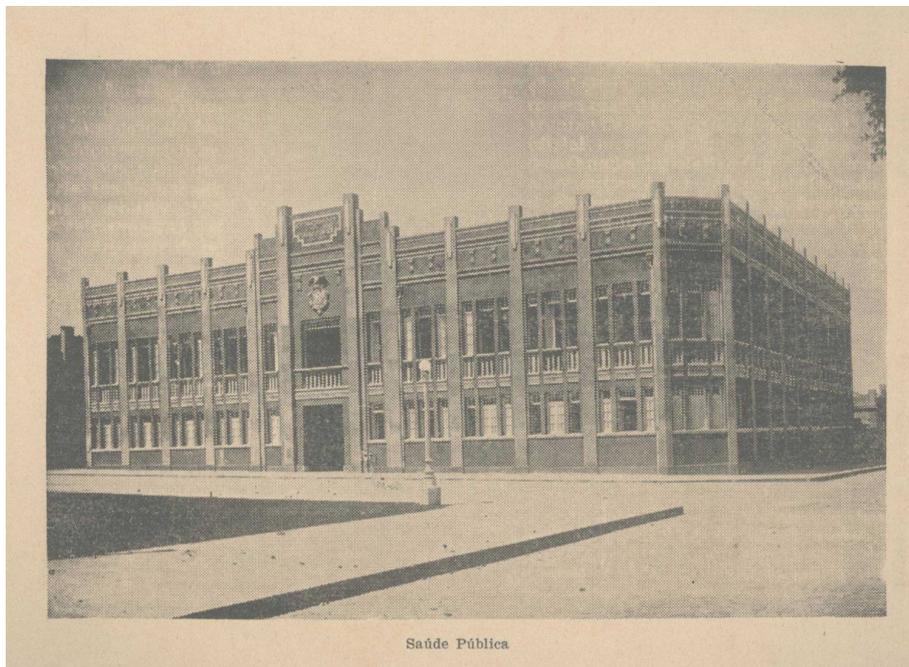
Desfile escolar na Praça "General Osório", em homenagem ao Chefe da Nação.

Desfile Escolar na Praça General Osório durante a visita do ditador a Manaus. Fonte: A Visita do Presidente Vargas e as esperanças de resurgimento do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, Propaganda Amazonense, 1940. Acervo digital: Pedro Marcos Mansour Andes.



A massa popular numa ovação entusiástica, aclama o Presidente Getulio Vargas.

Reunião popular para receber Vargas durante a visita do ditador a Manaus. Fonte: A Visita do Presidente Vargas e as esperanças de resurgimento do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, Propaganda Amazonense, 1940. Acervo digital: Pedro Marcos Mansour Andes.



Saúde Pública

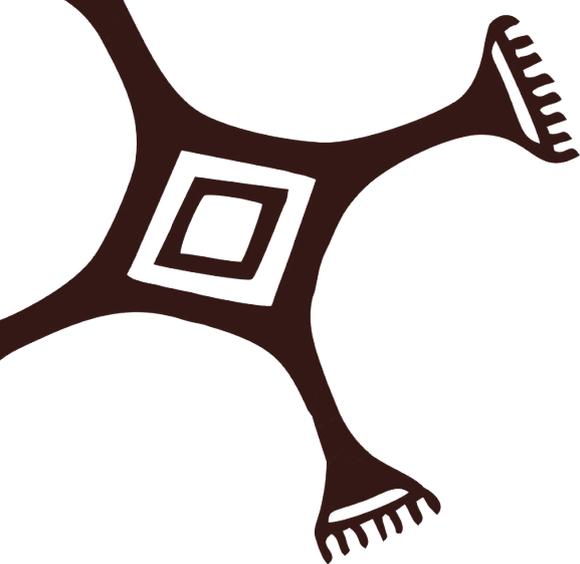
Edifício Sede da Saúde Pública construído durante a Era Vargas na administração do Interventor Federal Álvaro Maia. Fonte: A Visita do Presidente Vargas e as esperanças de resurgimento do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, Propaganda Amazonense, 1940. Acervo digital: Pedro Marcos Mansour Andes.



Recepção em 1940 na Praça do Comércio na Avenida Eduardo Ribeiro no centro de Manaus, em destaque faixa exaltando Vargas como o trabalhador do Amazonas. Fonte: CPDOC/FGV.



Comemoração do 1º de Maio, dia do Trabalhador em Manaus durante o Estado Novo. Fonte: CPDOC/FGV.



COMPOSIÇÃO DA CIDADE: CULTURA, MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA OPERÁRIA

Daniela Rebelo Monte Tristan¹

Quando começou, eles investiram nesse terreno. Aquela área era mata, muito espinho, tucumã, era muita árvore e eles começaram a mandar, sabe, pouco dinheiro; era lento, e começaram a desbravar aquilo lá e puseram as máquinas pra fazer terraplanagem, aquela coisa durou 56, 57, 58, sabe! Já começou a aparecer material metálico pra montagem dos galpões, sabe! Devagar. No ano de 59 já tinham muitos galpões, já estavam armados. E com vestígios de produção maior na região. Foi quando eu fui participar mais de perto, era caminhoneiro e passei a trabalhar lá em 59².

INTRODUÇÃO

Este capítulo resulta de nossa pesquisa sobre a experiência das trabalhadoras e trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, a Tecejuta. A fábrica, situada nesse município, que ocupa o lugar do que se poderia chamar de uma *capital regional* da região do Baixo Amazonas (que muitos de seus moradores costumam chamar de Tapajós), iniciou suas atividades em 1964, encerrando-as em 1990. Trata-se do maior estabelecimento fabril da região na época. Ao longo de sua existência, variou entre 700 e 1200 o número de operários que nela trabalhava. Por razões que discutiremos aqui, sua presença em Santarém ocasionou importantes alterações nas esferas social, econômica e cultural da cidade, além de ter marcado fortemente a memória de seus habitantes.

Através da memória dos operários da Tecejuta, buscamos compor um quadro das relações entre, de um lado, as experiências desses trabalhadores nas duas primeiras décadas de funcionamento da fábrica (1960 e 1970) e, de outro, os eventos, a situação socioeconômica e o perfil urbanístico de Santarém, bem como as visões de outros moradores da cidade a respeito desse estabelecimento fabril e, em especial, das mulheres que ali trabalhavam.

¹ Doutoranda em História Social pelo PPHIST-UFPA.

² João Silva, 80 anos, Casa de Força. Entrevista realizada em 15 out. 2012.

Utilizando a metodologia de história oral, entramos em contato com ex-trabalhadores da fábrica e buscamos compreender como aquele tempo foi por eles apreendido e como eles reelaboraram em suas memórias as experiências do seu cotidiano na fábrica e na cidade. Compreendemos aqui *experiência* na concepção de E. P. Thompson, pela qual esta é indissociável de *cultura*. Nessa visão, que enfatiza a ideia de agência humana, a cultura é um campo de disputas e mudanças, uma arena em que interesses opostos se apresentam e se colocam em relação.

Ao buscar conhecer as experiências operárias, esta pesquisadora experimentou a sensação de mergulhar num passado a que ela própria pertencia, pois sua mãe trabalhou nessa fábrica, e ela mesma lá esteve presente diversas vezes. Por essa razão, nosso estudo se coloca no terreno da História do Tempo Presente, sobre o qual cabem alguns comentários. Trabalhar nesse campo é um grande desafio para o historiador, que verá colocado em questão seu rigor teórico-metodológico, uma vez que, nessa esfera de produção de conhecimento, ele desempenha ao mesmo tempo as funções de pesquisador e de testemunha ocular dos acontecimentos estudados. Essa dupla condição foi motivo para questionamentos oriundos de outras áreas de pesquisa histórica, fundamentados na preocupação com o distanciamento em relação ao objeto, sobre os quais Chartier (1998) comenta:

Para os historiadores dos tempos consumados, o conhecimento histórico é uma difícil operação de tradução, sempre uma tentativa paradoxal: manifestar sobre o modo de equivalência um afastamento irreduzível. Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele constrói (CHARTIER, 1998, p. 216).

Para Chartier, o que parece um problema acabou se tornando algo positivo, considerando-se que o pesquisador do tempo presente tem a compreensão do contexto em que está inserido seu objeto de estudo. Poderíamos acrescentar, de nosso lado, a esse respeito, que o trabalho com temas do tempo presente pode se dar, em certos casos (como é o desta pesquisadora), acompanhado de um conhecimento prévio de alguns *significados* do chamado “objeto” de estudo. Esse conhecimento, aliás, pode ser, como no nosso caso, a própria motivação para a pesquisa. A presença da fábrica e de seus trabalhadores na cidade adquiriu significados próprios para esta pesquisadora, amalgamados em difusas percepções subjetivas. Em outras palavras, o tempo presente traz em si o próprio estímulo à busca por sua compreensão, por meio do interesse que desperta naqueles que, direta ou indiretamente, a ele estão ligados por sua experiência de vida.

Ressaltando outro aspecto do problema metodológico colocado para o historiador do tempo presente, René Rémond (1998) adverte quanto ao engano de se imagi-

nar que o trabalho nesse terreno apresente maior facilidade e que qualquer um seja capaz de fazê-lo:

Vale lembrar que essa história exige rigor igual ou maior que o estudo de outros períodos: devemos enfatizar a disciplina, a higiene intelectual, as exigências de probidade. Eis uma linguagem que cumpre divulgar e que é tanto mais necessária e oportuna porquanto a sociedade que nos cerca e nosso tempo exercem uma pressão a favor da história do tempo presente (RÉMOND, 1998, p. 206).

Cabe reconhecer, por outro lado, que *história do tempo presente* não representa um conceito fechado nem conta com balizamentos temporais fixos. Estamos longe de um consenso conceitual sobre isso. Uma boa apresentação das dificuldades em torno do assunto é o artigo de Regina Beatriz Guimarães Neto (2014). Transcrevendo a visão de Reinhart Koselleck, a autora diz:

Contrariamente às pretensões generalizadoras e naturalizações de toda sorte, a denominação ‘tempo presente’ nos escapa por entre os dedos é de difícil apreensão. Tal denominação se transforma, troca de conteúdo, experimenta novas formas de ser ‘presente’. São significados novos que se integram aos já conhecidos, num movimento de concreção, adensamento ou materialização³ [...] (GUIMARÃES NETO, 2014, p. 35-36).

Numa avaliação provisória que gostaríamos de registrar aqui, História do Tempo Presente assume o lugar, na prática, de uma rubrica sob a qual se agregam pesquisas com recorte temporal mais ou menos próximo do tempo de vida de seus autores (por essa mesma razão, parece-nos impossível propor limites temporais para essa história: o “tempo presente” dos que criaram o Instituto do Tempo Presente, na França em 1978, não é o mesmo de pesquisadores jovens que iniciem hoje suas carreiras: e, admitido o mencionado critério, estes últimos poderão reconhecer o tempo desses fundadores como tempo presente?). Assim se dá na própria coletânea de que faz parte o texto da autora que acabamos de citar. A obra agrega trabalhos sobre o cinema e a construção da memória sobre a época de Jango, a resistência estudantil durante a Ditadura Militar no final dos anos 1970, a lei da Comissão Nacional da Verdade, no início da presente década, e outros temas situados entre as décadas de 1940 e 1980. Em comum, como se nota, o fato de que esses temas têm sensíveis implicações políticas no presente.

Deste modo, reconhecendo a dificuldade conceitual e a necessidade de seu enfrentamento, mas nos abstendo de uma opção mais precisa, que não consideramos prudente fazer no momento, contentamo-nos provisoriamente em nos situar sob a mencionada rubrica pelo simples fato de que nossa pesquisa também se refere a um

³ Ao trabalhar o tema, a autora cita Reinhart Koselleck em seu trabalho “*Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*” (2001).

tempo com o qual temos familiaridade, seja porque nossa própria memória o alcança, seja porque é abrangido pela memória de pessoas de nossa família. Por esse motivo, para nós, “o tempo da Tecejuta” (como às vezes se referem as pessoas de Santarém ao período que estudamos) está bem *presente*, o que se dá também porque os temas que discutimos têm, acreditamos, implicações sensíveis nos debates sobre temas relevantes para as pessoas que vivem hoje. Voltaremos a discutir os problemas metodológicos relacionados ao conceito de tempo presente mais á frentes neste capítulo.

A MEMÓRIA OPERÁRIA E A CIDADE DE SANTARÉM

O relato que nos serve de epígrafe neste capítulo alude à montagem da Fábrica de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, a Tecejuta. Para compreendermos o que representou a construção da fábrica em Santarém naquele momento, precisamos voltar nossa atenção para o contexto sócio-histórico em que sua idealização e montagem se colocou.

Nos relatos dos trabalhadores, observamos a forte impressão que a construção da fábrica ocasionou na memória da população que vivia no local. O que pode explicar isso? Mesmo hoje, a construção de um grande edifício em Santarém ainda é motivo de atenção e discussão, pois a cidade conta com poucos prédios, mas não pode haver comparação com as dimensões infinitamente maiores que a construção da Tecejuta representou.

Para entender-se tal magnitude, é preciso levar em conta o ambiente urbano de Santarém na época e, desta forma, parece conveniente estabelecer uma referência espacial melhor: apesar da expansão da área urbana já ter começado a acontecer num ritmo maior que no passado, mantinha-se entre os habitantes o entendimento antigo, mas ainda bastante adequado naquele momento, de que a cidade era formada por apenas dois grandes bairros: Prainha e Aldeia. Pode-se ter uma ideia do cenário urbano do município até a década de 1970 por meio de alguns trechos de entrevistas com ex-trabalhadores da Tecejuta, que citamos a seguir:

1. A nossa casa era uma casinha de palha, com paredes de palha, coberta de palha, toda a casa era de palha. Era chão, não tinha piso, era na terra. E a casa dos vizinhos também era assim. E depois lá na Rosa Passos, não tinha luz, não tinha água. Quem vê a distância pode até não acreditar, mas a gente ia buscar água na praia da Tecejuta, e trazia de cambão, um pau com uma lata na frente outra pra trás, e menino pra dar banho. A gente levava as crianças pra dar banho, as roupas pra lavar e já trazia a água pra fazer comida e beber.⁴
2. A casa da minha avó era toda de palha, naquela época. As portas eram feitas daquela palha preta chamada japá. Naquela época, a maioria

4 Maria Arlequim, 60 anos, tecelã. Entrevista realizada em 24 jun. 2015.

[das casas] era feita daquele barro, que fazia aqueles quadrados de pau, aí fazia aquele barro e botava, não é como hoje que é tijolo, e era coberta com palha.⁵

3. A nossa segunda casa era de madeira e coberta de cavaco, aí eu já trabalhava na Tecejuta, eu já podia ajudar, aí meu irmão foi pro 8º BEC [Batalhão de Engenharia de Construção], foi o primeiro ano do 8º BEC, e ele passou, comprou a madeira pro papai e as tábuas, aí eu comprei os cavacos, eu não ouvia falar em telhas naquela época, acho que não vinha pra cá essas telhas. A maioria das casas eram de palhas, de madeiras, cavacos e chão.⁶
4. Minha casa era de madeira, não tinha água, nem luz [...], a casa era coberta de cavaco e nosso quintal era fechado, a gente vinha lavar roupa aqui no porto. A gente ia pegar água no campo do São Francisco, trazia a água no cambão.⁷

Assim, no bairro da Prainha, onde ficava a fábrica, instalada na beira do Tapajós, rio que margeia a cidade, a maior parte das casas populares era de pau-a-pique, sem água encanada nem luz elétrica. Nessas condições (e no bairro *Aldeia*, o cenário era o mesmo), o tempo dos trabalhadores, em muitos casos, era determinado, não pelo relógio, e sim pelo ritmo da natureza*:

Nesse tempo não tinha luz elétrica, nem água encanada. Quando eu acordava, que eu olhava assim por uma fresta de casa (que a minha casa era de palhinha e enxergava tudo pra fora), quando era aquela noite assim clara, eu achava que era que estava amanhecendo, aí eu tomava banho, tomava um cafezinho e me mandava na carreira para a Tecejuta.⁹

Sobre o aspecto do ambiente urbano de Santarém até a década de 1970, são expressivos também os testemunhos da elite letrada, a que temos acesso por meio das matérias veiculadas na imprensa, como a que circulou em *O Jornal de Santarém* em meados dos anos 1960:

Garimpendo pelo Passado

Santarém, a nossa querida cidade, cresce vertiginosamente da noite para o dia. Onde vai aquela duziuzinha de ruas e travessas que, ainda não há muito tempo, compunham a cidade tapajônica?

Hoje as vias públicas já se contam por dezenas, talvez beirando o primeiro cento. No recenseamento de 1940 nós não passávamos de 7.527 bocas para devorar as magras rezes abatidas no matadouro municipal. Dez anos depois, isto é, em 1950, já éramos 14.604 e em 1960, 24.924. Pelos cálculos

5 Alcicleia Santos, 72 anos, costureira. Entrevista realizada em 20 set. 2015.

6 Maria Arlequim, 60 anos, tecelã. Entrevista realizada em 24 jun. 2015.

7 Teodora Castro, 73 anos, tecelã. Entrevista realizada em 15 mar. 2012.

8 A adoção desta perspectiva guarda forte inspiração da leitura de um clássico ensaio de Thompson (1998).

9 Odicleia Antunes, 67 anos, tecelã. Entrevista realizada em 02 out. 2012.

oficiais já andamos pela casa dos 45 mil, mas temos certeza de que o IBGE vai apanhar uma surpresa no próximo recenseamento de 1970 quando constatar o tremendo salto que Santarém – a cidade – deu no sector demográfico. Se não alcançarmos os 80 mil andaremos perto...

Um fato, entretanto é de verificar e lamentar. Enquanto a população aumenta, não acontece no mesmo ritmo o aumento das habitações para abrigar esse povo. Há falta de casas na cidade. O índice de construções, inclusive de barracas, não alcança ainda a média de 3 por semana...

A mão de obra e carência de material, impedem o progresso da cidade no sector habitacional [...] porque em Santarém não existe olaria [...] apenas duas olarias em miniaturas, que não produzem para o décimo das encomendas [...] agora importamos do estrangeiro tijolos e telhas para as construções citadinas.¹⁰

Raríssimas eram as casas construídas de alvenaria, pois a cidade não dispunha desse material. A maior parte dos tijolos e telhas tinham que ser trazidos de outros locais, de barco, e esta era a razão pela qual eram considerados muito caros. Pode-se ainda observar o padrão mais comum das casas do município nas imagens exibidas a seguir, também extraídas da fonte jornalística da época.

Imagem 01:
Habitações Populares em Santarém 1



Fonte: *Jornal do Baixo-Amazonas*, nº 34. Santarém, 3 de março de 1979.

10 *O Jornal de Santarém*, Ano XXVI, Nº 1260, Santarém, 08 out. 1966.

Imagem 02:
Habitações Populares em Santarém 2



Fonte: *Jornal do Baixo-Amazonas*, nº 40. Santarém, 09 mar. 1979.

Nessas imagens, que atestam uma continuidade, dez anos depois, do cenário urbano na década de 1960 descrito pelo texto anteriormente citado, encontra-se uma confirmação do que também se registrou profusamente nas entrevistas com os trabalhadores a respeito da cidade. Diante dessas falas, pode-se fazer uma ideia do contraste que, em tal cenário, representava a construção da Tecejuta e a importância dessa fábrica para os moradores de Santarém e até mesmo para as cidades vizinhas, visto que muitos dos seus trabalhadores tinham vindo das redondezas.

TORNANDO-SE UM OPERÁRIO DA FÁBRICA: MEMÓRIAS COMPARTILHADAS DA CIDADE

Quando o trabalhador entrava na fábrica, era como aprendiz; só mais tarde é que se tornava operário, de modo que tinha dificuldades de adaptação nas máquinas. O ritmo de trabalho na fábrica era totalmente diferente de suas experiências passadas, pois os trabalhos na cidade nesse período não exigiam esse rigor de produção e essa agilidade determinadas pela máquina. O processo de adaptação não era fácil para os trabalhadores, que na maioria vinham de experiências de profissões autônomas, como, por exemplo, pescadores, lavadeiras e carregadores do porto, enquanto outros viviam dos chamados “bicos”¹¹.

No interior da fábrica, Assim, tempo e produção se imbricam e se fundem, passando a reger toda a disciplina do trabalho e, desta forma, o relógio se torna o instru-

11 Trabalho esporádico, apenas para a subsistência ou complemento de renda.

mento por excelência para aferir e controlar o ritmo da produção. Conforme explica Thompson (1998), num trecho em se refere ao trabalho na colheita de cereais, o qual porém se aplica sem dúvida ao trabalho fabril, isso implica uma alienação do tempo, relacionada à monetarização deste último:

Essa medição [do tempo] incorpora uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve usar o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa tempo e sim o gasta (THOMPSON, 1998, p. 272).

Os estudos de Thompson sobre a Inglaterra, ao levantar várias questões sobre a disciplina do trabalho, principalmente a questão do controle do tempo e a sacralização do relógio, possibilitam pensar como esse instrumento agia na vida dos operários. Na Tecejuta, o relógio, assim como o cartão de ponto e o apito da fábrica, marcando a hora de entrada, os intervalos e as saídas, ditavam o ritmo da produção, e por isso eram instrumentos supervisionados rigorosamente pelos vigilantes da fábrica. No interior das próprias máquinas da Tecejuta, existiam relógios que contavam em quanto tempo cada operário fazia sua produção.

Entrar em uma forma de trabalho disciplinada e pautada pelo ritmo da máquina causava estranhamento para os trabalhadores recém-ingressos na Tecejuta, o que se pode notar, por exemplo, no depoimento de Moaçara Campos:

Quando eu cheguei lá, fiquei numa mesa vendo o pessoal puxando fio [...]. De lá, quando foi um dia, eles disseram: “O pessoal que entraram novato, agora vão pra tecelagem”. Me colocaram com uma senhora, eu era aprendiz, aprendi a dar nó mesmo; aí, sabe? “Já, agora é aqui!” Aí fui pra colocar espola na lançadeira, pra ligar a máquina, e eu só olhando. Uma vez a mulher ligou e eu custei a puxar o dedo e a alavanca levou, tam! Aí foi, acho que passei uns dois meses até aprender, quando arrebatava, oh, meu Deus! Dava vontade de sair mesmo, de desistir: ai, vou sair daqui que eu não aguento mais.¹²

A mesma pergunta foi feita a Jurema, que narrou sua experiência:

A primeira vez quando eu entrei, é uma sensação estranha, esquisita. Eu pensei: ‘Meu Deus, como as pessoas operam isso aqui?’ Coisa de outro mundo. Depois de um mês eu era um zumbi ali dentro, mexia toda aquela máquina, porque eu sempre fui curiosa, né?¹³

As falas de Moaçara e Jurema nos proporcionam uma noção do tempo que os

12 Moaçara Campos, 70 anos, tecelã. Entrevista realizada em 11 mar. 2015. Questão que gerou o depoimento citado: *Como foi sua chegada à fábrica?*

13 Jurema Cardoso. 62 anos. Entrevista realizada em 04 jan. 2016.

trabalhadores precisaram, como aprendizes, para atingirem um nível mínimo de produtividade: “acho que com três meses eu comecei a produzir na produção”; “depois de um mês eu era um zumbi ali dentro, mexia toda aquela máquina...”

Seguindo com as entrevistas com os ex-operários, encontramos Nonato Serra, que trabalhou na fábrica no período de 1966 a 1977, é da Comunidade do Mururu e cujos pais eram lavradores. Veio para Santarém para estudar, mas não quis “saber do negócio de estudo”. Ao ser perguntado sobre como se tornou operário na Tecejuta, descreveu:

Entrei na Tecejuta como braçal [...] Aí um dia eu tava na vassoura, limpando, limpando, aí o Peter, que era o chefe geral, ele era engenheiro, me chamou. “Ei!”, e aí já falava um pouco brasileiro né? [Esse funcionário era inglês, e era responsável pelo bom funcionamento das máquinas que, como já se disse, eram também e origem britânica] Aí me chamou, aí eu fui, “Pô, será que ele vai me dar minhas contas?”. Aí eu fui muito triste assim. Aí ele disse: “Ô, não quer aprender uma profissão?” Aí eu disse: “Era o que eu mais queria na minha vida”. “Então vai trabalhar com João Silva lá na usina, na casa de forças”. Aí larguei a vassoura e fui pra lá, [...]. Foi o tempo que surgiu uma boca na caldeira. O rapaz deu um nó e dispensaram ele, aí eu comecei a trabalhar na caldeira. Aí Peter disse assim: “Tem noventa dias, se passar fica, se não, vai pra vassoura de novo”. Aí eu peguei o manual da caldeira com um amigo e comecei a ler, isso aqui, essa parte, aí com três meses já comecei a trabalhar sozinho.¹⁴

Serra nos explica a operação da caldeira com entusiasmo, procurando mostrar a importância de seu trabalho na empresa. Segundo nos informou, apenas um trabalhador em cada turno operava a caldeira.

Em sua narrativa, Serra ressalta a importância da caldeira para o galpão principal: “ela era responsável em dar vapor para engomadeira, para calandra e fazer a chamada do pessoal”. Essa chamada se dava através de um apito, sobre o qual explicou o funcionamento: “Tem muito vapor na caldeira; então você chega lá, puxa uma corda aqui, aí a sirene apita lá: ‘xãããããã’. Essa sirene vai numa distância assim, quase no final da cidade. Aí tudo por lá tinha gente que vinha trabalhar, né?”¹⁵. Como se nota, por meio da sirene, a fábrica expandia sua presença por toda a cidade.

As lembranças de Nonato Serra sobre o apito da Tecejuta acabaram estimulando a memória que esta pesquisadora guarda do tempo da fábrica: o barulho da sirene, a que ele se reportava, também fazia parte de nossa memória pessoal. Esse elemento pertence à memória individual desta pesquisadora, porém integra ao mesmo tempo a memória coletiva da cidade, pois a sirene fazia parte da vida não apenas dos traba-

14 *Idem.*

15 *Idem.*

lhadores da Tecejuta, mas dos santarenos em geral, que a ouviam em seu cotidiano e a tinham como referência em sua gestão do tempo.

A sirene descrita por Serra e reconhecida pela pesquisadora serve de mote para que aqui se faça referência a uma das características fundamentais do trabalho com a História Oral, qual seja, o compartilhamento da memória, na História do Tempo Presente. O que se quer enfatizar, é que, muitas vezes, durante a entrevista, o entrevistador assume dois papéis: o de historiador e o de testemunha do objeto que estuda. Há, portanto, “uma relação física entre o historiador e seu tema, o historiador e seu tempo”. Deve o pesquisador, contudo, manter uma atitude de rigor científico. Esta é, na verdade, uma relação complexa, na qual se coloca “uma nova relação entre cientista e seu campo de investigação” (CHAUVEAU; TÈTART, 1999, p. 30).

Como observam Chauveau e Tètart, o historiador do Tempo Presente está em uma “imersão com seu tema”. Isto não quer dizer que os demais historiadores não se relacionem também dessa forma; porém, há um diferencial: Enquanto o primeiro tem uma relação *física* com a realidade estudada, o segundo “deve recompor uma realidade que lhe escapa fisicamente. Não é senão no presente, por reverberação de sua relação no presente, que pode (re)conhecer ou imaginar aquilo de que fala investindo-o de uma presença física do ‘real’” (CHAUVEAU; TÈTART, 1999, p. 31).

Dessa forma, o historiador do Tempo Presente deve aceitar essa imersão, considerar o fato de sua subjetividade na abordagem daquilo que estuda e, a partir dessa aceitação, manter o rigor científico de sua pesquisa. Tal rigor não exclui a subjetividade, pois ela é uma condição necessária do ofício do historiador, tal como escreve Bédarida:

Se o historiador deve manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo e proceder com discernimento e rigor, nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquiva: uma renúncia. Pois nele existe apenas uma consciência de homem (BÉDARIDA, 1998, p. 227).

Para além da referência à história do tempo presente, considerando especificamente aquilo que diz respeito à imersão do pesquisador em seu tema quando escreve sobre um objeto do qual ele mesmo *faz parte*, temos também como referência a obra de Raymond Williams (2011), um estudioso que não se colocava como historiador do tempo presente. O autor afirma:

[...] ainda que frequente e necessariamente ele [o historiador] adote procedimentos impessoais de exposição e análise, há sempre, por trás de tudo, um ímpeto, um engajamento pessoal (WILLIAMS, 2011, p. 14).

Em sua obra *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*, Williams buscou em suas memórias e de seus familiares narrativas que, ao serem colocadas em diálogo com os poemas literários ingleses do período pesquisado, possibilitaram uma análise

das transformações nas relações entre campo e cidade na sociedade inglesa entre as épocas Moderna e Contemporânea. As referências em que se fundamenta para tais estudos estão como que entrelaçadas com as próprias experiências cotidianas do autor, nascido no campo, numa região entre Inglaterra e País de Gales. Ele viu concretamente as transformações nas comunidades e nas suas formas de vida. Como nos conta, em seu trajeto de ônibus ele percorria os caminhos marcados por essas mudanças:

A trinta quilômetros da aldeia, no final de uma linha de ônibus, havia, de um lado, uma antiga cidade com uma catedral; do outro, uma antiga cidade de fronteira que era um centro comercial; mas a apenas alguns quilômetros dali surgiam as primeiras cidades e aldeias da grande região produtora de carvão e aço do sul de Gales. Antes de ter lido qualquer descrição ou interpretação das mudanças e variações das comunidades e formas de vida, eu as vi concretamente, em ação, com uma clareza inescusável (WILLIAMS, 2011, p. 15).

Suas análises da dinâmica das transformações do espaço no transcorrer do tempo, mostrando as realidades sociais tanto do campo quanto da cidade, foram feitas a partir de sua percepção pessoal do lugar em que se encontrava no momento, consciente de que suas próprias experiências estavam atuando na compreensão da transformação espaço social. É o que parece expressar o poético trecho abaixo:

Um cão está latindo – latido de cão acorrentado – atrás do celeiro de amianto. Presente e passado; aqui e muitos lugares. Quando há perguntas a formular, empurro minha cadeira para trás, olho para meus papéis e *sinto* a mudança (WILLIAMS, 2011, p. 21. Grifo nosso).

Em sua abordagem, que articula história social, literária e intelectual, Williams articula também *estrutura* e *sentimento*. Sentimento dos atores cujas histórias ele acompanha e o seu próprio sentimento a respeito das mudanças e permanências no espaço natural e humano no qual ele está presente desde a infância. Mesmo que não de forma explícita, a articulação, ou, mais expressivamente, o *entrelaçamento* entre essas duas referências – estrutura e sentimento – atravessa todo o livro *O campo e a cidade*. O trecho seguinte, também intensamente poético, é expressivo nesse sentido:

A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história da família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões (WILLIAMS, 2011, p. 21).

Como se sabe, Williams foi membro do britânico Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, juntamente com Richard Hoggart, Edward Thompson e Stuart Hall. O trabalho desses pesquisadores, que buscaram repensar a ideia de cultura, nos inspiraram a (e trouxeram indispensáveis referências para) pensar a *cultura operária* dos trabalhadores da Tecejuta.

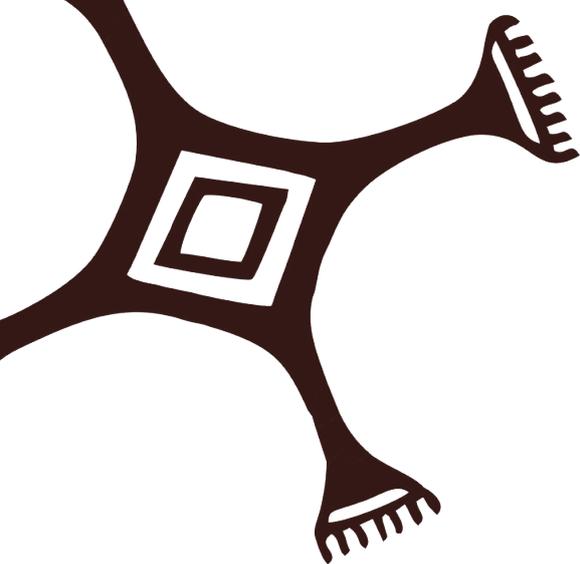
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da Tecejuta na cidade trouxe mudanças não apenas nos aspectos socioeconômicos do município. Ao incorporar um significativo contingente de seus moradores pobres no processo de trabalho fabril, também criou condições para importantes alterações no âmbito cultural. Em síntese, podemos afirmar que a fábrica “produzia” mais que a sacaria de juta; sua presença na cidade suscitou um outro tipo de comportamento nas mulheres e nos homens que trabalhavam ali, visto que estavam inseridos numa dinâmica que implicava uma outra “lógica” de comportamento. Por essa via, a cidade foi ganhando novos agentes sociais.

Portanto, a cidade de Santarém revisitada através das memórias da Tecejuta, ganhou novos significados, pois foram pensados a partir do presente dos antigos trabalhadores e da memória guardada nos documentos escritos.

REFERÊNCIAS

- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In*: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- CHAUVEAU, Agnès; TÈTART, Philippe (Org.). **Questões para a História do Presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. *In*: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. *In*: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. Tradução: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



ETNICIDADES, NACIONALISMOS, MODOS DE VIDA E LUTA EM CIRCUITOS MARAJOARAS

*Luís Alberto Freire dos Santos Filho*¹

INTRODUÇÃO

As três décadas que seguem os anos de 1840 marcam um período de transformações no cenário amazônico, formado a partir da interação com contextos globais, o qual passa a estruturar as bases para vários paradigmas serem estabelecidos, ganhando espaço e poder, vislumbrados aqui nas experiências das populações locais, culminando a partir de 1870 naquilo que convencionou-se chamar de período da *Belle Époque* na região.

Com o fim dos tempos de guerra que assolaram a toda a província em 1835, e os inúmeros focos de resistência e massacre que se espalharam por toda a região até 1840, quando a vitória sobre os “revoltosos cabanos” foi enfim decretada pelo Império Brasileiro, percebe-se paulatinamente a retomada das populações locais – mulheres e homens – em suas atividades cotidianas, nos seus modos de vida, suas trocas comerciais e o reestabelecimento de práticas religiosas, suas celebrações, bem como suas lutas frente às relações desiguais estabelecidas entre estas e as elites locais e com o próprio aparelhamento do Estado nos confins das Amazônias. Do outro lado, percebe-se que com o fim da insurreição cabana há uma maior urgência do Estado Imperial em demonstrar sua presença nas comunidades, cidades, vilas e freguesias do norte da província, as quais tão distantes geograficamente da capital do Império parecem estar carentes de uma presença mais consolidada deste, seja por meio das ações diretas de suas instituições, seja através de uma influência epistemológica (pela instrumentalidade das instituições) no que tange ao estabelecimento de novas concepções e construções de identidade destas populações junto ao estado brasileiro, simbolizado na figura do Império. As políticas nacionalistas e todo o processo ufanista em relação

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGPA) com ênfase em Antropologia Social. Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Pará (FAV/UFGPA).

à pátria que marca este período são presentes nestes espaços, que funcionam como zonas de contato, nas cidades amazônicas do período.

Destaca-se no cenário apresentado a relevância e influência que a Amazônia Marajoara (SILVA; NEVES; PACHECO, 2011), a partir dos seus sujeitos e das interações culturais, políticas e sociais que produzem, desempenha neste processo. O “*Corazón de la Amazonía*”, como já foi interpretado o arquipélago pelos padres agostinianos nas primeiras décadas do séc. XX (SARRAF-PACHECO, 2009), entre campos e florestas que formam a região, revela a grande importância que este possuiu historicamente ao servir como um estratégico ponto de refúgio, ajuntamento e sobrevivência às populações excluídas e perseguidas em sua liberdade pelo processo de dominação imposto pelo colonizador. Conforme nos apresenta Bezerra-Neto (2000), Vergolino-Henry & Figueiredo (1990), o arquipélago possibilitou o trânsito de diversos grupos, em especial negros escravizados, que buscavam sua liberdade percorrendo a região para alcançar lugares mais distantes de seus alçozes, seja rumando ao norte (Guianas) como para o oeste (alcançando as regiões mais distantes da capital) da Amazônia, fugindo da escravidão. No período da Cabanagem, com a derrota dos cabanos e seu domínio na província, coisa semelhante aconteceu após diversas lideranças da causa e insurgentes retirarem-se em fuga para locais mais afastados, estendendo assim a conquista completa do território pelo Império para quase cinco anos depois da tomada da capital da província, com a repressão dos últimos focos de revolta somente em 1840.

Nestes espaços – homens e mulheres, índios, negros e brancos – compartilharam afetos, sociabilidades e disputas de interesses, integraram-se nas comunidades e cidades já existentes ou agruparam-se e formaram outras, seja a partir de aldeamentos, mocambos ou quilombos.

Convém destacar o importante e vasto material já desenvolvido por diversos pesquisadores nos campos da Antropologia, da Sociologia, dos Estudos Amazônicos de um modo geral e, em especial, da História, no sentido de recuperar uma diversidade de práticas, modos de vida e de luta compartilhados por mulheres e homens que cruzaram os Marajós em suas existências, assim como patrimônios e instituições que traduzem o momento histórico aqui abordado.

A diversidade das fontes utilizadas na escrita de uma historiografia da região permite-nos desvendar de um modo cada vez mais rico e complexo as teias de significados que compõem a cultura de sociedades pretéritas marajoaras (GEERTZ, 1989). A análise dos ofícios, relatos de viajantes, literatos e missionários que desbravaram os Marajós em campos e florestas, permitem-nos enxergar outras possibilidades de investigação, já utilizadas de modo secundário, mas que poderiam ser aprofundadas como fonte singular no que diz respeito ao estudo discurso construído sobre as so-

iedades marajoaras pelas elites (locais ou não) pela instrumentalidade de meios de comunicação ao alcance dessas próprias comunidades². Foi deste modo que desembarcamos no campo do discurso e da Imprensa em terras amazônicas no pós-Cabangem, na província do Pará. Como nos orienta A. Thomson (1997, p. 1957), aqui unindo História e Antropologia, partimos rumo a estas novas experiências de pesquisa, sabendo que estas “ampliam constantemente as imagens antigas e no final exigem e geram novas formas de compreensão”. E conforme orienta E. P. Thompson, ao pesquisar a partir de experiências históricas, despojamo-nos das ‘determinações’ contidas em modelos e estruturas, para alcançar os agentes da construção histórica (ALVES; ARAÚJO, 2013).

Sabendo da relevância dos escritos jornalísticos no período, ao passo que os periódicos mostravam-se como fundamentais veículos de comunicação e transmissão de ideias e valores comuns à época, buscamos neste ensaio trabalhar com estas fontes, isto é, os periódicos publicados na região entre os anos de 1840 a 1870, sabendo que por trazerem o caráter oficioso das notícias ali vinculadas são meios de propagação dos ideais construídos pelo Império e pelas elites nacionais/locais, tendo em vista que os jornais apresentavam um amplo alcance da população na época. Mergulhamos nestas fontes sabendo que, como nos apresenta Calonga (2012), não podemos olhar para tais periódicos como um mero veículo neutro dos acontecimentos, pelo contrário, devemos analisar e evidenciar nos jornais os seus usos como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, deste modo, os discursos analisados não devem ser restringidos apenas a um conjunto de palavras, mas sim como reveladores dos níveis das relações sociais e os papéis políticos existentes no grupo estudado.

Partimos assim aos registros e relatos sobre o arquipélago presentes em páginas de jornais, questionando de que modo foram estabelecidos os fundamentos das configurações socioculturais e de identidade evidentes neste momento histórico. Como as cidades e os sujeitos marajoaras são neles representados? As interações entre indivíduos e as relações de poder e resistência ali presentes, de qual modo possibilitam (ou são forçadas a fazê-lo) a/na implementação dos ideais necessários ao propósito da construção da nação? Neste sentido, o presente trabalho objetiva investigar os processos que fundamentaram a construção de uma identidade nacional na região, evidenciando nestes as experiências locais, trazendo, na medida em que se tornam claras, os problemas presentes na escrita do próprio narrador/jornalista nos veículos da Imprensa, em suas leituras/interpretações/escritas sobre as experiências vividas em contextos marajoaras.

2 Ao escrever sobre a conquista marajoara pelos europeus e a ‘presença’ da África nos Marajós, Sarraf-Pacheco (2010) inicia seus ensaios apresentando um relevante estado da arte sobre os principais intelectuais e historiografia sobre o tema, dentre os quais alguns aqui já apresentados.

O Jornal *Treze de Maio*, que trabalharemos aqui, foi um periódico impresso na tipografia de Santos & Menor e Santos & Irmãos. Foi fundado por Honório José dos Santos, substituiu o jornal “Folha Comercial do Pará”. Saiu de circulação em 31 de outubro de 1862. Encontra-se disponível no setor de microfilmagem da Biblioteca Pública Artur Vianna da Fundação Cultural Tancredo Neves, em Belém, e também na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Seu título faz referência ao dia 13 de maio de 1836, dia em que as “forças legalistas” chegaram a Belém, liderados por Soares de Andrea a fim de suprimir o movimento cabano na capital, o que é visto com grande louvor por seus proprietários, pois se tratava de um jornal pró-Império como se observa nos anos de 1840 e 1854:

Nem um titulo nos parece mais adequado de que o de = TREZE DE MAIO = desse dia memoravel nos faustos da historia em que a Legalidade conseguiu trienfar dos desastrozos feitos e negos planos da rebeldia, a poderando-se da capital da província³.

Seja nos só licito levantar huma voz de regozijo neste feliz anniversario de nossa salvação, eqnsagrando-lhe os nossos costumados applausos, aos quaes nunca poderemos faltar, sem fazer notável violência aos sentimentos de nosso coração. O’ TREZE DE MAIO, possas nunca passar desapercibido entre nós. Possa o teu alrno despontar volver mil vezes feliz; despertando a grata recordação dos benefícios, que trouxeste com triumpho da Lei contra o furor da anarchia⁴.

A proposta que trazemos ao utilizar este periódico é que, a partir da ideia de “descrição densa” em Geertz (1989) e, munido dos discursos construídos sobre as cidades marajoaras pela perspectiva institucional e estatal do *Treze de Maio* tentamos tecer por meio de um evento representativo – uma festa em comemoração ao consórcio de D. Pedro II e D. Tereza Cristina realizada na vila de Chaves, em 1843 –, a construção da ideia de nação no contexto marajoara do séc. XIX e de qual modo, ampliando sobre outras realidades evidenciadas no periódico em destaque, a partir deste evento, se percebem os fundamentos destas novas/outras configurações socio-culturais e de identidade evidenciados no episódio histórico analisado. Deste modo, buscamos as etnicidades de grupos invisibilizados no registro documental, mas que estão presentes ainda que de modo latente nos silenciamentos das narrativas expostas aqui, buscando revelar seus modos de vida e luta, suas negociações e táticas frente a um processo homogeneizante e reducionista que ali já se evidencia nos primórdios de um projeto de construção de uma identidade nacional, continuidade do processo de colonização.

Julgamos importante neste trabalho a contribuição dos intelectuais da História Social, os quais fundamentados em uma leitura crítica sobre o mundo do trabalho e

3 *Treze de Maio*, nº 1, 13 de maio de 1840.

4 *Treze de Maio*, nº 330, 13 de maio de 1854.

sobre sujeitos historicamente invisibilizados nos auxiliam na compreensão de categorias analíticas verificadas em nossa pesquisa documental das cidades marajoaras que podem ser melhor elucidadas ou alvo de comparações e problematizações (FENELON, 1994). Seguindo esta linha, os Estudos Culturais, como campo epistemológico mostra-se muito importante em nossa análise, tendo em vista seus avanços em deixar os reducionismos e as dicotomias na análise de grupos humanos, para evidenciar as trocas, as relações de resistência, negociação e percepção ainda que sempre desiguais e distintas, evidenciam as táticas e a agência dos grupos inferiorizados frente às ações de domínio das classes hegemônicas.

Este trabalho divide-se em três partes. Na primeira buscamos contextualizar e apresentar brevemente o cenário das cidades marajoaras e o próprio festejo ocorrido na vila de Chaves, evidenciando aqui as situações reveladas na narrativa por intermédio do periódico que são observáveis ao nos debruçarmos em uma análise do festejo em prol do Império Brasileiro. No segundo momento, confrontamos as táticas de poder entre as elites locais e o estanho nacional, apresentados nos discursos da celebração, especialmente com as atividades ali realizadas e a forma como tais acontecimentos foram descritos no jornal, trazendo neste momento as contribuições dos Estudos Culturais e de Franz Fanon que nos ajudam a pensar nesta realidade. Por fim, sintetizamos as ações colonizadoras comungadas entre as elites nacionais e autóctones, a partir de um poema recitado na festa, onde examinamos a vila de Chaves como um espaço de contato entre diversos sujeitos e culturas, onde a subjugação de saberes e sensibilidades de mundo locais, oriundas de sociabilidades entre índios e negros, é feita para dar lugar a identidades nacionais e sensibilidades outras, de códigos distintos daqueles experimentados pelas populações marajoaras. Conclui-se apresentando outros pontos de partida para a pesquisa, no que concerne aos novos caminhos que a pesquisa trilha, especialmente em buscar outros sujeitos e outros discursos construídos na vasta gama de periódicos publicados no período na/ sobre a região.

IDENTIDADE NACIONAL, ETNICIDADES E ZONAS DE CONTATO NAS MARGENS

A construção de que a ideia de nação não se sustenta por si mesma, porém é sustentada por estruturas menores, que trabalham para construir/manter uma imagem homogênea de nacionalidade é uma das principais considerações abordadas por Mauss em seu ensaio sobre a Nação (MAUSS, 2017), e que cabem em nosso contexto estudado particular atenção. A integração o qual a construção de estado-nação infere não se dá em moldes “naturais” ou mesmo óbvios. Não são construídos tão somente pelos aspectos geográficos ou mesmo étnicos, mas sim por uma série de ações realizadas por um grupo que detentor de poder no sentido de ampliar diversas particularidades entre os grupos a ponto de possibilitar comportamentos comuns, que geram

‘unidade’ entre eles, bem como circunscrevem outros com o objetivo de distinguir aqueles que são “nós” dos que são “outros”.

Neste sentido, mostra-se representativo e relevante o caso que trazemos como estudo para esta questão. Na publicação do dia 17 de janeiro de 1844 os redatores do *Treze de Maio* trazem o bosquejo, um esboço, de um festejo público celebrado na Vila de Chaves por ocasião da declaração do consórcio de S. M. I. , D. Pedro II com Dona Tereza Cristina.

A Câmara Municipal da Vila de Chaves designou três dias para a celebração das festas em comemoração ao consórcio de D. Pedro II. Os dias, 28, 29 e 30 de dezembro de 1843 eram, nas palavras do escritor da nota do periódico, uma ocasião especial para alardear o patriotismo da pequena porção da família brasileira, isto é, a sociedade chaviense.

Sendo um aparelho alinhado aos interesses do governo, o *Treze de Maio* não apenas destacou-se como um jornal pró-Império, mais que isso, desde sua organização nos idos de 1840, é possível notar um tom de louvores e amabilidades não apenas aquilo que importava a política imperial, mas também aos seus próprios representantes, em especial a figura do jovem imperador, D. Pedro II. Cada atitude deste, fosse um aniversário ou um mal-estar (o qual os editores noticiaram enorme tristeza) e, até mesmo, seu casamento era comentado e evidenciado sempre nas primeiras páginas.

O dia 28 raiou risonho e bello, e foi saudado com uma salva real de canhão. Na frente do Quartel militar se vio tremular o Pavilhão Nacional e Imperial; e as tropas trajaraõ uniforme grande. As dez horas, os Reverendissimos Padres Vigario, e o Coadjuntor celebraraõ espontaneamente o Te-Deum, que a Camara Municipal fez enthoar; e ao qual, por convite d’ella assistiraõ a Officialidade militar, Empregados civis e *Cidadãos gradados do Municipio. Immenso povo devotamente* assistio ao hymno sacro; e, pode-se dizer, *os semblantes manifestavaõ fielmente, que os votos do coração eraõ pela ventura do Augusto Chefe da Nação, e da Imperial Familia Brasileira.* Finda essa cerimonia religiosa, a Camara, que encorporada a assistira, dirigio-se á sala das suas reunioens, acompanhada das seus convidados, e ahi o Presidente interino, (o cidadão José Clarindo Ferreira Martins) proferiu uma breve e bem concebida allocuçaõ, que concluiu com vivas á Suas Magestades Imperiaes, á Constituiçaõ Politica do Imperio, ao Exmo. Presidente desta Provincia, e áos habitantes de Chaves⁵.

A figura de um imperador progressista, mais tarde chamado de “imperador filósofo”, servia como um modelo pelo qual o país devia espelhar-se, isto é, nos rumos os quais a jovem nação independente devia trilhar. Em 1844, como diz o autor do registro da festividade em questão, a família real também representava o ideal de “família

⁵ *Treze de Maio*, n° 378, 17 de janeiro 1844. Grifo nosso.

brasileira”, realçando um caráter patriótico e nacionalista. A organização social estável de uma sociedade marcada pela presença, força e constância de um poder central, bem como a integração deste com outras formas de governo a ele subordinadas, com o povo “comum”, constituem aquilo que Mauss define como “nação” (MAUSS, 2017) “[...] uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável, permanente, fronteiras definidas, relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes, os quais aderem conscientemente ao Estado e a suas leis”. (MAUSS, 2017, p. 70).

Para o alcance de tais objetivos e a consolidação destes, Mauss expõe que no processo construção/consolidação do estado nacional determinadas crenças são impostas a fim de gerar a ideia de identidade própria destes habitantes. Identidade é uma palavra primordial na construção da nacionalidade, pois, sem um reconhecimento comum mínimo tal integração não pode ser construída. Nesse sentido, as crenças de raça⁶, língua, patrimônio e civilização são úteis para criar esta ideia. No âmbito em questão, o Império do Brasil em 1844, é a partir da família real que tais relações são expostas e do mesmo modo conquistadas. Um enlace matrimonial é um grande instrumento a fim de demonstrar tais questões.

Ainda que ao pensarmos nas ideias que dizem respeito à identidade, mostrase claro que os processos de nacionalismos subjagam uma diversidade de outros modos de vida. Aqui, elas podem ser identificadas basicamente nas figuras dos grupos indígenas e africanos, no entanto, apenas este último mostra-se registrado nas páginas do *Treze de Maio*, sendo o primeiro totalmente silenciado.

Baena (2004) em seu “Ensaio corográfico sobre a Província do Pará”, obra originalmente publicada em 1839 na mesma tipografia do periódico *Treze de Maio*, realiza um levantamento demográfico dos agrupamentos na região bastante importante. Ao mencionar a comarca de Marajó, especialmente a vila de Chaves, o historiador identifica o seguinte quantitativo: “Moram nela e seu termo 1.853 pessoas; quantidade expressiva da congregação numérica de 44 brancos, de 1.362 indianos e mestiços e de 447 escravos” (BAENA, 2004, p. 276). Que sociedade é esta que louva o Império na vila de Chaves? Em um contexto de escravidão das populações negras e de invisibilização e inferiorização dos grupos indígenas, questionamos: a quem tais ações de celebração são interessantes e quais interesses estão em jogo para além da comemoração em si?

É especialmente neste ponto que as contribuições dos Estudos Culturais tornam-se importantes como auxílio em nossa interpretação das linhas e entrelinhas do evento aqui abordado. Não nos interessa aqui, evidenciar a dicotomia entre domina-

6 Convém transplantar as concepções de raça, tal como exposta por Mauss, especialmente no cenário brasileiro do Segundo Império, no que tange aos estudos de raça que deram início neste período com o intuito não apenas verificar a variabilidade dos corpos dos nacionais, mas principalmente, o de propor hierarquização das raças e mesmo o “melhoramento” destas, seja com o discurso da necessidade de se promover o embranquecimento da população. Tais ações, que vão ganhar maior corpo no início do séc. XX, com um foco claramente eugenista, já podem ser verificados em nível embrionário no contexto da pesquisa.

dor e dominado, mas transpor estes limites para evidenciar uma relação muito mais ampla e dinâmica nas experiências dos sujeitos aqui estudados. Não nega-se aqui o domínio do explorador e o cruel processo colonizador em desumanizar aqueles que *devem* ser inferiorizados seja na esfera do saber, do poder ou do ser *do outro* (FANON, 2004), mas busca-se identificar como índios e negros, mulheres, pobres recriaram os processos de dominação a partir de suas sensibilidades de mundo particulares (MIGNOLO, 2017), em experiências em fronteira a partir de zonas de contato (HALL, 2003; PACHECO; CORRADI, 2016). A festividade contou com uma enorme programação organizada pela Câmara Municipal da Villa de Chaves – município localizado ao norte do arquipélago do Marajó, em terras tão distantes da capital imperial. A partir das ações realizadas por aquele ajuntamento marajoara podemos analisar de modo bastante claro os interesses das elites com a celebração organizada, mas também verificar os objetivos que emergem desta, especialmente no contexto do pós-Cabangem, funcionando assim também como um instrumento ‘educador’ para as classes inferiorizadas no período, ainda que sua mera presença seja totalmente silenciada no progresso do festejo.

AS TÁTICAS DO PODER EM NEGOCIAÇÕES CRUZADAS

A Tropa, que se achava em parada, deu tres descargas volantes de fuzilaria, marchou em continencia perante a Effigie de Sua Magestade O Imperador, e respondeu com entusiasmo áos vivas, que o seu Commandante o Major José Olimpio Pereira, proferio na frente d’ella; á Suas Magestades, e á briosa Guarnição Militar de Chaves. *O povo tomando parte no entusiasmo da Tropa a acompanhou em Côro na demonstração do seu profundo sentimento de amor, e fidelidade, que é quantidade náta do coração paráense, pelos illustres Objectos da veneração politica do Brasil. À uma, e ás seis horas da tarde foraõ repetidas as salvas de artilheria*⁷.

A noite tornou-se brilhante com o effeito da illuminação. A frente do Quartel militar, que se apresentára á vista tornádo um bosque de palmeiras e arcadas de verduras, deixou vêr entre a profuzaõ das suas luzes, as iniciaes – P.T.⁸ – A caza da Camara decorou a sua frente com arcos de viçoza de odoríferas ramagem, que sustentavaõ o quadro da Effigie de Sua Magestade Imperial [...]º.

Após questionarmos a quais sujeitos se refere o autor do registro do festejo quando denomina a população chaviense em termos como *família brasileira*, cidadãos grados do município que devotadamente assistiam os hinos sacros e desejava votos sinceros de ventura ao Imperador, precisamos lembrar e problematizar que tais populações há poucos anos participaram diretamente ou não de ações de resistência frente

⁷ *Treze de Maio*, n° 378, 17 de janeiro 1844. Grifo nosso.

⁸ Quer dizer Pedro e Tereza.

⁹ *Treze de Maio*, n° 378, 17 de janeiro 1844.

ao Império Brasileiro, e a ‘derrota’ de diversos grupos ainda subvertiam a ordem estabelecida em busca de liberdades e independências que não experimentavam no sistema posto.

Assim esta celebração apresenta muito mais um caráter político do que apenas o fruto do patriotismo dos líderes da vila marajoara. É possível que tal comemoração (a qual é importante destacar que foi a única realizada na província e registrada no jornal no período estudado) funcionasse como estratégia de apagamento das resistências e lutas que ocorreram anos atrás no processo da Cabanagem e que com a derrota, não apenas a rendição/prisão/morte dos “rebeldes”, mas todo o trabalho de invisibilização deste passado foi uma prática importante para a permanência de determinados grupos no pós 1840, de modo a serem vistos com bons olhos pelo Estado Imperial¹⁰.

Destarte, tal ação das elites locais em promoverem uma festa ao Imperador e sua consorte pode ser melhor compreendida como uma ação estratégica junto ao Estado Imperial, no que diz respeito a benefícios os quais a própria vila buscava receber por parte deste, ainda naquele ano. O *site* administrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chamado Brasil em Síntese descreve que o município passou por uma mudança significativa no período próximo ao relato estudado. Após a sua adesão à Independência, em 1823, a vila de Chaves, teve em 1833 seu nome substituído para Equador. Somente em 1844, no ano da publicação de tal matéria e no ano seguinte aos eventos relatados no periódico, que Chaves readquiriu sua denominação anterior, em consequência a uma demarcação dos seus limites territoriais (BRASIL EM SÍNTESE, 2017).

Para tanto, era necessário uma estratégia da vila em certos aspectos muito propagandista também. Assim, o periódico teria uma função vital na divulgação de tal ensejo, pois também era necessário elogiar não apenas o império, mas também a população chaviense, “louvar aqueles que louvam o Império”.

“As oito horas da noite começou o magnifico baile dado pelos Cidadãos Camaristas, e Major Commandante militar a seus Concidadãos, cujo principio foi anunciado por uma grossa girandola de foguetes ao ar”. A programação toda contou com muitas declarações, odes e hinos de louvor à família real e o casal que ali se formava. Homens importantes da vila realizavam esta função, sendo assim compartilhados com os demais presentes. Após um dos momentos de cantoria o relator do festejo registra: “Concluída a cantoria, o seu author entoou vivas á Imperial Familia Brasileira; á Real Familia de Napoles; e á Independencia Politica do Imperio, que foraõ jubilosamente correspondidos pelos circunstantes”.

10 Ressaltamos que até termos ligados aos revolucionários cabanos, isto é, como eram adjetivados de “malvados” pejorativamente, dentre outros termos, por exemplo, foram combatidos após a revolta como sinônimo de ofensa a quem tal termo era dirigido (ALMEIDA, 2006).

DO FESTEJO E OUTRAS MARGENS

No contexto de uma festa promovida pela Câmara Municipal não é difícil entender o uso da propaganda que a festa trazia ao ser publicada em um jornal de grande circulação com o fim de promover também a vila de Chaves junto a outros municípios, à província, ou quiçá, ao Império.

Na ocasião “tres girandolas de fogos áo ár annunciaraõ nas regioens ethéreas a prazer verdadeiramente real, que enchia os coraçõens dos bons habitantes de Chaves”. Dentre os muitos homens de importância da vila que dedicaram-se a leitura de versos e do entoar de canções, a narrativa impressa no *Treze de Maio* relata na figura de um único sujeito e um único poema a síntese de todo o discurso presente no festejo. O homem em questão era o Capitão J. J. de Figueiredo e Vasconcellos que prestou as escritas poéticas e também se dignou a ofertar sua compilação durante os demais dias da celebração em Chaves, abaixo expostas:

Idyllio

[...] Chaves que é bella quando folga, e ri,
Nos sacros días de Dezembro, e Junho,
Hoje co' as graças do Poder toucada, Grandiloqua se vê gentil heroica,
Entre as irmãs, que se criaõ bellas
Nas margens do Amazona, e
Tocantins, Que nos seus dadivos seios
d'abundancia,
Produzem vertem, da Riqueza os mimos
, Anil, Baunilha, Cumarú, Canella,
Carajurú, Guaraná, Cacáo e Cravo,
Salsa-parrilha, Puxeri, e Oleo,
Urucú, e Cristaes, Brillhantes, oiro!,
Hoje tudo em derredor de Chaves
É graça, e viraçoens suaves, brandas,
Que o mesmo Eólo, afagador contempla,
Tendo na destra as chaves das cavérnas,
Do seu indocil, sibilante séquito
Euros, Austros, Aquilloens, Favonios.

Ah! quanto é lizongeiro, quanto é grato,
Nos días da Naçaõ, días do Throno, [...]¹¹.

Representar a vila como um lugar idílico, há muito evidenciado em muitos anúncios de vendas de fazendas, casas e engenhos no Marajó¹², trata-se de uma estratégia comum que tenciona ao leitor a noção de tratar-se tanto de um lugar ainda inóspito que ainda carece das benesses do progresso, quanto de um lugar rico e farto, digno de atenção daqueles que buscam prosperidade e crescimento econômico. Destarte, a elaboração de um cenário de paz e riqueza era fundamental para as constru-

11 *Treze de Maio*, n° 378, 17 de janeiro 1844.

12 Evidenciamos aqui os inúmeros registros encontrados de anúncios de venda de propriedades (fazendas e engenhos principalmente) de cidades marajoaras no *Treze de Maio*, que de modo geral procuravam trazer sempre uma visão idílica/inóspita da região (SANTOS FILHO, L. A. F. dos; SARRAF-PACHECO, A. Nas páginas do 13 de Maio: Cotidiano e Patrimônio Marajoara Antes da Belle Époque. Não publicado.)

ções com discursos de modernidade que se desenvolveriam no decorrer dos anos nas cidades marajoaras.

A récita privilegia em um primeiro momento a condição bem-aventurada da vila de Chaves e suas irmãs, cidades nascentes das margens dos rios Amazonas e Tocantins, as quais serem agraciadas com o ‘toque’ do Poder, denotam uma condição elevada, gentil e heroica. Evidentemente, tais progressos são fruto da ação política do período, com importantes solicitações das elites políticas locais para a construção de escolas, contratação de professores, e até mesmo do envio de remédios e médicos quando a epidemia da cólera se instala na região anos mais tarde. Mas é necessário lembrar a quem tais ‘progressos’ eram direcionados, quais grupos eram de fato ‘beneficiados’ com tais posturas estatais?

Chaves tem sua origem derivada de uma antiga aldeia de índios Aruãs que, ao serem catequizados pelos padres Capuchos da Piedade, construíram os primeiros aldeamentos na região, entre eles o de Santo Antônio, que posteriormente tornou-se o município em questão (SARRAF-PACHECO, 2010). No entanto o poeta / declamador não privilegia – como lemos – por esquecimento ou intencionalmente, as interações culturais presentes desde implantação da vila. Os povos indígenas autóctones da região (os Aruãs) e tantos outros que cruzaram por aquelas terras, invisibilizados sim na escrita jornalística e poética, provavelmente por interesses políticos, não o conseguem ser nas práticas culturais e nos modos de ser, pensar e fazer que dominavam as mentes e os corpos dos chavienses. Estas características intangíveis não apenas resistem fortemente ao domínio do colonizador, como conseguem negociar e desenvolver táticas – sempre desiguais – para *burlar* o controle do *dominador*.

Após isso, o poema dedica revelar a abundância e a fartura do solo de Chaves. Como dissemos, eu-lírico aqui faz uma reprodução de um discurso qualitativo do ambiente bastante comum da época, o qual já foi visto em outras edições do próprio *Treze de Maio*, onde a quantidade de árvores frutíferas e a diversidade destas é anunciada com o objetivo de agradar o leitor para uma possível compra de um pedaço de terra da região. Aqui, os versos descrevem a incrível diversidade de riquezas da região, partindo das vegetações e plantas que desempenharam valores econômicos no ramo da agricultura da época para até mesmo surpreender-nos com a exibição de riquezas outras como brilhantes, cristais e ouro.

Por fim, a descrição da vila ganha contornos ainda mais paradisíacos. A localidade ao norte do arquipélago marajoara, no encontro do poderoso rio Amazonas com o oceano, é na poética local pacificado de modo que até mesmo o deus Éolo, guardião dos ventos na mitologia grega, ganha destaque nas tramas da cultura de homens e mulheres marajoaras, onde o é responsável por acalantar as águas e todos os ventos – Euros, Austros, Aquilloens e Favonios – séquito silencioso que o acompanha, en-

quanto instaura seu 'domínio', mostrando-se claramente como superior em relação a todas as outras mitologias, deidades e seres autóctones que mesmo silenciados na escrita regional e poética em questão, continuam a proteger e exercer seu domínio sobre a terra, a água, o céu amazônico, assim como sobre as pessoas locais.

A exclamação final do poema expõe o louvor e a gratidão possíveis nos dias do Império e do reinado de D. Pedro II. Mas quais sujeitos verdadeiramente comungam de tais sentimentos em relação a coroa? Em anos posteriores a toda violência imposta pelo estado para suprimir os movimentos cabanos na região, normalmente formados por pessoas pobres, negros e índios em ações de solidariedade, podemos identificar tal estima como sendo fruto do próprio processo de colonização do poder, do saber e do ser, experimentadas por esses grupos (FANON, 2004). Relembramos assim que os sujeitos colonizados não encontram-se inertes, ainda que sua presença no registro aqui estudado não seja identificado à primeira vista, é evidente ao analisarmos o periódico como um todo, os processos de reelaboração feitos por estes indivíduos ao produzir a todo instante novas táticas de sobrevivência e resistência diante da máquina colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do jornal *Treze de Maio* nos possibilita avançar em importantes aspectos da problemática buscada pela pesquisa, mas também constrói lacunas que precisam ser preenchidas para um melhor entendimento das relações entre os diferentes sujeitos, temporalidades e identidades que marcam os anos de 1840 a 1870 do século XIX nas cidades. O levantamento de materiais sobre a vida nos dois lados do Marajó, de Campos e de Florestas, permite desvendar temas que se tornaram preocupação de um jornal alinhado ao discurso do poder imperial brasileiro. Neste sentido caminhamos na busca por outras fontes e discursos, em jornais de importância semelhante ao *Treze de Maio* e que produziram suas narrativas e relatos sobre as cidades marajoaras, procurando assim verificar as similaridades, as oposições e contradições entre os modos de vida nestas cidades marajoaras.

Utilizar para isso como exercício de análise a experiência de uma festa singular pró-Império, realizada em uma distante vila do extremo norte do país, a milhares de quilômetros de distância da capital imperial, nos permite identificar não apenas quem são nossos sujeitos de pesquisa, mas o que fazem em suas atividades cotidianas e (neste caso) nas extraordinárias, procurando interpretar as razões de fazerem o que fazem. A metáfora em considerar a antropologia interpretativa proposta por Geertz como sendo a leitura das sociedades como textos, deixa aqui um pouco o sentido metafórico, quando se lê as sociedades literalmente por meio dos textos os quais produziu em seu contexto histórico. Ao caminhar na proposta de uma etnografia dos/nos arquivos, em um diálogo entre História e Antropologia, entendemos como ponto nevrálgico a compreensão dos arquivos e fontes "falarem", buscamos aqui a "interlo-

cução” dessas “vozes”, verdades, lógicas de classificação, usos, formas de veiculação de conteúdo devem ser concebidos também como um fazer etnográfico (CUNHA, 2004), onde a partir da observação e descrição projetam uma teia de significados que emergem do documento sendo passíveis de interpretação do pesquisador (GEERTZ, 1989).

Stuart Hall (2003) ilumina os novos caminhos a trilhar com esta pesquisa. Identificar as formas como as diferenças foram vivenciadas pelas cidades marajoaras, como partículas das sociedades colonizadas, é muito importante. Estudar os diferentes e os processos de diferenciação nessas zonas de contato é caminhar em busca do hibridismo, do sincretismo e das temporalidades multidimensionais, inscritas entre o tempo “imperial/ estatal” e o das populações autóctones. Os discursos colonizadores, evidentes nos processos de construção do estado-nação brasileiro são perceptíveis nas formas de tradução e transculturação, nas desautorizações, negociações e resistências registrados nos jornais pesquisados, ainda que nas entrelinhas do texto, mas sempre prontos a “falar” quando o pesquisador se dispõe a escuta.

FONTES

Edições Jornalísticas Utilizadas:

Treze de Maio, nº 1, 13 de maio de 1840.

Treze de Maio, nº 378, 17 de janeiro 1844.

Treze de Maio, nº 330, 13 de Maio de 1854.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de Almeida. **O Termo Insultuoso**: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão-Pará (1850-1900). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação de História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

ALVES, Giovanni; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência — um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-79, jul./dez., 2013.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. A Cabanagem: a Revolução no Pará. In: ALVES FILHO, Armando *et al* (org.). **Pontos de História da Amazônia**. 3. ed. Belém: PakaTatu, 2001. p. 73-102.

BEZERRA NETO, José Maia. **Fugindo, sempre fugindo**: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão-Pará (1840-1888). 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história? **Comunicação & Mercado**, Dourados, v. 01, n. 02, p. 79-87, nov, 2012.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente. **Matrizes**, São Paulo, ano 3, n. 2, p. 171-186, jan./jun., 2010.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. “Do ponto de vista de quem?” Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 36, 2005.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 2. ed. Prefácio de Jean-Paul Sarthe e Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 73-90, 1994.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Intepretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989. p. 13-41.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Chaves. **Brasil em Síntese**. 2017?. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/chaves/historico>. Acesso em 09 dez. 2017.

MAUSS, Marcel. **A nação**. São Paulo: Três estrelas, 2017.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

SANTOS FILHO, Luís Alberto Freire dos; SARRAF-PACHECO, Agenor. Nas páginas do Treze de

Maio: Cotidiano e Patrimônio Marajoara Antes da Belle Époque. **Escritas**, Araguaína, v. 1, n. 10, 2018.

SARRAF-PACHECO, Agenor. *En el corazón de la Amazonia*: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2009.

SARRAF-PACHECO, Agenor. A Conquista do Ocidente Marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (orgs.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. 1. ed. Belém: Gknoronha. 2010.

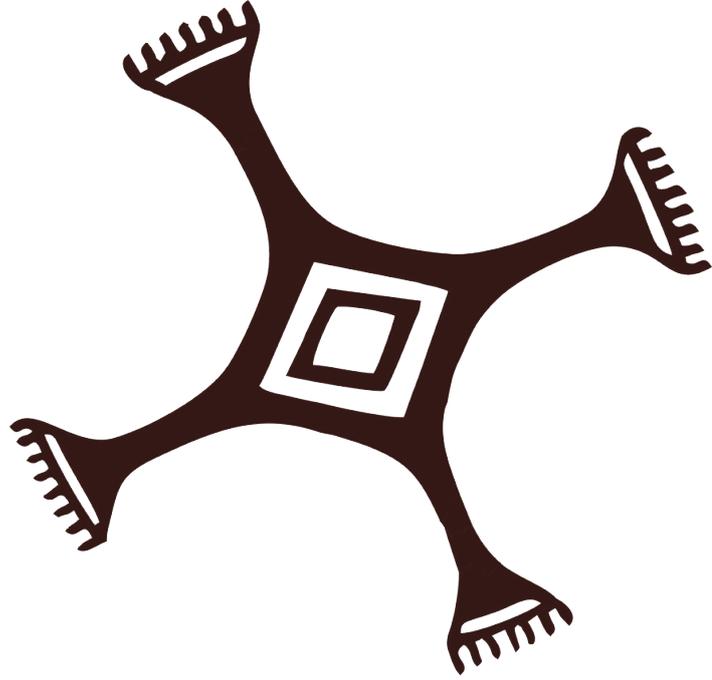
SARRAF-PACHECO, Agenor. As Áfricas nos Marajós: Visões, fugas e redes de contatos. In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (orgs.). **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. 1. ed. Belém: Gknoronha. 2010.

SARRAF-PACHECO, Agenor; CORRADI, Analaura. História em Mundos Cruzados: Afroindigenismo pelos Circuitos Marajoaras. **Projeto História**, São Paulo, v. 56, p. 185-214, 2016.

SILVA, Joel Pantoja da; NEVES, Ivânia dos Santos; PACHECO, Agenor Sarraf. A Floresta em Mediações: mídias, discursos e recepções pelos Marajós. **Memento**, Três Corações, v. 02, n. 02, p. 27-42, ago./dez., 2011.

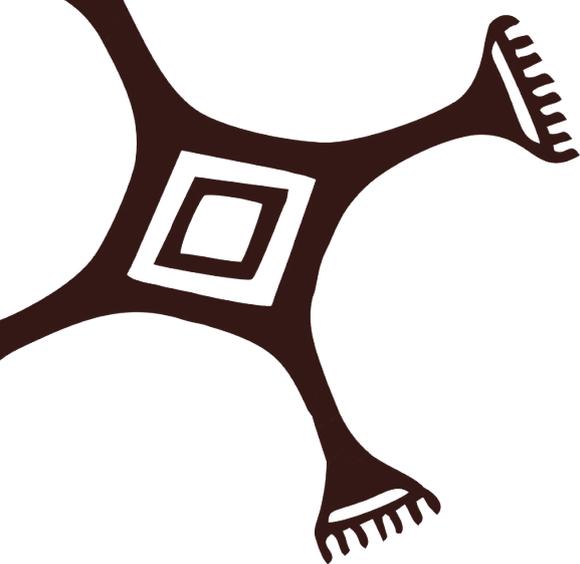
THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: questão sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, nov., 1997.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia Colonial**: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.



EIXO III:

MEMÓRIA



UM RAMAL PARA O MAR: HISTÓRIA E MEMÓRIA NA RESEX MARINHA DE MARACANÃ, NORDESTE PARAENSE

Elida Moura Figueiredo

INTRODUÇÃO

Às 10h do dia 16 de outubro de 2009, na cidade de Maracanã, município da região nordeste do estado do Pará, estiveram reunidos dezesseis representantes de entidades/polos do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (RESEX Maracanã). O objetivo da reunião era dar prosseguimentos em deliberações sobre a área em questão e concluir a elaboração do Regimento Interno deste Conselho. Neste dia, havia entre os participantes, a presença tímida de seu Antônio Conceição, um senhor de estatura mediana, voz calma, pele escura e envelhecida, segundo ele pelos anos de sol e trabalho na pesca. Nosso interlocutor, se apresenta como pescador artesanal de 54 anos de idade, 40 deles dedicados a pesca artesanal, principal fonte de subsistência da sua família.

Seu Antônio, relata que ouvira falar da reunião e se interessou em participar. Não era membro do referido Conselho e não era cadastrado como usuário da RESEX, mas andava bastante curioso em saber do que tratavam nessas reuniões. Já tinha ouvido comentários sobre possíveis proibições que seriam impostas na região relacionadas a pesca e a coleta de caranguejo, e como ele e sua família tiravam seu sustento dos lagos, igarapés e águas salgadas das áreas próximas, se interessou em saber mais sobre o assunto.

A reunião aconteceu na sede da Associação dos Usuários desta RESEX, identificada pela sigla AUREMAR, entidade que congrega os moradores e usuários da área em todas as comunidades que integram a referida RESEX. Seu Antônio já ouvira falar, mas não havia se interessado até o momento em fazer parte dessa entidade. “Eu achava que eles iam dizer o que eu posso ou não pegar no mangue e no mar. Não quero ninguém dizendo no que eu posso trabalhar e o que eu posso comer”, dizia seu Joaquim.

No transcorrer da reunião, após consultas em vários documentos oficiais, como a Legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei 9.985/2000), e a Instrução Normativa Nº. 2 de 18 de setembro de 2007, para subsidiar a discussão e tirar algumas dúvidas, a equipe que coordenava a reunião, composta entre outros, pelo então presidente do Conselho e Chefe da RESEX, senhor Carlos Dias, e o secretário da reunião, o senhor Walmir Junior, deram por encerrada as discussões para a conclusão da redação do texto do Regimento Interno do referido Conselho Deliberativo.

Seu Antônio, ouviu tudo com muita atenção, mas não se manifestou em nenhum momento durante a reunião. Embora estivessem reunidos naquela pequena sala da AUREMAR aproximadamente 20 pessoas, parte delas integrantes de um Conselho recém-criado mas em plena função de suas atividades desde o dia 05 de outubro do mesmo ano, alguns deles ainda tinham dificuldades de explicar do tratava e a importância de participarem neste Conselho.

Participantes do Conselho e principalmente alguns associados e usuários da RESEX, como nosso interlocutor, não entendiam bem as discussões que se apresentavam e acabavam por concordar com quase tudo o que era colocado para discussão.

Embora nesta reunião não se tenha decidido muita coisa, seu Joaquim estava em busca de entender o que vinha se passando por ali, pois nas conversas que anda tendo na sua comunidade ultimamente, andava ouvindo algumas palavras que para ele não eram comuns, não faziam parte do seu palavreado: *Commodities*, concessionária, serviços ambientais, mercado de carbono, uso racional, sustentabilidade; termos que não conhecia, não sabia contextualizar e nunca fizeram parte da sua realidade ou das suas conversas na “bodega” da esquina.

Seu Antônio não conseguiu aproveitar a reunião para tirar suas dúvidas, pelo contrário, saiu se questionando os motivos de serem tantas entidades para gerir a RESEX, local que antes era somente a região de moradia de sua família, de seus vizinhos, das pessoas que lá residem, de onde tiram seu sustento. Ele queria entender porque o presidente era alguém de fora da comunidade, alguém que representava o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e não alguém nascido e criado ali, que conhecesse bem a região e suas especificidades? Porque as Igrejas, católica e evangélica, tinham que participar desse conselho? E afinal, a quem serviria esse Conselho e o que aconteceria com pessoas como ele, seus irmãos e vizinhos, que não eram membros, mas moravam na região desde seus pais e avós? Eram muitas perguntas sem resposta que naquela noite seu Antônio nem conseguiu “pregar os olhos”.

No dia seguinte, nosso interlocutor voltou para 40 do Mocooca (Imagem 1), uma das comunidades da área da RESEX, e na qual reside desde que nasceu. Trouxe as dúvidas “matutando” em sua cabeça, mas com uma certeza: mudanças estavam

cegando e em breve todos começariam a perceber. Embora não soubesse o que estava por vir, a partir dali ele iniciou sua busca para conhecer um pouco mais sobre a função do tal Conselho Deliberativo na região onde morava e que agora era identificada como uma Reserva Extrativista Marinha. Ele queria entender o que estava acontecendo naquela área e porque as famílias que lá residiam estavam sendo chamadas a se cadastrar como usuárias da Reserva.

Imagem 1: Imagem de satélite da área de estudo



Fonte: Adaptado do site: <https://blogicarogomes2016.blogspot.com/2017/07/maracana-precisa-ser-ocaminho-natural.html> – Acesso em: 20 Ago. 2018.

O episódio ora relatado demonstra o estranhamento de algumas pessoas a esses movimentos de criação de áreas legalmente “protegidas”, neste caso específico, o do nosso interlocutor, que mesmo estando presente numa reunião pública, teve dificuldade de se sentir fazendo parte do evento.

As discussões realizadas de certo modo interferem nas relações desses indivíduos com o seu lugar de viver, de morar, de trabalhar, enfim dos seus lugares de sociabilidade. Se por um lado, esses movimentos são entendidos como essenciais para o processo de construção de uma sustentabilidade que dê conta de manter as regiões de floresta, não intactas, mas pelo menos, numa relação consciente de usos dos recursos naturais pelo homem, por outro lado são movimentos que em boa parte dos casos surgem a partir do estado com seus representantes que muitas vezes não conhecem de fato, muito menos levam em conta as especificidades das regiões e populações envolvidas e as relações sociais, culturais e ambientais que são tecidas nesses lugares. Por mais boa vontade que se tenha ao iniciar um processo de criação de uma área de reserva extrativista, não pode ser levado em conta somente a preservação ambiental. Há muitas outras questões que devem ser consideradas localmente e historicamente. A cultura, o imaginário, a educação, a saúde, o transporte, são tantas questões que permeiam essas populações e que precisam ser consideradas e muito bem analisadas e discutidas localmente nesse processo. Essa é uma das funções dos conselhos e entidades criados nessas áreas de extrativismo, inserir o morador local nessas discussões

e resoluções de gerenciamento e usos dos recursos pelas famílias que residem nas comunidades locais.

Pesquisas recentes sobre a biodiversidade amazônica e sua relação com a criação de Unidades de Conservação (UC) demonstram a importância de se criar e dinamizar um sistema que interligue essas unidades, não apenas em relação a natureza em si, mas ao homem que vive nesses locais de floresta. Tais estudos reconhecem essa ação como a principal estratégia para minimizar a perda de biodiversidade. A partir desses estudos reúnem-se os principais teóricos para nortear escolhas de áreas de preservação diminuindo riscos de deixar de fora grupos e espécies da flora e da fauna que devam ser priorizadas no processo de conservação e manutenção dos ambientes (ALBERNAZ, 2014). Essa ação é fundamental nas escolhas das áreas para criação legal de UC, sem deixar de fora as populações humanas que residem nessas áreas, buscando definir políticas ambientais e sociais prioritárias que mantenham estas famílias nessas áreas após sua criação legal, primando por suas histórias de vida, suas memórias, seus sentidos.

Diante do exposto, este estudo apresenta-se como um ensaio que tenta dar conta das reflexões sobre a memória social dessas populações, sobretudo a oral, visando construir uma memória coletiva escrita (LE GOFF, 1990), que nos permita compreender a partir da recordação e da tradição dessas pessoas, seus modos de vida e sua relação com seu lugar de viver, buscando entender como essas populações são impactadas por possíveis transformações impostas por esses movimentos de regulação dos usos dos recursos naturais.

Assim, esse texto é resultado do trabalho final da disciplina realizada enquanto aluna de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFGPA), na disciplina “Cidade, floresta e sertão: Cultura, Trabalho e Poder”, a qual participei no primeiro semestre de 2018, onde utilizei informações de uma conversa informal com um dos moradores e usuários da Resex Maracanã cruzando tais informações com as leituras realizadas durante a disciplina, numa tentativa de entender esses processos de mudanças, neste caso específico da área já apresentada.

Minha pesquisa gira em torno de vivências cotidianas e construções simbólicas de moradores das comunidades da RESEX Maracanã, especialmente as situadas próximas a estrada denominada de Ramal do 40 (PA-430), levando-se em conta que as percepções do homem sobre a natureza podem ser vislumbradas a partir de suas intervenções sobre o meio natural, compreendendo a interligação entre cultura e natureza, e esta última como um produto de um prolongamento da atividade humana (OLIVEIRA, 2015). Neste ensaio, o relato de um morador da comunidade “40 do Mocooca”, é fundamental na busca de conhecer e analisar as intervenções nas relações de

vida, trabalho e produção, e o processo histórico que influenciam as transformações e continuidades no uso da estrada (Ramal do 40), assim como dos recursos naturais na região.

Para tal, buscando nas memórias do “homem comum”, do morador daquela região, nas suas lembranças do passado, nutrir seu presente e seu futuro, principalmente a partir da memória coletiva no sentido de libertação, e não de servidão. Da mesma forma trabalhar a memória como elemento fundamental da formação da identidade, seja ela individual ou coletiva, desses indivíduos (LE GOFF, 1990).

Outro ponto do trabalho a ser abordado a partir da memória dos moradores, diz respeito relação que esta tem com identidade social, principalmente no âmbito das histórias de vida, ou da história oral (POLLAK, 1992).

Memória e esquecimento são recursos constantes no diálogo com os moradores da RESEX Maracanã, especialmente os mais velhos, pois são níveis intermediários entre a experiência temporal humana e a operação narrativa, temas amplamente discutidos por Paul Ricoeur (2007) em *Tempo e narrativa*, ao discutir a *memória do eu* e a *memória coletiva* destes moradores. Lembrar do cotidiano da comunidade envolve lembranças e emoções, implica num esforço deliberado da mente; é uma espécie de escavação ou de busca voluntária entre os conteúdos a alma (ROSSI, 2010, p.16), que sendo particulares ou coletivas, trazem à tona momentos da longa e tortuosa história de pessoas e desse espaço do município de Maracanã, desde muito antes da criação da RESEX em 13 de dezembro de 2002.

Nas lembranças de Seu Antônio, a comunidade do 40 do Mocooca vem mudando, se transformando, desaparecendo no sentido do mar e crescendo no sentido da estrada, principalmente depois que surgiu o ramal do 40 na década de 1960, ainda como um pequeno caminho, sem a dimensão do que é hoje. Essa estrada é a principal via de comunicação por terra naquela região. São 32 km de estrada de piçarra contando as terras da RESEX Maracanã numa área ocupada por aproximadamente 15 comunidades que fazem parte da área delimitada e outras do seu entorno, destacando entre elas: Martins Pinheiro, Apei, 4 Bocas e 40 do Mocooca.

Uma questão importante percebida em nossas idas a região diz respeito as experiências de migração na área. Elas aparecem no relato do nosso interlocutor, se apresentando no sentido de luta pela sobrevivência, na busca por trabalho e por terra (LACERDA, 2010). Seu Antônio conta que seu pai veio do Ceará na década de 1950, com seus avós para essas paragens em busca de trabalho. Assim como eles, vários outros moradores têm essa mesma origem na comunidade. Estes são sentidos reais de uma experiência de boa parte dessas populações e que são construídas através de redes de solidariedade que se estabelecem nas trajetórias de migração e no estabelecimento dessas pessoas até seus destinos. No 40 do Mocooca, comunidade visitada

para levantar as informações para este trabalho, várias famílias se apresentam como vindas de outras regiões do estado, bem como de outros estados brasileiros e ali se estabeleceram desde seus antepassados.

Na conversa com nosso interlocutor, parece ser bem emblemático o sentimento de quem reside naquelas paragens há muitos anos. São décadas marcadas pela ideia de distância, abandono e esquecimento da “cidade” em relação à sua “comunidade”. Na conversa ele comenta que “antigamente só se chegava lá de rabetá”, e “depois andava um bom pedaço à pé, no lombo do cavalo ou de carroça. Mas agora de todo jeito dá pra chegar lá”, tanto para transportar sua produção, quanto para compra bens de consumo nas localidades mais próximas. Mas sua preocupação residia na possibilidade de possíveis proibições ou controles sobre os usos de recursos naturais, no seu caso o peixe e o caranguejo, que são a base do sustento de muitas famílias naquela área, inclusive a dele.

Nas lembranças da senhora Rosimária do Rosário, conhecida na região por Dona Mocinha, a 14ª filha de uma família de pescadores de Maracanã, por exemplo, as narrativas remetem aos usos dos recursos ambientais diariamente. No seu relato, ela demonstra uma saudade imensa da sua infância. Era um tempo de fartura de alguns alimentos naturais (peixe, mariscos, caça), e escassez de outros industrializados (pão, bolachas, açúcar). Segundo ela, era um tempo difícil e ao mesmo tempo bom de se viver, de criar os filhos, de ser livre. Dona Mocinha, se apresentou como pescadora, casada há 40 anos com seu Anteres do Rosário, que também é pescador e com quem teve um filho. Uma mulher alta, dos cabelos longos e negros, voz imponente e forte, com as sobranceiras desenhadas e pintadas de preto, o que lhe rendeu na comunidade um apelido que não lhe agrada, de “Sobranceira”. Ela diz:

Na época passada, quando nós era pequeno, a gente acordava cedinho pra ir buscar pau no mato pra fazer fogo. Nós não tinha fogão e cozinhava na lenha mesmo. A gente sente saudade de quando o padeiro batia na nossa porta e a nossa mãe conferia assim nos dedo, quando ela tirava um pedacinho de pão pra cada filho [...] a gente ia muito pro igarapé, era difícil mas a gente tinha a nossa liberdade. Nós andava sozinho pra todo lado, por esses caminhos, por essas estradinha de piçarra, de terra mesmo. A gente era livre, tinha fartura de peixe! Nunca ninguém tinha ouvido dizer que alguém tinha morrido atropelado ou que não tinha o que comer. Agora aqui e alia a gente ouve dizer que tem família passando fome, de atropelamento, de morte! (Rosemária Monteiro do Rosário, 57 anos, pescadora)

Os relatos apresentados, reforçam o que alguns estudos, como os de Shiraishi Neto (2003), destacam ao analisar a relação entre a criação de estradas, o cotidiano das comunidades locais e a criação de UC, enquanto ações pautadas por erros e acertos no atendimento de demandas de populações tradicionais. Este autor revela, entre

vários equívocos, que quando se pensa em analisar a construção de estradas que dão acesso a comunidades ditas “tradicionais”, não se estabelecem elementos de diferenciação entre essas estradas e os caminhos que teriam finalidades diferenciadas considerando seu uso e as características de formação e de origem destas comunidades. Essa dificuldade leva populações a serem obrigadas a se adaptarem a novos modos de vida, pautados na dinâmica que se apresenta a partir do surgimento de outras realidades de acesso e de produção a partir de diferentes rotas de ir e vir aos seus lugares de moradia.

O cenário posto, muitas vezes, interrompe de forma radical, um processo histórico de convivência do homem com a natureza, da cidade com o campo, tema clássico da história social, estudados por Keith Thomas (2010) e Raymond Williams (2011) ao analisarem as vivências de comunidades humanas e suas relações associadas a uma forma natural de vida, a uma imagem paradisíaca do campo, mas ressaltando a exploração e a miséria do homem rural.

Desse modo, a proposta deste ensaio é dar os primeiros passos no desenvolvimento de uma análise do processo histórico de surgimento e usos dessa área com suas estradas, as novas e as tradicionais, para compreender a relação social, econômica e ambiental de influências no modo de vida local e sua relação com as mudanças e permanências a partir da intensificação do uso dessa estrada (Ramal do 40), buscando nas experiências, histórias de vida e na memória de moradores, sentimentos e ideias, numa rede de relacionamentos e decisões dessas pessoas (WILLIAMS, 2011).

Em outras palavras, trata-se de um trabalho que ao mesmo tempo, que descortina o processo histórico, que pautou a relação das comunidades de pescadores e agricultores do ramal do 40 do Mocooca com o ambiente natural, revela as alterações, continuidades e descontinuidade provocada com as intervenções a partir da construção das estradas, em um misto de conformação e resistência.

CATEGORIZANDO E TEORIZANDO A ÁREA DO ESTUDO

A criação de Unidades de Conservação (UC), especialmente as Reservas Extrativistas, tem no seu cerne, a luta dos seringueiros da Amazônia e a preservação ambiental frente as transformações no ambiente, decorrentes da expansão agropecuária e suas implicações para as populações locais.

Pensar em extrativismo na Amazônia é pensar também nas dificuldades de acesso e mobilização para populações que vivem nessas áreas, que quase sempre, vivem à margem de um profanado progresso, mas que tem relações de dependência com as florestas. Diante disso, esse trabalho tem por finalidade desenvolver uma discussão a partir dos processos históricos acerca das estradas como vias de mobilidade para as comunidades que habitam áreas de difícil acesso, com pouca infraestrutura de trans-

porte em áreas de unidades de conservação. Essa discussão vai buscar amparo na História Ambiental, como ciência social sempre se relacionando com as sociedades humanas, mas reconhecendo a historicidade dos sistemas naturais (FERRI, 2018).

Povos e comunidades tradicionais, do ponto de vista do conceito legal e operacional, são entendidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Essas populações vivem em terras que herdaram de seus ancestrais, em muitos casos sem documento de posse, mas mantendo uma relação de dependência profunda com o ambiente do entorno. Desde seus pais e avós utilizam o espaço, não apenas para subsistência, moradia e convivência, mas como espaços de ir e vir, como caminhos de acesso, sejam eles por terra ou por água. Essa situação foi muito bem colocada por Rinaldo Arruda, num estudo sobre populações tradicionais e unidades de conservação afirmando que:

Estas populações - caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes - em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999, p. 80).

Já com relação ao uso das estradas, Araújo (2001) revela, que de modo geral, elas são tradicionalmente concebidas com duas utilidades, respondendo as demandas econômica e sociais, e como corredores de transporte e utilidades. Contudo, estas mesmas estradas que “facilitam” a vida, podem significar impactos negativos sobre o meio ambiente. Muitas vezes elas precisam atravessar áreas de vida selvagem, como afirma Dutra *et al* (2008), podem vir a ser, um dos mais destruidores elementos dos processos de fragmentação destes *habitats*.

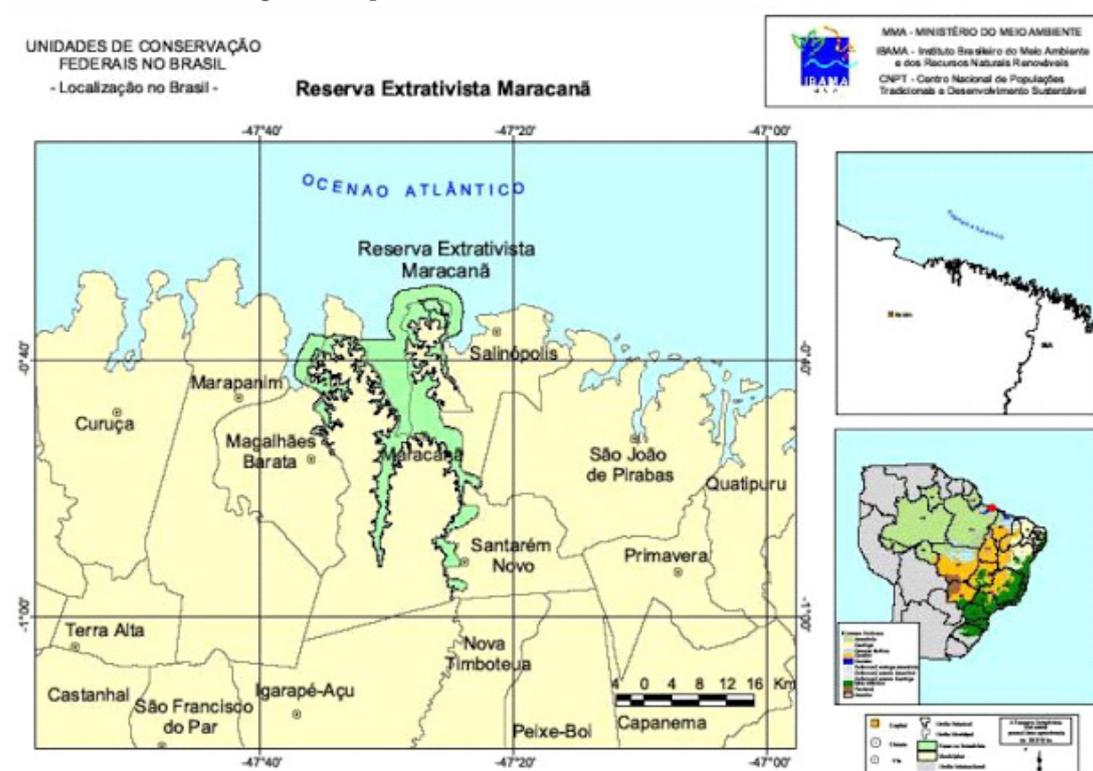
Os argumentos ora apresentados enfatizam a importância científica, social e econômica do entendimento desses processos, contribuindo assim com políticas de infraestrutura, de transportes, de agricultura, e principalmente com políticas sociais e ambientais de apoio as comunidades atingidas por estas questões.

Na RESEX Maracanã, esta é uma questão prioritária. Sua localização, seu espaço, sua biodiversidade, o tamanho da população e quantidade de grupos familiares

que residem na área, envolvem relações de extrema dependência dos recursos naturais para sua subsistência.

A área da RESEX corresponde a mais de 30.000 hectares, 100% dentro do município de Maracanã, com uma vegetação predominantemente de mata de terra firme, com florestas secundárias, vegetação de várzea e manguezais. São 91 comunidades de ribeirinhos e pequenos agricultores, que vivem às margens dos rios Marapanim, Cuinarana, Maracanã, Caripí e Baía de Maracanã, onde, segundo Santos (2008), habitam 1500 famílias, sendo mais de 5 mil usuários dos recursos naturais provindos das florestas, rios, igarapés e manguezais que compõem a área da reserva.

Imagem 2: Mapa da Área da Reserva Extrativista de Maracanã-PA



Fonte: Documento de divulgação do Conselho Deliberativo da RESEX de Maracanã-PA. Disponível online no endereço: <http://resexmaracana.blogspot.com.br/p/sobre-resex.html> – Acesso em 12 nov. 2017.

Esta reserva em particular, é utilizada por populações de pescadores artesanais e agricultores, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Um ponto importante que vale ser relatado é o uso de 32 km de estrada de piçarra, o Ramal do 40 (Rodovia PA-430), a qual vai do entroncamento da Rodovia PA-395 (estrada que segue até o município de Magalhães Barata), na altura da comunidade de 4 Bocas (Concinha) até a Vila do 40 de Mocooca, fim da linha do referido ramal vai até o furo do 40, braço de mar que separa o continente da Ilha de Maiandeua. Toda essa região é conhecida como região de integração Guamá, ficando sob a jurisdição do 1º Núcleo Regional.

São muitos os aspectos que nos levam a acreditar as reservas extrativistas e suas populações devam receber atenção diferenciada, por se trata-se de uma categoria que une preocupações ambientalistas com necessidades básicas de vida de comunidades que vivem do extrativismo; por serem áreas de domínio público e dependerem de uma concessão real de uso do território, a qual é outorgada à comunidade, visando o agir coletivo e buscando interesses da coletividade. Nesse processo, a participação da comunidade é fundamental, mas esta necessita de esclarecimentos do passo a passo da sua contribuição.

Não se trata apenas de ter uma visão mítica, mas, sobretudo de identificar as diferenciações de percepção e relações que refletirão na materialidade do lugar e na gestão e conservação dessas áreas (RISSO, 2012), consideradas atualmente concessionárias de serviços ambientais, que são direta ou indiretamente adquiridos, através dos ecossistemas naturais, com a finalidade de sustentar a vida no planeta. Mas esta é uma visão notadamente moderna da relação do homem com a floresta. Para seu Antônio, que ainda tem uma relação instintiva com os demais habitantes da mata, proporcionada pela observação de animais, do sol e do clima para definir estações, na busca pelo alimento no curral ou na rede de pesca, na hora certa, da maré ou da caçada, com seu palavreado cheio de expressões típicas do seu mundo, num linguajar próprio que denunciam sua maneira de ser e de viver. Estas questões são amplamente estudadas pela antropologia e sociologia, mas também por uma recente história ambiental já praticada em alguns países (França, Estados Unidos e Inglaterra), deste as últimas décadas do Século XX como resultado, segundo Drumond (1991, p.180.), da necessidade de ajustar os ponteiros dos relógios de dois tempos, o geológico (ou natural) e o social.

Todas estas questões já discutidas pelos cientistas sociais e historiadores, são identificadas nas falas do nosso interlocutor. E as perguntas fluíam: *O que é uma concessionária de serviços ambientais? Como funciona essa concessionária? A gente ouve de uns que nós somos concessionários de uma área enorme, mas nós precisamos entender o poder que tem esse instrumento pras pessoas daqui e de fora. Quem vai nos capacitar sobre isso? Qual a importância dessas áreas e o que elas podem oferecer pra nós?*

Na conversa, há momentos Seu Antônio nos enche de perguntas. Ele busca entender os argumentos utilizados para a criação da Reserva nessa área e os impactos que terá na sua vida a longo prazo.

A situação acaba por nos levar a uma reflexão sobre como essas comunidades ocupam esses espaços e sob que perspectivas seus indivíduos constroem suas experiências, no seu modo de vida, no seu trabalho na agricultura, no extrativismo florestal e aquático. E o que realmente se pretende com as ações dos gestores da Reserva na visão de seus moradores.

Para entender tal dinâmica é necessário fazer um diálogo com estudos sobre os Programas de criação de RESEXs no Brasil, os quais costumam relatar experiências de produção da agricultura familiar, que comumente são associados às experiências de trabalho livre, utilizando-se de relatos da memória dos moradores locais numa perspectiva da história oral, em dialogando com estudos socioambientais realizados naquela região a partir dos estudos de Cardoso (1986), Furtado (1994), Simonian (2004, 2007), Costa (1994), Castro (2002, 2004), Castro e Marin (1989), os quais trançam uma trajetória destas práticas na Amazônia, evidenciando que estas podem e devem se constituir na base de fomento da produção da região, bem como, numa alternativa para minimizar o fluxo de deslocamento populacional amplamente divulgado por política de assentamentos rurais na Amazônia. Políticas que ignoraram de forma quase que total, as vocações e especificidades naturais da região e das populações que ali habitam.

A criação de áreas de UC no Brasil, precisam ser colocadas num contexto de políticas que não podem ser analisadas simplesmente como conservadoras e preservadoras do ambiente, mas como produtoras e mantenedoras destas populações no campo. Os estudos de Thompson (1987), Hall (2016) e Williams (2011) são emblemáticos ao abordarem a representação e a experiência humanas enquanto resultado de aprendizados cotidianos e significados da diferença. Para estes teóricos, o homem faz sua história mesmo sob condições impostas. Ele produz estratégias, mesmo em condições limitadas e que não foram escolhidas por sua livre e espontânea vontade. Essa é a sua experiência que precisa ser levada em conta para mantê-lo em seu lugar. Este homem mesmo sendo obrigado a migrar, pra onde for, carrega consigo toda uma carga de experiências e vivências, que não saem da sua história.

Sobre o homem amazônico tal experiência tem relação muito próxima com que na atualidade se convencionou para a sociedade, caracterizando-se pela busca de formas alternativas de produção e geração de renda. É uma visão baseada na criação de estratégias de gestão e manutenção da qualidade de vida a partir do uso racional e sustentável dos recursos ambientais. Uma agricultura atrelada a processos que se constituem em uma atividade moralizadora, disciplinadora, capaz de assegurar a constituição de propriedades e povoamento regulares, além de possibilitar a implantação de um modo de vida interpretado como civilizado e moderno (NUNES, 2016).

EXPERIMENTANDO UM MÉTODO

Os estudos de comunidade como epicentro da história social estão na gênese da historiografia moderna. Os trabalhos de Marc Bloch (1952 e 1975) sobre o mundo rural francês destacam a importância da perspectiva histórica na leitura das transformações ecológicas e espaciais para compreensão das relações políticas e econômicas do mundo moderno. Também Lucien Febvre (1991), em diálogo com os estudos ge-

ográficos, aponta a pertinência de se realizar o recorte regional dos objetos de estudo da história, em comunidades e pequenos lugarejos, de modo a esquadrihar as relações sociais em sua dimensão mais profunda.

Na perspectiva da história social britânica, E. P. Thompson (1987), demonstrou, a partir de um episódio de algazarra na região da Floresta Real de Windsor, como a aplicação de pena de morte aos camponeses pode ser um mote para reexaminar as relações sociais nas comunidades inglesas do século XVIII. Outros autores, como Jack Goody (1987) e Raymond Williams (2011) também tomaram os estudos de comunidade numa perspectiva histórica, ora em diálogo com fontes etnográficas, ora manejando fontes literárias e artísticas, porém sempre em busca das ações dos sujeitos históricos na construção de suas experiências cotidianas.

Como já pudemos comentar anteriormente é clássica na historiografia brasileira a perspectiva da análise histórica a partir dos estudos da integração do “sertão”, dos “caminhos” e das “fronteiras” geográficas e políticas, em autores como Capistrano de Abreu (1989), Sérgio Buarque de Holanda (1994). Assim também em antropólogos que pesquisaram na Amazônia, a partir dos anos de 1940, como Charles Wagley (1976) e Eduardo Galvão (1976), que estudaram as comunidades como um campo de compreensão da “mudança cultural”.

Tendo em vista um primeiro diálogo com a história social, este estudo ambiciona incorporar a pesquisa documental e os instrumentais da história oral, ciente de suas dificuldades e armadilhas, em grande medida apontadas por Jacques Le Goff (1990), Jan Vansina (1985), Jack Goody (1987), Paul Thompson (1992) e Michel Pollak (1998). Neste aspecto, os métodos da história social, em suas interfaces com os estudos antropológicos, geográficos e ambientais, serão importantes para a leitura da memória dos moradores locais, tomados não somente como informantes, mas também como interlocutores. Para isso nos apoiaremos em narrativas orais, escritas ou visuais, consideradas por Pacheco (2018) todas elas, processos de comunicação, repertório de saberes e conexão para o entendimento dos modos de vida e de luta, de povos e culturas em espaços e tempos situados.

Com as conversas informais e entrevistas, adentramos nas comunidades, na qualidade de observadora nos processos históricos de surgimento e uso dos recursos naturais da Reserva Extrativista em questão. Acreditamos que, a partir de uma análise contextualizada do ponto de vista das políticas ambientais, bem como do ponto de vista da história e da memória das populações locais sobre o ambiente e a vida cotidiana, será possível refletir sobre suas perspectivas acerca da qualidade de vida, sobre a produção para subsistência, assim como para comercialização, a partir do extrativismo local e suas relações com a sociedade envolvente.

ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

Este trabalho apresenta uma pequena amostra de pesquisa em fase de organização de ideias. Foi iniciado a partir de um levantamento bibliográfico e de algumas fontes, escritas e orais, sobre a história da Reserva Extrativista Marinha Maracanã. No texto, apresentamos fatos relacionados a comunidade do 40 do Mocooca, que a nosso ver, talvez seja a mais importante da área definida para a pesquisa, por ser o ponto final de chegada e de partida para várias outras comunidades do entorno da Reserva. É onde a terra, o continente e a floresta encontram o mar.

Seria o momento da conclusão deste ensaio, porém nos parece, e de fato o é, apenas o início de tudo. A partir de uma primeira conversa com Seu Antônio, um longo caminho a percorrer se apresenta nessa estrada de piçarra (Ramal do 40), passando por florestas, igarapés e várias comunidades até chegar ao mar, percorrendo um caminho que nem de longe, encerra questões polêmicas e cruciais para a manutenção do modo de vida naquela região, de moradores e dos vilarejos por onde essa estrada passa.

Nosso interlocutor naquela conversa, assim como esta pesquisa neste momento, encontram-se invadidos por questionamentos que são inerentes ao cotidiano do homem moderno, mas que rememoram experiências do passado, suas relações sociais, sua existência real e histórica. As respostas que buscamos ao trilhar esta estrada, poderão preencher vazios deixados por ausências, por lacunas de histórias de vida nesta região do salgado paraense.

As fontes visitadas até o momento, nos levam a deduzir possibilidades de conhecer mais a fundo, tanto os ambientes daquela região, legalmente protegida pela criação de normas de utilização dos recursos naturais locais, assim como a população nativa que vive seu cotidiano numa relação muito próxima com os ambientes de floresta, tanto os terrestres, quanto os aquáticos. Entender o ritmo da vida dessas pessoas partindo de seus relatos da memória será fundamental para entender os processos naturais do passado e do presente, com isso buscar possibilidades de reescrever a partir de suas lembranças de lamento e de dor, de alegrias e conquistas, trajetórias de vida nessa região, seja elas de mudanças ou de permanências destes moradores e de seus ambientes.

Vale ressaltar, que todo processo de mudança, sempre é marcante nos relatos de quem conta suas histórias. As narrativas quase sempre trazem um tom de lembranças de perdas, ora sobre a paisagem transformada, ora sobre as dificuldades de ir e vir, do acesso difícil, dos acidentes na estrada sempre em péssimo estado de conservação por conta da falta de manutenção e do abandono por parte do estado que nunca incluiu a região nos seus planejamentos de infraestrutura, mesmo a área tendo comprovadamente grande potencial turístico para o estado.

Importa dizer, que as mudanças percebidas nas falas do nosso interlocutor, são entendidas como transformações culturais que marcam essas populações de tal forma, deixando um rastro de lembranças entre os narradores geralmente pelo que se perdeu, e que não voltará mais, mas que fica guardado na memória e no imaginário dessas pessoas. Esse sentimento é muito bem colocado por Patricia Souza, na sua dissertação de mestrado defendida em 2002 na Universidade Federal de Campinas, sob o título *Mayandeuca: espaço e imaginário em narrativas de uma comunidade do litoral paraense*. A pesquisa foi realizada numa área vizinha no mesmo município de Maracanã, abordando a relação que esses narradores orais possuem com seu meio-ambiente e com o espaço-tempo, os quais são traduzidos em aspectos do imaginário e da cultura local. A Ilha de Algodal Maiandeuca (Figura 1), é uma Área de Proteção Ambiental (APA). É outra categoria de UC que tem seu espaço gerenciado pelo estado através das suas Secretarias de Meio Ambiente. Diferente das RESEX que são gerenciadas pelo Governo Federal através do ICMBio. Estas duas áreas, com população e hábitos iguais apresentam problemas muito parecidos, por serem áreas legalmente protegidas ao mesmo tempo com grandes dificuldades de resolver questões sociais dos seus moradores.

O fato é que a economia brasileira, especialmente dessas áreas, continua a ser extremamente dependente de recursos naturais. O futuro depende desses recursos, dos usos e valores atribuídos a eles. José Augusto Drummond (1991), historiador dedicado aos estudos da História Ambiental, explica que nossa sociedade não tem ética, nem na produtividade, nem no lucro, muito menos no trabalho, especialmente se for o trabalho do outro; a modernidade industrial e pós-industrial brasileira é especialmente frágil. Por esses e outros motivos, é preciso identificar em escalas regional e local, que tipos de sociedades se formam em torno de diferentes recursos naturais, que permanências tiveram essas sociedades e que tipos de consequências elas criaram para seus ambientes sustentarem outros tipos de sociedades. O que sobra para as sociedades locais a partir dos usos intensificados e diferenciados dos ambientes (recurso ambientais) obedecendo uma lógica do capitalismo internacional que vem sufocando comunidades locais, século após século.

São muitas questões a serem analisadas na tentativa de entender as dinâmicas de populações locais que a cada dia são mais atingidas pelas problemáticas de um mundo cada dia mais interligado, mais globalizado.

FONTES CONSULTADAS

1) FONTES ORAIS:

Conversa realizada com Seu Antônio Conceição (54 anos), pescador, morador da vila do 40 do Moçooca;

Conversa realizada com a senhora Rosemaria do Rosário (Dona Mocinha, 57 anos) em Maracanã, sede do município. Pescadora e presidente da Associação de Usuários da Resex Maracanã (AUREMAR) até janeiro de 2019.

2) FONTES ESCRITAS:

SNUC - LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

PROCESSO 02018.004364/99-08 Que trata da criação da RESEX de Maracanã. CNPT/IBAMA. Belém, 19 de outubro de 1999;

LIVRO DE ATAS de 2009, de reuniões da Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (AUREMAR).

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 1989.

ALBERNAZ, Ana Luiza M. Biodiversidade e unidades de conservação na Amazônia brasileira. In: VIEIRA, Ima C. G.; TOLEDO, Peter M.; SANTOS JUNIOR, Roberto A. O. (orgs.). **Ambiente e sociedade na Amazônia**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p.315-339.

ALBUQUERQUE, Gerson R. **Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

ARAÚJO, R. M. P. de. **Estrada-Parque Pantanal**: uma ferramenta de conservação da biodiversidade pantaneira. 2001. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.2, n. 5, 1999.

BRASIL. **Decreto n. 6.040/2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm . Acesso em 23 fev. 2016.

Bloch, Marc. **Slavery and serfdom in the Middle Ages**: selected essays. Berkeley: University of California Press, 1975.

_____. **Les caractères originaux de l’histoire rurale française**. Paris: A. Colin, 1952.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

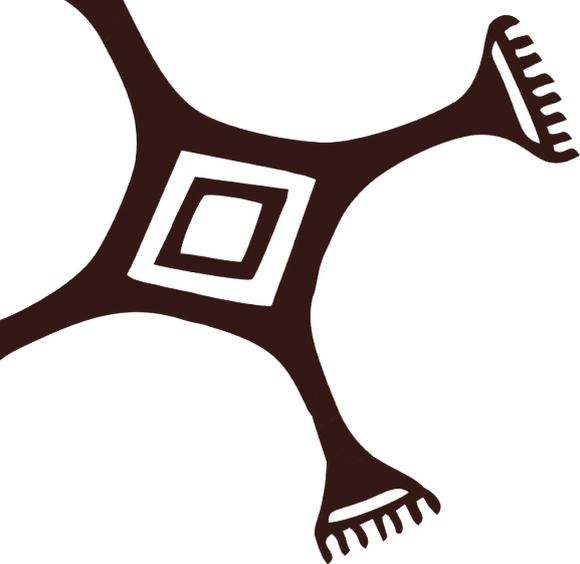
CASTRO, E. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A. **Amazônia**: terra e civilização. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p.45-78.

_____. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio C. (org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec/NU-PAUB-USP, 2002. p.165-182.

_____; MARIN, R. A. **Amazônia em tempo de transição**. Belém: UFPA/NAEA, 1989.

- COSTA, Francisco A. A racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. **Cadernos do NAEA**, n. 12, nov. 1994.
- DUTRA, V. *et al.* Proposta de estradas-parque como unidade de conservação: dilemas e diálogos entre o Jalapão e a Chapada dos Veadeiros. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 161-176, jun., 2008.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.177-197, 1991.
- FEBVRE, Lucien. **A terra e a evolução humana**: introdução geográfica à história. Lisboa: Cosmos, 1991.
- FERRI, Karlos Gil. **História ambiental**: historiografia comprometida com a vida. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/>. Acesso em 30 jun. 2018.
- FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: SILVEIRA, I. M.; D'INCÃO, M. A. (org.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 67-74.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**: um estudo da vida religiosa em Itá, Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- GOODY, Jack. **The interface between the written and the oral**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). Belém: Açáí, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1990
- NUNES, Francivaldo Alves. **Terras de colonização**: agricultura e vida rural ao Norte do Império brasileiro. São Paulo: Scontecci, 2016.
- OLIVEIRA, Marcus Vinícius Cunha. **A estrada para o progresso**: política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Inventário de oferta turística do município de Maracanã-PA**. Belém: SETUR, 2017.
- PACHECO, Agenor Sarraf. Cartografia & fotoetnografia das águas: modos de vida e de luta na Amazônia marajoara. **Iluminuras**, Porto Alegre, v.19, n.46, p.63-98, jan./jul., 2018.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- RISSO, Luciene C. A importância das reservas extrativistas para a discussão mundial de conservação da natureza. **Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 6, n.1, p. 130-138, jan./jun., 2012.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória e o esquecimento**: seis ensaios da história as ideias. São Paulo: UNESP, 2010.
- SANTOS, Jeyza Lobato dos. Reserva Extrativista como Alternativa para a Sustentabilidade Local: O

- Caso da Resex Marinha Maracanã-Pará. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasília. **Anais** [...] Brasília: ANPPAS, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-105-335-20080510135004.pdf>. Acesso em 04 mai. 2017.
- SHIRAIISHI NETO, J. As reservas extrativistas de babaçu (TO/MA). *In*: LITTLE, Paul E. (org.) **Políticas ambientais no Brasil: análises instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, 2003. p. 212-219.
- SIMONIAN, Lígia T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. *In*: ARAGON, Eduardo. (org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 25-44.
- SIMONIAN, Lígia T. L. Devastação e impasses para a sustentabilidade dos açais no vale do rio Maracá, AP. *In*: JARDIM, M. A. G; MOURÃO, L; GROISSMAN, M. (orgs.). **Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: MPEG, 2004. p. 233-252.
- SOUZA, Patrícia Inês Garcia de. **Mayandeua: espaço e imaginário em narrativas de uma comunidade do litoral paraense**. 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WAGLEY, Charles. **Amazon Town: a study of man in the tropics**. London: Oxford University Press, 1976.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- VANSINA, Jan. **Oral tradition as history**. Oxford: James Currey, 1985.



A UFPA E AS MEMÓRIAS DO CAMPI: O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO EM NARRATIVAS ESTUDANTIS (1979-1985)

Renan Nascimento Reis

O tema deste ensaio está centrado nos usos do passado, na construção de uma memória e na formação de uma identidade política pelos ex-alunos da Universidade Federal do Pará, os quais foram, de alguma maneira, afetados pela política de repressão levada a cabo por autoridades acadêmicas e policiais durante a ditadura civil-militar no Estado do Pará. A questão que nos servirá de guia durante nossa reflexão diz respeito a como a memória dos antigos discentes se relaciona com as demandas atuais desses mesmos atores, sua inserção no grupo de militantes estudantis que atuaram no âmbito universitário nos anos finais do regime militar e sua relação com o processo de redemocratização política.

Definiremos como meta compreender como se efetiva uma operação de evocação do passado através da memória daqueles que testemunharam as lutas políticas, as campanhas pelas “diretas já”, as lutas pelo fortalecimento dos órgãos de representação universitários, etc, bandeiras essas que transbordaram o espaço do campus e chegaram às ruas e ao debate político do tipo eleitoral (ainda que o fluxo inverso também tenha ocorrido). A discussão teórica oferecida por Stuart Hall e Beatriz Sarlo iluminará nossa análise das fontes e da historiografia citada. Nossa matéria-prima está nas entrevistas colhidas junto aos ex-militantes universitários, tomando como método a análise da narrativa que cada um constrói quanto à participação do movimento estudantil na luta contra a ditadura, as quais serão tratadas com cautela e distância crítica. As entrevistas foram filmadas no decorrer do projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)”, iniciado em 2013, sob a coordenação da Prof. Dra. Edilza Oliveira Fontes (UFPA). Esse acervo está disponível ao público em formato digital.

Aqui estamos fazendo o que já se chama, ainda com algum resquício de receio, de história do tempo presente. Sem deixar de considerar as dificuldades em seguir essa linha de pesquisa historiográfica, entendemos que a história do tempo presente

contribui para “desfatalizar a história, para relativizar as cadeias causais que constituíam os parâmetros de leitura, o prato feito do historiador. A história do tempo presente é, nesse aspecto, um bom laboratório para romper o fatalismo causal” (DOSSE, 2001, p. 93-94). Para nós, é ainda mais importante, como se verá logo mais, a capacidade que esse campo possui em inverter a ordem história/memória, de modo que a própria memória passa ser, agora, objeto de análise.

MEMÓRIA, TEMPO PRESENTE E HISTÓRICA POLÍTICA

Penso que aqueles que se debruçam sobre a dita história do tempo presente têm se impressionada com a “politização” da sociedade brasileira nos últimos dez anos, pelo menos. Não trataremos aqui sobre a “veracidade” desse *status* político, sua real imersão entre as várias camadas sociais, ou ainda sobre a fidedignidade dos discursos que se apresentam em todos os lugares, sejam eles materiais ou virtuais. É apenas, no entanto, uma questão de constatação empírica perceber que os programas televisivos, jornais eletrônicos, revistas, redes sociais e conversas informais estão inundados por assuntos sobre a política brasileira atual, de modo que, aqui e acolá, somos confrontados por todo tipo de manifestação ideológica e conceitos de toda sorte, às vezes mal formulados e estanques, mas que nos cercam a todo momento: impeachment, golpe, corrupção, democracia, justiça social, direita, esquerda, apenas para citar alguns exemplos.

Apenas saber disso, embora fundamental, é insuficiente para pensarmos a atuação desses atores nesse tempo de tantos conflitos político-sociais, principalmente de cunho partidário. Um caminho é fazer questionamentos sobre as identidades que se formam quando o político passou a ocupar lugar central na vida cultural da sociedade contemporânea, percebendo, para aqueles que tomam a memória por objeto de estudo, como os estudantes universitários de Belém, que frequentaram o espaço da UFPA nos anos 1970 e 1980, (re)constroem suas experiências naquele período, operação que não é possível sem que se forme um discurso a partir desse presente, do qual não se permite desvincular. Se tomarmos como verdadeira a assertiva de que enfrentamos uma temporalidade em que existe uma “cultura política” latente no Brasil, teremos um campo fértil para pensar a relação passado/presente e sua instrumentalização a partir da memória.

Outra forma de abordagem é refletir sobre como se processa a seleção dos “acontecimentos” vividos por essas “testemunhas oculares” quando a narrativa do passado se forma em suas memórias. Pouco nos interessa, pelo menos por enquanto, a “veracidade” do narrado, do que podemos chamar de fato histórico em sentido estrito, na concepção historicista do termo. Confrontar o narrado com outras memórias ou com outros documentos, aqueles recolhidos pelo Arquivo Nacional, por exemplo, atuando como um Sherlock Holmes, como já disse uma vez Carlo Ginz-

burg, para achar lacunas e indícios de “invenção”, seria um recurso metodológico inadequado para o que pretendemos nesse breve estudo. Interessa-nos muito mais os usos do processo de *mnemosine* para a (pré)figuração de uma identidade estudantil, considerando que até mesmo as omissões fazem parte, como uma vez advertiu Stuart Hall (1997, p.26), desse cenário de subjetivação.

Tomaremos como fontes, as memórias de ex-estudantes paraenses que participaram do processo de abertura política nos últimos anos de ditadura civil-militar, “afinal tais identidades estão ancoradas na posse em comum de uma memória que os unifica e que os substancializa” (ARMANI, 2011, p.28). Esses indivíduos trarão narrativas do passado a partir das demandas do presente, “que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado” (PESAVENTO, 2007, p. 16).

Através da oralidade, das palavras ditas, onde os depoimentos recuperam uma memória estudantil (e não “a” memória estudantil) e trazem a experiência do vivido que é possível ser recuperado pela lembrança, muitas vezes auxiliada pelo entrevistador que conclui pensamentos, termina frases mal elaboradas por conta do decurso do tempo, temos contato com sociabilidades experienciados em tempos idos, em um processo complexo em que o testemunho das vítimas assume várias temporalidades, a do passado do entrevistado, e do seu presente, bem como a do passado do entrevistador (este também, no caso dos depoimentos utilizados neste artigo, testemunha ocular dos fatos relatados), e do seu presente. “Essa é, sem dúvida alguma, uma história de fragmentos, de composição em mosaico.” Dito isso, já aparecem vários questionamentos quanto à veracidade do narrado, “pois aquele que rememora não apenas reconta o que viveu a cada momento evocativo, como lida com o *gap* inegável existente entre o tempo do vivido e o tempo da narrativa” (PESAVENTO, 2007, p.20).

Esse é possivelmente o maior desafio com o qual se depara o historiador que lança mão de fontes orais, e sem dúvida o que mais gera debates acadêmicos. O pesquisador deve estar atento a tudo isso, para não cair na armadilha epistemológica de reforçar um discurso que se pretende verídico. Acrescenta-se o teor político que permeia os testemunhos, o que condiciona o narrado e o esquecido, e gera ainda mais dúvidas sobre a confiabilidade das fontes orais. Mas não por isso devemos desconsiderar a memória como objeto e fonte para a pesquisa histórica, mas apenas ter em mente que se trata, antes de mais nada, de um discurso.

A histórica oral do movimento estudantil é “tecida e retecida continuamente” (o que também é uma característica da ciência histórica de modo geral), e me parece que os depoimentos colhidos pelo projeto “A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)” trazem essa marca de modo

claro. No entanto, aqui cabe uma ressalva importante: seria ingênuo (penso que até mesmo perigoso) categorizarmos como imaginação ou invenção o que é dito pelos ex-alunos da UFPA em depoimentos feitos trinta anos após os fatos vividos. As narrativas trazem imperfeições, omissões, descontinuidades, incoerências que, são justificáveis se considerarmos que são construídas pelo esforço de lembrar e pelo sentimento com que cada um guarda com o passado. Penso que o historiador deve estar menos preocupado com essas imperfeições (o que não quer dizer que deva desconsiderá-las) e mais atento ao que elas buscam comunicar de modo mais amplo.

Há, ainda, em nossa análise uma particularidade que precisa ser comentada. O autor deste ensaio não realizou as entrevistas, mas sim, colheu-as a partir do trabalho realizado por um terceiro pesquisador. Aqui cabem duas considerações. A primeira é que muito da interação, da emoção, das sutilezas, da energia que surgem no momento em entrevistador e entrevistado estão frente à frente se perde, pois isso não é registrável em qualquer forma de armazenamento. Ainda que tentemos recuperar esses detalhes junto à entrevistadora, talvez desejando que ela nos possa descrever alguns pormenores dessa interação, estaríamos apenas colhendo novas representações sobre um momento que não pode ser recuperado. Para nós isso significa uma perda, de um lado, e um ganho, de outro. Perda, porque cada detalhe que se perde em uma entrevista oral é como se uma folha de um manuscrito antiquíssimo fosse deixada pra trás. E não tem sensação pior para um historiador quando tem que deixar de lado parte da documentação que lhe sirva. Ganho, porque herdamos outro objeto de análise, o qual se refere ao papel desempenhado pelo entrevistador no processo de lembrança e narrativização dos sujeitos, o que é mais facilmente verificável quando há um terceiro olhar àqueles que participaram da entrevista.

Gostaria nesse momento de tecer alguns comentários sobre o papel do entrevistador no processo mnemônico, o qual conduz, junto com o depoente, à formação de uma narrativa sobre o passado. No caso aqui estudado, a entrevistadora, traz consigo um fator que jamais pode ser desconsiderado, que diz respeito de ter ela própria participado das experiências relatadas pela maioria dos narradores. É, além disso, uma pesquisadora do contexto a qual lança seu olhar acadêmico e uma testemunha desse mesmo momento histórico. Isso significa que, nos depoimentos colhidos, o processo de interlocução possibilitará que os pedaços de memórias dispersos e, por vezes, sem causalidade clara, poderão, em algumas oportunidades, ser conectados a um discurso já pré-definido sobre o papel do movimento estudantil para a redemocratização do país, entre os anos 1979 e 1985.

O próprio depoimento da entrevistadora da conta dessa necessidade de reforçar essa ligação e isso ressoa no modo como as perguntas são conduzidas aos demais entrevistados, e acaba por conferir uma clareza e coerência histórica ao narrado que, talvez, não fosse assim formulado pelo depoente, sem essa intervenção. Partamos,

assim, da premissa de que a narrativa oral “faz-se num circuito de interlocução que, pode ser pensado para além dos limites ‘pessoais’ da entrevista e, ao mesmo tempo, vinculado a este campo de relação entre o pesquisador e o entrevistado, no qual o enredo é construído” (CALVO, 2010, p.27). Quero dizer com isso que, ainda seguindo Célia Calvo (2010, p. 28), “as narrativas orais são produzidas não de modo voluntário/espontâneo, mas mediadas pelas perguntas, roteiros, problemáticas sempre carregadas pelos supostos teóricos, políticos que orientam a prática e o trabalho de pesquisa e da produção delas em fontes históricas”. Isso implica que ambos, entrevistador e entrevistado, formulam a narrativa oral a partir de suas experiências culturais, que se somam e se entrecruzam.

Nesse sentido, a memória dos ex-estudantes quanto ao papel do movimento estudantil nos anos finais da ditadura civil-militar seguirá um roteiro que se repetirá em várias falas, a exemplo do depoimento da historiadora Edilza Fontes. Ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), na primeira vez que a entidade viu eleições diretas após o golpe de 1964, foi ainda militante do PCdoB, do PRC e do PT, fundadora do Centro Acadêmico de História na UFPA. Mas antes de tratarmos da entrevista em si, alguns pontos no resumo sobre a trajetória da ex-militante apresentado pelo projeto “UFPA e os Anos de Chumbo” nos chama atenção.

O texto assim relata: “participou das lutas pela redemocratização no Pará como a anistia, contra a censura e denunciou a tortura, e, ainda, lutou por eleições diretas para presidente”; (FONTES). Penso que há aqui uma narrativização bastante retórica quanto ao papel dos ex-estudantes na reabertura política e na reorganização dos movimentos políticos nos anos finais da ditadura, o que será reforçado na própria entrevista da ex-militante.

Em seu testemunho aparecem referências quanto à formação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, os debates sobre a anistia, das ações de panfletagem e vendas de jornais alternativos, às eleições para governador em 1982 e ao assassinato do aluno César Moraes Leite em sala de aula por um agente da Polícia Federal. São tantas lembranças que não seria possível tratar de todos os assuntos neste artigo. Apenas faço algumas considerações: os debates em torno das eleições de 1982, as primeiras diretas, o qual saiu vencedor o candidato apoiado pelo movimento estudantil universitário (pelo menos é essa a construção que se faz a partir dos testemunhos), a coordenação da campanha de Humberto Cunha, estudante também perseguido pela ditadura e caçado pelo Decreto nº. 477/1969, a campanha pelas “Diretas Já” e pela meia passagem, enfim, todo o movimento político estudantil que se configurará na primeira metade da década de 1980 servirá como plano de fundo para o discurso de que os estudantes foram atores cruciais para a reorganização democrática da sociedade civil, garantindo seu lugar (de memória) na luta para a derrubada do regime agonizante.

Após ler esses fragmentos, não esqueçamos que “a memória não se resume em um conjunto de lembranças sobre determinado fato ou espaço, mas constitui-se mesmo num processo de luta em torno do que deve ou será guardado” (ARRUDA, 2000, p.41). Não cabe aqui questionar a importância do movimento estudantil para a redemocratização da sociedade e para a abertura política, apenas gostaria de assinalar a narrativa que se cria em torno desse momento, quando as memórias de ex-estudantes são organizadas, de modo que se procura reforçar sobremaneira esse papel. Considerando as demandas do presente, a memória surge como “força ativa”, condicionada pelo momento histórico de quem responde e de quem pergunta (SAMUEL, 1997, p.44), de modo que essas fontes orais foram “produzidas diretamente numa relação interpessoal entre pesquisador e entrevistados” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 381).

Essas demandas aparecem na fala de Edilza Fontes ao tratar das eleições de 1982, quando o PRC, partido no qual militava, apoiou o candidato Jader Barbalho (PMDB), para, apenas posteriormente, ocorrer uma aproximação de seus correligionários junto ao recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT). A entrevistada finaliza sua narrativa asseverando que aquela fora uma geração muito importante para a construção da democracia no Brasil: “Eu faço parte dessa geração de resistência à Ditadura Militar”¹.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DO PASSADO E A MEMÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Vejamos outro testemunho. Sérgio Antonio Martins Carneiro, ex-aluno de medicina, foi presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na UFPA e atuou na União Nacional dos Estudantes (UNE), na qual foi diretor Norte, tendo ainda militado no PCdoB, no PRC e no PT, o qual ainda é filiado. O texto de apresentação do entrevistado indica que ex-estudante “reorganizou o movimento estudantil no Pará”. No depoimento, em aparente esforço para lembrar os ocorridos, em uma narrativa bastante truncada e cheia de pausas, possivelmente por conta do decurso do tempo, Carneiro tem suas memórias “costuradas” pela intervenção da entrevistadora, a qual junta os pedaços rememorados e os organiza em uma fala que se transforma em uma continuidade e coerência que talvez não seria possível sem essa participação.

A memória não é uma manifestação individual, mas sim coletiva. Após Carneiro tratar das manifestações pelas “Diretas Já” e de como eram os estudantes jovens sonhadores, a entrevistadora sintetiza tudo o que foi dito da seguinte maneira: “Eu acho que aquela geração foi importante para o processo de redemocratização”; “a audácia dos estudantes possibilitou as mudanças no País”². Essa definição apenas pode ser possível pelas mediações que envolvem o ato de perguntar, lembrar e narrar, que

1 Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes, 2014.

2 Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro, em 2014.

se modificam com o passar do tempo. Portanto, a relação que se estabelece entre os movimentos estudantis dos anos finais da ditadura civil-militar e a redemocratização e abertura política só é possível fazer através dessas mediações, o que inclui o conhecimento daquilo que ocorreu posteriormente aos fatos, e o grupo a qual pertencem o entrevistador e o entrevistado. Quando fazem parte do mesmo grupo, então tudo é ainda mais complexo. Para Ecléa Bosi (2004):

Pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta o fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado. Como transmitiríamos a nossos filhos o que foi a outra cidade, soterrada embaixo da atual, se não existem mais as velhas casas, as árvores, os muros e os rios de outrora? (BOSI, 2004, p.413).

A relação a que nos referimos anteriormente aparecerão em outras vozes e, principalmente, nas apresentações das testemunhas, que estão dispostas como forma de breve resumo de suas trajetórias.

Vamos a elas: Arnaldo Jordy (“Arnaldo Jordy reorganizou o movimento estudantil no Estado e participou das lutas de redemocratização no Pará”); Fernando Carneiro (“participou ativamente do processo de reorganização do movimento estudantil paraense no início dos anos de 1980, quando destacou-se na luta pela ‘meia passagem’”); Humberto Rocha (“no período da redemocratização, ele foi um dos fundadores da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), militou no PCdoB e depois no PRC, mas, em 1982, foi eleito vereador pelo PMDB, e posteriormente filiou-se ao PT”); José Carlos Bouçã da Silva (“na entrevista, José Carlos Bouçã da Silva fala sobre a relação do movimento estudantil com a direção da Universidade, sobre a importância dos estudantes para a reorganização política da UFPA, sobre a reorganização dos partidos políticos e sobre sua atuação no Jornal Resistência”); Ana Júlia Carepa (“Quando criança, Ana Júlia viu seu pai sendo levado de casa por militares armados, algo que afetou a vida da família e modificou a forma que Ana Júlia passou a encarar a sociedade. Em 1976, Ana Júlia entrou para o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, onde encontrou um clima de repressão pela Ditadura Militar, mas também de vontade dos alunos em reformular o curso”; “Ana Júlia foi também militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), depois foi militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC), até chegar à militância pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ao final, conta ainda o quanto o espaço da Universidade no período da Ditadura Militar foi determinante na sua formação política, profissional e social”).

Agora, para encerrar esse momento mais empírico, peço licença ao leitor para transcrever alguns trechos dos depoimentos que considero importantes para nosso debate:

Fernando Carneiro:

O que eu considero importante a gente ressaltar é que independente de ser da época da Convergência [Socialista] acho que naquele momento dentro da história política, na época de transição da ditadura, houve um processo muito forte de organização das entidades estudantis, dos partidos políticos, das tendências e das correntes que até hoje estão por aí. E havia um processo naquele momento, que eu acho muito singular, de formação de quadros. Esses quadros, independentemente de suas matizes políticas, sejam quais forem, uns foram mais pra esquerda, outros mais pro centro, um pouquinho pra direita, mas aquele pessoal, contemporâneo daquela época, 1978, 1979, 1980, 1985, que fez o movimento estudantil nessa época, mas tarde teve uma projeção, e hoje desempenham função no executivo, legislativo, judiciário, nacional, paraense e de Belém. Uma boa maioria deles foi projetado e se qualificou para ocupar quadros nas esferas do poder hoje. Vários dirigentes estudantis daquela época ocupam ou já ocuparam cargos de destaque na política do Pará e do Brasil. Eu acho que aquele processo de reorganização das entidades, de luta pela meia-passagem, desse nosso processo de enfrentamento da ditadura via enquadramento na Lei de Segurança Nacional, foi um processo muito rico, que forjou uma gama de quadros e qualificou esses quadros. É uma coisa que eu não vejo hoje em dia, apesar das grandes mobilizações que a gente viu agora. Não existe um processo de politização, de formação de quadros como a gente viu nessa época. O grau de politização das lideranças e de amadurecimento e de teorização é muito maior do que a gente ver hoje em dia nas lideranças estudantis³.

Na fala de Carneiro há um esforço em destacar a participação do movimento estudantil nas lutas políticas que se observaram no início dos anos 1980, através de uma fala que, de alguma forma, reforça uma identidade combatente dos estudantes que participaram dos movimentos pela redemocratização, a qual, para o ex-estudante, se manteve até os dias atuais. A memória a serviço do presente, como instrumento de ligação esse e o passado, é uma característica fundamental destes depoimentos que não podemos perder de vista, o qual veremos em outros depoimentos, como o descrito abaixo.

Ana Júlia Carepa:

Não tenho dúvida nenhuma que isso [a militância política dentro da universidade durante o período de redemocratização] foi determinante para militância política de esquerda, determinou mais ainda minha opção de

³ Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro, em 2014.

vida. Depois fui para o Banco do Brasil, depois para a militância bancária, militância sindical. O espaço da universidade foi o espaço que me permitiu abrir os olhos, a consciência, perceber que tem uma realidade que estava bem juntinho da gente e que não deixavam a gente enxergar. E foi lá na universidade que me foi permitido ver e perceber que era necessário fazer alguma coisa para transformar aquela realidade. Isso me fez ter uma atuação política. A universidade contribui [para a abertura política], porque aqui tinha, independentemente de o reitor ser nomeado pelo governo militar, aqui tinham professores, intelectuais, democratas. Aqui tinha um espaço que se permitia discutir de forma democrática e com certeza ajudou a redemocratização do país. As universidades foram um espaço fundamental e somaram com os movimentos todas da sociedade e inclusive ajudaram a formar muitas lideranças para a redemocratização do país⁴.

Uma identificação necessária entre movimento estudantil e condição de agente político aqui surge subsidiariamente ao papel, adotado como natural, desse movimento nas lutas pela abertura política. A fala de Carepa repercute uma noção que aparecerá nas memórias de muitos outros ex-militantes.

Vemos nessas narrativas como as memórias surgem como uma forma de subjetividade, que alcança a esfera pública, sendo moldada a partir das necessidades do presente no olhar sobre o passado, reforçando uma identidade estudantil de enfrentamento à ditadura e um sentimento de solidariedade de grupo a qual pertencem. Há um desejo de autorreconhecimento que extrapola o simples ato de lembrar (PASSERINI, 2011, p.7-12).

Para problematizar essas narrativas, tomo emprestado algumas considerações feitas por Beatriz Sarlo (2007). Tratando do passado e da memória dos últimos trinta anos, essa intelectual argentina debate a questão da primeira pessoa do testemunho e as razões culturais e políticas que o elevam à categoria de discurso legítimo, lançando seu olhar sobre a Ditadura Militar na Argentina e a redemocratização. Sarlo discute a transformação do testemunho em um “ícone de verdade”, tendo a primeira pessoa como sujeito privilegiado, no qual se deposita confiança e credibilidade, no nosso caso aqui, os ex-estudantes universitários.

A autora parte da premissa de que existe um sentimento pós-moderno em que se está mais aberto às verdades emitidas pelas memórias coletivas (uso essa redundância apenas com valor semântico, pois, em verdade, toda memória é coletiva), havendo nesse sentido a revalorização do campo subjetivo, o que, grosso modo, diz respeito a maior atenção dada ao sujeito, tendo o “pessoal” alcançado maiores os espaços nas manifestações públicas. Para a autora, é preciso questionar esse poder moral que circunda o testemunho, alicerçada por um dever de ressarcir as vítimas dos regimes de

4 Entrevista com Ana Júlia de Vasconcelos Carepa, em 2015.

exceção, e que, muitas vezes, tem por trás o desejo de assegurar uma posição, social, política, econômica, a um determinado grupo. Para os grupos que sofreram diversas violências por parte dos órgãos de vigilância e dos órgãos policiais, esses testemunhos acabam ganhando uma sacralização ainda maior, considerando todo o sofrimento, danos físicos e morais, os quais sofreram. Para os ex-estudantes, isso significou violências físicas, prisões, trancamento de curso, expulsões, constrangimentos e tantas outras formas de violência.

Para tornar tudo ainda mais complexo, Sarlo nos lembra que o campo da memória é um local de conflitos entre aqueles que querem manter sempre viva a memória dos que sofreram as arbitrariedades do Estado e aqueles que preferem o caminho da reconciliação e do esquecimento. O que por si só já acende uma luz de alerta, quando nos damos conta do risco que há em depositar nos relatos de experiências uma expectativa de encontrarmos uma verdade “elevada”, uma vez que a narrativa segue essa lógica: o testemunho é inseparável da autodesignação do sujeito que o emite, de suas crenças, interesses, e a memória (anacrônica por natureza) vislumbra sempre atuar no presente e nas demandas que partem dele. Dito de modo mais claro, a memória coloniza o passado (SARLO, 2007).

Penso que este ensaio seja capaz de abrir um debate sobre os testemunhos colhidos até hoje quanto aos anos finais do Regime Militar. Essas narrativas trazem detalhes que escaparam aos registros dos órgãos de vigilância do Ministério da Educação (SNI/ASI) e nos trazem novos temas de estudo. Cabe sempre ressaltar que o que está por trás do discurso testemunhal é tão importante quanto o que se diz, e as nuances que condicionam essas narrativas devem igualmente ser objetos de estudo caros aos historiadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero que o leitor não interprete todas essas formulações como uma tentativa de desvincular o movimento estudantil das lutas pela redemocratização no país e pela destruição do regime militar. Isso seria, antes de mais nada, um equívoco historiográfico, empírico e teórico. Não podemos esquecer, certamente, o quanto a pressão vinda dos meios estudantis foram essenciais para que os pilares da ditadura começassem a ruir, bem como a transição que ocorreu daqueles que militaram durante anos dentro das universidades, para a luta política do tipo eleitoral. Isso está bem definido na literatura especializada (VELARDE, 2012; POERNER, 2004; SILVA, 2007; PELLICCIOTTA, 1997; MULLER, 2016; MOTTA, 2014) sobre o tema e a documentação confirma esses fatos históricos. Penso apenas que, como todo discurso, essa narrativa precisa ser problematizada, inquirida, questionada, testada e provocada; e tomá-la como um dado cristalizado, inabordável e “óbvio” impede que o debate acadêmico possa avançar.

FONTES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edilza Joana Oliveira Fontes. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (39min e 15seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1270>>. Acesso em 03 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Sérgio Antonio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (57min e 28seg). Disponível em:< <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1287>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Arnaldo Jordy Figueiredo. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (58min e 17seg). Disponível em:< <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1269>>. Acesso em 02 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Fernando Antônio Martins Carneiro. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (53min e 41seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1274>>. Acesso em 02 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Humberto Rocha Cunha. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (2h 01min e 13seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1277>> Acesso em 01 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com José Carlos Bouçãõ da Silva. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (52min e 27seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1283>>. Acesso em 02 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Ana Júlia de Vasconcelos Carepa. Belém: UFPA, 2015. 1 vídeo. (48min e 22seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1406>>. Acesso em 04 jun. 2018.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Cultura e Natureza, Oralidade e Escrita em áreas de Florestas e Cidades do Vale do Juruá, Amazônia Acreana. **Amazônica** – Revista de Antropologia, v. 4, n. 2, p. 354-383, 2012.

ARMANI, Carlos Henrique. Por Uma Escrita Pós-Colonial da História: uma introdução ao pensamento de Stuart Hall. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 25-36, 2011.

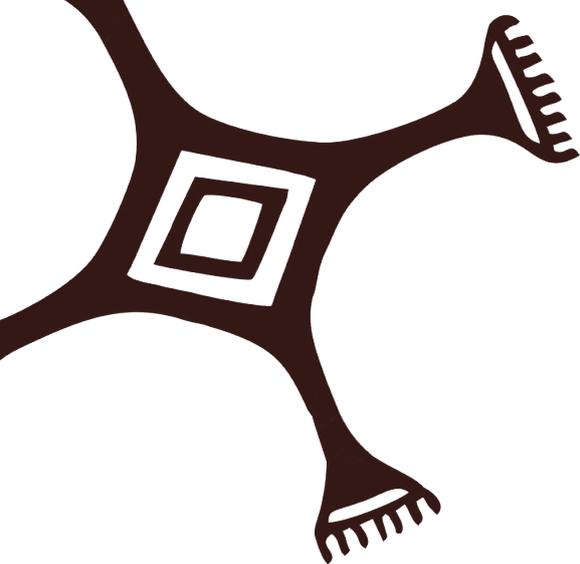
ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a história e a memória. Bauru, SP: Edusc, 2000.

BOSI, Ecléa. A substância social da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 405-482.

CALVO, Célia Rocha. Narrativas Oraís, Fontes para Investigação Histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 42, p. 11-29, jan./jun., 2010.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: UNESP, 2001.

- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez., 1997.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- MULLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- PASSERINI, Luisa. Feridas da Memória: identidade feminina e violência política. In: PASSERINI, Luisa. **A Memória entre Política e Emoção**. Tradução: Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PELLICCIOTTA, Mirza Maria Balfi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 7-23, jan./jun., 2007.
- POERNER, Arthur. **O Poder Jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.
- SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, p. 41-81, 1997.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução: Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Jovens, estudantes e rebeldes: a construção das memórias estudantis. In: VII ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2007.
- VELARDE, Jaime Cuéllar. **No Crepúsculo**: memórias subversivas da ditadura civil-militar na Amazônia Paraense (1964-85). 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia, Belém, 2012.



DO CHÃO DO ARAGUAIA: OS CAMINHOS E A FÉ COMBATENTE

Marcos Alexandre Araújo Ribeiro

LIBERTAÇÃO(ÕES) NO CHÃO DO ARAGUAIA E OS CAMINHOS RESSIGNIFICADOS

Dou início a este trabalho elucidando a discursão acerca da luta pela propriedade e pela posse da terra que ocorreu às margens do Rio Araguaia, no Sudeste do estado do Pará, com foco especial para a simbologia da gênese do movimento que, tempos mais tarde, viria a ser conhecido como o “Movimento Pela Libertação dos Presos do Araguaia”, ou MLPA, que reivindicava a libertação dos padres Aristides Câmio e Francisco Gouriou, e dos agricultores João Matias da Costa, Antônio Resplande, Raimundo Resplande Coelho, Raimundo Resplande da Silva, Simplício Vieira, Venâncio pereira da Anunciação, Raimundo pereira da Anunciação, Arnaldo Lopes Queiros, José Ribamar, José parreira de Araújo, Leônidas Alves Furtado, Milton de Souza Almeida e José de Araújo e Silva, todos presos, acusados pelo Tribunal da Justiça Militar de cometerem os crimes de desordem pública e invasão de propriedade privada, em especial das fazendas dos senhores José de Almeida, da cidade de Governador Valadares em Minas Gerais; Evandro Azevedo, do estado do Espírito Santo; e pela invasão da propriedade e assassinato de um funcionário do Deputado Estadual pelo Partido Social Democrata de Goiás – PSD-GO Juraci Teixeira, de nome Luís Antônio dos Santos Trindade.

O MLPA, que teve características bastante plurais, ecumênicas, e até transreligiosas, alcançou dimensões nacionais e internacionais e buscava essencialmente a libertação desses quinze homens presos, todos atuantes no município de São Geraldo do Araguaia e entorno das regiões Sul e Sudeste do estado do Pará.

Julgo oportuno dizer que esses sujeitos não eram nativos daquela comunidade; contudo, eram homens que, assim como tantos outros, em outras épocas, impulsionados pela promessa de terra e trabalho, migraram para essa porção da Amazônia em busca de sustento, fartura e felicidade. Neste ponto, saliento que o título desta sessão

introdutória coloca no centro deste debate o movimento migratório e a libertação como temas de debate.

Ao grafar, no título, a palavra “libertação”, quis sugerir, por meio da forma plural entre parênteses, a ambiguidade que este substantivo permite, assim, denoto uma libertação que é, obviamente, física, do corpo encarcerado judicialmente, mas também conoto, pela via do discurso identitário, a libertação metafórica deste sujeito que se desprende e transita por entre as fronteiras.

Essa questão requer a utilização de um refinado percurso metodológico, uma vez que visualizo nesse movimento migratório o mito bíblico da jornada em direção a Terra Prometida, perspectiva que me permite abordar o MLPA por meio de algumas categorias. Partindo da História do Tempo Presente, aliada às noções teóricas de Identidade e de Memória, fundamento-me nas falas de Jacques Le Goff (1990), Marieta Ferreira Arado (2001), Stuart Hall (2003), Lucília de Almeida Neves Delgado (2010), Paul Ricoeur (2007), além das observações do professor Antônio Torres Montenegro (2010), no que toca a abordagem do método.

Segundo Hall, frequentemente o Êxodo bíblico é tomado como referência basilar de diáspora, ao redor do qual giram movimentos semelhantes, principalmente em decorrência do fenômeno da globalização, que precipitou o estreitamento das fronteiras significações. Dessa maneira, a identidade do sujeito estrangeiro não resiste à penetração de padrões culturais e sociais diversos, e fratura-se, sem, contudo, romper-se definitivamente, já que a memória de sua origem é mantida e sujeita a ressignificações.

Os conflitos nessa região, seja pela terra, pelo minério ou pela exploração ilegal de madeira da floresta, geralmente vitimam muito mais os socialmente e economicamente vulneráveis, como os pequenos agricultores, os pescadores, os indígenas e o caboclo amazônico (que pratica o extrativismo, em geral, não predatório), assim como comunidades remanescentes de quilombo, sendo que muitos desses povos já ocupavam histórica e ancestralmente essas terras e rios. Temos, portanto, um exemplo da pluralidade de sujeitos que compõem o mosaico da realidade amazônica.

Assim, uma vez que povos sempre empreenderam jornadas ao longo da história, o sujeito migrante entende que sua libertação (seja de qual mazela for, como guerras, sistemas de governos tiranos, fatores climáticos, dentre outras formas de opressão) o move em direção, sobretudo, à metrópole, que ainda é o modelo basilar de desenvolvimento econômico e intelectual. Todavia, não somente os grandes centros urbanos seduzem os homens; a possibilidade de obtenção de terra atraiu inúmeras pessoas para região do Araguaia, que migraram de várias partes do Brasil com suas famílias em busca sustento. Mais tarde, esse espaço se tornaria o palco do desenvolvimento de importantes lutas pela posse e utilização dessas terras às margens do Rio Araguaia, o

que acabou ratificando e acentuando, porém, as diferenças e contrastes de perspectivas entre os sujeitos e os lugares.

Dessa forma, passarei a utilizar nesta sessão primeira sessão a expressão “movimento diaspórico”, bastante utilizada na fala de Hall (2003), para me referir ao que causou a presença desses atores sociais que lutaram pela terra, considerando a diversidade que compunha os chamados “presos do Araguaia”, dentre os quais figuravam dois padres franceses e treze agricultores oriundos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, assim como, por outro lado, verificamos a presença violenta dos fazendeiros envolvidos na questão, também oriundos de outros estados, como de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.

Sobre o envolvimento dos padres franceses nesse movimento, lembro que a presença de missionários religiosos na Amazônia por muito tempo também ajudou a compor esse quadro complexo. Contudo, meu recorte focaliza, em especial, a atuação dos padres Aristides Gamiô e François Gouriou, que eram membros da congregação *Missions Etrangères de Paris*¹, e vivenciaram semelhante realidade em uma Europa contemporânea à segunda guerra mundial, uma vez que Aristides nascera em 1941, e François em 1942. Conheceram-se ainda no seminário, no início dos anos 1960, sendo que Aristides fora ordenado sacerdote no ano de 1968 e François, em 1969. É importante salientar que, embora partilhassem de experiências semelhantes, os padres vivenciaram realidades muitas vezes até piores no continente asiático, na República Democrática Popular do Laos, de onde, contraditoriamente, e por razões distintas, foram expulsos sob a acusação de serem anticomunistas.

Em 1977 eles chegam ao Brasil para cumprir tarefas sacerdotais na longínqua e desafiadora região amazônica (SILVA, 2005), onde continuariam a seguir caminhos convergentes, apesar possuírem perfis bastante distintos, já que Francisco (ou Chico, como padre François era conhecido no Brasil) assumiria funções administrativas e burocráticas. Ele, assim como Padre Aristides, logo percebeu que enfrentaria resistência de determinados setores daquela sociedade, pois desenvolveriam papéis fundamentais na construção do movimento de oposição à ditadura militar, como podemos perceber no relato de padre Ricardo Rezende (1986):

1978 é um ano em que [...] centenas de lavradores procuraram as casas paroquiais de toda a Prelazia porque se viram sob uma avalanche de ameaças de despejos [...]. Não tinham a quem recorrer senão à Igreja. O Sindicato fazia questão de não entrar nesses problemas e quando entrava o fazia colocando-se contra os associados. A credibilidade do poder público local ia de mal a pior. Liminares apressadas, ineptas, eram assinadas e o

¹ As *Missions Etrangères de Paris*, ordem secular com forte formação espiritual e intelectual, fundamentava suas ações nas práticas pastorais ao cuidado dos mais necessitados; fora criada em 1658 pelos padres franceses Pierre Lambert de La Motte e François Pallu, e se contavam fortemente presentes na Ásia, mas também estendendo seus trabalhos missionário ao Brasil.

oficial de justiça, acompanhados por soldados da PM e por pistoleiros, percorria as posses lançando fora as famílias, queimando as casas com tudo que havia dentro, destruindo as benfeitorias e espancando seus moradores (REZENDE, 1986, p. 53).

Coloco em foco o debate em torno dos movimentos diaspóricos, levantado por meio da dimensão plural do MLPA, que construiu uma verdadeira rede de apoio em defesa da libertação daqueles homens, religiosos ou não, que se encontravam privados de viverem na “terra prometida”. Assim, jogo luz para as reconfigurações em relação à identidade do sujeito, ponto sobre qual me dedicarei a explicar pelo viés da libertação, fundamentalmente a partir das considerações de Stuart Hall, em sua obra “Da Diáspora” (2003).

Os Estudos Culturais, inicialmente, caracterizam-se por *borrar* as fronteiras de significados tradicionalmente estabelecidas por estruturas culturais e identitárias que, embora importantes para os seus balizamentos, propõem um olhar multifacetado das suas relações. Nesse sentido, a essas fronteiras não necessariamente interessa o apagamento, mas antes a compreensão da *fragmentação* de lugares, sujeitos, saberes e identidades, isto é, o *estreitamento* das fronteiras.

Enquadrados na Lei de Segurança Nacional, os “presos do Araguaia”, sobretudo os padres franceses, tiveram convertido contra si sua condição de “estrangeiros”, o que resultou na quase expulsão desses religiosos do território nacional. Dessa forma, estes dois sacerdotes enfrentariam as mais adversas situações, ao mesmo tempo em que encontrariam um chão fértil a ser semeado por um trabalho catequético de profundo engajamento social, político e cultural. Essas observações subsidiam o entendimento acerca dos movimentos diaspóricos sob o aspecto da libertação do sujeito a partir de sua fragmentação identitária.

Sobre isso, Hall (2003) aponta uma espécie de “linha ininterrupta”, formada pelo jogo atemporal e imutável entre futuro, passado e presente, sobre o qual repousa a noção de tradição, mitificando o entendimento de identidade cultural, e em cujo bojo é produzido um sujeito múltiplo e fragmentado sob constante tensão.

Essa tensão demarca a perda do *status* regular que ora revestia a identidade e que, em decorrência das constantes trocas favorecidas pelo estreitamento das fronteiras de significações, se torna descontínua e móvel. Tal fluidez desconstrói os paradigmas culturais e identitários do sujeito, que assume, finalmente, uma configuração híbrida.

Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. Longe de constituir uma continuidade com

os nossos passados, nossa relação com essa história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas (HALL, 2003, p. 30).

Estaríamos, portanto, diante de entrelugares, pautados sob importantes representações de tensões de poder e de valores. Sobre esse ponto, saliento que os entrelugares podem ser representados nessa discussão pelo sentimento de luta pelo direito dos mais fragilizados socialmente a terra, e as tensões dicotômicas, cujas fronteiras estão borradas e pelas quais o sujeito transita, seriam o embate entre o grande latifúndio e esses sujeitos. Por outro lado, os sujeitos diaspóricos, quando confrontados por difíceis situações, muitas vezes repensam seus movimentos na busca pela afirmação cultural e política. Trazendo para minha discussão, é desta reflexão que nasce o sentimento de pertença e se traveste em concreta a possibilidade, ainda eu distante, de viverem a paga da promessa de paz, de terra e de pão naqueles castançais.

A região do Baixo-Araguaia, além de apresentar todos esses conflitos citados, se mantinha em um constante estado de intensa vigilância, ainda por conta das “feridas” herdadas (e ainda abertas), resultante da traumática e não muito distante guerrilha do Araguaia, ocorrida entre os anos de 1972 e 1974 (REZENDE, 1986), uma vez que muitos dos combates travados eram entre o Exército Brasileiro e os guerrilheiros do Araguaia, geralmente jovens oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, conhecidos pelos moradores da região como “paulistas”². Derrotados pelos guerrilheiros, o Exército Brasileiro sentiu uma necessidade urgente de reação, assim o Governo Central do Brasil produziria um verdadeiro período de terror e medo para aquele povo da Amazônia Araguaiana.

Nesse sentido, a Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR percebia a imensa necessidade de mobilizar o povo pobre daquela região de intensos e contínuos conflitos, através de assembleias e debates sobre a conjuntura local. Para isso, disponibilizava seu aparato estrutural, tecnológico e social, o que gerava descontentamento dos detentores dos poderes econômicos e político na região, conforme percebemos na tese de doutoramento de Pereira (2013):

Nesse período, também os espaços da igreja [...] foram utilizados para reuniões, cursos e treinamento sindical, numa re-apropriação e redefinição dos espaços sagrados. [...] E foi nesse contexto que surgiram e se estruturaram as Comunidades Eclesiais de Base, particularmente em áreas litigiosas. Nessas comunidades, a leitura e a reflexão bíblico-religiosa, com base na realidade ali vivenciada e por meio das celebrações, dos terços, das novenas e das festas, encorajavam os posseiros a resistirem em suas terras, além de animar outros a ocupar alguns imóveis improdutivos. A compreensão que passaram a ter, sobretudo, era que a terra havia sido criada por Deus, portanto para todos e não somente para algumas pessoas. Por

2 Dentre os “paulistas” havia estudantes, professores e profissionais liberais, majoritariamente ligados ao Partido Comunista do Brasil, PC do B, que então se encontrava na clandestinidade.

isso precisavam dividi-la. Mas por outro lado os posseiros sabiam que contavam com o apoio da igreja católica, nas lutas, talvez a única instituição da sociedade civil, naquele momento, com projeção política nacional, envolvida nas questões da terra (PEREIRA, 2013, p. 172).

Fundamentadas no combate ao “perigo comunista”, as forças armadas brasileiras promoveram todo tipo de violência e repressão, prendendo, torturando, humilhando e assassinando não só os militantes do Partido Comunista do Brasil – PC do B que participavam da guerrilha, mas qualquer indivíduo, ou grupo social, que tivesse, mesmo que por suspeita, alguma relação com a guerrilha (REZENDE, 1986). Assim, pequenos lavradores, indígenas, religiosos, religiosas e pequenos comerciantes, mateiro, amigo, fornecedor de alimentos ou fornecedor de armas e munições ou, simplesmente, suspeito de qualquer colaboração, ou contato esporádico, estavam sujeitos à política de terror imposta pelas forças armadas do Brasil no solo daquela região. Essa política do terror perduraria por muitos anos, fazendo muitas vítimas dessas violências, fossem físicas, psicológicas e/ou simbólicas, o que podemos perceber em relato oral da Sra. Juracina Amaral:

Eles descobriram que às vezes eu tinha feito café da manha pros paulista, pros guerrilheiro, e meu marido que era mateiro (este um que tá sentado aí e tá até muito ruim de saúde por conta das porradas que levou), e que ele as vez andava com eles. Um dia meu marido não tava, tava pro mato com eles, quando eles entraram aqui em casa cheios de revólver e espingarda procurando meu marido, como ele não tava começaram a me bater pra eu falar onde ele tava, me bateram em frente das minhas crianças gritavam palavrões de todo tipo, fizeram eu me ajoelhar e implorar, depois me colocaram de pé e depois de muita humilhação me colocaram de pé e ficaram apontando a metralhadora pra minha cabeça, não sossegaram enquanto não viram a “garapa” escorrendo de minha saia nas minhas pernas³.

Esse relato constitui para esse trabalho importante ferramenta, uma vez que o conduzo pela perspectiva da História Oral. Segundo a professora Lucília Almeida Neves Delgado (2010), em seu livro “História Oral: memória, tempo e identidades”, a História Oral provém preferencialmente de entrevistas, onde o sujeito é estimulado a falar, tecendo o fio condutor da relação entre informante e pesquisador. Todavia, seu discurso deve ser observado e respeitado dentro dos recortes de sua individualidade, em outras palavras, através da forma como este sujeito compreende o mundo, levando em conta seus traços linguísticos e psicológicos, preservando-se efetivamente os limites do método da História Oral.

Aliado a esse entendimento, a fala e a memória os sujeitos passam a ser legítimas, ao ponto que revelam vivências. Paul Ricoeur, filósofo francês, em sua obra “A

3 Entrevista realizada em 21 abr. 2008.

Memória, a História e o Esquecimento” (2007), basicamente pinça a fenomenologia da memória clássica e a projeta para a sua atual situação, neste caso, a memória individual, posta em uma posição de enfrentamento com a memória coletiva, o que para o professor Antônio Torres Montenegro, em seu livro “História, Metodologia e Memória” (2010), nada mais é senão o duplo movimento que a memória executa.

Ademais, reservo este espaço para falar da importância da pesquisa em fontes impressas também, já que todo “documento é um monumento”, segundo Jacques Le Goff (1990), o que conseqüentemente traz ao texto articulações intencionalidades e tendências ideológicas e políticas. Com isto, ao pesquisar periódicos, documentos, panfletos e jornais sobre o MLPA, interpretamos a conjuntura social, econômica e política de um tempo, bem como a razão e a função de determinadas produções. Nesse tocante, a fonte documental cumpre importante papel em relação à pesquisa, assim como as fontes orais.

TERRA, CAMINHOS E TENSÕES

Em 1983, houve o evento conhecido como conflito do Cajueiro, que ocorreu em São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará, uma grande área de castanhais em contínuo litígio envolvendo dezenas de posseiros e fazendeiros do Pará, de Goiás e Minas Gerais. Nesta questão, contínuas decisões, tanto do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, como do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária – INCRA, favoreciam exclusivamente a demanda dos latifundiários, o que sempre colocava os posseiros e outros pequenos agricultores em condição de vulnerabilidade, correndo o risco de serem expulsos de suas terras e de terem suas casas incendiadas, práticas criminosas bastante comuns que os levou a buscarem apoio em padre Aristides Camião, que na ocasião era pároco da Paróquia de São Geraldo do Araguaia, e, portanto, já conhecia aquela bruta realidade.

Com a criação e fortalecimento do Grupo de Trabalho Araguaia-Tocantins – GTAT⁴, e ainda com o apoio contundente da Polícia Federal, da Polícia Militar, e também com a contratação de pistoleiros, a situação se tornou insustentável: após cerca de quarenta posseiros saírem de uma atividade litúrgica na casa do posseiro João Matias, localizada na comunidade Sampaio, localizada às proximidades da área do Cajueiro, o grupo se deparou com equipes da Polícia Federal, que os aguardava à espreita. Houve tiroteio, pois os lavradores acreditavam serem esses homens pistoleiros a mando de fazendeiros, dos quais, na verdade, somente um era pistoleiro, Luís Antônio dos Santos Trindade, justamente o indivíduo que fora a óboto neste confronto, onde também foram alvejados o delegado Alan Kardec e mais três policiais federais (Jornal Resistência, 1982). Nesse momento, seis posseiros foram presos pela Polícia Federal, sendo libertos somente após intervenções de Padre Aristides.

4 Instância do Governo Federal que sempre fora um braço no apoio aos grandes fazendeiros daquela região.

Logo no dia seguinte, uma força tarefa, composta por agentes das polícias Federal, Militar Estadual e do Exército Brasileiro, foi designada para a região com equipamentos dos mais modernos e armas de grosso calibre, além de contarem com um considerável contingente de homens que, de forma indiscriminada, muitas vezes precipitada e bastante truculenta, passaram a prender, a espancar e a torturar e, de forma impiedosa e desmedida, “caçavam” pelas ruas e matas “aqueles posseiros subversivos e assassinos” (REZENDE, 1985). Assim, não levou muito tempo para que os treze posseiros se entregassem aos militares, que naquele momento já se encontravam sob o comando do oficial Sebastião Rodrigues de Moura, mais conhecido como Major Curió.

Entretanto, cabe ressaltar que os principais alvos das forças militares eram os padres franceses Aristides e Francisco, considerados os responsáveis pela insurgência desses lavradores. Conscientes dos riscos que corriam, buscavam não alarmar seus amigos e paroquianos, tampouco queriam fraquejar diante daquele povo sofrido, perseguido e explorado da região do baixo Araguaia. De certa forma, era naquela gente que estes padres, de fato, mais se reconheciam em suas vocações, e ainda apregoavam ser “essa luta” a verdadeira razão de suas vidas sacerdotais.

Entretanto, no dia 31, após uma violenta ação, os religiosos foram presos: inicialmente, padre Aristides, e depois Padre Francisco. A partir daí, setores conservadores da sociedade, como deputados e outros parlamentares, com o senador Jarbas Passarinho, aliados aos grandes grupos de comunicação, colocam na rua uma grande campanha que visava denunciar e difamar aquela “parte podre da igreja” (CHINEM, 1983), a qual não era digna de confiança, pois desenvolvia práticas subversivas de incitação ao ódio contra fazendeiros e à propriedade privada, assim como incentivava a violência, e se utilizava de lugares sagrados, como igrejas, capelas, e sacristias, para propagar o comunismo, postura que fica bastante evidente nas práticas refletidas nos constantes discursos do Senador Jarbas Passarinho, na tribuna do Senado Federal.

As elites local, estadual e nacional contribuíram para essa empreitada difamatória lançada sobre a ICAR, em especial contra os religiosos que atuavam na região do baixo Araguaia. Eram comuns inserções na TV de autoridades locais e nacionais informando sobre o perigo que aqueles “padres terroristas” representavam, utilizando-se até mesmo de entrevistas em muitas rádios locais, já que naquele momento o rádio era o veículo de comunicação de maior abrangência, assim como financiavam uma larga produção e distribuição de material impresso (REZENDE, 1986). Folders e cartazes informavam sobre os perigos que aqueles padres estrangeiros estravam trazendo e o quanto eles influenciavam negativamente os trabalhadores e suas famílias, através da propagação de “ideias marxistas”. Outros panfletos buscavam até mesmo destruir a moral destes padres, questionando cumprimento do celibato, voto sagrado de um sacerdote. Este informativo sugeria que padre Aristides mantinha uma rela-

ção amorosa com a senhora Maria Oneide Costa Lima, viúva de Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, liderança dos posseiros, assassinado em 29 de maio de 1980, a mando do grande latifúndio, buscando assim desestabilizar a todos, lavradores e religiosos (CHINEM, 1983).

Ao analisar o comportamento de resistência dos padres franceses, trago novamente as contribuições de Stuart Hall, segundo as quais uma vez que o passado não se desconecta totalmente do sujeito, isto pode favorecer a resistência, ou até mesmo a não obediência, aos padrões dominantes. Teoricamente, estaríamos diante do fenômeno da desterritorialização, porém, conforme já mencionado no início de minha fala, esse fenômeno aqui é considerado pela via metafórica. Assim, o fazer daqueles homens de Deus, assim como o dos homens do campo, assumem novos formatos, novas cores e novos tempos, sugerindo a construção de novos sujeitos, modificados, híbridos, edificando novas teias para o trato com novos (e velhos) problemas, tensões e reflexões.

Eis, portanto, o sujeito diaspórico: fragmentado, móvel, prismático e *duplamente liberto*, uma vez que este não o é somente pelo o aspecto do corpo físico, mas, sobretudo, é liberto porque atravessa as barreiras de significações, gerando e recebendo grandes influências dos universos culturais, políticos e ideológicos, que refletem em sua consciência de si mesmo.

A FÉ COMBATENTE

A partir de pesquisas produzidas tanto em minha graduação, no curso de Licenciatura e Bacharelado em História, na Universidade Federal do Pará, quanto em minha dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, na Universidade do Estado do Pará, realizo análises das práticas desenvolvidas pela chamada ala progressista da Igreja Católica⁵, parcela da ICAR (assim como de outras igrejas cristãs, como Luterana, Metodista e Presbiteriana) que assumia postura vanguardista à medida que, a partir da opção preferencial pelos pobres, fundamentada por teóricos como Leonardo Boff (1999), Frei Beto (2012, 2009, 1985), Gutierrez

5 Segundo Charmain Levy (2009), pesquisadora canadense, em seu artigo intitulado "Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial", a Igreja Católica Progressista compreende atores sociais que, inspirados em um cristianismo que dialoga com o ideário marxista, propondo justiça social e igualdade a todos os filhos de Deus, é um movimento que conseguiu se movimentar pelos vários espaços oficiais da Igreja Católica, envolvendo padres, freiras, bispos, leigos e ordens religiosas, na defesa das minorias sociais e na denúncia da exploração do grande capital, assim, como torturas, desmandos e intolerância por parte do governo militar. Inspirada na Teologia da Libertação e engajada em transformar a Igreja Católica e a sociedade em geral, a Igreja Católica Progressista, especificamente no Brasil, protagonizou o processo de formação da sociedade civil contemporânea; criou e incentivou movimentos sociais contemporâneos em todo o Brasil, no campo e na cidade. Desde a gênese das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1960 -, foi a Igreja Católica Progressista que esteve a frente das lutas pelas minorias e os explorados pelo grande capital. Além disso, denunciou publicamente as injustiças sociais na tentativa de influenciar as decisões da elite política brasileira e alertando a comunidade internacional para o problema dos das agressões aos direitos humanos no Brasil (Mainwaring 1986; Bruneau 1992).

(1971), dentre outros, e da mística inclusiva e revolucionária da Teologia da Libertação⁶, ousaram enfrentar os poderosos em inúmeros episódios espalhados por todo Brasil, por meio de lutas pela moradia, por emprego, por terra, pelos direitos das comunidades tradicionais, assim como pela redemocratização e suas comunidades eclesiais de base, no sentido de garantir a reflexão sócio-política das comunidades que sofriam exploração econômica e discriminação social por parte das elites econômicas e políticas, no campo ou na cidade. Essas práticas da “Igreja da Libertação”, por meio de CEBs, paróquias, dentre outros espaços, e de agentes como padres, freiras, bispos, agentes pastorais e os chamados leigos, promoveram um repensar na práxis da ICAR na América Latina, no Brasil, e, neste caso, na Amazônia.

É nesse difícil cenário que a Igreja Católica se consolidou como uma instituição fundamental na defesa desses trabalhadores ameaçados. Mesmo com diferenças metodológicas e com distintos projetos, a Igreja Católica cumpriu papel protagonista na luta pelas populações mais carentes. Em toda a América Latina, e em países como Brasil, Nicarágua e El Salvador, a ICAR foi agente promotor, organizador e mobilizador de muitas frentes de esquerda e que, em algumas situações, até pegou e armas e fez o literal combate, como vemos em Sandro Ramon Ferreira da Silva (2006):

Seria o catolicismo popular então, o principal catalizadora agregar as diversas forças sociais em torno de uma nova concepção de nação que se inaugurava. Na nova tradição, por exemplo, a Imaculada Conceição, comemorada a 8 de dezembro, como a mais importante festa do país, deveria chamar-se “la madr del guerrilero”; bem como o natal, que chamaria-se “la festa del hombre nuevo”; o padre espanhol, misionário do Sagrado Coração de Jesus, Gaspar Garcia Laviana, tornou-se o modelo de cristão-guerrilheiro: morto durante a revolução pela guarda nacional, foi transformado em mártir e herói nacional. Sua carta, escrita ao povo da Nicarágua, na qual informava sobre sua decisão de entrar para a guerrilha, em nome da justiça evangélica, tornou-se objeto de memória (SILVA, 2006, 104).

E também:

Não obstante, a igreja havia assumido historicamente naquele mesmo período uma nova postura diante dos desafios políticos, econômicos, sociais e culturais da América Ibérica. O medellin simbólico, mais do que o histórico, talvez, havia sido incorporado por muitos progressistas na luta por sociedades mais justas, gerando confrontos entre a igreja e os grupos conservadores, os quais eram mais ou menos violentos, dependendo da situação de cada país. (Silva, 2006, 104).

⁶ A Teologia da Libertação foi um movimento de orientação teológica cristã de caráter ecumênico surgida na segunda metade do século XX nos países periféricos do mundo, em especial na América Latina e que propunha a opção preferencial pelos pobres.

A ICAR reafirmava, naquelas ações, a possibilidade de euma praxis diferenciada, e que, a partir das reflexões surgidas no Vaticano II e reafirmadas em Medelím, em Puebla, a Igreja se comprometeu com a opção preferencial pelos mais pobres, buscando a construção de um cristianismo socialista, ou um marxismo cristão, ou ainda outras possibilidades mais humanizadoras que pudessem alterar a realidade daquela população explorada e, juntos, caminhassem em direção a uma sociedade mais justa, já que esses religiosos, inspirados pela Teologia da Libertação, entendiam que o verdadeiro reino de Deus só seria alcançável mediante a plena justiça social terrena. Nesse sentido, os teóricos da Teologia da Libertação, assim como outros intelectuais, refletiam à luz de um cristianismo revolucionário, mesmo que para isso sofressem todo tipo de perseguição, difamação, prisão, morte e tortura, assim como sofreram também muitos religiosos, leigos e militantes sociais.

No caso específico da luta pela terra do Araguaia, os religiosos, os lavradores e suas famílias, vitimados pelas agressões e mortes, ainda hoje sofrem com as reminiscências daquelas práticas muitas vezes cometidas e autorizadas por agentes públicos (policiais, juizes, técnicos, etc.), e isso, muitas vezes, a mando do Grande latifúndio; práticas essas que, em muitos casos, geraram traumas, o que podemos perceber na memória dessas pessoas vitimizadas, como vemos no trabalho de Jaime Cuéllar Velarde (2012), sobre a invasão da faculdade de odontologia:

A primeira começa com um insulto no auditório da Faculdade de Odontologia do Pará. Junto com o insulto vieram socos, safanões, pancadas. Uma briga generalizada. Desta forma truculenta estava encerrado o I SLARDES, sediado em Belém (PA), em 30 de março de 1964, com representantes de vários países das Américas. Aquela noite tivera início pomposo e deveria ter honroso encerramento para a acadêmica amazônica em prol das discussões sobre a temática do ensino superior de qualidade para o Brasil e toda a América Latina. Mas frases gritadas a plenos pulmões, sem pudores e repletos de raiva e razão, destoavam da solenidade e ocasião. Pelo menos na concepção política de Mickey Lobato – autor dos insultos, segundo o trecho abaixo – e dos demais outros jovens que o seguiam com lenços brancos amarrados no pescoço havia coerência naquela ação (VELARDE, 2012, p 45).

Ainda sobre o caso SLARDES:

Naquela noite calorenta do inverno amazônico, os “lenços brancos”, como ficaram conhecidos aqueles jovens por amarrar lenços brancos no pescoço, protagonizaram uma cena inolvidável para a memória social dos jovens presentes naquele I SLARDES, em especial para Galvão. Outrossim, os lenços não tinham a função de ornar, mas identificar os filhos de fazendeiros do Marajó (VELARDE, 2012, p 45).

As práticas libertárias dessa igreja mais alinhada à Teologia da Libertação teve

papel fundamentado no processo de conscientização das diversas populações habitantes da região amazônica, possibilitando a reflexão e a tomada de consciência de si, fortalecendo a resistência desses sofridos homens e mulheres diante da expansão e exploração cometidas pelos detentores do grande capital, que não mediriam esforços para defender o que consideravam seu patrimônio, seja fundiário, econômico e/ou político e ideológico; mesmo que para isso recorressem à expedientes violentos, na corrupção cartorária e a todo tipo de negação, combate e perseguição as garantias dos direitos humanos.

Por essa via, em especial no caso dos padres e posseiros do Araguaia, percebe-se a presença de muitas práticas de cerceamento dos direitos humanos, decorrente da ação de latifundiários do próprio estado, que contou com efetiva, e até ilegal, ação das forças policiais em esferas estadual e federal, e também do poder judiciário, perceptível na quase constante defesa da causa aos fazendeiros, assim como de parlamentares conservadores do estado do Pará, os quais muitas vezes se pronunciaram publicamente contra “aquela igreja vermelha”.

Nesse sentido, a práxis da Teologia da Libertação no estado do Pará que, no caso do MLPA, acaba por desaguar em um movimento único, na perspectiva de sua pluralidade e demais desdobramentos, motivaram-me a problematizar essas questões; como exemplo, cito muito oportunamente o relato de Padre Bruno Sechi, em cuja fala ratificou que a rede de solidariedade criada em torno daquela prisão buscava fazer tanto a defesa dos padres, como a dos posseiros do Araguaia, apontando para uma coletividade que se articulou, através de vários mecanismos, sua presença, demonstrando firme apoio tanto aos sacerdotes, como aos lavradores, mesmo que essa coletividade enfrentasse diversas dificuldades de acessar os prisioneiros, e que para isso também enfrentasse vários e constantes obstáculos; todavia, a constante presença de rede de solidariedade, seja nos cárceres, seja nas ruas, e até mesmo nas escadarias do prédio da Polícia Federal, cumpriu importante papel naqueles tempos de violência física e simbólica:

No presídio São José, com os lavradores, eu fui umas três vezes; mas com os padres, era frequente. Tinha os dias certos para a visita, mas eu já não lembro quais – segunda ou terça talvez –. Sempre tinha a revista para que pudéssemos entrar; faziam situações. Houve uma época em que, para dificultar as visitas, obrigavam-nos a tirar a roupa, e essas coisas... Os padres eram muito tranquilos, bem preparados, e além disso eles não estavam presos numa sela comum; eles tinham a consciência tranquila sobre a situação deles. Havia estratégias para demonstrar maior solidariedade com eles; levávamos vinhos para eles e dizíamos que era para eles celebrarem a missa. Isso era uma forma de demonstrar solidariedade. Eles eram muito tranquilos, mantiveram sempre uma altivez... Os trabalhadores estavam em situação mais difícil, estavam no presídio. Com eles era dificultada

nossa comunicação, a minha e a do padre David, para evitar que os influenciássemos. Eles recebiam uma série de pressões dos militares, do governo, tanto que eles chegavam a ficar assim um tanto desconfiados com a gente, com o apoio que recebiam daqui. [...] Foi Dom Alberto quem nos delegou a tarefa de acompanhar Pe. Aristides e Pe. Francisco à prisão... Ele pessoalmente não se envolvia muito; quem acompanhava de perto a questão era D. Zico, mas ele sempre perguntava como eles (os padres presos) estavam. [...] Era propriamente um movimento que se unia, se unia na frente da polícia Federal, que fazia vigílias na frente da polícia federal, fazia celebrações ecumênicas [...].⁷

Como pudemos notar, Padre Bruno relata, com sua serenidade habitual e décadas de importante trabalho dedicado às crianças e aos adolescentes de Belém, a potência dessas ações para aqueles 15 homens que, entre religiosos e leigos, faziam-se presentes por vários dias, e que cada um, a partir de sua realidade, reagia de uma forma distinta; porém podia-se contar com a firme e contínua colaboração daquele movimento (MLPA) que, seja na forma de protestos, de panfletos e/ou liturgia, orava e trabalhava incansavelmente pela libertação daqueles presos, daqueles oprimidos.

Ademais, minha intenção aqui não é esgotar os debates em torno das lutas travadas pela Igreja Progressista no Pará, mas contribuir significativamente para um debate historiográfico, que se apresente ainda como uma reflexão substancialmente de caráter hodierno, já que muitos dos problemas sociopolíticos encontrados naquele cenário permanecem até os dias atuais, assim como a atual conjuntura política nos aponta um real reavivamento e endurecimento de discurso e práticas contra os direitos humanos, postura que se emquadra no perfil mais vanguardista.

Nesse sentido, reitero a importância do estudo da memória desses agentes que foram cruelmente vitimados pela intolerância e pela violência da repressão dos chamados anos de chumbo, como vemos em Edilza Fontes:

O debate envolvendo a violação dos direitos humanos e a tortura, e a pesquisa sobre a repressão exercida pelos governos militares são cada vez mais urgentes. Janaína de Almeida Teles (2010) afirma que, no Brasil, o acerto de contas com o passado da ditadura não está concluído, a radiografia dos atingidos pela questão política ainda está por ser completada. Para a autora, “prevalece a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência”. É necessário aprofundarmos a luta pela verdade e pela justiça hoje no Brasil. Verdade aqui entendida como resultado de um processo investigativo, com produção de provas testemunhais e documentais, como decorrência de análises, cruzando várias fontes e contendo reflexões sobre os documentos e a forma como eles foram produzidos (FONTES, 2014, p. 283).

⁷ Entrevista realizada em 10 ago. 2018.

A partir de experiências como a Ação Católica, as décadas de 1950 e 1960 praticam uma igreja mais popular e politizada. Essa “nova” igreja do Brasil e, conseqüentemente, de Belém, passa a construir modelos de uma maior aproximação das massas, quer seja através do MEB – Movimento Educacional de Base, quer seja, em especial, das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, que cada vez mais priorizam uma igreja católica que não perde a essência litúrgica, mas que também busca justiça social e direitos humanos a todo povo e Deus (RIBEIRO, 2014).

Além das muitas dificuldades enfrentadas pelos movimentos populares e pela ICAR e demais atores e grupos sociais que se afinavam politicamente com a causa dos direitos humanos, os poderes públicos Federal e Estadual continuavam a patrocinar, nos grandes meios de comunicação de massa alinhados ao governo militar, uma campanha cada vez mais intensa e de caráter difamador, a fim formar a opinião pública, no sentido de justificar legalmente a prisão dos padres franceses e dos demais posseiros, enquanto que o jornalismo mais alternativo se propunha a fazer denúncias daquilo que consideravam injustiça, e ainda informavam sobre a agenda da esquerda paraense.

Em verdade, as prisões dos padres e posseiros do Araguaia representavam a vontade de se alcançar a condenação e a expulsão desses religiosos estrangeiros do território nacional, em especial padre Aristides, que há muito já incomodava os grandes proprietários ruralistas do baixo Araguaia, visto que o religioso não media esforços em atender às suplicas daqueles humildes homens, mulheres e trabalhadores, que já há algum tempo ocupavam aquelas terras de castanhais, uma vez que a elite fundiária daquela região não via com bons olhos aqueles religiosos que optavam por uma postura mais vanguardista, reafirmando a opção preferencial pelos pobres. Todavia, não foram poucos os casos de litígio onde os religiosos e a estrutura da igreja, em especial a CPT, intervieram na defesa dos trabalhadores da terra, reverberando em inúmeras demonstrações públicas de descontentamento por parte dos poderosos do lugar, que chegaram a realizar e até mesmo financia ameaças, sequestros e atentados, a exemplo do ocorrido com padre Aristides.

A integração ideológica e filosófica nesse país em constante “progresso”, só seria garantida por meio da estratégia de dominar as mentes, e para isso, seria necessário destruir o inimigo que, no caso do Araguaia, eram os padres estrangeiros, onde até mesmo os treze posseiros, que também eram réus, de alguma forma foram apresentados como vítimas de uma insuflação e ação elaborada e coordenada pelos padres que propunham a insurgência, resultando no conflito armado do Cajueiro, ou seja, para o governo militar, e para acusação, era necessário demonstrar que os verdadeiros mentores da emboscada eram os padres estrangeiros, tanto que, durante as oitivas do processo, alguns dos próprios posseiros reforçaram a tese da acusação sobre a culpabilidade dos padres franceses, onde até mesmo a ajuda jurídica da CPT fora

rejeitada pelos posseiros. Mais tarde viria à tona que essa postura incompreensível, em verdade, fora tomada mediante tortura física e psicológica.

Na construção dessa ideologia, que gerava o comportamento alienado e alienante, fundamentado na Lei de Segurança Nacional, descrita como “exemplo deplorável” pelos bispos da regional sul-1 da CNBB, em documento de 7 de novembro de 1980, o governo militar perseguiu, condenou e expulsou diversos religiosos, dentre os quais padres, freiras e até agentes pastorais nas mais diversas prelazias e paróquias do Brasil. A pregação dessa ideologia militarista foi tão eficaz, ao ponto de em determinados momentos, espaços ou classes sociais, adquirir status de sacralidade, onde toda nação deveria prestar culto e entregar sua liberdade em sacrifício.

Durante a ditadura militar no Brasil, as elites militar, política e econômica financiaram estratégicas ações para perseguir aqueles que ousassem pregar o cristianismo de forma perigosa, em especial os estrangeiros. Isso remeteu-me às histórias convergentes dos países latino-americanos, enquanto produtos resultantes dos processos de colonização deste imenso continente, e que não pouparam esforços e criatividade na construção estrutural e ferramental do projeto colonizador, imperialista, e exploratório, fundamentados no padroado e na exploração indígena e negra, e na mais plural e diversa exploração predatória dos recursos naturais.

Assim, considero que aquela realidade dos homens do Araguaia representava as condições em que viviam os homens da América Latina que, guardadas as devidas proporções e particularidades locais e culturais, comparilhavam de angústias e privações comuns a grupos sociais que, historicamente, foram expropriados da benesse do grande capital e geralente, não convidados à mesa do farto banquete dos detentores do poder econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos tempos atuais, as chamadas populações tradicionais (índios, remanescente de quilombos, pescadores, ribeirinhos e pequenos lavradores) enfrentam muitas dificuldades e muitos desafios, em especial na luta pela preservação da floresta e pela posse e fixação a terra, pois a questão fundiária é um elemento unificador de disputas, de perdas e de sonhos, pois fortes grupos econômicos, políticos e tecnológicos têm se apropriado de imensas porções de terra e fazem de tudo para defender seus “latifúndios”, mesmo que para isso organizem e financiem a expulsão, a prisão, a tortura e até a morte de posseiros e demais componentes dos grupos sociais que, de alguma forma, ameaçam suas propriedades, mesmo que essas terras possuam titulação questionável.

Finalmente, ratifico neste trabalho que a história das vítimas do Araguaia precisa ser discutida e aprofundada na perspectiva da libertação, da valorização da memória e da resistência, tanto de indivíduos quanto de coletivos, nas suas mais diversas

abordagens. Atores sociais que se levantaram contra o latifúndio, a justiça e a polícia, dentro de um contexto de repressão e violência, mesmo que já estivessemos no início dos anos de 1980, ou seja, já no processo de abertura política do país.

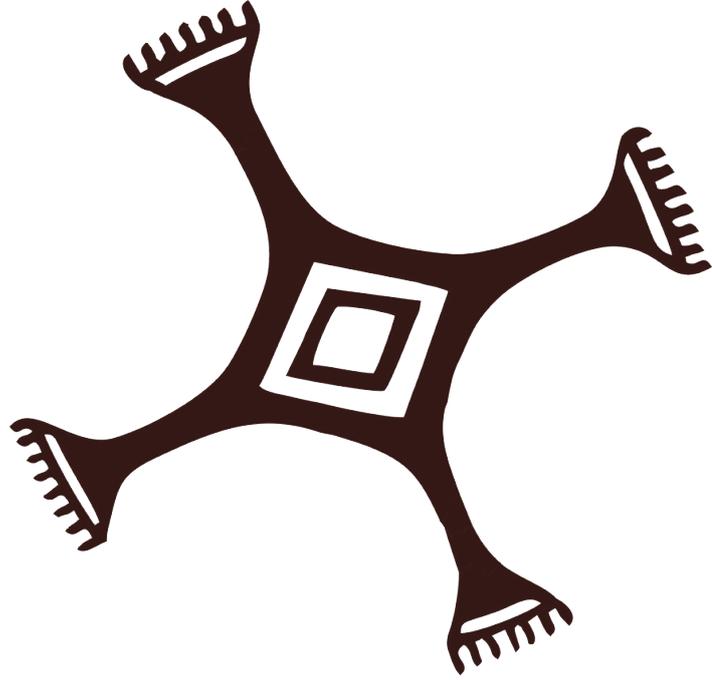
E esse chão, suado, sangrado e pisado nas mais diversas direções, reproduz parte do mosaico político cultural amazônico e latinoamericano, um espaço híbrido por excelência, marcado pela violência estatal, pelo aprisionamento físico e cultural, mas, também, um espaço que precisa ser lido por meio de sonhos, vida e fé. Um lugar de floresta, de campo, de trabalho, de sertão e de rio; um lugar onde vários povos reinventam e ressignificam a sua liberdade, o seu chão e a si mesmos, a cada verão e a cada inverno, com suas armas possíveis, suas vozes e seu caminhar diário, em busca da prometida “terra sagrada”.

REFERÊNCIAS

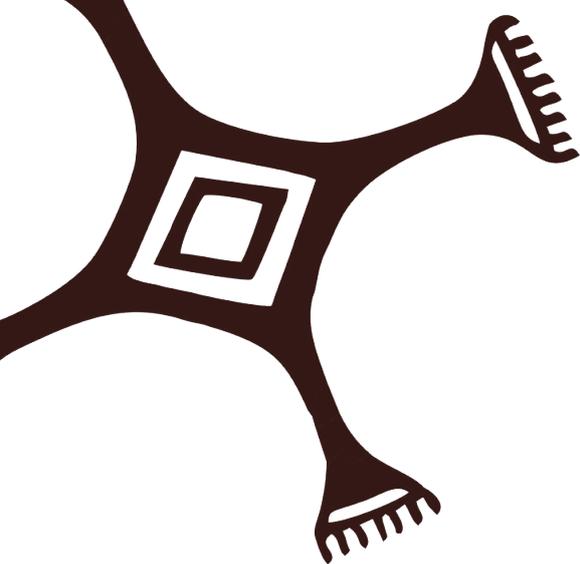
- BOSI, Ecléa. Bergson, ou a conservação do passado. *In*: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 76-98.
- CHINEM, Rivaldo. **Sentença**: Padres e Possesores do Araguaia. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO II. **A evangelização no presente e futuro da América Latina**. Conclusões de Puebla. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo e identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, Tempo presente e História Oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.
- FONTES, Edilza. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará. **Acervo** – Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan./jun., p. 280-292, 2014.
- FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.137-139.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão *et al.* Editora da Unicamp, Campinas, 1990.
- LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a igreja católica progressista brasileira e o fórum social mundial. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 29, n.2, 2009.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia e memória**. São Paulo: Contexto, 2010.
- PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- PESSOA, Fábio Tadeu de Melo. **O pensamento radical no movimento camponês**: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia - 1975 / 1985. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu. 2003.
- REZENDE, Ricardo. **A justiça do Lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.
- RIBEIRO, Marcos Alexandre Araújo. **Cruzes, crucificados e libertos**: a Paróquia de São Sebastião, a Pastoral da Juventude e suas CEBs na luta pelo direito de morar e na trajetória do PT Belém. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- SILVA, Antonio Carlos Teles da. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense**. 2005. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, Escola Superior de Teologia, Porto Alegre, 2005.
- SILVA, Sandro Ramon Ferreira. **Teologia da libertação**: Revolução e reação interiorizadas na igreja. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELARDE, Jaime Cuéllar. No Crepúsculo: memórias subversivas da ditadura civil-militar na Amazônia Paraense (1964-85). 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura, Universidade da Amazônia, Belém, 2012.



EIXO IV:
SOCIABILIDADES



MULHERES VIAJANTES E A HISTÓRIA DA CIÊNCIA NA AMAZÔNIA: INCURSÕES NO CAMPO DOS ESTUDOS CULTURAIS

Diana Priscila Sá Alberto¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui um breve resumo da disciplina Cidade, Floresta e Sertão na perspectiva dos Estudos Culturais e Pós-coloniais, e a proposta deste artigo é o de auxiliar acerca das iniciais discussões sobre o tema que envolve, mulheres, viagem e a história da ciência, especificamente na região Amazônica. Serão utilizados alguns textos da disciplina, que irão subsidiar a temática que irá ser exposta na proposta de tese. Assim, compreende-se que o tema possa ser desenvolvido na produção de parte do trabalho de doutoramento que será apresentada no Programa de Pós-graduação em História – PPHIST, a partir do auxílio de algumas dessas bibliografias estudadas e discutidas em sala de aula.

O objetivo deste artigo é verificar, brevemente, a trajetória dessas mulheres: Elizabeth Agassiz, Emília Snethlage e Heloisa Alberto Torres e o que enfrentaram ao fazer parte da história da ciência na Amazônia, entre os séculos XIX e XX, tendo como base teórica os Estudos Culturais além de apresentar alguns textos teóricos, com alguns temas específicos sobre os Estudos Culturais, estudos Pós-coloniais; e partir desses temas introduzir conceitos como Zona de Contato e Representação, que irão auxiliar na construção do início do referencial teórico e historiográfico sobre o assunto das mulheres viajantes e a história da ciência na Amazônia, tendo como foco três mulheres apresentadas acima. Desse modo, a discussão passará por alguns desses conceitos bases devendo ascender caminhos para a escrita da tese.

Justifica-se esse trabalho a partir de uma perspectiva que o tema ainda está em construção e pouca é a escrita e discussão do aspecto feminino sobre a história da ciência, principalmente, no que concerne a região amazônica. Então é um tema que

¹ Diana Priscila Sá Alberto, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia PPHIST/IFCH/UFPA

chama a atenção dessa pesquisadora, desde que ela iniciou estudos sobre gênero e a história da ciência, e da qual faz parte agora nessa formação na pós-graduação em História. Com base nessas informações o trabalho vai procurar contribuir na construção dessa perspectiva histórica e teórica, e aproveitar as leituras e as discussões que foram realizadas durante a disciplina Cidade, Floresta e Sertão.

No que confere os procedimentos metodológicos para este artigo, tem-se a leitura de alguns textos que serviram de referências na disciplina, e que serão debatidos junto ao tema proposto, e também estão sendo aplicados alguns trechos e pontos que compõe o projeto de tese, para assim auxiliar na construção desse debate. No que concernem as fontes estas serão, principalmente, nesse primeiro momento de artigos, livros e uma carta, acerca da vida das três mulheres; algumas fontes já foram levantadas previamente ao propor o projeto de tese, e as outras fontes foram encontradas ao período que passou durante a disciplina, e serão apresentadas ao longo do artigo. Entende-se que outras fontes serão vistas a partir desse trabalho para que futuramente possam ser estudadas para a escrita da tese, e até mesmo para outras produções científicas.

O artigo está dividido em: Discussões teóricas, onde são apresentados alguns textos e conceitos escolhidos; sobre as Mulheres em destaque na proposta da tese e que estavam na História da Ciência na Amazônia, apresentando cada uma delas; e por fim as Considerações Finais, com pontos de discussões que se fizeram presentes ao longo da escrita. Esses serão tópicos que devem preencher esta discussão inicialmente, e que devem garantir um entendimento acerca do tema que se pensa a ser desenvolvido. Assim, seguem os referidos pontos a serem discutidos.

DISCUSSÕES TEÓRICAS INICIAIS: ESTUDOS CULTURAIS E HISTÓRIA

O seguinte tópico terá como base as aulas que tratam sobre os Estudos Culturais e Pós-coloniais, História Social, depois seguem com as exposições acerca das perspectivas de Mary Louise Pratt (1999) sobre Zona Contato, e também sobre Representação auxiliado por textos de Stuart Hall (2016). Destas aulas esses textos serão de fundamental importância, para se compreender como acontece a relação do papel feminino com a produção científica na Amazônia, que ainda é pouco discutida, e que necessita a partir dessas discussões serem apresentadas como novos debates no âmbito historiográfico.

Para iniciar a discussão é necessário situar teoricamente que os Estudos Culturais – EC, segundo Sarraf-Pacheco (2018) iniciam a partir da perspectiva marxista, mas que vai ultrapassar as questões econômicas desta corrente teórica. Assim, os EC podem assumir um novo pilar de compreensão do que é a cultura, e como esta vem a se desenvolver em momentos históricos diversos, e em diferentes sociedades. Pensar nessa nova perspectiva dos EC é refletir em pesquisas, em que entram, por exemplo,

o protagonismo feminino na ciência. E para este artigo serão vistas as mulheres viajantes cientistas e sua participação na construção de um cenário científico na Amazônia, especificamente entre os séculos XIX e XX.

Os textos de Hall (1997) e de Fenelon (1993) são chaves importantes para iniciar os debates que circundam a Cultura e a História social e seus desdobramentos. O tema a ser investigado que trata sobre mulheres e a formação da ciência são assuntos, que ultrapassam o debate que aborda o que é a participação feminina em um campo, que é considerado a muito tempo, como campo masculino. Assim, refletir acerca de mulheres que se deslocaram para alçar perspectivas diferentes no campo da história é uma questão importante, ao pensar esse novo momento da História das mulheres, e tem nos EC novas teorias que possibilitam averiguar novas práticas culturais, e consequentemente mudança na dinâmica cultural que está ligada aos desdobramentos sociais que atingem a sociedade, ao pensar na ciência.

A temática em torno da cultura fez surgir novos assuntos a serem investigados por historiadores, e nesse movimento surgem diferentes estudos sobre a sigla da História Social, como coloca Fenelon (1993, p. 75): “Essa ampliação fez surgir ou possibilitou a incorporação de inúmeras temáticas como o urbano, a mulher, a família [...], todos reclamando um lugar dentro do contexto mais amplo da História Social e da temática da cultura”. Essa passagem reflete bem, o que se quer nesse trabalho, enfatizar como essas leituras podem ampliar a discussão que se tem acerca das mulheres e sua participação na história da ciência.

A história das mulheres tem em autoras como Mary Del Priori, com o livro *A História das Mulheres no Brasil* (2015) debates acerca universo feminino desde os tempos coloniais aos dias de hoje. A obra contempla documentos e fontes históricas importantes, que podem tornar-se orientadoras sobre o entendimento da história da ciência e o papel feminino nesse campo da História Social. A tratar-se de uma bibliografia estrangeira, também se enfatiza a obra *O Gênero da Dádiva*, de Marilyn Strathern (2006), onde essa autora antropóloga, expõe um estudo na Melanésia e as relações de gênero sendo fundamentais para a organização social, e política local. Essas leituras auxiliam na compreensão do espaço histórico e político que estas mulheres estiveram para atuar na ciência na Amazônia.

Com base no que foi visto em sala de aula e tratado em um dos tópicos sobre a História Social pode-se ver, que o tema da mulher imprime um viés importante para ser discutido no campo historiográfico. As mulheres que viajavam para auxiliar em pesquisas, como Elizabeth Agassiz, e as que viajaram para realizar pesquisa como Emília Snethlage e Heloisa Torres, estão em espaços distintos na Amazônia nos séculos XIX e XX, e acabam por serem personagens dessas contribuições historiográficas. Daí pensar no conceito de História Social como instrumento teórico para debater o

tema a ser desenvolvido, e a partir dele pesquisar fontes que tragam essas características vai ser significativo para se montar um cenário de como essas mulheres acabaram por construir uma história que mudou a ciência no contexto amazônico.

A retornar a perspectiva dos EC estão os estudos Pós-coloniais, que surgem a partir de pesquisas de Stuart Hall como uma problematização na escrita da história e na construção de identidades. Mulheres como E. Agassiz, E. Snethlage H. A. Torres, que estavam atuando na construção da ciência da Amazônia possuíam, cada uma em seu período histórico, uma identidade, que segundo Hall é um construto na sociedade marcada por uma sociedade patriarcal (ARMANI, 2011). Suas identidades de mulheres viajantes/cientistas e suas perspectivas constroem o que se denomina de Pós-colonialismo na ciência. Pois, a mulher não era vista no espaço público, e sim somente no espaço privado, que segundo Colling (2014, p. 24): “As relações de poder entre homens e mulheres eram também relações entre público e privado”, logo a ciência era feita por homens, no espaço público, e as mulheres eram da casa, do espaço privado.

O estudo do gênero é um dos temas que estão nas discussões dos EC e do Pós-colonialismo, sendo teorias importantes que descortinam essas “lutas”, e no que tange o campo científico são silenciosas, enquanto processo de construção histórica. As mulheres foram por um significativo período temporal silenciadas em seus espaços privados, e nos poucos espaços públicos onde iniciavam suas atuações. Desse modo, pensar na relação masculino x feminino na ciência cria mais uma vertente para que o Pós-colonialismo possa contribuir nesse pensar o tema de pesquisa sobre as mulheres cientistas e viajantes.

As aulas auxiliaram a refletir acerca dessa nova perspectiva em inserir a mulher na história da ciência e de suas lutas em sentido social, cultural e também político, tendo assim nesse cenário percepção da sua dinâmica e atuação nesses espaços, que são espaços privados e públicos. Foram discussões bastante produtivas, que puderam ampliar a visão da teoria da História e do Gênero, a partir dessas correntes teóricas como os EC e o Pós-colonialismo movendo inquietações que foram e estão sendo produtivas para escrever este artigo. E ao final compor a escrita da tese que será feita futuramente.

Pode-se entender também a partir das aulas e das leituras, que essa luta entre os homens e as mulheres no espaço científico é uma discussão de um processo colonizador. A colonização não está apenas na configuração socioeconômica da sociedade, mas também em espaço como estes: nos laboratórios, nas escritas da pesquisas, nas Instituições de pesquisa. Assim a História vem auxiliar nessa configuração do que é esse espaço, e quem são os personagens que o compõe, logo “[...] a história torna-se um grande campo aberto as práticas de significação cultural e estas, por sua vez, se

posicionam em uma esfera de dialogicidade, impedindo que haja uma leitura demasiadamente fechada da história em relação a si mesma” Armani (2011, p. 30).

A continuar com esses apontamentos teóricos, serão utilizados os textos de Mary Louise Pratt (1999), que vem a contribuir com a caracterização da forma como a ciência é construída, e nesse sentido os papéis de Elizabeth, Emília e Heloisa são configurações de contato com a formação do conhecimento científico. E principalmente, do que Pratt (1999) vai denominar de zonas de contato. Os debates da autora vêm a dialogar com essas mulheres, pois o texto trata a pensar-se como se dinamiza a descolonização do conhecimento. E estas personagens estão imbricadas nessa descolonização da ciência, criando assim “zonas de contato” científicos, quando suas atuações aparecem na construção da história da ciência na Amazônia.

O trabalho de Pratt (1999) tem em sua constituição como os relatos dos viajantes vem a contribuir com a construção de um pensamento científico colonial na América, em meados do século XIX. O imperialismo europeu é um dos principais responsáveis pela formulação de imagens estereotipadas das populações americanas. E a ciência servirá nesse momento como mecanismo colonizador, para classificar e inventariar, principalmente, as formas animais e vegetais, que se tem nesses espaços de conquistas. A sociedade também será estudada, mas em menor escala.

Quando as personagens iniciam suas atuações na ciência, e começam a se movimentar para estudar e pensar o conhecimento científico na Amazônia tendo relações com a sociedade local, essas mulheres estão criando o que Pratt (1999, p. 27) chama:

[...] de zonas de contacto, espaços sociais onde culturas dispares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo.

É a partir desse conceito que o referido artigo vem a demonstrar, que além da perspectiva colonial que a própria ciência cria ao iniciar suas incursões na região amazônica, mas também a atuação dessas mulheres nesse campo, que é colonialmente dominando por homens, é que elas vêm a demonstrar como se rompem essas barreiras.

As relações de poder que se apresentam nos espaços científicos são discussões importantes que devem ser feitas, ao pensar como E. Agassiz e E. Snethlage, ambas atuantes e vistas a partir de fontes dos séculos XIX e Heloisa A. Torres na antropologia brasileira no século XX, estavam criando e ampliando seus espaços de desempenho na ciência. A primeira como esposa e acompanhante de um importante naturalista, Louis Agassiz, Elizabeth era quem escrevia partes das notas de campo da viagem do marido, então, seu papel era ainda tímido, mas que já demarcava um

espaço na “construção científica” daquele período. Já no início do século XX a alemã Emília Snethlage veio de um país estrangeiro, para assumir um espaço científico em plena Amazônia, e assim pesquisar e produzir conhecimento científico sobre as aves da região. E seguindo no século XX se tem a figura de Heloisa Alberto Torres, como uma das primeiras antropólogas a fazer viagens de pesquisa científica na região amazônica, especificamente no Marajó. Heloisa também vem demarcar um espaço ainda pouco aberto a participação das mulheres naquele período, que era na Antropologia.

O que se pode notar nessas primeiras investigações sobre a participação feminina na construção do conhecimento é que as mulheres já se colocavam em diferentes frentes nessa empreitada. Seja como esposa/acompanhantes e escrevendo diários de viagens, seja como cientistas ocupando cargos institucionais, seja realizando as viagens de maneira a serem protagonistas. Mas, o que o trabalho quer mostrar é como essas teorias podem elucidar que papel feminino é esse na ciência, e como foram construídas as articulações que levaram essas mulheres a protagonizar nesses espaços, que eram estritamente masculinos.

Ainda no texto de Pratt (1999) e de Araújo (2017) o olhar dos viajantes, sejam homens ou mulheres, estavam impregnados de uma visão eurocêntrica e colonizadora, seja da região e de tudo o que a compõe; seja das sociedades da qual se mantem as relações, criando assim as ditas zonas de contato. Com o desenvolver da pesquisa, se pretende ver nas fontes sobre essas mulheres como elas viam esses elementos naturais (animais, vegetais, ambiente) e a sociedade. Mas também, como eram vistas essas mulheres na atuação nesses espaços “científicos” e de suas atividades nas instituições, ou fora delas junto aos homens nesses locais. Nota-se que elas ainda tinham que se firmar em muitas áreas, principalmente, na científica para não ficarem em papéis secundários, e isso ainda é atual.

Especificamente sobre os viajantes na Amazônia o trabalho de Lucas de Araújo (2017) é fonte e bibliografia importante acerca da literatura de viagem, e vem auxiliar a perceber como essas mulheres, poderiam ser vistas em sua atuação no campo da ciência, mesmo que no trabalho de Araújo (2017) apenas Elizabeth Agassiz seja a única mulher que aparece como viajante pela Amazônia. A literatura de viagem é uma fonte importante de conhecimento, e por esse motivo é trazida para este trabalho; assim a obra de Araújo (2017) aponta para uma visão de que estas pessoas eram, em sua essência, exploradores de espécies animais e vegetais, pouco se atentando ao indivíduo. Seus objetivos de viagem eram, principalmente, manter uma forma colonizadora da ciência eurocêntrica, além de objetivos outros como de cunho econômicos e políticos, que assim moviam a busca por novos espaços geográficos, e o que continham neles, sejam animais, vegetais, minerais e até indivíduos.

Ao fazer-se uma análise desse primeiro momento do artigo toma-se o texto

de Hall (2016), que vem apresentar o conceito de representação. Pelo que se nota a representatividade feminina é um elemento importante, para se pensar como Elizabeth, Emília e Heloisa atuaram em suas respectivas áreas científicas. Assim, nota-se que a representação é o compartilhamento de códigos, como apresenta Sarraf-Pacheco (2018), são os ditos mapas conceituais, que são os elementos que entram na configuração dessa representação.

A representação das mulheres nas viagens e na ciência possui uma dinâmica própria e que deve ser vista ao analisar como elas ocupavam esses espaços, e neles estão inseridos os estudos sobre a cultura. No texto de Hall (2016) nota-se que as representações são dialéticas de resistência, e o que se percebe sobre essa pesquisa inicial acerca das mulheres viajantes cientistas torna-se lógicas de lutas entre sujeitos, nesse caso, entre homens e mulheres. Essa luta é social, cultural, política, e até certo ponto psicológica.

O conceito de representação é importante nessa discussão, pois questiona-se: o que representa ser mulher cientista na Amazônia nos séculos XIX e XX? Essa representação feminina foi e está sendo construída por meio de linguagens específicas, que irão dar subsídios para que elas possam assim ocupar seu espaço, nesse contexto científico. As representações entre homens e mulheres no espaço do conhecimento é uma discussão importante, por isso traz-se aqui para ser analisado, e reforçado por meio de fontes, para que se possa entender como mulheres viajantes como Elizabeth Agassiz, Emília Snethlage e Heloisa A. Torres demarcaram suas representações científicas, e que perduram ao longo dos anos como será visto em breve na apresentação de cada uma delas a seguir.

MULHERES EM DESTAQUE NA HISTÓRIA DA CIÊNCIA NA AMAZÔNIA: ELIZABETH AGASSIZ, EMÍLIA SNETHLAGE E HELOISA ALBERTO TORRES

Os estudos históricos sobre as mulheres no Brasil, tem pontos importantes a serem destacados e é proposta desse artigo enfatiza-los aqui na Amazônia. Destacam-se para esse trabalho o artigo de Soihet e Pedro (2007), que faz uma importante apresentação da formação historiográfica sobre as mulheres na História e as relações de gênero no Brasil, destacando a década de 1980. Essa referência é importante para se sobressair a importância do estudo das mulheres, por meio da história, e dar evidência para as mulheres que viajavam para pesquisar e fazer ciência na Amazônia nos séculos XIX e XX.

Nesse momento tem-se a caracterização de algumas referências, tais como livros e artigos, principalmente, para tratar o tema da História das mulheres e o gênero, tem-se que “Em 1989, a Revista Brasileira de História publicou um número inteiramente dedicado ao tema da Mulher, intitulado ‘A mulher no espaço público’” (SOIHET, PEDRO, 2007, p. 281). Este trabalho traz, segundo as autoras, um marco

na formação do estudo das mulheres, por meio da História, trazendo a luz discussões conceituais como mulheres, gênero, entre outros temas que foram “[...] utilizadas nas análises das fontes e nas narrativas que eram tecidas” (SOIHET, PEDRO, 2007, p. 282).

Com relação a História das mulheres no Brasil, evidenciam-se as mulheres viajantes e sua contribuição para o estudo científico nas ciências naturais e sociais, e as narrativas do cotidiano brasileiro. Algumas dessas obras são: Maria Odila Leite da Silva Dias, em 1984 (*Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*), Luzia Margareth Rago, em 1985, (*Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*); Miriam Moreira Leite², em 1984 (*A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*). Estes são um dos principais textos que iniciaram na historiografia das mulheres no Brasil. Para este artigo estas são algumas das referências encontradas, nesse momento.

Aqui serão apresentados algumas notas sobre as respectivas mulheres e uma obra importante, e que vai desenhar o viés destas viajantes e cientistas no Brasil, em exemplo tem-se o livro de Leite (1997, p. 16)³, que apresenta os primeiros apontamentos acerca das mulheres viajantes como se vê:

[...] o número de viajantes mulheres, em relação ao de autores homens, já é indicativo de um padrão – o espaço para mulheres, em viagens longas e perigosas, que não existia no início do século XIX, foi conquistado muito lentamente, com a modernização dos transportes marítimos, mas conservou-se área predominantemente masculina.

Essa obra será referência importante para a construção do tema para a tese, pois o papel das mulheres será indicado nessas literaturas, e suas perspectivas sobre a região e a construção da ciência serão de fundamental esforço para se entender esse contexto sociocultural e científico.

Como já apresentado anteriormente as três personagens da proposta da futura tese são duas cientistas das áreas das ciências naturais e humanas, respectivamente, Emília Snethlage e Heloisa Alberto Torres; e uma delas que foi figura importante acompanhando seu marido na investigação dos estudos sobre o criacionismo na Amazônia, Elizabeth Agassiz. Essas três mulheres, viveram e pesquisaram a Amazônia em momento diferentes, mas suas vivências e seus trabalhos marcaram a ciência no Brasil e na Amazônia.

2 No artigo *Mulheres viajantes no século XIX*, Leite (2000), apresenta uma parte das histórias das autoras de livros de viagem, e que estiveram no Brasil, tal trabalho vem a contribuir com a discussão da futura tese a ser apresentada, pois se tem a visão de Elizabeth Agassiz e Emilia Snethlage, como mulheres que vem de fora da realidade sociocultural da Amazônia.

3 Em *Livros de Viagem (1803-1900)* Miriam Leite apresenta a visão dos viajantes estrangeiros (homens) sobre a realidade sociocultural brasileira no século XIX, em sua obra destaca-se nas crônicas de viagem a história das primeiras mulheres viajantes.

Elizabeth Cary Agassiz (1822-1907) foi esposa do conhecido naturalista Louis Agassiz, viajaram pelo Brasil entre os anos de 1865 e 1866, destaque para sua obra *A Journey in Brazil*⁴. Tal livro marcou as pesquisas dos ambientes naturais e socioculturais brasileiros, principalmente o Amazônico, como se vê em: “O livro [...] é rico em detalhes sobre as paisagens, os costumes das populações e instituições do país” (KURY, 2001, p. 158). Mesmo sendo acompanhante de seu marido L. Agassiz, Elizabeth desempenhou um papel fundamental em escrever narrativas sobre a expedição, e daí sua visão, mesmo que não seja de uma cientista, mas de uma mulher, que participou e vivenciou parte da história da ciência na Amazônia.

Elizabeth foi uma figura importante na escrita do livro *Viagem ao Brasil* (1865-1866) como se em Santos (2005):

Interessante notar que nas citações e outras alusões feitas à *Viagem ao Brasil* em artigos e livros, a obra geralmente é atribuída à autoria exclusiva de Louis, mesmo quando a citação utilizada é claramente da pena de Elizabeth. Isso nos leva a refletir sobre o *status* da mulher como autora no cânone literário, um debate bem colocado por Duarte (1997), quando cita vários exemplos de escritoras cuja obra foi simplesmente incorporada à do cônjuge ou à de parentes (SANTOS, 2005, p. 16).

Na fonte acima nota-se que Elizabeth não era “a cientista”, entende-se que naquele momento sua “aparição” como escritora e autora principal da obra não era significativo à época. Então Elizabeth era “a esposa e acompanhante” do cientista Louis Agassiz, e sua figura era mais para auxiliar o marido nos escritos do livro, do que realmente atuar na pesquisa, mas que se tem uma “representatividade” em seu papel.

Para trazer essa presença tem-se a escrita dela, na fonte do livro *Viagem ao Brasil* (1865-1866) demarcando seu espaço, mesmo que ainda seja no âmbito “doméstico” da viagem: “Quanto a mim, fico na chácara e passo uma manhã encantadora com as senhoras da casa que me fazem conhecer a famosa bebida extraída dos frutos da palmeira açaí” (AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E., 2000, p. 153); e outro momento de sua escrita descrevendo as atividades de seu marido Louis: “À tardinha, Agassiz partiu com os seus auxiliares para explorar algumas ilhas que estão situadas na barra” (p. 155). Como se notam nas fontes, não há uma escrita dita científica, mas sim de uma mulher, que dentro de suas circunstâncias já se colocava no cenário e nas relações sociais e científicas da época.

A outra mulher que fez parte da História da ciência no Brasil e na Amazônia, e o seu estudo foi na área das ciências naturais, especificamente na ornitologia (ramo da zoologia que pesquisa aves), foi a alemã Emília Sneathlage (1868-1929), que chegou para atuar como a primeira mulher a trabalhar no Museu Paraense Emilio Goeldi,

4 Tradução “Viagem pelo Brasil”, e sua primeira edição é de 1867 (KURY, 2001)

em idos de 1905 (JUNGHANS, 2008)⁵. Sua presença na região amazônica marca um dos poucos momentos, em pleno fim do século XIX e início XX do papel feminino na ciência, como se vê: “A historiografia das ciências no Brasil apresenta, até agora, poucos exemplos da atuação feminina no campo das ciências naturais antes da fundação das universidades na década de 1930” (JUNGHANS, 2008, p. 244). Desse modo, é fundamental trazer a luz da História, essa discussão da visão feminina de vivenciar a ciência em uma região, ainda em processo de reflexão científica, que era Amazônia, em idos dos séculos XIX e XX.

Na fonte de Junghans (2009), a mulher Emília tinha um papel específico a cumprir na pesquisa na Amazônia, como se vê abaixo:

Emília Snethlage havia sido contratada para trabalhar no museu como assistente de zoologia, seção que sempre recebera uma atenção especial por parte de Goeldi, tanto em termos institucionais quanto administrativos. As outras seções contavam com apenas um especialista, como a de botânica e a de geologia, ocupada intermitentemente entre 1896 e 1904, e a seção de etnografia nunca chegou a ser instalada. Já a seção de zoologia sempre pôde contar com dois profissionais formados, o próprio Goeldi, que era diretor da seção, auxiliado inicialmente por Hermann Meerwarth (1870-?), em seguida por Gottfried Hagmann e depois por Snethlage (JUNGHANS, 2003, p. 33).

Como se vê Emília, já alcançava outro patamar dentro do cenário científico brasileiro, sua vinda já corroborava com a teoria dos Estudos Culturais, por assumir novos processos culturais, pois a dinâmica sociocultural da ciência ainda estava muito ligada ao sexo masculino como protagonista.

Vê-se um pouco mais de Emília em algumas de suas cartas, que são fontes importantes do arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG⁶, onde se nota uma mulher que estava no meio científico, mas que apresentava preocupações e outros sentimentos que fazem parte de qualquer natureza humana; e este é um ponto interessante, pois se tem “das mulheres” esse lado “subjetivo”, mas que isso não deve ser uma “representatividade” feminina, mas de um ser humano, que passa por diferentes momentos seja vida profissional, como pessoal. A carta de Emília para o irmão Viktor traz uma abordagem, em linhas gerais, sobre questões financeiras quando morava em Belém, mas também de questões mais subjetivas como preocupações relacionada a sua congregação religiosa na Alemanha (MPEG, 1912)”. São fontes que demonstram quem elas estavam no espaço privado e público.

5 Tem-se também notas mais recentes sobre Emília Snethlage no artigo de Sanjad, Snethlage, Junghans e Oren (2013), intitulado “*Emília Snethlage (1868-1929): um inédito relato de viagem ao rio Tocantins e o obituário de Emil-Heinrich Snethlage*”, onde se tem uma nota biográfica importante sobre a vida dessa cientista e sua contribuição para a ciência na Amazônia.

6 MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi, Arquivo Guilherme de La Penha, Fundo Emília Snethlage. **Carta de Emília para Viktor Snethlage**. Belém, 1912.

A terceira personagem a compor este artigo é a brasileira Heloisa Alberto Torres (1895-1977), antropóloga de formação, e uma das primeiras mulheres no Brasil a realizar trabalhos de campo com importante desempenho para a antropologia brasileira, e deixando um legado de alunos, como Eduardo Galvão, para dar continuidade aos seus passos construídos na pesquisa de campo na antropologia (CORRÊA, 1997). Heloisa era filha do político e intelectual Alberto Torres, e sua trajetória na antropologia brasileira, teve momentos positivos e negativos, durante sua estada como diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a de se sublinhar que essa mulher, foi uma personagem que marcou a história das ciências sociais, por meio da antropologia no Brasil.

As fontes que trazem algumas características de Heloisa mostram uma mulher que já enfrentavam confronto no seu espaço, nesse caso no Museu Nacional. Aqui nota-se como os EC estão como teoria importante a pensar que as lutas sociais, também fazem parte dessa teoria, e as lutas entre gênero são importantes demarcadores para pensar a escrita e a investigação sobre a vida não somente de Heloisa, mas de Emília e Elizabeth. Na fonte de Corrêa (1997, p. 19) nota-se que a vida de antropóloga de Heloisa não foi muito fácil:

Confronto é uma palavra que poderia sintetizar boa parte da atuação de Heloisa no mundo intelectual de sua época: portadora de um nome importante neste mundo, ela ocupou inúmeras posições politicamente importantes, a maioria vinculada diretamente à disciplina à qual dedicou o melhor de seus esforços, outras apenas indiretamente: todas, no entanto a colocavam no centro do palco numa época em que poucas mulheres lá estavam (CORRÊA, 1997, p. 19)

Assim, as mulheres travavam lutas em cargos nas primeiras instituições de pesquisa no Brasil, e Heloisa foi ultrapassando essas barreiras, e abrindo caminho para outras mulheres.

Essas três mulheres serão personagens importantes e deverão constituir a historiografia da ciência na Amazônia, a partir da perspectiva da História e do **Gênero**, tendo como base teórica os Estudos Culturais e Pós-coloniais como ferramentas para entender a visão e as vivências do ser feminino, em um cenário dominado por homens, como as viagens, a história da ciência e a região amazônica. Por meio desses elementos, como as fontes e os sujeitos a História vai auxiliar na configuração de um estudo que tem nas narrativas de viagens, a base para a discussão deste artigo. As mulheres viajantes cientistas foram também precursoras da descrição geográfica, social, cultural das regiões do Brasil, mais especificamente da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na verdade toma-se este ponto como as considerações iniciais, pois os textos, as

aulas e as discussões tomadas durante a disciplina foram essenciais para se começar a problematizar o tema, que está em construção com o projeto de tese que está construído. Pensar as formas como as mulheres começaram a estar em espaços públicos, a ocupar espaços em instituições de pesquisa no Brasil, em específico na Amazônia em meados dos séculos XIX e XX, é refletir numa descolonização do próprio gênero e do conhecimento científico. Dessa forma, as conclusões são inicialmente pensamentos a serem melhor investigados futuramente.

Percebeu-se que a averiguação à luz dos Estudos Culturais e Pós-coloniais foram importantes por salientar a importância de se discorrer que o estudo do Gênero e da História da ciência podem ser temas, que devem ser acrescentados nas linhas de investigação da História. Nesse sentido, uma construção vinda da História social, pode então trazer análises que olhem esses temas e os seus desdobramentos. Assim também, foram importantes os textos que trataram da História social.

Quanto ao objetivo inicial desse artigo que foi o de verificar a trajetória de Elizabeth Agassiz, Emília Snethlage e Heloisa Alberto Torres e o que enfrentaram ao fazer parte da história da ciência na Amazônia, entre os séculos XIX e XX, tendo como base teórica os Estudos Culturais, foi alcançado, a partir do momento do que apontaram as referências teóricas sobre mulheres viajantes e na ciência; além das relações entre história e gênero, aliado aos aportes teóricos dos Estudos Culturais. É evidente que esses resultados são ainda incipientes para de fato apresentar o que realmente elas passaram em suas trajetórias profissionais e pessoais, mas que já pode apontar um caminho a ser investigado.

Nas discussões em sala de aula e nos textos notou-se que as diferenças, que acabam historicamente e socialmente separando homens e mulheres, não deixa de ser um campo de luta, que traz para a perspectiva teórica uma forma nova de pensar essa “disputa” de espaços. Mas, o que os estudos mostraram que as pesquisas já começam a descortinar as formas como essas diferenças foram colocadas na história e na sociedade, e que já podem ser vistas e investigadas. Assim, o tema das mulheres que viajaram na Amazônia, e que fizeram parte da história da ciência na região pode ser averiguado a partir dessas leituras.

É importante destacar também nessas conclusões iniciais que a tomada de conceitos, como de zona de contato, apresentado por Mary L. Pratt vem a contribuir ainda mais com a discussão, pois as relações que são vistas nessas integrações, a nível das viajantes em regiões desconhecidas, junto a sociedades diferentes, seus costumes, suas culturas marcam as diferenças não somente socioculturais, como também, diferenças masculinas e femininas. Dai a necessidade de pensar nesse conceito, como base para desenvolver futuros argumentos a pensar que as relações que essas mulheres fizeram ao interagir com outras pessoas, e com outros homens em suas trajetórias.

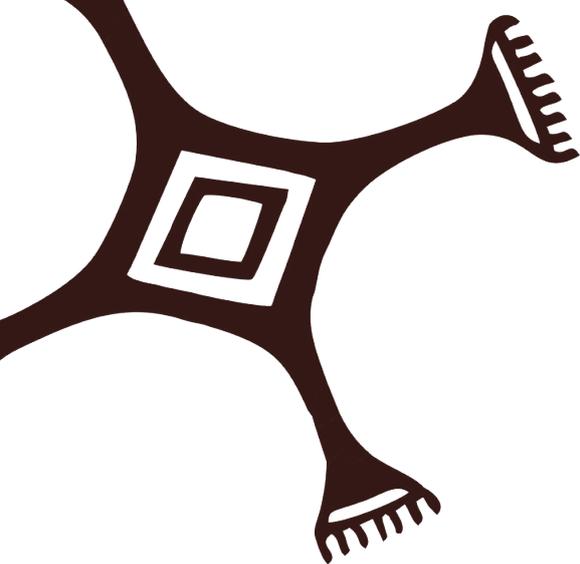
A literatura de viagem é um tema instigante, pois as viagens que foram realizadas na Amazônia nos séculos XIX e XX, ainda são temas a serem descobertos. No que traz esse tema, os homens são personagens, e principalmente protagonistas dessas incursões. Suas trajetórias, suas “descobertas” até hoje formam um conglomerado de informações que constroem uma bibliografia e fontes ricas, no que diz respeito ao tema. As mulheres ainda estão sendo investigadas e descobertas, também como personagens e protagonistas desse movimento na literatura de viagem.

No que concerne as personagens para esta proposta, são três mulheres, que em díspares áreas do conhecimento, tempos históricos e sociais também, fizeram a diferença na construção do caminho da ciência na região amazônica, e na própria constituição da história das mulheres, não somente na ciência, mas no espaço público em geral. Pois, o que se tem é que a mulher histórica e socialmente ocupava, e ainda ocupa nas discussões teóricas o ambiente privado, da casa por exemplo. Mas estudos tem apontado que essas mulheres, vem atuando e tomando lugares públicos, que no caso da tese a ser proposta as instituições de pesquisa, e a ciência como espaço também.

E agora sim a finalizar este artigo colocam-se aqui algumas indagações, que provavelmente devem ajudar a pensar a tese, e que também podem ampliar discussões teóricas e a busca por fontes, que auxiliem no caminhar da pesquisa. São questões genéricas, mas que vem instigando a pesquisadora: como pensar o papel da mulher que viaja e produz ciência, além do que se tem como a luta entre masculino e feminino? A questão temporal, no que concerne especificamente no caso da pesquisa na história, por serem mulheres de tempos diferentes, Elizabeth Agassiz está situada no século XIX, e Emília Snethlage e Heloisa A. Torres atuam no século XX pode ser um entrave a pensar o estudo das três ao mesmo tempo? Então, essas são algumas das indagações que vieram ao longo das aulas, não somente nesta disciplina específica, mas já nesses primeiros momentos do curso, e de outras disciplinas, e que são questões que devem auxiliar a escrita da tese.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Elizabeth Cary; AGASSIZ, Louis. **Viagem ao Brasil: 1865-1866**. Tradução e notas: Edgar Süssekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- ARAÚJO, Lucas Monteiro de. **Representações Marajoaras em Relatos de Viajantes: Natureza, Etnicidade e Modos de Vida no Século XIX**. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- ARMANI, Carlos Henrique. Por Uma Escrita Pós-Colonial da História: uma introdução ao pensamento de Stuart Hall. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 25-36, 2011.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na História**. Dourados: UFGD, 2014.
- CORRÊA, Mariza. D. Heloisa e a pesquisa de campo. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-44, 1997.
- DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 73-90, 1994.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuru, 2016.
- _____. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez., 1997.
- HENRIQUE, Márcio C. **Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929): uma naturalista alemã na Amazônia. **História, Ciências e Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 243-255, jun., 2008.
- KURY, Lorelai B. A sereia Amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157-172, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LEITE, Miriam L. Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 129-143, 2000.
- _____. **Livro de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o Patrimônio cultural - Uma construção permanente. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia R. de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 281-308.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- SANTOS, Fabiane V. dos. “Brincos de ouro, saias de chita”: mulher e civilização na Amazônia segundo Elizabeth Agassiz em *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./abr., 2005.
- SARRAF-PACHECO, Agenor. **Aulas da Disciplina Cidade, Floresta e Sertão**. Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2018.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade Melanésia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.



FESTIVIDADES OPERÁRIAS: RECREAÇÃO,
MILITÂNCIA E SOCIABILIDADES DA GENTE
LABORIOSA (BELÉM, 1928 - 1935)

José Ivanilson da Luz Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e no poente do século XXI, notamos uma fecunda diversificação nas abordagens concernentes aos mundos do trabalho: associativismo, legislação trabalhista, gênero, campo, cidade, cotidiano e cultura. A partir da década de 1980, segundo Batalha (2012), a historiografia do trabalho consolida-se (emerge) a um status acadêmico; importantes produções tocantes à cultura operária, a consciência de classe e ao fazer da classe operária ganham espaço no meio historiográfico, com destaque para a vasta e fecunda obra de Edward Thompson (1987), demonstrando formas de organização, sociabilidades e as transformações nos modos tradicionais de ser e fazer-se do nascente operariado inglês.

Segundo Batalha (2012), a história operária a partir da década de 1980 ganha importante influência da chamada História Social Inglesa, sob os pressupostos de E. P. Thompson e E. J. Hobsbawm, quanto ao fazer do operariado frente ao construto econômico, estatal e produtivo. No mesmo período o autor, destaca a ascensão da história operária ao *status* acadêmico, e na contramão, já nos idos de 1990 a existência de uma crise em meio a essa vertente historiográfica: “para uns, esta crise é antes de tudo uma crise do paradigma, que estaria reduzido a duas vertentes: estruturalistas e culturalistas” (BATALHA, 2012, p. 155).

Batalha (2012, p. 156) ressalta o empenho em alcançar alternativas frente aos desafios “impostos” pela crise: “A produção dos últimos anos tem demonstrado que o repensar do tratamento da história operária passa por uma série de caminhos e por novas preocupações”, dentre estes, aponta: a emergência dos estudos regionais;

¹ Doutorando do Programa de Pós – Graduação em História Social da Amazônia – PPHIST / UFPa. Professor da Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia – FAM e da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC / Pa.

a contemplação do gênero nos estudos sobre a classe operária; entre outras. O resultado das preocupações teórico-metodológicas na conformação da história operária vem encorajando a ampliação das temáticas:

[...] ao mesmo tempo, o espaço antes ocupado pela luta de classes passa a ser pontilhado pela estabilidade e pelo consenso sociais; no lugar das mudanças, teríamos as continuidades históricas... o resultado é a ampliação do leque temático da história do trabalho, compondo um quadro multifacetado da vida dos trabalhadores (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004, p. 13).

Estudos como o de Margareth Rago (1998; 1985) e Sidney Chalhoub (2001), se apresentam como precursores na reconstituição da agência diária dos trabalhadores, que transpunha em muito as condições adversas de trabalho, econômicas e mesmo a militância sindical, mas, fazem emergir: a violência praticada e sofrida, a “auto-violência”, e ainda, os amores gestados entre a classe laboriosa, e as possíveis “transgressões morais”, como a entrada na prostituição, em muito potencializada pelos baixos salários, “serões noturnos” e saídas alta horas da noite dos espaços de labuta, o alcoolismo e a respectiva representação social da época, e em seus espaços de transitoriedade cotidianos.

A historiografia do trabalho na Amazônia emerge há algumas décadas como um campo de pesquisa em construção, no que tange ao século XX, esforços suscitados desde os estudos de Darcy Flexa Di Paolo (1981) e Edilza Fontes (1993; 2002), autoras encorajadoras de pesquisas referentes à horda laboriosa paraense no alvorecer do século XX, e ainda Leila Mourão (1989) na historicização da indústria paraense, contribuíram vertiginosamente para a ascensão deste campo de análise histórica aos cânones acadêmicos.

Em meio a estas diversas formas de leituras do fazer operário, nos inclinamos à pesquisa do fazer de uma cultura operária, não apartada de uma cultura local ou de uma elite, mas, que nos proporciona “enxergar”, sociabilidades múltiplas: eventos esportivos, matines dançantes, o Primeiro de Maio, eventos que nos demonstram a constituição de espaços e momentos de lazer, a efervescência de uma cultura militante, a relação dialógica: operariado, associativismo, patronato e disposições estatais. Nos importa aqui, dar “voz” e “escuta”, a uma emergente cultura operária gestada por condicionamentos tangenciadores, que ora, lhe permitiam “autonomia” organizacional e festiva, ora lhe impunham limitações, ora lhe “abraçavam”, coexistindo na organização das festividades.

Considerando a heterogeneidade própria dos sistemas sociais, compreendendo os sistemas sociais como eivados de “fraturas”, não é objetivo desta pesquisa, apresentar uma cultura operária “uníssona”, por exemplo, as fontes de pesquisa nos demons-

tram uma cultura associativista militante e beneficente, mas, também, coexistente com operários que organizam eventos festivos dentro de uma mesma fábrica, ou que não compartilhavam do associativismo, ou ainda, a organização de eventos de conagração pelo patronato e pelo Estado. Nesse sentido, entendemos o trabalho com a cultura segundo as premissas de Fenelon (1994), para quem

Seja qual for a natureza do trabalho historiográfico que realizamos envolvendo cultura, ou as conceituações que possamos desenvolver para cultura popular, será preciso admitir a impossibilidade de trata-la (a cultura) no singular, pensada como capaz de abarcar em si mesma a história como totalidade, ou toma-la como fator determinante de todo o processo... falamos sim de culturas no plural e nunca podemos considera-la como campo exclusivo de uma só disciplina (FENELON, 1994, p. 75).

A atmosfera social de existência cotidiana para além dos espaços produtivos da capital paraense, em nossa análise, permite uma olhada pelas frestas do fazer cultural experienciada pela gente operária, daí que concordamos com Souza Junior (2012, p. 17), para quem as “tramas do cotidiano”, possibilitam “visualizar as práticas cotidianas dos agentes sociais”. Entendemos que a cultura operária delinea-se por elementos sociais permitidos, e, por vezes, forjados por sociabilidades, entre: o operariado, suas associações, disposições estatais, ações do patronato, datas cívicas e religiosas, sazonalidades políticas e econômicas, entre outras, atmosfera essa que influenciara no cotidiano da gente laboriosa.

CULTURA LOCAL E CULTURA OPERÁRIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Segundo Hall (2003, p. 142), existem pontos correspondentes acerca da ideia de cultura em Raymond Williams e Edward Thompson, na medida que “Williams junta esses dois aspectos — definições e modos de vida — em torno do próprio conceito de cultura. Thompson reúne os dois elementos — consciência e condições — em torno do conceito de ‘experiência’”. Acerca da ideia de cultura, consideramos nesta pesquisa as premissas de Thompson quanto a: “experiência vivida” e “experiência percebida” (ALVES; ARAÚJO, 2013), e, de Barth (2002), acerca dos sistemas sociais fraturados.

Por vezes, pesquisadores tem dificuldade em reconhecer a “pluralidade” nas ações de sujeitos sociais concretos na tessitura de sua agência diária, o que conduziria a certo abalo em balizas, em geral, inclinadas à leituras homogêneas da realidade, segundo Barth: “somos treinados a suprimir os sinais de incoerência e de multiculturalismo encontrados... Profundamente condicionados a rejeitar a abordagem, há muito desacreditada, estilo ‘colcha de retalhos’” (BARTH, 2002, p. 109), o autor faz emergir, o desconforto de alguns frente ao reconhecimento da existência de incongruências dentro desta pretensa homogeneidade sociocultural: “nós ainda insistimos obedien-

temente em encarar tais evidências como ameaça ao nosso objeto e às nossas premissas” (BARTH, 2002, p. 109). Monteiro (2008), demonstra de que forma o pensamento de Fredrik Barth, contempla as possibilidades analíticas, quanto à homogeneidade e à heterogeneidade:

Para Barth, a sociedade é formada por sistemas sociais que são fraturados por incoerências e fragmentos, diferente das abordagens macrosociais que vêem o mundo integrado regido por normas coerentes; há heterogeneidades. Para o antropólogo, o comportamento social não resulta de uma obediência mecânica a um sistema de normas; se a sociedade é fragmentada, os indivíduos se envolvem de maneiras diversas, e não de forma mecânica e sistematizada. Barth privilegia como unidade de observação a interação entre as pessoas (MONTEIRO, 2008, p. 05).

O excerto é revelador de uma conjuntura social heterogênea na tessitura das relações entre os indivíduos, o que nos convida a reconhecer as “fraturas” existentes no fazer dos eventos festivos ao operariado, na passagem da década de 1920 ao decênio de 1930 na capital paraense, pois tais eventos se constituíam como espaços simbólicos de sociabilidades, entre operários, associações operárias, patronato e poder público. Neste ponto, concordamos com Barth (2002) *apud* Coelho (2006, p. 05), para quem: “Indivíduos de um mesmo grupo social podem acumular experiências particulares e fazer uso de diferentes esquemas de interpretação da realidade”.

Mediante aos fragmentos de pesquisa por nós consultados, defendemos que muito da efervescência acerca das celebrações e festividades operárias² notadas a partir de 1930, já se fazia presente no decênio de 1920, em Belém, premissa demonstrada em alguns estudos concentrados na região sudeste do Brasil (FOOT HARDMAN, 2002; EMRICH, 2007; DECCA, 1983); importa-nos analisar, as transformações ocorridas na organização destas celebrações no meio operário mediante a um panorama diversificado sob a ótica político-trabalhista gestado no avançar das décadas de 1930 pela atuação sindical e do Estado.

De outra forma, atentando para as sociabilidades existentes em meio a organização e a realização das festividades no meio operário, acreditamos que o “lazer”³ e a “diversão”⁴ em “benefício dos operários”⁵ e “suas famílias”⁶, propagandeados pelas entidades de classe, patronato e Estado, servissem no mais das vezes, como balizas de

2 Notamos a organização de eventos diversos no meio operário na passagem de 1925 a 1935 em Belém: Primeiro de Maio, Bailes de Carnaval, Aniversário das entidades de classe, passeios promovidos pelo patronato, matinês, festivais esportivos, festejos cívicos e religiosos, manifestações de apoio e homenagens a operários e a personalidades políticas, etc.

3 *A Pirralha*, 04 de fevereiro de 1928, p. 03.

4 *Idem*.

5 *Idem*.

6 *Idem*.

sustentação de interesses maiores: cooptação, desmobilização, paternalismo, militância, conflitos e rivalidades, entre outras coisas.

No que tange, ao fazer das entidades de classe notamos um quadro heterogêneo nas formas de atuação e organização, demandando certas peculiaridades dependendo do ofício ou dos preceitos ideológicos defendidos, e que em muito se constituía por meio do contato com suas congêneres do sul e sudeste do Brasil, o que em nosso entendimento nos instiga a descortinar traços acerca das relações de gênero sendo tecidas em meio ao “ambiente festivo” e dentro das próprias associações: “dengosas, de chinelinha na ponta do pé, junta com a alegre turma operária daquele subúrbio, farão a verdadeira batucada carnavalesca...”⁷; a atuação de sujeitos sociais dentro dos espaços de trânsito social, que por vezes se confundiam: trabalho-lazer-militância, e ainda, as manifestações de protestos, críticas sociais, e mesmo de representação da própria realidade operária presente nas chamadas⁸ e letras de músicas nos jornais⁹ para os eventos festivos.

No Primeiro de Maio, as celebrações ganhavam um caráter expressivo quando atentamos para as relações de gênero, as festividades organizadas pelas associações operárias, em parceria com o estado ou de forma isolada, guardavam peculiaridades no tocante às sociabilidades vividas entre operários e operárias, em momentos festivos, como em bailes e torneios esportivos, comumente se notava a interação e compartilhamento dos mesmos ambientes sociais, já em “momentos cívicos”, como em reuniões sindicais ou visitas aos túmulos dos antigos companheiros de militância, prática latente ainda em dia de finados, o lugar de operários e operárias, era determinado pela diferenciação de gênero: aos homens fazia-se necessária a visita aos túmulos dos antigos companheiros de luta pela causa operária; às mulheres cabia muito convenientemente, a visitação às famílias dos operários falecidos, sobretudo, à viúva de seus companheiros de militância (RODRIGUES, 2008).

Apesar de todo estudo pressupor recortes, e recortes significarem escolhas, não creio que seja possível pesquisar, por exemplo, a vida cotidiana das classes trabalhadoras deixando inteiramente de lado a documentação produzida pelas parcelas organizadas do operariado ou aquela que diz respeito às condições ou processos de trabalho (BATALHA, 1997, p. 92).

Nos idos de 1925, o Dia do Trabalhador apresenta um reconhecimento “paternalista” por parte do poder público, pois importa-se destacar que “o proletário universal comemora hoje a sua confraternização. O governo federal decretou ao Trabalho, feriado o dia de hoje”. Neste ponto, exacerba-se a premissa de que o estado concedera solidariamente, um dia de descanso ao trabalhador, sendo que naquele período, o Pri-

7 *O Imparcial*, 03 de fevereiro de 1934, p. 02.

8 *Idem*.

9 *Idem*.

meiro de Maio, erguia-se como data de união aos trabalhadores, não constando como feriado no calendário oficial¹⁰. No entanto, Candido (2017) destaca:

Devemos destacar que o 1º de Maio é alvo de ressignificações desde sua idealização na França em 1889 e a cada conjuntura os sujeitos históricos que possuem o poder acabam por modificar o real significado do “*Grande Dia*” do operariado mundial (CANDIDO, 2017, p. 119).

No mesmo ano, o Jornal *Folha do Norte* apresentava a Federação das Classes Trabalhadoras, conglomerando a imprensa e a classe trabalhadora a ampliar as fileiras do evento alusivo ao dia do Trabalhador,

A Federação das Classes Trabalhadoras do Pará convidou a FOLHA para a festa comemorativa do “Dia do Trabalho” que efetiva hoje às 8 horas da noite, no Theatro da Paz. Por nosso intermédio a Federação convida também para seu festival todas as classes operárias desta capital.¹¹

As chamadas nos jornais comumente, apresentavam uma pluralidade de agentes sociais, envoltos direta e indiretamente nos eventos das associações: a imprensa local, agentes do poder público, operariado associado e não associados de ofícios diversos, eram convidados a compartilhar destes momentos de sociabilidades. No segundo semestre de 1931, a Federação das Classes Trabalhadoras do Pará empreendeu esforço no sentido da organização de um evento que garantisse ao operariado belenense, diversão e conagração, com a exibição de películas de cinema, ressaltando ainda que “é justo que todos que se interessam pela causa operária deem seu apoio”¹², pois: “É amanhã finalmente que esta sociedade operária realizará seu festival no Cinema Popular, com o magnifico programa: - Desenhos animados, ‘Dá cá o meu chapéu’, engraçada comédia e a seguir a finíssima película ‘Momentos em apuros’.”¹³.

Notamos, a interseção da cultura operária à cultura local, em dois pontos principais: alguns locais utilizados para a realização dos eventos (Theatro da Paz, Bosque Rodrigues Alves, entre outros), e ainda, nas atrações utilizadas ao conagração da gente laboriosa e seus familiares, comumente os “Jazz Bands” (grupos musicais, que executavam musicais como maxixe, xote, entre outras) e o recurso ao Cinema (com a exibição de películas de filmes). Neste sentido, uma das sociedades mais atuantes era S. U. B. E. B (Sociedade União Beneficente dos Estivadores da Borracha), que no segundo semestre de 1930, assim convidada a tomar parte em um evento festivo em sua sede

Esta agremiação tem a honra de convidar os senhores frequentadores da seção recreativa, para comparecerem e darem seu concurso à grande soi-

10 *Folha do Norte*, 01 de maio de 1925, p. 01.

11 *Idem*.

12 *O Imparcial*, 04 de setembro de 1931, p. 01.

13 *Idem*.

rée dançante em benefício de seus cofres sociais, que será realizada no sábado 13 do corrente, ao som do afinadíssimo jazz- band “Amazon River”, que executará lindo repertório. Terá início às 9 horas da noite.

Todos à Estivadores da Borracha! Bondes Cypriano Santos.¹⁴

O excerto revela a organização e efetivação de eventos como forma de abastecer os cofres sociais da associação dos Estivadores da Borracha, a existência de uma “seção recreativa” dentro da associação, sendo que o convite amplia à sociedade seu alcance, não limitando-se aos operários e seus familiares. Outro aspecto importante, seria as possibilidades de acesso “à Estivadores da Borracha”, pois a sede da associação situava-se na Rua Boaventura da Silva, nº 122 – 124, estando em uma área central da cidade, imagina-se assim, que a maioria dos operários morassem nas zonas de periferia, sendo necessário indicar na chamada, o ponto onde se estaria os Bondes para se chegar ao local festa: “Bondes Cypriano Santos” (atualmente, localizando-se próximo ao terminal rodoviário, local fronteiro da região central à área periférica de Belém).

No correr de 1935, a Sociedade União Beneficente dos Estivadores da Borracha, envia um requerimento à Diretoria da Educação e Ensino Público, solicitando que esta:

...determine que as aulas da escola ‘Rodrigues dos Santos’, que, há 19 anos vem funcionando em a sede social da mesma agremiação, à rua Boaventura da Silva, nº. 828, deixem de funcionar aos sábados, como vinham acontecendo até o ano próximo findo¹⁵.

Comumente, as agremiações de trabalhadores mantinham escolas, em suas sedes sociais, neste caso, temos uma parceria onde a S. U. B. E. B sede o espaço, a estrutura física, e, o Governo Estadual fornece o quadro de funcionários, material de expediente e didático. A justificativa para tal solicitação, desvela uma demanda dessas associações: “a medida solicitada revela a necessidade que tem a mesma associação das noites desses dias para o funcionamento de suas reuniões sociais e recreativas, as quais tornam-se imprescindíveis ao seu progresso econômico-social”¹⁶. Sendo fundamental, eventos sociais, dançantes, esportivos, cinematográficos, com vistas a arrecadação de fundos aos cofres associativos.

Estudos como os de Rodrigues (2008; 2015) inclinam-se, respectivamente, às teias de sociabilidades tocantes ao trabalho na Amazônia, ainda pouco visitadas: a Cultura Operária e o Operariado Feminino; no primeiro: *Trabalhadores Organizados: práticas, conflitos e cultura (Belém 1930-1932)*, apresenta todo um calendário de cele-

14 *Folha do Norte*, 16 de agosto de 1930, p. 05.

15 Requerimento enviado pela Sociedade União Beneficente dos Estivadores da Borracha à Interventoria Federal do Pará; APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1938). cx. 218.

16 *Idem*.

brações que envolvia: matinês dançantes, torneios esportivos, o primeiro de maio, a data de fundação das associações, o dia de homenagem aos ofícios, etc., eventos que adquiriram um formato militante e recreativo, comumente realizavam-se assembleias seguidas de “bailes familiares”; o segundo: *O Labor Feminino do Lar à Fábrica: Lutas, Práticas e Representação Social (Belém, 1930-1935)*, visita os espaços de labuta e convívio diário, espaços de transitoriedade na agência diária das operárias: relações de gênero, romances, violência, assédios, o papel social da mulher na ocupação do espaço público do trabalho e nos eventos comemorativos, como homenagens políticas ou o Primeiro de Maio, entre outros.

Segundo Foot Hardman (2002, p. 51), era comum entre as associações a realização de eventos de conagração aos trabalhadores, “com disputas esportivas, apresentações teatrais e bailes para arrecadar fundos”; a utilização de espaços públicos pelas associações que não dispunham de locais apropriados reduzia os custos às associações. Um espaço bastante utilizado para o conagração da classe trabalhadora paraense era o Bosque Rodrigues Alves. Segundo Silva (2007), o futebol a princípio fora tomado como uma prática que atendia aos interesses de patronato, interessado em um trabalhador ordeiro, despido de contestação, principalmente as de inclinação anarquista, um trabalhador sem preocupação com a dominação social sofrida. Contudo, concomitantemente a este ideário, o futebol passou a ganhar uma “atmosfera” positiva ao seu entorno, servindo como estratégia de aglutinação dos trabalhadores, pois num dado momento grande parte dos militantes que o criticavam passaram a defendê-lo como forma de atrair mais público nas reuniões operárias (PEREIRA, 2000).

No final de 1932, os operários da Usina Brasil realizam um festival esportivo que demonstra compartilhamento de uma cultura local, com a cultura operária, sob o viés de uma cultura esportiva, pois os operários de da Usina Brasil, mantinham um time de futebol, que disputava partidas e torneios outros times de fábricas como o da Boa Fama, e ainda times “suburbanos”

O Festival do Usina Brasil: No campo do liberto, realiza-se domingo o festival esportivo do Usina Brasil, em que tomam parte os suburbanos Boa Fama, Reduto, São Domingos, Uberabinha, Brasil Novo, Humaythá, Liberto e o respeitável conjunto União Esportiva, da extinta Liga Esportiva Paraense.¹⁷

A chamada do jornal *A Crítica*, nos convida à constatação de dois aspectos principais: primeiro, a “experiência vivida” e “experiência percebida”, acerca do compartilhamento desta cultura esportiva entre o operariado, senão vejamos: a “experiência vivida” pelo operariado, quanto a limitadas condições materiais, latente exploração em longas jornadas de trabalho e baixos salários, e leis trabalhistas ainda sendo gestadas, seria semelhante à maioria da horda laboriosa de Belém, no entanto, a “expe-

¹⁷ *A Crítica*, 08 de dezembro de 1932, p. 02.

riência percebida” acaba por diferenciar-se, pois parte das associações vinculava-se à Federação das Classes Trabalhadoras (FCT, de orientação anarquista), outra ala à Federação Brasileira do Trabalho (FBT – de orientação reformista); assim, é compreensível que algumas indústrias tivessem times de futebol, outras não, pois em geral o ideário anarquista não via com bons olhos a prática do futebol e do alcoolismo, entendendo-os como despolitização do trabalhador.

Um segundo ponto, remete-se ao diálogo entre cultura local e cultura operária, estando latente pontos de interseção entre uma e outra, reafirmando o que sugerimos anteriormente, o de uma cultura operária não fragmentada de uma cultura local, pois além de encontra-se dentro de uma cultura esportiva, os times de operários, reuniam-se com times de bairros, e mesmo clubes oficiais da cena esportiva paraense como o União Esportiva; desta forma, imaginamos que muitos destes clubes de bairros tivessem em seus elencos, operários de fábricas e ofícios onde não tinham times, assim participavam das disputas esportivas nos times do bairro onde moravam.

Outra prática festiva comum em meio às associações operárias, eram os eventos de cunho religioso, como por exemplo, o dia de homenagem à padroeira de determinado ofício ou associação da gente laboriosa, como no caso da Imperial Sociedade Artística Paraense: “A Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, festeja amanhã, solenemente, o dia da sua padroeira N. S. da Conceição, mandando celebrar missa a grande instrumental da Igreja de Santanna às 9 horas do dia”¹⁸.

A organização de eventos recreativos para os trabalhadores não ficava somente a cargo de suas respectivas entidades. Um aspecto presente na relação patrão/empregado era a disposição do patronato em organizar e compartilhar com os operários às atividades recreativas. A empresa Importadora de Ferragens S. A., por ocasião do feriado de 7 de setembro, organizou um passeio fluvial a seus empregados, no qual tomaram parte seus proprietários e diretores¹⁹. Este evento repercutiu entre as demais categorias de funcionários do comércio, que apressaram-se em solicitar a seus patrões pelo menos a dispensa do trabalho no referido feriado²⁰.

As ações de entretenimento promovidas por empresas, geralmente restringia-se ao operariado da respectiva fábrica raramente estendendo-se para além do limite do quadro de funcionários. É o exemplo da empresa Bitar:

A firma desta praça Bitar, Irmãos proprietária da Usina Santo Antônio, vai solenizar no próximo 3 de outubro com uma festa de confraternização entre patrões, empregados e operários. Serão três dias festas, ininterruptos para as quais está sendo organizado um ótimo programa.²¹

18 *A Crítica*, 07 de dezembro de 1932, p. 01.

19 *Folha do Norte*, 07 de setembro de 1931, p. 01.

20 *Idem*.

21 *Folha do Norte*, 28 de setembro de 1932.

Ocorriam casos em que as empresas organizavam festas e revestiam sua renda a entidades de classes. A empresa Teixeira Martins & Cia., proprietária do Palácio Theatro (cinema), organizou um festival carnavalesco com grande divulgação na mídia local, para o conagraçamento de patrões e empregados; a renda da festa foi revestida em favor da Federação das Classes Trabalhadoras.

Uma das atrações da tradicional festa foi o bloco dos padeiros, que antes de se dirigir ao Palácio Theatro, local do evento, se reunia na sede da União dos Manipuladores de Pão e desfilava pelas ruas de Belém, sendo acompanhado por uma multidão. A entrada no festival se dava mediante apresentação de convites que foram previamente distribuídos.

A despesa da festa fora financiada pela citada empresa, de acordo com seus organizadores participaram do evento cerca de 3200 pessoas. A FCT foi a grande beneficiada, pois “os lucros do botequim revestiram em benefício dos cofres da Federação das Classes Trabalhadoras”²². Acerca da iniciativa da empresa Teixeira Martins & Cia., o jornal *Folha do Norte* veiculou matéria intitulada: “gesto elogiável da empresa Teixeira Martins para com seus auxiliares e a Federação das Classes trabalhadoras”²³. A reportagem destaca as características da festa e ressaltava que:

Foi nessa resolução dos adiantados industriais uma prova do elevado conceito que entre nós vai conquistando, cordialidade entre patrões e operários, entre chefes e subordinados que tem agora oportunidade por um justo equilíbrio.²⁴

Não devemos levar muito adiante a ideia de uma pretensa “cordialidade entre patrões e operários”, no entanto a disposição do patronato local em promover atividades festivas aos operários é reveladora de um contexto em que os trabalhadores se encontravam cada vez mais organizados e obtendo conquistas a décadas almeçadas, havia ainda o discurso do governo de proteção às classes trabalhadoras, daí que os industriais acabaram se dispondo a compartilhar dos momentos de diversão do trabalhador.

As associações operárias no intuito de divulgar suas ações e propostas para o trabalhador paraense sindicalizado ou não, passaram a editar seus próprios jornais. A Federação Brasileira do Trabalho criou o jornal *O Povo*²⁵, distribuindo sua tiragem às diversas associações a ela ligadas. Iniciativa semelhante teve o Sindicato dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, que projetou o lançamento de seu jornal *O Trabalhador*²⁶, para o 1º de Maio de 1932. Pelo o que nossa pesquisa inicial nos permitiu apresentar

22 *Folha do Norte*, 06 de fevereiro de 1932, p. 02.

23 *Idem*.

24 *Idem*.

25 *Folha do Norte*, 17 de maio de 1932, p. 05.

26 *Folha do Norte*, 20 de abril de 1932, p. 03.

notamos um rico campo de análise contido na organização e efetivação das festividades operárias, eivadas de transformações e permanências na passagem do decênio de 1920 de 1930.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de pesquisa aqui apresentados, conformam-se em um momento inicial de análise documental à luz do aporte teórico metodológico, consultado até o momento de escrita deste texto. Por este estudo, nos foi possível constatar uma ampla diversificação quantos às abordagens concernentes aos mundos do trabalho, sendo o campo das festividades ou cultura operária, um fértil terreno de análise historiográfica.

Nos foi possível enxergar na análise das fontes, as aproximações teóricas entre os conceitos de “experiência” em Edward Thompson e de “sistemas sociais fraturados” de Frederik Barth, dada as sociabilidades e pluralidade de forças componentes à cultura festiva do operariado da capital paraense. Portanto, com base nas premissas aqui suscitadas acerca das festividades operárias, intentamos a ampliação da pesquisa de forma a oferecer uma contribuição à história do Trabalho na Amazônia, sob a ótica das festividades operárias.

FONTES

Jornais:

A Crítica;

A Pirralha;

O Imparcial;

Folha do Norte.

Documentação Manuscrita:

APEP- Arquivo Público do Estado do Pará; Fundo: Secretaria de Governo; Série: Ofícios (1930 - 1938). cx. 218.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência – um diálogo mais que necessário. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 53-70, jul./dez., 2013.

BARTH, Fredrik. **O guru e o iniciador**: e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

BATALHA, Claudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2012.

BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. Apresentação. In: BATALHA, Claudio H. M., SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora Unicamp, 2004. p. 11-22.

BATALHA, Cláudio. Vida associativa: Por uma História Institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, n.8, dez., 1997.

CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. Primeiro de Maio em Tempos de Repressão: O “*Grande Dia*” do Operariado Mundial na Ditadura Civil-Militar Brasileira através do Jornal do Comércio do Amazonas (1964-1968). **Revista Manduarisawa**, Manaus, v. 1, n. 01, 2017.

COELHO, Claudio Marcio. **Aproximações teóricas e metodológicas entre Fredrik Barth e Carlo Ginzburg**: micro-análise e indiciário. Vitória: Núcleo de Estudos Indiciários – DCSO – CCHN-UFES, 2006.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas**: cotidiano operário em São Paulo – 1927-1934. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

EMRICH, Victor. **Trabalho, Greves e Futebol**: luta, identidade e sociabilidade na formação da classe trabalhadora friburguense (1911 - 1933). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 73-90, 1994.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem Pátria, Nem Patrão!**: memória operária e literatura no Brasil. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organização: Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MONTEIRO, Livia Nascimento. Entre escolhas e incertezas: a utilização da abordagem micro-analítica na História Social. *In*: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; SOUZA, Sônia Maria de; FERNANDES, Cássio (orgs.). II COLÓQUIO DO LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL; MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA HISTÓRIA SOCIAL, 2008, Juiz de Fora. **Anais [...]** Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

RODRIGUES, J. I. L. **Trabalhadores Organizados**: práticas, conflitos e cultura (Belém, 1930-1932). 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

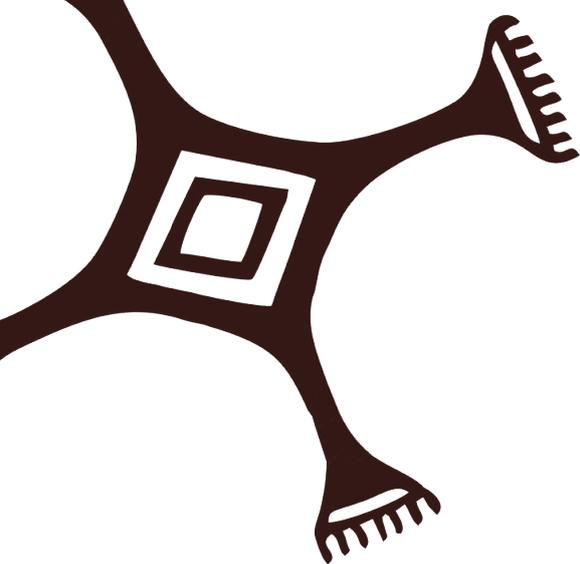
RODRIGUES, J. I. L. **O Labor Feminino do Lar à Fábrica**: Lutas, Práticas e Representação Social (Belém, 1930-1935). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SILVA, Daniela Alves da. **Cultura Operária**: um estudo de caso do Vila Nova Atlético Clube. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUZA JUNIOR, José Alves. **Tramas do Cotidiano**: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará dos setecentos. Belém: Ed. Ufpa, 2012.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward P. A árvore da liberdade. *In*: THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.



A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PRIMEIRO
GOVERNO CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA NO
PARÁ (1891 – 1897).

Lucas Ayres Cardoso

*“Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na
prática social de que tomamos parte”.
“... A ação educativa tem que resgatar o gosto pela liberdade
de ser, de estar sendo, da liberdade de andar, da liberdade de
sonhar, da liberdade de farrear, da liberdade de aplaudir, de
achar bonita a lua que aparece, da liberdade de se banhar,
da liberdade de acreditar ou não na aprendizagem na força
do boto...”.
(Paulo Freire)*

Com um mundo sendo transformado por um regime que mudaria ou continuaria os desmanches de uma educação excludente e de uma formação adequada as classes dominantes, torna importante refletir em Thompson (2001, p. 196) onde enfatiza que “A revolução industrial não só acarretou uma alteração na taxa de crescimento econômico, ela também implicou mudanças de longo alcance no modo de vida do povo”, ou seja, neste sentido, reflete-se da importância para com o objetivo desta pesquisa que é analisar como se desenvolveu o Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant e a atuação da Sociedade Propagadora do Ensino nos anos de 1891 a 1897, enquanto um projeto de intervenção educacional no primeiro governo de Lauro Nina Sodré enfatizando as suas ações mais destacadas e a relevância enquanto iniciativa de formação, e o procedimento fundamental neste estudo é o currículo do Lyceu Benjamin Constant e de outras escolas do período, considerando que se trata de uma escola voltada as “classes proletárias”, especificamente aos trabalhadores e de seus filhos, sendo o horário das 18:00 às 21:00 horas, todos os dias uteis.

Neste sentido é fundamental refletir sobre a implantação do regime republicano no Brasil ao qual desencadeou uma série de transformações em vários setores da sociedade de forma geral e na administração pública em especial. Por isso, quais as

mudanças que devem ser compreendidas do ponto de vista dos programas e projetos de âmbito estaduais e nas dimensões relacionadas ao campo das ideias e perspectivas dos grupos que subiram ao poder no momento de estruturação do regime fundado em 15 de novembro de 1889, (VILLA, 1997). A educação na República se deu conforme Veríssimo (1906) com “o novo regime, que só o propósito de ser de regeneração para a nossa pátria legitimaria, havia realmente de ser de emenda e correção dos vícios e defeitos de que os seus propagandistas, entre os quais me poderia contar, levaram mais de meio século a explorar à monarquia”. (VERÍSSIMO, 1906, p. 5-6). Neste sentido, reflete-se, no Brasil, no final do século XIX e início do XX, sobre o processo de transformação política que suprimiu o regime monárquico e inaugurou a República sendo que os republicanos precisaram investir na propaganda, na ideologia, no simbolismo e no amor a pátria, objetivando alcançar o consentimento da sociedade. Essa propaganda desencadeou-se nas artes, nos discursos oficiais, nas construções, nas ruas e também na educação. (CARVALHO, 1990; FARIAS, 2005).

A reflexão a priori em Raimundo William Tavares Júnior sobre a Escola Normal (EN), no período de 1890 à 1920, sobre a sua tese de doutorado apresentada em 2012, a qual enfatiza que “teria um papel importante em ajustar, preparar professores e professoras que pudessem repassar aos alunos as formas de comportamento consideradas adequadas ao modo de ser “civilizado”, ou seja, o que era ser civilizado naquele momento do império, uma vez que, a grande maioria desses alunos eram homens, todavia, nota-se que também existiam mulheres negras nessa formação, por isso, torna importante pensar em alguns quesitos em colocar ordem nessa formação de professores.

Conforme Júnior (2012, p. 55) que “é realmente deplorável o estado de instrução pública nesta província devido 1ª) a disseminação da população por um vasto território, 2ª) A falta de escolas elementares por todos os lugares onde delas há necessidades, 3ª) A vida ambulante da gente empregada na indústria extrativa, 4ª) A falta de inspeção regular, 5ª) A falta de habilitações de alguns professores, 6ª) A pobreza dos alunos, 7ª) e a negligência de muitos pais e família”. No estado do Pará, o primeiro governador republicano eleito foi Lauro Nina Sodré que dentre outras ações no campo da educação criou a Sociedade Propagadora de Ensino, formada por um expressivo grupo de educadores e artistas de renomados da sociedade paraense, além da criação do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, a qual foi uma das principais iniciativas conferidas a Sociedade Propagadora do Ensino. Nesse sentido, procurarei o material didático utilizados nas escolas que receberam a atenção da Sociedade Propagadora do Ensino buscando compreender até que ponto esta organização deliberava sobre as questões pedagógicas e, caso positivo como esta intervenção pedagógica ocorria no processo ensino e/ou aprendizagem.

É importante refletir sobre a tese de doutorado de Junior em 2012 sobre “Um

Viveiro de Mestre: A escola normal e a cidade de Belém do Pará em Tempos de Modernização em 1890-1920”, aos quais enfatiza que “... através de um decreto da República, a Escola Normal. Embora os republicanos tenham ressaltado o fato como uma grande novidade, ela já tinha sido e extinta outras vezes, durante o regime monárquico desde 1871. Difícil foi não entender entre a grandiloquência do decreto e a tentativa de fato de sua instalação sem prédio próprio, equipamentos e, até mesmo, sem professores, por isso, reflete-se da importância em investigar sobre os estatutos que dão suporte sobre o porquê da criação do Lyceu de Artes e Ofícios Benjamin Constant e o porque da responsabilidade da Sociedade Propagadora do Ensino em promover um currículo que venha de encontro para com os trabalhadores e os seus filhos em adquirir uma formação, entretanto, que não prejudicasse a mão de obra no trabalho, uma vez que, às aulas eram todos os dias úteis de 18:00 às 21:00 horas.

Cabe lembrar que neste texto, recorrerei com frequência à obra rara “*A Exposição Artística e Industrial do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant*”, de autoria de Ignacio Moura que em 1895 ano da publicação, era o diretor da referida escola (MOURA, 1895, P.18). Esta obra apresenta a produção artística, os inventos e outros tipos de criações dos alunos, traz muitos debates sobre a situação da “instrução pública” e sobre as ações da Sociedade Propagadora do Ensino. Ou seja, sempre recorrerei para que possa contribuir no objeto pesquisado, neste sentido, observa-se também, que na avaliação dos republicanos a educação no Brasil apresentava sérios problemas herdados do regime monárquico. Dentre os maiores destacavam o grande índice de analfabetismo e a falta de uma formação adequada para os setores produtivos, pois o ensino público gratuito era incipiente. Além de observar que, segundo Júnior (2012, p. 81) enfatiza que “as escolas normais funcionavam apenas duas vezes por semana, uma hora de aula, e não existia um prédio próprio, ou seja, funcionava nas dependências do Colégio Nossa Senhora do Amparo, e/ou no Lyceu Paraense”.

Nesse sentido, é importante refletir sobre a formação de um profissional para o mercado de trabalho, onde possibilite uma mão de obra qualificada, e seja capaz de fiscalizar as grandes economias deste período. Portanto, é de suma importância que esse cidadão de classe social mais elevada se forme nas escolas propagadoras, todavia, esta instituição não se preocupava com as sociedades subalternas. Por isso, “a valorização das “humanidades”, a importância fundamental das letras, recomendadas no preparo dos futuros doutores e bacharéis, mostram que, no culto à ciência, a hierarquia das disciplinas expressa e, ao mesmo tempo, reforça a divisão social do trabalho”. (MORAES, 1998, p. 26), ou seja, a exclusão em relação a formação dos trabalhadores de baixa renda no processo de ensino e profissionalização apresenta uma determinada formação da classe dominante, a burguesia. Mas, no discurso de Lauro Nina Sodré, enfatiza que “sairão os grandes operários do futuro aos quais caberá ao

novo “evangelho” ao povo, educando a geração que surge na República para República”. (JÚNIOR, 2012, p. 81).

Ao Governador Lauro Nina Sodré foi atribuída várias obras voltadas à educação e da iniciativa de criação do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant e mais do que isso, Sodré repassou aos seus aliados a responsabilidade de fazer vingar a formação do Lyceu Benjamin Constant. É óbvio que os republicanos históricos do Pará se preocuparam com a ampliação do grupo para poder organizar ações e políticas. Portanto, analisa-se que neste período têm-se as necessidades e competências para formar um cidadão para atuar no mercado de trabalho, nesse sentido torna importante refletir sobre o que Stuart Hall enfatiza sobre a Cultura e a Representação, onde “as culturas negras à natureza, uma estratégia de naturalização da diferença. Isso permitia dizer se as diferenças entre brancos e negros são culturais, portanto, mutáveis e instáveis. Todavia se as diferenças são naturais, elas se tornam fixas, permanentes, ou seja, a cor da pele definiria a representação da cultura, no sentido definir as classes culturais, onde o negro seria sempre subalternos dos brancos, entretanto percebe-se também que “os negros ainda eram representados como suplicantes pela liberdade ou pessoas de gratidão em relação à boa vontade branca”, por isso torna fundamental relacionar com o objeto de pesquisa dentro das instituições, onde teremos a oportunidade de investigar através dos documentos, mensagens, relatórios, fontes, onde possam contribuir em se definir os sujeitos com relação a sua formação dentro do período histórico.

Neste sentido, segundo Tavares Junior (2012, p. 127) enfatiza que, para se fazer a matrícula era necessário;

[...]provar ter de 16 à 21 anos para os rapazes e 15 à 21 anos para as moças, além de mostrar atestado de que teve varíola, ou foi vacinada, e ausência de defeito físico que impedisse de exercer vantajosamente o magistério, certificado de exame do curso primário, ou caso não tivesse de apresentar aprovação num exame de admissão, cujos os conteúdos seriam referentes ao conjunto de matérias daquele grau de ensino, (TAVARES JUNIOR, 2012, p. 127).

Desta forma, percebe-se que o processo de ensino excluía a maioria da sociedade. Além de enfatizar em Idem (2012, p.199), que nos documentos os alunos deveriam ter componentes de farda, como calçados, no entanto acabavam sendo obstáculos ao comparecimento às aulas das estudantes, muitas vezes independente de suas vontades, a força da tradição do uniforme, que é inclusive até hoje, que mesmo sendo transformado no IEEP, a antiga Escola Normal mantém vestígios desse primeiro, ainda de saia de algodão marinho, blusas brancas com distintivo indicando a série nos bolsos, ou seja, como será fundamental refletir sobre a possibilidade de ver na Socie-

dade Propagadora do Ensino, se existia um fardamento com critérios por exemplo da Escola Normal que hoje é Instituto Educacional do Pará.

É importante uma nova compreensão acerca do papel da educação, no que se refere aos objetivos políticos do Estado, uma vez que, a educação escolar passou a ser considerada pelos republicanos um veículo de fortalecimento do novo regime, pois por meio dela, buscou-se transmitir grande parte dos novos “ideais da nação”. Além disto, também foi compreendida como parte do próprio conteúdo que se buscava legitimar, já que, em seu esforço de distinção em relação ao modelo político anterior, a instrução da população tornou-se, também em si, uma das bandeiras republicanas (NAGLE, 1974).

A política educacional nesse período apresenta um momento de transformação, ao qual torna necessário refletir em Stuart Hall sobre a Diáspora nos Estudos Culturais (2003, p. 131) onde enfatiza que “é por causa dessa articulação complexa entre pensamento e realidade histórica, refletida nas categorias sociais de pensamento e na contínua dialética entre “poder” e “conhecimento” que tais rupturas são dignas de registro. Neste sentido, torna reflexivo esta dialética dentro das políticas educacionais ao qual argumenta Hoggart, que o “Debate Cultural” há muito sustentado nas discussões acerca da “sociedade de massa”, e do ensino é pensar de acordo com Hall (2003, p. 135), onde enfatiza que “o processo de comunicação, de fato, é o processo de comunhão: o compartilhamento de significados comuns, e, daí, os propósitos e atividades comuns, a oferta, recepção e comparação de novos significados, que levam a tensões, ao crescimento e à mudança”. Ou seja, possibilita pensar como se deu dentro das instituições os currículos e conteúdos para esta formação para com esses trabalhadores que não tinham tempo para se formarem, por isso, as aulas eram ministradas todos os dias uteis no horário noturno.

Dentro dessas reflexões com a política educacional observa que o mundo vivenciado reflete o modo de vida das pessoas, nesse sentido, conforme Canclini (2000, p. 68) enfatiza que “É muito diferente o caso do Brasil, uma vez que os escritores e artistas podiam ter um público específico se em 1890 havia 84% de analfabetos, 75% em 1920, e, ainda em 1940, 57%”. Ou seja, percebe-se que dependendo de cada estado, o modo de vida se definia com o processo da inteligência e do conhecimento, portanto os dados demonstram que com a entrada da República gradativamente vai melhorar o processo de ensino implantado dentro das províncias em “todo o país”. Portanto, não há dúvidas de que ainda tenho muito a analisar a respeito desta documentação e do tema, mas é necessário enfatizar que o estudo voltado ao entendimento do passado a respeito do desenvolvimento do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant e das ações desencadeadas pela Sociedade Propagadora do Ensino no período de (1891 à 1897), enquanto política pública educacional no primeiro governo constitucional de

Lauro Sodré, certamente importante no entendimento das investidas educacionais ocorridas no alvorecer republicano paraense.

A história da educação no Pará nos remete a uma discussão sobre os planos, os projetos e as ações do primeiro governo constitucional de Lauro Sodré. A importância de voltar no passado reflete a necessidade do presente para desvendar questões fundamentais da educação. Neste sentido, conforme Barroso (2006) “refletir sobre a educação paraense é introduzir uma discussão a respeito da produção historiográfica da educação brasileira, inserido no debate a especificidade da questão: educação e história regional”. Neste sentido, torna a necessidade de analisar a rotina de funcionamento do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant que mantinha aulas noturnas, todos os dias uteis no horário de 18hs às 21horas, além de verificar até que ponto os programas de ensino estavam pautados a formação do ensino primário com especialidades técnicas direcionadas às artes plásticas, comércio, indústria e comunicação, haja vista que em seu corpo docente (de colaboradores) constam engenheiros, pintores, litógrafos, matemáticos, professores de língua portuguesa, professores de latim, dentre outros. Por isso, Schuller (2008), enfatiza que;

Zombando do passado, as escolas imperiais foram lidas, nos anos finais do século XIX, sob o signo do atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofo”. Mofadas e superadas estariam idéias e práticas pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos etc. –, a má- formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do velho mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. Sob o manto desta representação em negativo, era crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime seguir “pesada e silenciosamente o seu caminho”, produzir outros marcos e lugares de memória para a educação republicana. Pretendia-se (re)inventar a nação, inaugurar uma nova era, novos tempos. (SCHULLER, 2008, p. 35).

Ou seja, era importante esta mudança com relação a esta formação, todavia, a intenção dos republicanos paraenses também fosse ultrapassar o modelo educacional supracitado, com métodos extremamente rigorosos, onde os castigos físicos ditavam o caminho da aprendizagem em instalações precárias. Talvez esta situação abra espaço considerável para discussões sobre educação popular, infância e questões de classes e espaços de convivência. Uma vez que, observa-se que este novo regime não se preocupava com uma formação crítica e sim, em uma aprendizagem que venha de encontro com o projeto de província. Por isso, acrescenta-se que em 1895 o Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant possuía duzentos alunos matriculados e contava com uma “... biblioteca para as classes pobres e necessitava que abrisse as suas estantes à noite...”. Entretanto, observa-se que na contramão desta informação a

disponibilidade de recursos didáticos para os alunos do Lyceu Paraense. No entanto, esses recursos não eram utilizados pelos alunos do Lyceu de Artes e Offícios Benjamin Constant, apesar das escolas funcionarem no mesmo prédio. Além de observar que existia uma biblioteca própria, o qual contava este último com uma estrutura administrativa independente e com um projeto político pedagógico diferenciado a primeira vista, ao qual seguia por caminhos da sociologia e uma educação positivista, mas, acima de tudo republicana.

De acordo com a Educação Pública no Estado do Pará, reflete-se da importância sobre “A construção da República (1886 à 1897)”, onde o historiador William Gaia Farias enfatiza que, as entre transformações ocorridas na gestão de Lauro Nina Sodré, uma das mais destacadas no campo da educação foi “a criação de uma instituição destinada ao ensino de trabalhadores e de seus filhos” (FARIAS, 2005, p.90). Além de refletir sobre a Sociedade Propagadora do Ensino criada por iniciativa do governador Lauro Sodré, a qual ficou encarregada da implantação do Lyceu Benjamin Constant, nesse sentido, analisa-se que o propósito era fundar uma escola que funcionasse à noite para a sociedade de baixa renda, todavia, que a mesma não prejudicasse a força de trabalho e a mão de obra qualificada para o mercado de trabalho estadual, além de observar que as profissões escolhidas por esses trabalhadores possibilitam entender as opções de profissões possíveis aos trabalhadores, uma vez que, as profissões privilegiadas pela burguesia eram ofertadas em outros tipos de escolas.

Portanto, as fontes deste trabalho são de fundamental importância na pesquisa que será levantada, neste sentido, por isso, segundo Martins e Luca (2008) que;

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir a transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira, (MARTINS E LUCA, 2008, p.8).

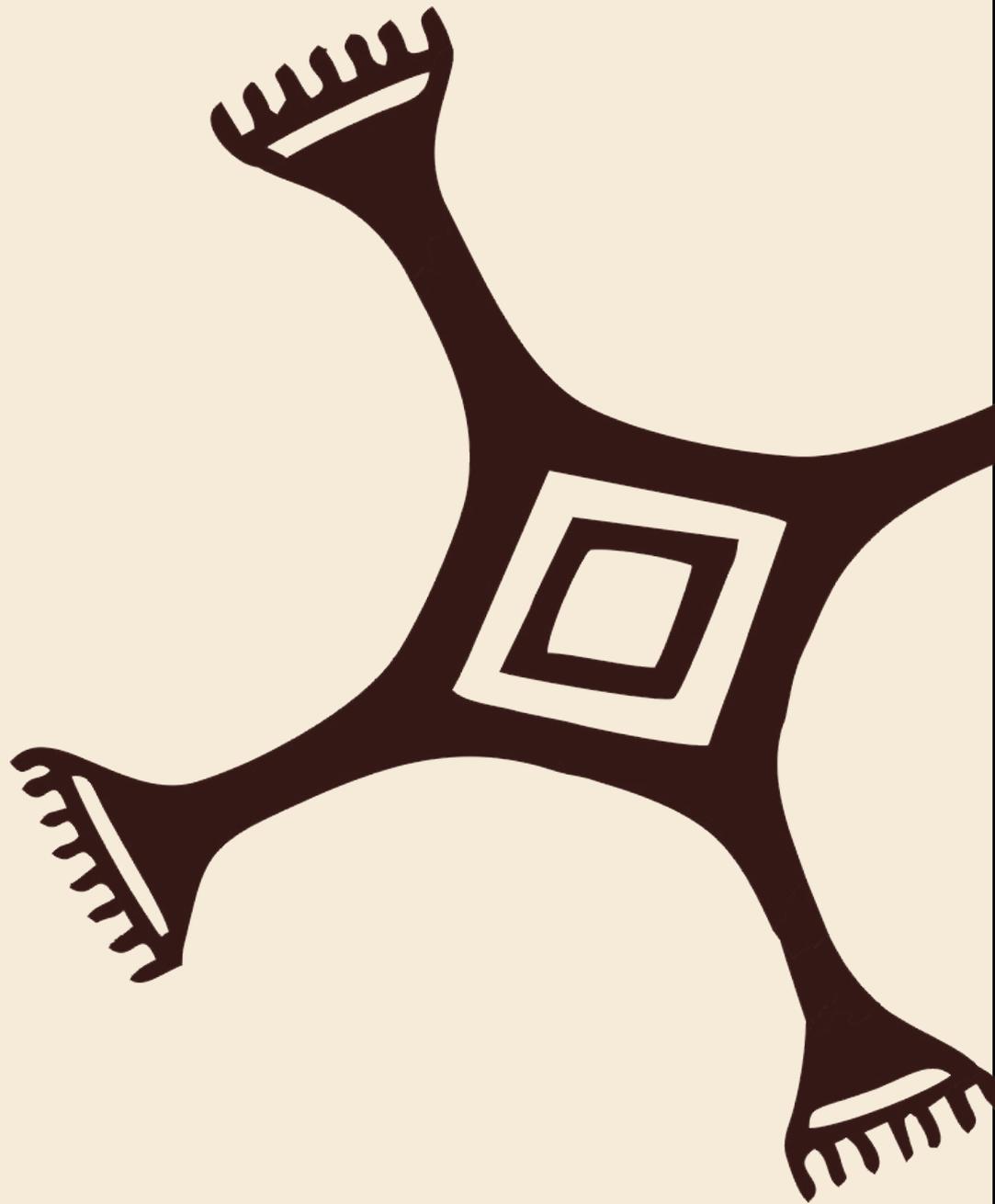
Ou seja, as informações divulgavam os interesses no desenvolvimento nas transformações políticas e sociais que ocorreram no período proposto, todavia, “abordam os jornais não apenas como fontes de reconstrução do passado, mas também como agentes ativos no processo de configuração da história do país” (BEZERRIL, 2011, p. 01). Portanto, é necessário que se pense através dos jornais, uma vez que o período apresenta como o principal meio de informação para a sociedade, ou seja, era preciso acreditar em tudo o que os jornais apresentavam por meio das informações, e muitas vezes atreladas em conflitos entre os lauristas (republicano) e o lemistas (democráticos).

Finalizo a priori este ensaio refletindo as contribuições da disciplina em rever e se aprofundar nas informações, nos relatórios, na imprensa, nas mensagens, no ar-

quivo. Acrescento ainda que as citações complementadas e retificadas contribui para refletir sobre quais os sujeitos que faziam parte de formação, currículo, conteúdos, imprensa, enfim, cabe sempre ao pesquisador em delimitar as suas fontes de pesquisa e a todo momento está buscando através das disciplinas referenciais e conceitos que venham de encontro ao objeto que vai ser pesquisado, além dos historiadores citados onde remete há um aprofundamento do objeto que vai ser analisado em sua pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. **Educação Republicana sob a Ótica de José Veríssimo**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 303-318, Editora UFPR, 2010
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Manual X, 2010. 266p.
- BARROSO, Wilson da Costa. **Educação e Cidadania e Cidadania no Republicanismo Paraense: a instrução pública primária nos anos de 1889 – 1897**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Pará. Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Belém, 2006.
- CANCLINI, Nestor Garcia; tradução Heloísa Pezza Cintrão. Ana Regina Lessa 3ª. ed. - São paulo: Editora da Universidade de São paulo, 2000 - (**Ensaio Latino-americanos**, 1).
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 58, Editora Brasil, 1990.
- FARIAS, William Gaia. **A Construção da República no Pará (1886-1897)**. Niterói, 2005. (Doutorado). Departamento de História. Universidade Federal Fluminense.
- _____. **O Alvorecer da República no Pará**. Belém: Açai, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, Stuart. **Estudos Culturais: Os paradigmas médios, cultura e sociedade**. nº 2, p. 57-72, 1980. tradução de Ana Carolina escosteguy, Francisco Rüdiger, Adelaine La Guardia Resende.
- _____. A Centralidade da Cultura e as historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: Eurocentrismo em questão. *Educação e Realidade*, 22 (2): 15-46, jul. / dez. 1997.
- JUNIOR, Raimundo William Tavares, **Um Viveiro de Mestre: a Escola Normal e a Cidade de Belém do Pará em Tempos de Modernização**. São Paulo, 2012.
- MORAES, Felipe Tavares de. **Educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré: Os sentidos de uma concepção político educacional republicana**. Dissertação de Mestrado. Belém, 2011.
- MOURA, Ignácio. Estado do Pará: **A Exposição Artística e Industrial do Lyceu Benjamin Constant**. Belém, Imprensa na typ do Diário Oficial, 1895.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU: Rio de Janeiro: FENAME, (1976).
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de and MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa**. Tempo[online]. 2009, vol.13, n.26, pp.32-55. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>.
- SODRÉ, Lauro Nina. **Crenças e opiniões**. 2ª ed. Brasília: FAC-similar, Senado Federal. 1997.
- SOUSA, Cynthia Pereira de. **História da Educação: Processos, práticas e saberes – São Paulo: Escrituras Editora, 1998**.
- THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos / Campinas, SP: editora da Unicamp, 2001**.
- VILLA, Marco Antonio. **O nascimento da República no Brasil: a primeira década do novo regime**. São Paulo: Ática, 1997.



ISBN

